

# **POPULAÇÃO E SOCIEDADE** | 24

Homens de oração e homens de ação: a dimensão política  
dos mestres e freires das Ordens Militares

DEZEMBRO 2015



CEPESE



# POPULAÇÃO E SOCIEDADE

Homens de oração e homens de ação: a dimensão política dos mestres e freires das Ordens Militares



**Título**

População e Sociedade – n.º 24/2015

**Edição**

CEPESE – Centro de Estudos da População,  
Economia e Sociedade  
Rua do Campo Alegre,  
1021-1055 Edifício CEPESE  
4169-004 Porto  
Telef: 22 607 37 70  
E-mail: cepese@cepese.pt

**Fundadores**

Universidade do Porto  
Fundação Eng. António de Almeida  
Fernando de Sousa – Universidade do Porto  
J. Manuel Nazareth – Universidade Nova de Lisboa  
Jorge Arrosteia – Universidade de Aveiro

**Antigo diretor**

Fernando de Sousa – 1995-2005

**Diretora**

Maria da Conceição Meireles Pereira

**Comissão Editorial**

Fernando de Sousa – Universidade do Porto  
Juan Andrés Blanco – Universidade Nacional de Educação à Distância  
Isilda Braga da Costa Monteiro – Escola Superior de Educação de  
Paula Frassinetti  
Paula Pinto Costa – Universidade do Porto  
Carlos Amaral Dias – Instituto Superior Miguel Torga  
Mattia Vitiello – CNR/IIPPS – Instituto para a Investigação sobre a  
População e Políticas Sociais  
Celso Almuíña Fernandez – Universidade de Valladolid  
Izilda Matos – PUC/São Paulo  
Manuel Rojas Gabriel – Universidade de Extremadura  
Pedro Mendes – Universidade Lusitana do Porto

**Comissão Consultiva**

Carlos Diogo Moreira – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
Jorge Arrosteia – Universidade de Aveiro  
Mária Helena Cruz Coelho – Universidade de Coimbra  
Armando Luís Carvalho Homem – Universidade do Porto  
Carlos Machado dos Santos – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
J. Manuel Nazareth – Universidade Nova de Lisboa  
Mária Luís Rocha Pinto – Universidade de Aveiro  
José Esteves Pereira – Universidade de Lisboa  
Adriano Moreira – Academia das Ciências de Lisboa

Amadeu Carvalho Homem – Universidade de Coimbra  
Ramon Villares – Universidade de Santiago de Compostela  
Ismênia Martins – Universidade Federal Fluminense  
Lorenzo Lopez Trigal – Universidade de León  
Lená Medeiros de Menezes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Gladys Ribeiro – Universidade Federal Fluminense  
Rense Lange – ISLA – Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia  
de Vila Nova de Gaia  
Mária del Mar Lousano Bartolozzi – Universidade de Extremadura  
David Reher – Universidade Complutense de Madrid  
Philippe Poirrier – Universidade de Borgonha  
Hipólito de la Torre Gómez – Universidade Nacional de Educação à Distância  
Patrícia Alejandra Fogelman – Instituto Ravingani, Universidade de  
Buenos Aires  
Angelo Trento – Universidade de Nápoles  
Matteo Sanfilippo – Universidade de Tuscia, Viterbo  
Jonas Larsen – Roskilde University  
Jonathan Riley-Smith – Universidade de Cambridge  
Manuel Gonzalez Jimenez – Universidade de Sevilha  
Jean-Philippe Genet – Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3  
Anita Liberalesso Neri – Universidade Estadual de Campinas  
James Newell – Universidade de Salford  
Renato Flores – Fundação Getúlio Vargas

**Coordenadora do Dossier Temático**

Paula Pinto Costa

**Design**

João Machado

ISSN 08773-1861-24

## ÍNDICE

- 5** NOTA DE ABERTURA/ FOREWORD  
Maria da Conceição Meireles Pereira
- DOSSIER TEMÁTICO
- 11** *D. Jorge (1481-1550)*  
Maria Cristina Pimenta
- 21** *Implicações políticas e estratégicas da viagem de Vasco da Gama (1497-1499)*  
Luís Adão da Fonseca
- 37** *O Livro das Comendas da Ordem de Cristo (1563).  
Elementos para a compreensão da obra de Pedro Álvares Seco*  
Joana Lencart
- VARIA
- 61** *A evolução dos retábulos minhotos entre os séculos XVII e XVIII. Tradição e originalidade*  
Paula Cardona
- 75** *Quadros da emigração portuguesa para o Pará (Brasil): 1886-1900*  
João Cosme
- 93** *O turismo e a projeção da vida nacional por António Ferro: o papel dos concursos*  
Carla Patrícia Silva Ribeiro
- 115** *O papel da diplomacia na extensão das plataformas continentais de Portugal e de Espanha*  
Teresa Cierco, Renato Miguel Tavares
- 133** *Valores Pessoais, Teoria da Ação Planificada e a sua influência na Intenção Empreendedora dos estudantes universitários*  
Belkis Maria da Fonseca Oliveira, Ana Laguía, Vasco Jorge Salazar Soares, Juan Antonio Moriano
- 149** SOBRE OS AUTORES
- 157** RESUMOS/ABSTRACTS
- 171** NOTÍCIAS
- 181** *POPULAÇÃO E SOCIEDADE – OBJETIVOS E PERFIL/AIMS AND SCOPE*
- 188** REFEREES 2014 E 2015
- 189** CATÁLOGO DAS EDIÇÕES DO CEPSE



## Nota de Abertura

**Maria da Conceição Meireles Pereira**

Prosseguindo a nova periodicidade adotada no presente ano, a revista *População e Sociedade* apresenta agora o seu segundo número semestral de 2015, mantendo a estrutura já consagrada.

Assim, o dossier temático da presente edição, coordenado pela professora Paula Pinto, surge sob o título *Homens de oração e homens de ação: a dimensão política dos mestres e freires das Ordens Militares*, com três estudos em torno de outras tantas personagens: D. Jorge, mestre das Ordens Militares de Avis e de Santiago, Vasco da Gama e as implicações políticas e estratégicas da sua viagem à Índia e, por último, frei Pedro Álvares Seco, autor do *Livro das Comendas* da Ordem de Cristo.

Já a secção *Varia* é composta de cinco artigos sobre tópicos diversos: os retábulos do Alto Minho nos séculos XVII e XVIII; a emigração portuguesa para o Pará nos finais de Oitocentos; António Ferro e a promoção do turismo; diplomacia e plataformas continentais de Portugal e Espanha e ainda um estudo sobre a intenção empreendedora dos estudantes universitários.

A direção da revista *População e Sociedade* aproveita para agradecer a cooperação de todos quantos participaram no presente número, designadamente autores mas também avaliadores científicos, reconhecendo a sua imprescindível colaboração.



## Foreword

**Maria da Conceição Meireles Pereira**

Pursuing the new periodicity that has been adopted this year, the journal *População e Sociedade* presents its second biannual number of 2015, maintaining the structure already established.

Thus, this issue includes the thematic dossier *Men of prayer and men of action: the political dimension of the masters and friars of the Military Orders*, coordinated by Professor Paula Pinto, with three studies around just as many characters: D. Jorge, the master of the Military Orders of Avis and Santiago, Vasco da Gama and the political and strategic implications of his journey to India and, finally, Friar Pedro Álvares Seco, author of the *Livro das Comendas da Ordem de Cristo*.

On the other hand, *Varia* section consists of five articles on various topics: the altarpieces of Alto Minho in the seventeenth and eighteenth centuries; the Portuguese emigration to Pará at the late eighteenth; António Ferro and the promotion of tourism; diplomacy and continental shelves of Portugal and Spain and, lastly, a study on the entrepreneurial intention of university students.

The journal's direction takes the opportunity to thank the cooperation of all who have participated in this edition, namely authors and reviewers, acknowledging their indispensable contribution.



# Dossier Temático



## D. Jorge (1481-1550)

**Maria Cristina Pimenta**

O estudo sobre o governo das ordens de Avis e de Santiago entre 1491 e 1550 permitiu-nos ir ao encontro do seu governador, na altura, D. Jorge, filho bastardo do rei de Portugal D. João II<sup>1</sup>. Uma atenta consulta da documentação relativa às referidas instituições foi fundamental para ajudar a compor um primeiro retrato desta figura da casa real portuguesa, que, afinal, pouco interesse tinha despertado nos historiadores<sup>2</sup>. E possivelmente com razão. Não fosse pela administração que fez das referidas ordens religioso-militares durante um longo período de quase seis décadas, não faria muito sentido valorizar o seu papel como membro da casa real, como possível herdeiro de D. João II ao trono de Portugal, uma vez que, como é conhecido, será D. Manuel a suceder ao *Príncipe Perfeito*.

Percebe-se, pois, que tradicionalmente, D. Jorge tenha sido unicamente recuperado pela erudição historiográfica sempre que se sentiu necessidade em explicar a conjuntura política que toma forma ao longo do reinado de D. João II com momentos exponenciais após a morte do seu herdeiro legítimo, Afonso, em 1491. Pela nossa parte, desde há anos que temos dado a conhecer alguns contornos da sua vida enquanto mestre de Avis e de Santiago, fazendo sobressair, complementarmente, em que medida esta sua condição se refletiu na relação com a Monarquia portuguesa.

De facto, se olharmos atentamente para a data do seu nascimento (1481) e para um percurso de vida que o leva até meados do século XVI, coloca-se-nos pela frente um tempo longo durante o qual Portugal conheceu o mando de quatro monarcas: D. Afonso V, avô de D. Jorge, D. João II, seu pai, D. Manuel e D. João III, seus primos.

Para além das características inerentes a cada um destes reinados que, com maior ou menor pormenor todos conhecemos, tem interesse ter em consideração as *nuances* do relacionamento dos diferentes monarcas com D. Jorge. Claramente que tal relacionamento decorre da sua posição na linha de sucessão e, após a subida ao trono de Portugal de D. Manuel, das responsabilidades que lhe assistem como duque de Coimbra e como mestre de duas ordens militares. Era, por isso, um homem com alguma

1 PIMENTA: 2001.

2 Deve lembrar-se PEREIRA, 1989 e TÁVORA, 1990.

influência na cena política do tempo. Se pensarmos unicamente nas ordens que dirigia – aspeto que melhor conhecemos –, é impossível não lembrar a importância do seu universo sociológico e as redes de poder que, a partir dele, se formaram.

Em face do exposto, acreditamos que valerá sempre a pena visitar esta personagem e o seu tempo, a despeito da enorme disparidade de informação – impressa e manuscrita – que se lhe conhece e que sustenta a sua qualidade de membro da casa real portuguesa e a sua qualidade de governador das milícias (com primazia para esta última). Tal situação constitui, desde logo, um primeiro indício do interesse que tal articulação pode ter para uma melhor compreensão não somente deste *Senhor* ou das ordens que administrou, mas também, da época que os acolhe.

D. Jorge é filho de D. João II e de D. Ana de Mendonça e nasce em agosto de 1481, em Abrantes. Trata-se, pois de um filho bastardo do futuro rei de Portugal, já então casado, desde 1471, com D. Leonor, da casa de Viseu-Beja.

A sua criação recai na princesa D. Joana, sua tia, na altura em recolhimento no Mosteiro de Jesus de Aveiro. Explicar esta decisão do novo rei de Portugal não é fácil, até porque D. João II teve por perto outras opções. Percebe-se que manter a criança na corte seria complexo; já a mãe de D. Jorge poderia ter sido uma alternativa muito possível. D. Ana de Mendonça tinha meios suficientes para prover à educação do filho, originária que era de uma família com extensos territórios nos senhorios das Ordens Militares de Avis e de Santiago, para além de que recebia o apoio e proteção dos condes de Abrantes, o que só por si constituía uma garantia suficiente, também para o seu filho.

A escolha de D. Joana pode encontrar explicação na complexidade do momento político que se vivia na altura: em novembro de 1481, quando D. Jorge chega ao Mosteiro de Jesus de Aveiro, o monarca português convocava cortes para Évora e, na sequência ao acordado pelo Tratado de Alcáçovas-Toledo ainda se mantinha o herdeiro do trono português em Terçaria, em Moura. Talvez em presença destas observações, se consiga compreender melhor a opção do rei em colocar D. Jorge (afinal, também seu filho), junto de uma das poucas pessoas em quem, naqueles anos, poderia confiar, já o escrevemos.

A infanta D. Joana<sup>3</sup> pautou a sua vida pelo recolhimento e pela prática incessante da oração, sobressaindo no seu caminho um verdadeiro fascínio pela *Paixão de Cristo*. No entendimento desta liturgia explica-se a sua vida de sacrifício, de mortificação, onde a dor dos cilícios sobre o corpo, o jejum, os gemidos e o choro ocupam lugar de enorme relevo e significado. Adivinha-se, assim, um quotidiano que o seu *Memorial* retrata em pormenor onde pontuavam as leituras da Bíblia, dos livros de santos, dos breviários, livros de milagres, entre outros. Rezar em recolhimento ou junto com as outras noviças, ocupava, por certo, uma grande parte do dia da princesa, mas, ao mesmo tempo não colocava de lado tarefas de índole bem diferente: “aprendeu a fyar”, “varrer [...] carretar lenha”.

Ora, é neste ambiente que D. Jorge é acolhido, fazendo-se acompanhar de uma ama proveniente de Aveiro, de um amo (João Álvares) e de um mestre, Martim Afonso, de quem, provavelmente, recebeu a primeira instrução. Ficaram bem conhecidas as medidas encetadas pelo monarca, seu pai, para que recebesse uma educação refinada, o que explica a presença em Aveiro de Cataldo Parísio Sículo. Nessa altura, o príncipe contaria seis anos e, de acordo com a opinião do humanista, a sua educação no mosteiro passava por momentos severos:

Ao corpo humano são prejudiciais as frialdades.  
 Até o peixe nascido em águas geladas as evita [...].  
 Quanto mais nocivo não será, a uma frágil criança.  
 Se o frio for evitado, tende por certo, o que diz o poeta:  
 o filho del-rei manter-se-á são e salvo.

Uma situação que o siciliano tentava debelar *quando o passeou sentado em seus ombros nas margens da ria de Aveiro, o defendeu dos frios e calores e lhe serviu de pai e mãe e de médico na doença.*

Na verdade, não será difícil perceber que a influência de Cataldo se tenha manifestado na formação de D. Jorge, à qual não ficou indiferente Jerónimo Münzer na sua viagem por Espanha e Portugal, quando escreve que conheceu um “adolescente de trece años, tan ingenioso y tan experto, para su edad, en recitar poetas [...]. El adolescente es muy docto en Humanidades, para los años que tiene, y conoce a Virgilio, a Horacio y a otros poetas, y él mismo es diestro en componer versos”.

O futuro mestre abandona Aveiro após a morte de D. Joana que tem lugar a 12 de maio de 1490. Parte para Évora, ao encontro de uma corte enlutada mas a escassos meses de celebrar o casamento do herdeiro do trono, D. Afonso com Isabel, filha dos Reis Católicos, afinal, uma aliança onde se reúnem os traços mais visíveis de uma memória peninsular que aconselhava a esquecer Toro e favorecia a aceitação dos acordos fixados em Alcáçovas-Toledo<sup>4</sup>.

Independentemente da intenção, o desfecho deste casamento ficou muito aquém das expectativas uma vez que a inesperada morte do infante D. Afonso no verão de 1491 explica que D. João II apresse uma série de ações para prover em D. Jorge a sucessão do reino. Solicita a concessão dos mestrados de Avis e Santiago, solicita a sua legitimação, confirma-o como «senhor das beatrias de Amarante, Ovelha, Canavezes» (entre outras). No seu conjunto, trata-se de transpor para o bastardo um *status* digno de um herdeiro do trono, afinal, sem sucesso.

E olhando para a preocupação do monarca em entregar as ordens militares a este seu outro filho, importa sublinhar que, nestas cronologias tardias, não se poderia esperar outro procedimento. Trata-se de uma iniciativa do *Príncipe Perfeito*, um monarca que tinha, recentemente, vivenciado cisões políticas de importância crucial, algumas delas *engendradas* no seio da Ordem de Santiago que o próprio governava. Aliás, do reino vizinho chegavam exemplos semelhantes a não ignorar, uma vez que em Castela já desde 1477 os Reis Católicos detinham a administração vitalícia dos mestrados.

Teve D. João II perfeita consciência da importância da Coroa ter um ascendente sobre as ordens e tenta, para a realidade portuguesa, ir ainda mais longe: ao nomear D. Manuel como seu sucessor, menciona a necessidade do novo monarca prescindir da sua condição de governador de Cristo em benefício de D. Jorge, na altura já governador de Avis e de Santiago. Como é conhecido, a pretensão do *Príncipe Perfeito* nunca iria ser concretizada.

A sucessão de D. João II será ditada pela sua própria vontade quando, nos finais de setembro de 1495, “nomeava D. Manuel seu herdeiro” através de um testamento redigido nas Alcáçovas. O seu bastardo era já governador das Ordens de Avis e de Santiago, das quais recebera obediência na primavera de 1492, numa cerimónia à qual o monarca ainda “assistió [...] con tanto gusto, que mostrô bien el amor que tenia al bas-

tardo”, como escreveu Agostinho Manuel de Vasconcelos. Nesta altura, D. Jorge tem 10 anos de idade e o pai faz questão que se encontre acompanhado por um aio, D. Diogo de Almeida, prior do Crato, um dos filhos dos condes de Abrantes, homens do rei (e, porque não dizê-lo), uma família próxima de D. Ana de Mendonça, mãe do mestre. Se pensarmos que o comendador-mor da Ordem de Santiago, Pedro de Noronha (na dignidade desde 4 de julho de 1487) já era falecido a 14 de fevereiro de 1492 e que na Ordem de Avis ocupava a comenda-mor D. Pedro da Silva, outro dos filhos dos referidos condes, sobressai, porventura, uma cautela por parte do monarca nas escolhas tomadas para a *entourage* do seu filho<sup>5</sup>.

A documentação das ordens datada destes primeiros anos da presença de D. Jorge é, no essencial, composta por cartas outorgadas pelo jovem mestre (como acontece com documentos relativos aos limites entre Noudar e Ansina Sola, alguns emprazamentos e outras tantas sentenças), por vezes acompanhado de outras pessoas: casos do próprio rei D. João II (em especial, nos casos das contendas fronteiriças com o reino vizinho<sup>6</sup>) e do seu aio, D. Diogo de Almeida, já referido. Práticas que, com o passar dos anos se vão perdendo, não só pela morte do monarca em 1495 mas também porque D. Jorge está a caminho dos 15 anos, a idade exigida pela norma das ordens para a profissão de qualquer um dos seus membros, isto é, a *idade perfeita*, em termos estatutários<sup>7</sup>. Não se estranha, ainda assim, que o mestre, prossiga o governo das ordens mantendo viva a herança que recebera do seu pai, isto é, pautando a sua postura pela continuidade das orientações joaninas, por exemplo, no que se refere à prática das visitas ao território das ordens que já se começara a ordenar em vida do monarca<sup>8</sup>.

É neste enquadramento que tem interesse comentar o relacionamento de D. Jorge com o novo rei, o qual foi, por diversas vezes, objeto da nossa atenção<sup>9</sup>. Dada a tradição de proximidade entre o monarca reinante e as ordens militares, não nos pareceu adequado, neste elenco, separar tais indícios, sejam eles provenientes do quotidiano governo das ordens, sejam eles relacionados com a proximidade familiar do mestre para com o rei de Portugal. Assim, em síntese, temos centrado a nossa análise numa evolução que se pode apresentar do seguinte modo:

a. A documentação das ordens insere, para os primeiros anos do reinado de D. Manuel, alguns diplomas onde o monarca marca frontalmente a sua presença. Referimo-nos aos vários exemplos de cartas que envolvem a nomeação de comendadores (casos de Cristóvão Correia, António de Mendonça ou Gonçalo Coutinho) onde D. Jorge escreve que concede determinada “comenda com o consentimento do rei que ora administra os mestrados”. A interferência régia, do ponto de vista da orgânica interna que regula o funcionamento das ordens militares, dispensa longos comentários dada a importância do ato em si. No entanto, estamos em crer que deve ser notado que a nomeação de um Comendador, embora feita por D. Jorge, esteve dependente de um prévio *consentimento* de D. Manuel, uma situação inédita e que esclarece sobre o controlo que o monarca pretendeu imprimir na sua relação com a Ordem. Esta situação é ainda mais gravosa se pensarmos que as cartas referem que é o rei de Portugal que “ora administra os mestrados”. Que saibamos, trata-se de uma fórmula sem precedentes mas que sustenta plenamente os objetivos de D. Manuel.

5 Sobre estes personagens, veja-se PIMENTA, 2010: 241-242.

6 PIMENTA; FONSECA; LENCART, 2014: 640 e ss.

7 PIMENTA, 2001: 109.

8 MATA, 2009: 137.

9 PIMENTA, 2001: 79-94; PIMENTA, 2010: 225-274; PIMENTA, 2012: 289-306, entre outros.

b. D. Manuel faz-se acompanhar de D. Jorge na viagem que, desde Portugal, o leva até à corte dos Reis Católicos em 1498. Para além da justificação imediata para esta opção do rei (D. Jorge, para além de seu primo, era mestre de duas importantes ordens militares) tivemos ocasião de comentar esta circunstância relembando, por exemplo, as palavras, porventura um tanto incómodas de Jerónimo Osório quando escreve que, na altura “se cravaram [em D. Jorge] os olhos de toda a gente que, despertada com a aparência do filho, celebravam o nome do pai com gratos elogios”.

c. Foi preparado, a instâncias de D. Manuel e da rainha viúva D. Leonor, o casamento de D. Jorge com D. Beatriz de Vilhena, realizado em maio de 1500. A noiva era filha de D. Álvaro de Portugal, senhor de Tentúgal, e de D. Filipa de Melo, era, assim, sobrinha, do 3.º duque de Bragança, D. Fernando, sentenciado pelo rei D. João II em 1483. Dada a estrutura familiar da futura duquesa de Coimbra é, de facto, interessante o empenho do monarca neste casamento. O tema é complexo e, desde logo, pode ser perspetivado sobre múltiplos ângulos de análise. Tivemos já ocasião de colocar sob a mesa se tal empenho não poderia, também, ser entendido como um passo em frente numa reconciliação entre as linhagens<sup>10</sup>.

d. A par, deve lembrar-se a consolidação que o monarca faz da “casa e fazenda”, de D. Jorge, através da concessão de uma renda onde, entre outros, se inscreve a doação do património do Ducado de Coimbra<sup>11</sup>, já mencionada por D. João II em testamento (“pera todo sempre da minha Cidade de Coimbra em Ducado...naquella forma e maneira que o dito Rey D. João meu Bysavão as deu ao Iffante D. Pedro meu Avão”)<sup>12</sup>.

e. D. Jorge reúne Capitulo Geral da Ordem de Santiago em 1508. Nessa reunião (fundamental para o futuro da Ordem, uma vez que nela se decide a redação da Regra e Definições de 1509) o mestre registou 50% de ausências por parte dos comendadores convocados. Olhando para os seus nomes nota-se que são maioritariamente homens situados em patamares próximos do novo monarca<sup>13</sup>.

f. As cartas de privilégio emitidas por D. Manuel e registadas na sua chancelaria, destinadas a comendadores das ordens de Santiago e Avis permitem conhecer uma muito maior concentração dos referidos diplomas nos primeiros anos do reinado<sup>14</sup>.

g. Para o período entre 1495 e 1521, António Pestana de Vasconcelos aponta números na ordem dos 63% no que se refere às entradas de membros da nobreza para a Ordem de Cristo. Alguns deles eram provenientes das outras ordens militares governadas por D. Jorge<sup>15</sup>. Certamente que não foi alheio a este processo a criação das comendas novas<sup>16</sup>, instituídas na Ordem de Cristo na sequência de uma determinação papal, que captaram um número crescente de súbditos para a órbita do poder real, agora em plena prossecução das suas opções em termos da política expansionista.

10 PIMENTA, 2001: 89-90.

11 TT – *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 38, fl. 81-8v.

12 SOUSA, 1946, II, 1.ª parte: 213.

13 PIMENTA, 2010: 263-265.

14 PIMENTA, 2010: 267, gráfico n.º 1.

15 VASCONCELOS, 2012: 311 e 760.

16 SILVA: 2012: 7-13.

Em suma, pensamos ter ficado claro que a partir da primeira década de Quinhentos, tendo D. Jorge tomado o hábito da Ordem de Santiago em 1506, parecem confluir algumas circunstâncias que apontam para uma mais cautelosa relação entre o rei de Portugal e o mestre de Avis e Santiago.

Mais ainda, Portugal nesta primeira década do século XVI não era, certamente, o mesmo reino que, em 1495, viu D. João II morrer. Muitas coisas tinham mudado e, por essa razão, o que nos parece importante sublinhar é a impossibilidade de considerar isoladamente o referido enunciado de ações até porque uma grande parte delas acaba por se entrelaçar com a orientação régia projetada para os rumos da expansão portuguesa além-mar. Só assim se pode, por exemplo, perceber a escolha de Vasco da Gama para a armada da Índia, ele que, na altura, era um homem da Ordem de Santiago, com ligações familiares à casa do duque de Viseu, isto é, representava a dualidade da própria sociedade do tempo<sup>17</sup>.

Mas, após a morte de D. Manuel em 1521, sucedendo no trono D. João III, afastadas, salvo melhor opinião, eventuais questões de foro mais pessoal que pudessem interferir no relacionamento entre as ordens e a Monarquia, cremos ser a altura certa para perguntar em que medida o governo de D. Jorge (entendido agora na sua totalidade) se traduziu pela dedicação que lhe era exigida, se teve rasgo suficiente para orientar as milícias de uma forma adequada ao tempo em que vivia e, sobretudo, às exigências de uma monarquia e de uma sociedade cada vez mais ciosas das suas prerrogativas. Tratando-se, D. Jorge, de um grande senhor a quem tantos outros deviam expressar fidelidades, não viveu, por certo, tempos fáceis para conjugar tantos níveis de interesses. Temos vindo desde há anos a defender que o conseguiu fazer com algum sucesso. Vejamos, assim, alguns exemplos que nos continuam a manter na mesma convicção.

Na obra feita que deixou foi, sem dúvida, um homem de ação, mas também um homem de oração. E neste âmbito, pode ter interesse perguntar o que, pela sua mão, se alterou na vida destas duas ordens militares que governou. Arriscamos deixar algumas, breves, impressões<sup>18</sup>.

Se é verdade que a matriz da normativa se mantém fiel ao modelo calatravo ou santiagouista, a diferença pode encontrar-se no mando coerente com que D. Jorge orienta a convocatória de capítulos gerais onde se ordenou a impressão de novas versões das Regras, se elegeram definidores e se esboçaram estatutos e definições repletos de diretrizes para o governo das ordens: definiram-se os regimentos dos visitantes alinhavados em finais do século XV e dotaram-se os conventos de Palmela e de Avis de extensos regimentos próprios. Do seu punho saiu a regulamentação dos ingressos nas ordens: a regularidade com que aparecem as solicitações de hábito (vulgo, cartas de hábito) e a obrigatoriedade da organização dos processos de habilitação são ações de uma imensa importância. Começa a poder conhecer-se o nome, a condição social, as funções desempenhadas, o local de residência ou de naturalidade daqueles que ingressam nas ordens.

Aos cavaleiros exige-se honestidade, fazenda e a desvinculação de qualquer envolvimento a nível judicial e, sendo casados, a apresentação de uma declaração da mulher a autorizar o ingresso na Ordem. Para além destas condições, tenta-se implementar a prática da permanência nos conventos durante um certo período de tempo antes de ser tomada a decisão de abraçar o hábito. D. Jorge, em posse dos destinos das ordens em geral e das mesas mestrais de cada uma delas, em particular, pode, em certa medida, orientar a estruturação de um património salvaguardando a preservação de certas garantias. Falamos, obviamente, de alguns casos em que se verifica a manutenção da mesma comenda no seio

17 FONSECA, 1997: 35-36.

18 Seguimos de perto o estudo PIMENTA, 2001: 133-244.

de uma só família o que nos faz rapidamente pensar na necessidade de garantir apoios e fidelidades. Compreendem-se, assim, as diversas cartas de hábito concedidas a menores que depois, em altura própria, recebem de D. Jorge uma comenda outrora ocupada pelos respetivos pais.

Aos clérigos exige-se “bom e honesto viver” e, quando procedessem de uma outra ordem religiosa, deveriam apresentar “letras pontificias” a autorizar a profissão em Santiago ou em Avis. Todos ingressavam “a titulo do seu patrimonio [ou da renda] e que a ordem nom seja obrigada a lhe dar cousa”.

Ao ordenar um número considerável de visitações aos mestrados, D. Jorge teve a oportunidade de conhecer muitas situações que, a despeito das orientações previstas na norma, nem sempre eram devidamente cumpridas localmente. Se são sobejamente conhecidos casos de incúria por parte dos priores, beneficiados ou comendadores, mordomos ou tabeliães, outras vezes é o mau estado de conservação dos edifícios e a falta ou degradação dos objetos de culto (cálices, castiçais, galhetas, etc.) que chega ao conhecimento do mestre<sup>19</sup>. Tais notícias justificam, de facto, os inúmeros provimentos que regularmente envia para que, pelo menos, algumas dessas deficiências fossem supridas.

Seja ao nível das preocupações normativas, seja ao nível da sua aplicabilidade no plano mais prático da gestão do território, D. Jorge norteou a sua ação pela conjugação de dois princípios fundamentais: a sua projeção no seio das duas ordens militares que dirigia e a articulação desta condição no quadro da vida portuguesa de então. E esta era, na nossa perspetiva, a imagem que se deveria ter deste que foi o último mestre, antes da incorporação das ordens na Coroa portuguesa.

A vida de D. Jorge, fruto dos muitos imperativos que a condiciona, apresenta-se, na multiplicidade das dimensões que encerra, como uma faca de dois gumes, afinal, um retrato mais que perfeito da sociedade do seu tempo. Por esta razão elegemos para terminar estas notas, um olhar dúbio, comprometido, que o recurso aos meandros da memória historiográfica nos traz. E tal memória legou-nos um retrato que tem tanto de redutor da sua ação quanto de engrandecimento da personagem. Depende da maneira como lemos as entrelinhas do que temos pela frente. Assim, Pina, Resende, Góis, Osório, Andrada ou frei Luis de Sousa, entre outros, fixaram para as gerações vindouras unicamente os seguintes momentos da sua vida:

- o seu nascimento;
- a educação em Aveiro; Cataldo;
- a chegada à corte;
- a aceitação franca e aprazível com que a rainha D. Leonor o recebe;
- a presença na receção a D. Isabel de Castela e no seu casamento com D. Afonso;
- a morte do infante D. Afonso;
- o afastamento de D. Jorge da Corte;
- a obediência que, como mestre de Avis e de Santiago, lhe fazem os comendadores em Lisboa, no Mosteiro de S. Domingos;
- os últimos dias da vida do seu pai no Algarve;
- o encontro com D. Manuel, rei de Portugal;
- a trasladação do corpo de D. João II de Silves para a Batalha;
- o cumprimento que D. Manuel deu às disposições testamentárias do *Príncipe Perfeito*;

- a ida a Castela em 1498;
- o casamento de D. Jorge;
- a morte de D. Manuel e a aclamação de D. João III;
- os desvarios da sua velhice...

Parecendo parcas as referências a D. Jorge e escritas na perspetiva que cada um dos cronistas quis enaltecer, são imensamente esclarecedoras de tudo o que revelam e de tudo o que escondem. Por isso as consideramos fundamentais.

Doente a partir de maio de 1550, morre a 22 de julho com quase 70 anos. Devoto de “S. Tiago... S. Bento, S. Augustinho”, como se lê no seu testamento, aí regista a vontade de ser enterrado como cavaleiro da Ordem de Santiago, “com o manto branco da ordem vestido”. O seu túmulo pode, hoje, ser visitado na Igreja de Santiago de Palmela, afinal, na casa onde, pelo menos por duas vezes, ao reunir Capítulo Geral, estabeleceu que o povo rogasse “a Deus pello mestre”, como escrevemos recentemente<sup>20</sup>.

Pouco tempo depois da sua morte, quando D. Joana, filha do imperador Carlos V, a caminho do seu casamento com o Infante D. João, era recebida em Elvas pelo duque de Aveiro, filho de D. Jorge<sup>21</sup>, a distinção estende-se aos seus irmãos D. Afonso e D. Luís que o acompanham. Esta imagem de união familiar dos Lencastre, em posição de destaque, neste preciso momento do cerimonial da corte portuguesa, parecia anunciar novos tempos. Face à cronologia em que assenta este episódio (1552) é forçoso lembrar que D. João III já recebera a administração vitalícia das ordens de Avis e de Santiago e estava completa a anexação à Coroa. Tal pode, por hipótese, explicar a presença dos três filhos de D. Jorge: para além do marquês de Torres Novas e duque de Aveiro que não se estranha ver em cena pela titularidade que detinha, acompanham-no os comendadores-mor de Avis e Santiago.

Os reis de Portugal, agora também, perante a Santa Sé, responsáveis pelas três ordens religioso-militares, plasmada na união perpétua da dignidade de mestre ou administrador à Coroa, abriam com chave de ouro a tutela dos mestrados<sup>22</sup> e ofereciam um exemplo de convivência que o futuro viria a revelar adequado.

## Fontes

Arquivo Nacional Torre do Tombo (TT) – *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 38, fl. 81-8v. Disponível em: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3876582>> [consult. 9 nov. 2015]; *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 89, n.º 22. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3778941>> [consult. 6 nov. 2015].

*Gavetas (As) da Torre do Tombo*, 1962, vol. II. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

SOUZA, António Caetano de, 1946 – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo II, 1.ª parte (ed. de Manuel Lopes de Almeida e César Pegado). Coimbra: Atlântida.

VASCONCELOS, Agostinho Manuel de, 1639 – *Vida y acciones del rey Juan II*. Madrid: Imprenta de Maria de Quiñones.

<sup>20</sup> PIMENTA, 2015: 131.

<sup>21</sup> TT – *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 89, n.º 22.

<sup>22</sup> Bula *Praeclara charissimi in Christo* (*Gavetas...*, 1962, II: 60-68 e 392-399). Veja-se: OLIVAL, 2004.

## Bibliografia

- FONSECA, Luís Adão da, 1997 – *Vasco da Gama. O homem, a viagem, a época*. Lisboa: Expo 98/Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.
- FONSECA, Luís Adão da, 2005 – *D. João II*. Mem Martins: Círculo de Leitores.
- MATA, Joel Silva Ferreira, 2009 – “Os livros de visitas quinhentistas das comendas da Ordem de Santiago” in FONSECA, Luís Adão (org.) – *Militarium Ordinum Analecta. Comendas das Ordens Militares na Idade Média*. Porto: CEPESE/Civilização Editora, vol. 11, p. 131-144.
- OLIVAL, Fernanda, winter 2004 – “Structural Changes within the 16th-century Portuguese Military Orders”. *E-Journal of Portuguese History*. Vol. 2, n.º 2. Disponível em: <[https://www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/html/issue4/pdf/olival.pdf](https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue4/pdf/olival.pdf)> [consult. 29.12. 2015].
- OSÓRIO, Jerónimo, 1944 – *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*. Porto: Livraria Civilização, 2 volumes.
- PEREIRA, João Cordeiro, 1989 – “A Renda de uma Grande Casa Senhorial de Quinhentos” in *Actas das Primeiras Jornadas de História Moderna*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, vol. 2, p. 789-819.
- PIMENTA, Maria Cristina Gomes, 2001 – “As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O governo de D. Jorge”. *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida, vol. 5, p. 1-600 (republicado em edição autónoma, PIMENTA, Maria Cristina Gomes, 2002 – *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O Governo de D. Jorge*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela/GESOS).
- PIMENTA, Maria Cristina, 2010 – “As Ordens Militares de Avis e de Santiago e o Rei D. Manuel I (1495-1521): algumas notas de reflexão”. *Revista de las Órdenes Militares*. Madrid: Real Consejo de las Órdenes Militares, n.º 6, p. 1-50.
- PIMENTA, Maria Cristina, 2011a – *Santa Joana*. Vila do Conde: QuidNovi/Academia Portuguesa de História.
- PIMENTA, Maria Cristina, 2011b – *D. Isabel de Trastâmara*. Vila do Conde: QuidNovi/Academia Portuguesa de História.
- PIMENTA, Maria Cristina, 2012 – “A Ordem de Santiago em Portugal: fidelidade normativa e autonomia política” in FERNANDES, Isabel Cristina (org.) – *Actas do VI Encontro Sobre Ordens Militares, As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros*. Lisboa: Município de Palmela/GESOS, vol.1, p. 389-406.
- PIMENTA, Maria Cristina, 2015 – “O Governo de D. Jorge, último Mestre da Ordem de Santiago” in FERNANDES, Isabel Cristina F. (org.) – *Guerra e Paz. A Ordem de Santiago em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, p. 129-131.
- SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e, 2012 – *As Comendas Novas da Ordem de Cristo. Século XVI. Militarium Ordinum Analecta*. Porto: CEPESE, vol. 13.
- SOUSA, Ana Cristina Correia de, 2010 – *Tytilo da prata (...), do arame, estanho e ferro (...), latam cobre e cousas meudas... Objectos litúrgicos em Portugal (1478-1571)*. Porto (Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- TÁVORA, Luís de Lencastre e, 1990 – “O Senhor D. Jorge”. *Oceanos*. Lisboa: CNCDP, n.º 4, p. 82-92.
- VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de, 2012 – *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de poder (séculos XIV a XVI)*. *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: CEPESE, vol. 12.



## **Implicações políticas e estratégicas da viagem de Vasco da Gama (1497-1499)**

**Luis Adão da Fonseca**

### **Objetivo**

Vasco da Gama é cavaleiro da Ordem de Santiago e filho do alcaide de Sines. Anos mais tarde, passará para a Ordem de Cristo. Tem o seu nome ligado à nomeação como capitão-mor da frota que, em 1497, parte com destino à Índia, na primeira ligação direta entre a Europa e o Índico. Voltará ao Oriente em 1502 e, mais tarde, em 1524 (morrendo em Goa no Natal desse ano). Destacando-se pela firmeza e capacidade de mando, é indubitavelmente um dos principais obreiros da organização do poder português no Oriente.

Os momentos determinantes de cada uma das viagens por ele protagonizadas são, nas suas linhas gerais, sobejamente conhecidos. Há, no entanto, determinadas facetas, aparentemente de pormenor (e que, provavelmente por essa razão, têm sido descuradas por muitos autores de textos dedicados a Vasco da Gama), mas que a meu ver são merecedoras de uma cuidadosa atenção. É o caso das implicações políticas e estratégicas do seu regresso a Lisboa, após a viagem inaugural da rota da Índia. Concretamente, trata-se de analisar o significado estratégico da viagem de 1497-1499, a partir, por um lado, da consideração do contexto diplomático europeu – mais precisamente, peninsular – e, por outro, das novas circunstâncias criadas pela chegada dos portugueses ao oceano Índico.

### **A viagem de Bartolomeu Dias e a herança do tratado de Tordesilhas**

Como é sabido, Vasco da Gama, tendo partido de Lisboa em julho de 1497, chega a Calecute na primavera do ano seguinte, onde se mantém entre 20 de maio e 29 de agosto. Durante estes meses, sobressaiem as dificuldades de comunicação de ambos os lados, relativamente bem conhecidas da historiografia contemporânea<sup>1</sup>. Regressa então a Portugal, onde chega no verão de 1499.

Creio que é importante ter presente os dois grandes acontecimentos que influenciaram a situação oceânica vigente no momento em que Vasco da Gama demanda o Oriente na sua primeira viagem: a expedição de Bartolomeu Dias, em 1487-1488, fundamental na consolidação da rota marítima atlântica de acesso ao oceano Índico, e o acordo diplomático luso-castelhano de Tordesilhas, assinado em junho de 1494. Neste sentido, importa clarificar as coordenadas fundamentais de cada um desses acontecimentos, na medida em que ambas vão condicionar as implicações políticas e estratégicas que atrás se referiram.

1 BOUCHON, 1998, 2: 131-157; FONSECA, 1998: 154-167; SUBRAHMANYAM, 1998: 158-177.

O feito do descobridor do cabo da Boa Esperança não pode ser esquecido por duas ordens de razões<sup>2</sup>. Em primeiro lugar, representa a descoberta da comunicação entre os dois oceanos, com efeitos decisivos tanto na conceptualização do Atlântico<sup>3</sup> como na superação da visão ptolomaica do Índico<sup>4</sup>. Em segundo lugar, constitui o ponto de partida para a organização de uma nova rota no caminho do Atlântico meridional como forma de obviar as dificuldades encontradas na navegação ao longo da costa africana praticada por Bartolomeu Dias<sup>5</sup>; deste esforço de uma década nascerá o traçado da rota adequada que, de Lisboa, conduz ao Cabo e que será praticada pela frota de Vasco da Gama. Como escreve Gago Coutinho,

É sabido que essa volta larga, passando a *barlavento* – a Leste – da costa brasileira, foi praticada em 1497 por Vasco da Gama, navegador que, visto não levar caravelas, como Bartolomeu Dias, mas naus, ia em viagem definitiva<sup>6</sup>.

Por sua vez, o tratado luso-castelhano de Tordesilhas, independentemente das circunstâncias que o explicam<sup>7</sup>, tem uma importância crucial para o caso presente. Como atrás se apontou, visa-se neste texto a compreensão das implicações políticas e estratégicas criadas pela viagem de Vasco da Gama à Índia, em 1497. E tal acontece porque o acordo diplomático de 1494 não só pressupõe todo o debate sobre a política externa no Portugal ao longo do século XV, como tem efeitos diretos na valorização diplomática das consequências da viagem gâmica. Para recorrer a palavras de Ana Maria Pereira Ferreira, “tomar Tordesilhas, isolando-o de um anterior processamento, é correr o risco de não compreender nem Tordesilhas nem a suas implicações”<sup>8</sup>.

Na verdade, desde finais do século XIV – para ser mais exato, desde meados da segunda metade da centúria –, o debate político e estratégico fundamental na sociedade portuguesa desenvolve-se à volta do problema das suas relações com a vizinha Monarquia castelhana. Tanto as cortes de Coimbra de 1385, como o tratado de Windsor, assinado com Inglaterra no ano seguinte, tinham defendido o princípio que o país necessitava de um espaço marítimo que contrabalançasse a sua inferioridade territorial em relação a Castela.

Vejam os casos das cortes de Coimbra. Como já foi apontado por Armindo de Sousa, os capítulos gerais aí apresentados expressam um discurso ideológico revelador dos interesses socioeconómicos da burguesia mercantil das cidades do litoral. Assim, em perfeita coerência com o que sabemos serem os valores defendidos por essa burguesia, são os próprios procuradores a declararem que eles se pautam pelo modelo inglês: com efeito, a abrir o primeiro capítulo geral e ao indicarem que tipo de relação deve o rei manter com os seus conselheiros, esclarecem: porque “assim se costuma fazer pelos reis de Inglaterra”, e por isto “são louvados em todas as partes do mundo”<sup>9</sup>.

2 FONSECA, 1987: 50-56.

3 FONSECA, 1988.

4 Sobre a visão ptolomaica do Índico, veja-se GOFF, 1977; RANGLES, 1990: 21-26. Uma discutível opinião contrária ao conceito de *mar fechado* em Ptolomeu em WASHBURN, 1985. Importantes manifestações cartográficas desta mutação encontram-se no mapa-mundo de Henricus Martellus Germanus, datado provavelmente de 1489 (GUERREIRO, 1989; EDSON, 2007: 215-220), no bem conhecido globo de Martin Behaim, de 1492 (DAVIES, 1977), e no planisfério florentino de Francesco Rosselli, de 1492-1493 (ALMAGIÀ, 1951). Bibliografia complementar sobre este assunto: RANGLES, 1989; GUEDES, 1989; LAGUARDA TRIAS, 1994; BETHENCOURT; CHAUDHURI, 1998: 39-41.

5 Cfr. COUTINHO, 1945: 11-171; FONSECA, 1987: 16-31.

6 COUTINHO, 1951: 240.

7 Tive oportunidade de as analisar em FONSECA, 1991.

8 FERREIRA, 1988: 15.

9 SOUSA, 1985: 31 (nota) e 39.

Tal como este objetivo, naquelas circunstâncias, foi assumido política e militarmente, a aliança britânica deve ser entendida como a expressão diplomática da doutrina de liberdade de rotas marítimas, afirmada claramente em oposição à doutrina castelhana de rotas marítimas controladas; esse controlo, na altura, estava nas mãos da marinha vasca<sup>10</sup>. E quando, nos textos complementares do referido tratado, se preconiza que Portugal envie uma armada a policiar o canal da Mancha<sup>11</sup>, torna-se claro que, nos anos que imediatamente se seguem a 1386, a Monarquia portuguesa define uma fronteira estratégica setentrional para o país, colocando-a no referido canal.

A meu ver, estamos perante uma doutrina estratégica muito importante, que deve ser situada na sequência de uma outra – anterior, datada de inícios da centúria de Trezentos –, pela qual Portugal tinha definido uma fronteira estratégica meridional, apontada para o estreito de Gibraltar. Em certa medida, complementam-se. Na verdade, a continuidade desta orientação mostra como a doutrina defendida pelos responsáveis portugueses ao longo do século XIV, e que o Portugal do século XV vai diretamente herdar – e desenvolver – assenta na conjugação de duas ideias-força: o reino só pode desenvolver uma política de âmbito europeu (tanto continental como peninsular) a partir do domínio das articulações de um espaço marítimo delimitado em função de Gibraltar, por um lado; e, por outro lado, o domínio de tais articulações pressupõe a definição de novos horizontes em função do papel fundamental da retaguarda marítima, que, no caso português, terá de ter uma indispensável dimensão oceânica<sup>12</sup>.

Posteriormente, desde 1411 (para escolher uma data significativa, o ano da assinatura da paz com Castela<sup>13</sup>), e em ligação direta com importantes transformações na política europeia e ibérica, o poder lusitano viu-se progressivamente obrigado a associar a defesa de uma doutrina de espaço marítimo, entendida como uma exigência indispensável de autonomia política, a uma crescente aproximação diplomática a Castela. O tratado de 1431<sup>14</sup>, assim como o tratado das Alcáçovas-Toledo de 1479-1480<sup>15</sup>, constituem certamente os diplomas mais significativos desta orientação política que a partir de então atravessa todo o século XV. Não é pequena a alteração de perspetiva que a referida aproximação implicava. Não só a doutrina estratégica de defesa de uma retaguarda marítima deixa de ser entendida diplomaticamente em termos de distanciamento em relação a Castela (como tinha acontecido nomeadamente em 1385-1386), como formalmente se vai traduzir na aceitação, por parte de Portugal, da doutrina tradicional castelhana de *mares controlados*.

### **Antecedentes da doutrina de *mare clausum***

Quando, em 7 de junho de 1494, ambas as monarquias assinam o tratado de repartição oceânica de Tordesilhas, isso implica, em termos políticos, um acordo luso-castelhano sobre quatro pontos. A saber:

10 FONSECA, 1986; FONSECA, 2009b.

11 RUSSELL, 1953.

12 FONSECA, 2009a.

13 Paz assinada em 31.10.1411 (*Gavetas*, 1971: vol. 9, doc. 4576: 608-636 e *Monumenta Henricina*, 1960, 2, doc. 5: 8-32). Cfr. o que se escreveu a este respeito em FONSECA, 2010: 76-85.

14 Paz assinada por Castela em Medina del Campo em 30.10.1431 (*Monumenta Henricina*, 1962, 4, doc. 7 e 9: 14-16 e 20-53) e ratificada por Portugal em Almeirim a 27.1.1432 (*Monumenta Henricina*, 1962, 4, doc. 15: 61-89).

15 Paz assinada por Castela em Toledo, a 4.9.1479 e ratificada por Portugal em Alcáçovas, a 6.3.1480 (*Gavetas*, 1968, 7, doc. 4195: 286-320; MARQUES, 1971, 3, doc.142: 182-209; FONSECA; RUIZ ASENCIO, 1995: doc. 29: 69-92).

1. O Atlântico é dividido;
2. Tal divisão é acompanhada pelo conceito de que o oceano a cada parte atribuído é uma extensão da fronteira de cada reino;
3. Ou seja, o mar é entendido como uma retaguarda, isto é, em termos políticos, é considerado como um *retro-horizonte* (cada Monarquia reporta-se ao vizinho, mas a linha de referência aponta para o Atlântico, já ocidental, já meridional);
4. Talvez por isso, ambos os reinos reafirmam, como modelo formal de acordo marítimo, a herança castelhana dos princípios políticos que mais tarde vão dar origem à doutrina do *mare clausum*<sup>16</sup>.

É verdade que, no século XV, não se terá desenvolvido ainda uma plena consciência do que significava a aplicação de tais princípios políticos à extensão do espaço oceânico. A este respeito, recordo palavras de Giuseppe Marcocci:

O significado político do desafio intelectual de astrónomos e geógrafos, pilotos e marinheiros, permaneceu por muito tempo silenciado nos textos teóricos sobre o império português. Foi o resultado, pelo menos em parte, do desconforto que afligira quem investigava o fundamento de um senhorio estendido à inédita vastidão dos oceanos. Era muito profundo o desnível face ao espaço terrestre, que remetia para a experiência histórica codificada da legislação romana e do pluralismo medieval. Em anos de afirmação de uma perceção unitária e integrada do mundo, o direito de conquista teve que superar a árdua tarefa de aplicar categorias tradicionais à inédita ocupação do alto mar. Apropriações físicas e culturais progrediram conjuntamente, ainda que, geralmente, a primeira tenha precedido a segunda<sup>17</sup>.

É evidente que assiste alguma razão a este autor, quando, logo a seguir, afirma que a noção de *mare clausum*, tal como será formulada a partir da segunda metade do século XVI, não se encontra em textos anteriores, por exemplo, nem no tratado de Tordesilhas (1494), nem no de Zaragoza (1429). E acrescenta: “só a pressão das monarquias europeias concorrentes, especialmente a França, que não reconhecia validade às concessões das bulas papais, estimulou as primeiras formulações de um conceito de império marítimo, no ambiente dos conselheiros e dos diplomatas da corte de D. João III”<sup>18</sup>.

Pela minha parte, já em trabalhos anteriores tive oportunidade de sublinhar um tal desconforto – e, em certa medida, desajustamento – a partir de uma perspetiva náutica e cultural<sup>19</sup>. E pareceu-me legítimo defender que, em face de uma tal dificuldade, num primeiro momento (isto é, ao longo da segunda metade do século XV e inícios do XVI), a Ordem de Cristo – pela sua dupla *faceta* de se tratar de uma instituição *eclesiástica* cuja chefia se situava na pessoa do rei de Portugal – constituiu o instrumento mais adequado para conferir alguma *operacionalidade* a um tal desajustamento<sup>20</sup>. Ou seja,

16 O texto deste tratado tem sido publicado em inúmeras edições. Limito-me, assim, a indicar algumas entre as de mais fácil acesso: *Gavetas*, 1967: vol. 6, doc. 4118: 648-660; MARQUES, 1971, 3, doc. 293: 441-446 e doc. 294: 446-453; FONSECA, 1991: 81-91; FONSECA; RUIZ ASENCIO, 1995: doc. 98: 159-167. Sobre este tratado veja-se a bibliografia referida em FONSECA, 1991: 61-77.

17 MARCOCCI, 2012: 338.

18 MARCOCCI, 2012: 338.

19 FONSECA, 1999a: 17-29. Cf. com a paralela perspetiva cosmográfica analisada em RANGLES, 1990.

20 FONSECA, 2012a; FONSECA, 2012b.

foi através desta simbiose entre poder monárquico e chefia da milícia que se logrou em termos políticos a legitimação da decisão de criar espaços marítimos *fechados*, numa antecipação do que mais tarde será jurisdicionalmente formulado no conceito de *mare clausum*.

Em rigor, esta articulação já aparece na documentação régia que, a partir de meados do século XV, transpõe para o caso português a doutrina desenvolvida nos diplomas pontifícios, nomeadamente nas bulas *Romanus Pontifex* de 1454<sup>21</sup> e *Aeterni regis clementia* de 1481<sup>22</sup> e, sobretudo, no tratado de Alcáçovas-Toledo de 1479-1480<sup>23</sup>, tendo sido imediatamente incorporada na legislação portuguesa. Bons exemplos desta transposição encontram-se já em diplomas de D. Afonso V: é o caso do de 31 de agosto de 1474, onde se proíbem várias atividades que não tenham autorização régia, entre as quais o tráfico e o resgate de mouros, a navegação em terras e mares da Guiné desde o cabo Bojador até ao sul, assim como o contrabando de especiarias<sup>24</sup>, bem como do de 6 de abril de 1480, pelo qual se concedem poderes ao príncipe D. João, seu filho (futuro D. João II), para determinar aos seus capitães enviados aos mares da Guiné que aprisionem e lancem ao mar as tripulações de navios estrangeiros encontrados fora dos limites estipulados no tratado de Alcáçovas-Toledo, recentemente assinado<sup>25</sup>.

Consequentemente, todo o sucesso e todo o fracasso de cada monarca no espaço que lhe é reservado em Tordesilhas é imediata e inexoravelmente avaliado como um argumento político no diálogo diplomático peninsular; assim, se a expedição de Colombo à América, em 1492, tinha sido, em termos políticos, uma viagem *contra* Portugal, a chegada de Vasco da Gama, em 1498, a Calecute, será, em termos políticos, entendida como um êxito *contra* os Reis Católicos...

Em suma, compreende-se que, nesta perspetiva, no interior do debate português que, desde o falecimento de D. João II, preenche os primeiros anos do reinado de D. Manuel, os descobrimentos marítimos, as vantagens ou inconvenientes das viagens para o oceano Índico, as relações com Castela, o tratado de Tordesilhas, sejam questões colocadas, ao mesmo tempo, no mesmo *contexto*... E esse *contexto* é a herança de Tordesilhas...

## Implicações políticas da viagem de 1497-1499

São vários os momentos em que as fontes revelam ter existido, junto do poder real, algum temor perante os riscos políticos e financeiros da política oriental da Monarquia portuguesa. João de Barros dá a entender que estes temores se teriam manifestado logo quando do regresso de Vasco da Gama no verão de

21 Bula do papa Nicolau V, de 8.1.1454, onde se concedem aos reis de Portugal as terras que descobrissem, navegando até "os índios" (MARQUES, 1944, 1, doc. 401: 503-508; *Monumenta Henricina*, 1971, 12, doc. 36: 72-79; FONSECA; RUIZ ASENCIO, 1995, doc. 17: 54-62). Esta bula foi confirmada em 13.3.1456 pelo papa Calisto III, pela bula *Inter coetera* (*Gavetas*, 1962, 2, doc. 1181: 494-502; MARQUES, 1944, 1, doc. 420: 535-537 e doc. 421: 537-540 [tradução em português]; FONSECA; RUIZ ASENCIO, 1995, doc. 22: 63-66).

22 Bula do papa Sixto IV, de 21.6.1481, onde se adjudica aos reis de Portugal as descobertas feitas e por fazer e confirma as bulas de Nicolau V e Calisto III (citadas na nota anterior) e se confirma também um capítulo das pazes entre os reis de Castela e de Portugal sobre a divisão oceânica (MARQUES, 1971, 3, doc. 153: 223-229 e doc. 154: 230-238 [tradução em português]); *Gavetas*, 1971, 9, doc. 4486: 59-72 (carta executória de 12.6.1482); FONSECA; RUIZ ASENCIO, 1995, doc. 61: 101-113. Cf. FERREIRA, 1988: 15-16.

23 Citado na nota 15.

24 MERÉA, Paulo, 2007: 148-149; MARQUES, 1971, 3, doc. 115: 153-154.

25 MARQUES, 1971, 3, doc. 144: 211-212. Cfr., sobre a aplicação desta doutrina, as informações dadas por RESENDE, 1994, cap. 34: 192-193, assim como no relato de Eustache de la Fosse. É especialmente interessante a este respeito o ocorrido com este flamengo, aprisionado em 1480 por Diogo Cão no Golfo da Guiné, e por este trazido prisioneiro para Lisboa, e cuja aventura foi por ele relatada (FOULCHÉ-DELBOSC, 1897; RUSSELL, 1976; ESCUDIER, 1992). Sobre este assunto vejam-se (para além da bibliografia citada em FONSECA, 1991: 66 e 75-76) MERÉA, 2007; FERREIRA, 1988; SALDANHA, 1994, 2: 685-686. Como chama a atenção MERÉA, 2007: 136, nota 31, a normativa quatrocentista portuguesa sobre esta temática foi incorporada nas *Ordenações Manuelinas* de 1521, livro V, títulos 81 e 113 (*Ordenações Manuelinas*, 1984: 240-244 e 343-346).

1499, embora esse sentimento tivesse acabado por ser submergido no espanto perante o que parecia ser a grandiosidade do mesmo<sup>26</sup>. Na verdade, o debate acabou por ser utrapassado pela urgência de avançar rapidamente com o envio de uma segunda frota ao Índico, onde a afirmação do poder militar era evidente<sup>27</sup>.

Mas com o regresso de Pedro Álvares Cabral, em julho de 1501, estas preocupações manifestam-se claramente. Como escreve o cronista atás citado, é que a ida de Vasco da Gama, em 1502,

poderosamente se causou por razão dos trabalhos do mar e perigos da terra que Pedrálvares Cabral passou, e por outras cousas que viu e experimentou na comunicação que teve com os príncipes daquelas partes, fizeram todas estas cousas muita dúvida no parecer de pessoas notáveis deste reino, se seria proveitoso a ele uma conquista tam remota e de tantos perigos<sup>28</sup>.

E acrescenta:

E ainda a muitos, vendo somente na carta de marear uma tão grande costa de terra pintada, e tantas voltas de rumo que parecia rodearem as nossas naus duas vezes o mundo sabido, por entrar no caminho doutro novo que queríamos descobrir, fazia neles esta pintura uma tão espantosa imaginação que lhe assombrava o juízo. E se esta pintura fazia nojo à vista, ao modo que faz ver sobre os ombros de Hércules o mundo que lhe os poetas puseram, que quase a nossa natureza se move com afectos a se condoer dos ombros daquela imagem pintada, como se não condoeria um prudente homem em sua consideração ver este reino (de que ele era membro) tomar sobre os ombros de sua obrigação um mundo, não pintado mas verdadeiro, que às vezes o podia fazer curvar com o grão peso da terra, do mar, do vento e ardor do sol que em si continha, e o que era muito mais grave e pesado que estes elementos, a variedade de tantas gentes como nele habitavam?<sup>29</sup>

Em face deste clima, é difícil não admitir que em Lisboa, paralelamente, não se tenha pensado que a viagem de Vasco da Gama poderia colocar em perigo as boas relações com a Monarquia vizinha, adquiridas no já referido tratado de 1494.

Na verdade, a chegada vitoriosa da armada de Vasco da Gama, no verão de 1499, terá anunciado uma primeira rutura no clima geral de consenso luso-castelhano. No reino vizinho põe-se em dúvida o crédito a atribuir a Colombo, pelo que se toma a decisão de retirar ao genovês o monopólio das navegações para Ocidente, sendo várias as viagens autorizadas nos meses seguintes<sup>30</sup>. Por sua vez, os círculos afetos ao genovês põem abertamente em causa a legitimidade das navegações portuguesas no Índico para além do cabo da Boa Esperança, primeiro passo anunciador da ideia de que o tratado de Tordesilhas não garante, por si só, a resolução de todos os diferendos. Isto é, abre-se a porta para a doutrina de que o Índico pode ser dominado pelo reino – Portugal ou Castela – que dele tome efetivamente posse. Compreende-se, assim,

26 BARROS, 1945: 180.

27 BARROS, 1945: 180.

28 BARROS, 1945: 223.

29 BARROS, 1945: 224.

30 MORALES PADRÓN, 1990: 144-150; COUTO, 1997: 162-163.

que, desde muito cedo, se comece a colocar o problema do anti-meridiano, ou seja, a outra linha divisória que, no Oriente, exerça uma função similar à que, no Atlântico, corresponde ao meridiano de Tordesilhas.

Do lado português, toma-se consciência de que a chegada a Calecute de Vasco da Gama pode ser objeto de uma *leitura* anti-castelhana. Por isso, decide-se intensificar as manifestações de aproximação a Castela, ao mesmo tempo que se torna urgente forçar a afirmação do poder português dentro do espaço definido por Tordesilhas. Com efeito, a reação castelhana dá a entender que, num futuro próximo, o enquadramento espacial acordado em 1494 pode ser posto em causa; ou seja, é visível a ameaça de que o cabo da Boa Esperança pode vir a ser esgrimido como limite oriental do espaço português. Por exemplo, alguma fonte dá a entender que as expedições castelhanas à América apontariam para *além da cidade de Cathay e da costa da Índia além do Ganges*<sup>31</sup>.

Por outras palavras, nasce no horizonte a possibilidade de que, entre as duas áreas separadas pelo meridiano de Tordesilhas – claras quando vistas desde Cabo Verde – se tornem nebulosas no outro lado do mundo. É a ameaça da sobreposição das referências geográficas, da confusão entre o este e o oeste, porque ambos – nascente e poente – se tornam caminhos contenciosos do Oriente... Não escreve Vespúcio, na sua carta de 18 de julho de 1500, que, na sua viagem para Ocidente, está disposto a ir até à Taprobana?<sup>32</sup> Em poucos meses, tudo poderia voltar ao princípio.

Em Lisboa, sente-se que é urgente reafirmar a posição lusitana. D. Manuel e o seu círculo são os primeiros a percebê-lo. Com efeito, este contencioso mantém-se latente. O exemplo mais significativo é provavelmente o do *Memorial de La Mejorada*, texto atribuído a Cristóvão Colombo e escrito na sequência da viagem de Vasco da Gama<sup>33</sup>. É possível que seja um resultado direto da carta de D. Manuel aos Reis Católicos de 12 de julho de 1499, na qual lhes dá notícia do êxito da viagem<sup>34</sup>. De qualquer modo, constitui um claro ataque a Portugal. Assim, neste *Memorial*:

1. Acusa-se D. João II de, na sequência da expedição de 1492 e durante a estadia de Colombo em Lisboa, ter decidido organizar uma expedição paralela para Ocidente, para a qual,

con grand deligençia procuró de saber, por formas y artes, de los pilotos y marineros y gentes que venían con el dicho Almirante, a los cuáles hiso merçedes y dádivas de dineros, y allende d'esto mandó sacar dos marineros portugueses que venían con el dicho Almirante, para que fuesen pilotos de la dicha armada y la levasen por ese mesmo camino a las dichas islas y tierras firmes, y le informasen más enteramente de todo<sup>35</sup>.

2. Referem-se depois as negociações entre Castela e Portugal e a assinatura do tratado de Tordesilhas, para imediatamente a seguir se apresentar o rol das acusações a D. Manuel: envio de uma armada ao

31 LEITE, 194-: 86.

32 FORMISANO, 1986: 64.

33 COLOMBO, 1984: 170-176; FONSECA; RUIZ ASENCIO, 1995: doc. 123: 184-188. Perfilho a opinião de COUTO, 1997: 158, que o considera posterior ao regresso de Vasco da Gama, ou seja, que o data de meados de 1499.

34 MARQUES, 1971, 3, doc. 403: 673-674. COUTO, 1997: 158, cita ainda a carta de Cristóvão Colombo, datável de 1500, enviada a Juana de la Torre, na qual se alude a uma informação mandada aos Reis Católicos sobre os direitos de Castela a Calecute e ao Oriente (fundamenta-se em EZQUERA ABADIA, 1975: 8).

35 COLOMBO, 1984: 170.

Índico, extrapolando o acordo de Tordesilhas, o qual, segundo o autor do texto, apenas se aplica ao mar entre “Índia, África e a Espanha”<sup>36</sup>; aliás, o referido tratado não teria sido assinado, acrescenta, para que “el dicho Rey de Portugal o sus naos entrasen ni navegasen por otra puerta ni entrada indireta, porque claro se puede desir que fue engaño”<sup>37</sup>.

### 3. Finalmente, termina-se antecipando futuros conflitos:

si la diferencia fuera salvo en el mar Oçeáno, allí adonde señaló la raya el Santo Padre, y que aquellas palabras que van dichas en el asiento, que todas las islas e tierras firmes qu’el señor Rey de Portugal descubriese a la parte de Levante de la raya, que Sus Altezas mandaron marcar, que serían o eran otras, salvo aquellas que se fallasen entre la una raya y otra, y que se entendía qu’él podía descubrir fasta la fin de Levante o Oriente, y ansí mesmo Sus Altezas por Poniente fasta el último, es de creer y muy palpable, porqu’el mundo es redondo, que aquel que más apriesa andoviese cobraría más d’ello; y tanto el Rey de Portugal pudiera navegar, siguiendo el Levante, que llegaría a la dicha raya, que fisieron marcar Sus Altezas por navegación al Poniente; y asimismo Sus Altezas tanto pudieran mandar navegar al Poniente, que fisieran otro tanto<sup>38</sup>.

É, portanto, num contexto de debate intenso em Portugal que tem lugar a partida de Pedro Álvares Cabral, em março de 1500, à frente de uma armada a caminho do Oriente<sup>39</sup>. A expressão mais evidente de qual foi o resultado *político* desta viagem, em termos de clarificação de espaços decorrentes do tratado de Tordesilhas, encontra-se provavelmente no mapa apelidado de Cantino, datado de 1502<sup>40</sup>. Como chamou a atenção Geneviève Bouchon, estamos num momento em que o contencioso diplomático reforça a determinação portuguesa de reforçar a exploração do espaço atribuído a Portugal no âmbito do tratado de Tordesilhas. Será igualmente neste âmbito que tem lugar a expedição enviada ao Oriente em 1501 e comandada por João da Nova, a qual poderia ter mesmo chegado até Ceilão<sup>41</sup>. Assim, atravessando as indefinições do imaginário de raiz medieval, bem como os interesses do comércio, parece estarmos perante um inequívoco fenómeno de propaganda e de promoção da imagem externa<sup>42</sup>.

## **A utilização diplomática do sucesso da viagem de 1497-1499 pela Monarquia portuguesa**

Em face do exposto, compreende-se o que atrás se afirmou a respeito do papel fundamental que o debate sobre a política externa no Portugal do século XV teve no modo como foi assumida estrategicamente a viagem oriental de Vasco da Gama. De facto, o que está diretamente em causa é a herança do tratado

36 COLOMBO, 1984: 174.

37 COLOMBO, 1984: 174.

38 COLOMBO, 1984: 175-176.

39 FONSECA, 1999b. Sobre a relação entre este debate interno, as relações com Castela e a intervenção papal nestes anos, veja-se o que escrevi em FONSECA, 2001.

40 FONSECA, 2003.

41 BOUCHON, 1980: 248 e 257-263.

42 Recorro a expressões de FLORES, 1998: 116-120.

de Tordesilhas, na medida em que este texto aparece como um resumo de todo o debate político – com implicações marítimas e diplomáticas – no Portugal da transição da Idade Média para a Moderna.

Esta constatação abre, por sua vez, a porta para uma pergunta complementar: como situar o rei D. Manuel e Vasco da Gama dentro do que se poderá chamar o *espírito de Tordesilhas*? Como se compreenderá, é a resposta a esta pergunta que justifica o título escolhido para esta intervenção.

Quando Vasco da Gama chega a Lisboa, no verão de 1499, a alegria parece ter sido generalizada. Conta João de Barros que, exceto “aqueles que perderam pai, irmão, filho ou parente nesta viagem, cuja dor não deixava julgar a verdade do caso, toda a outra gente a uma voz era no louvor deste descobrimento”<sup>43</sup>. Se Gama é o herói, atrás do *descobridor* eleva-se o monarca como o grande vencedor da empresa. A viagem é imediatamente transformada em resumo e referência de uma política; ou seja, é *monumentalizada*, obedecendo ao propósito de transformar o regresso do navegador num memorial a favor da Monarquia lusitana. O rei de Portugal é, pela primeira vez em diploma de 26 de agosto desse ano, chamado de *Senhor da Conquista, da Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*<sup>44</sup>. Na realidade, estas referências têm um duplo sentido. Geograficamente, são horizontes de uma fronteira que se alarga, que aponta para Oriente. Mas, em termos políticos, Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia são retro-horizontes; como já chamei a atenção, são retro-horizontes porque apontam *contra* Castela... Justifico-me.

- *Senhor da Conquista*. A escolha do termo *conquista* é feita intencionalmente. Recorde-se a discussão luso-castelhana de 1493, no rescaldo da primeira viagem de Colombo à América, a propósito das bulas do papa Alexandre VI. Então, para os Reis Católicos, as ilhas descobertas pelo genovês eram propriedade deles porque a armada castelhana aí chegara pela primeira vez. Na verdade, Isabel e Fernando pretendiam deixar de lado o estipulado nas Alcáçovas, substituindo o acordado em 1479 por uma nova lei que contemplasse um critério de prioridade no descobrimento. Como já tive oportunidade de chamar a atenção em trabalho anterior,

lendo o texto e o sentido das letras pontificias, verifica-se, entre outros aspetos, o seguinte: dirigidas aos monarcas castelhanos, as bulas preconizam um nivelamento entre as concessões a ambas as monarquias, compreensível em termos de uma desejável equiparação jurídica, mas que dificilmente poderia ser aceites por Portugal quando vê, assim, ampliada a outra Monarquia um tipo de jurisdição, até ao momento só por ele usufruído, e, o que é pior, quando, à luz do direito internacional, são criadas condições favorecedoras e legitimadoras de um enfrentamento entre Portugal e Castela<sup>45</sup>.

Isto é, quando, em 1499, D. Manuel proclama que a rota da Índia é, para os portugueses, realidade *conquistada*, e que ele, por isso, é *senhor dessa conquista*, tal afirmação é, de facto, uma direta resposta a Castela. Com efeito, D. Manuel recorre aos mesmos argumentos que os Reis Católicos tinham utilizado nas negociações de seis anos antes.

43 BARROS, 1945: 179.

44 BARROS, 1945: 174 e 227-231; GARCIA, 1993.

45 FONSECA, 1991: 50-51.

- *Senhor da Navegação*. Ou seja, é a castelhana – e, desde anos antes – também portuguesa doutrina do *mare clausum*, plasmada em 1431 (no tratado de paz de Medina del Campo), em 1479-1480 (no tratado de Alcáçovas-Toledo) e em 1494 (no tratado de Tordesilhas). Todos estes acordos diplomáticos já foram anteriormente citados. Esta titulação simboliza, em termos políticos, a amizade e aliança luso-castelhana. Na memória curta de então, aponta para Tordesilhas.

- *Senhor do Comércio*. É o resultado do controlo da navegação, corresponde à convicção de que o domínio de uma rota marítima constitui o mais eficaz instrumento de poder marítimo e, conseqüentemente, instrumento de poder político.

Por estas razões, em trabalho anterior, escrevi que

a Conquista, Navegação e Comércio resumem um programa de legitimação de poder, de delimitação das coordenadas em que tal poder vai ser exercido, e de enquadramento do mesmo poder no quadro do sistema internacional em que o tratado de Tordesilhas tinha situado as relações de Portugal com o reino vizinho<sup>46</sup>.

Poderiam ser apresentados outros exemplos desta *monumentalização* da gesta marítima. São bem conhecidos: as representações teatrais em Lisboa, no Natal de 1500<sup>47</sup>, a atenção dada à construção do Mosteiro dos Jerónimos, em Belém<sup>48</sup>, ou a atribuição do título de *Almirante do Mar da Índia* a Vasco da Gama<sup>49</sup>. Todos eles revelam idêntica intencionalidade por parte do monarca lusitano. O objetivo é, assim, claro: com estas medidas, D. Manuel pretende recordar a partição de Tordesilhas, ou seja, que Portugal, no Oriente, e Castela, no Ocidente, exercem um poder similar.

Compreende-se, assim, que, em 12 de julho de 1499, imediatamente após o regresso do primeiro navio da armada, ainda antes de Vasco da Gama ter chegado, D. Manuel escreva apressadamente aos Reis Católicos<sup>50</sup>. A missiva é um elogio da viagem; mas, na realidade, é pura operação de propaganda. A mensagem subliminar do texto é, aliás, bastante clara: a chegada vitoriosa dos portugueses à Índia, porque constitui um evidente sucesso, reforça a necessidade de uma maior aproximação entre as duas monarquias. Com efeito, se o mar é retaguarda – como há pouco se afirmou – um poder naval reforçado implicará uma amizade ibérica ainda mais forte.

46 FONSECA, 1998: 233.

47 BARROS, 1945: 175-177; FONSECA, 1998: 234-236.

48 FONSECA, 1998: 236-241.

49 BARROS, 1945: 174-175; FONSECA, 1998: 49-52. Cfr. SALDANHA, 1988; SALDANHA; RADULET, 1989.

50 Citada anteriormente na nota 34.

## Implicações militares e estratégicas

Mas a viagem de Vasco da Gama de 1497-1499 tem para a Monarquia portuguesa outras implicações que, embora superem a dimensão diplomática luso-castelhana, em última análise, contribuem ainda mais para reforçar essa dimensão. Refiro-me ao problema militar e às suas importantes implicações estratégicas. Acontece que, neste ponto, a viagem gâmica – ao contrário do que aconteceu no plano diplomático peninsular – é fraturante, levanta um problema novo.

A questão está ligada ao que se poderá chamar a *novidade* militar da chegada dos portugueses à Índia. Estes, antes da viagem, e a despeito de todo o esforço de recolha de informações herdado dos tempos de D. João II, imaginavam uma Índia muito diferente daquela que efetivamente encontraram. E, entre as diferenças mais significativas, uma das mais perturbantes terá sido a importância da presença muçulmana no oceano Índico. Muito provavelmente, depois da evocação da viagem, terá sido este o grande tema das conversas que Vasco da Gama terá tido com D. Manuel, imediatamente após o seu regresso, e que continuariam nos dois anos seguintes. E, no segredo do Conselho Real, talvez a referência às riquezas da Índia tenha sido menos entusiasta do que a propaganda oficial fez crer.

Não é difícil descortinar, através das fontes, quais as alternativas em jogo: ou obter no Índico aliados que permitam estabelecer bases comerciais de certa importância, ou então arranjar um território que possa servir de suporte. No entanto, uma e outra, exigem forças militares: aos aliados tem de se oferecer aliança e apoio naval e o território tem de ser conquistado. Ou seja, as perspectivas imediatas apontam para a inevitabilidade da guerra.

Há uma fonte da época que nos dá a entender os termos em que a discussão teria tido lugar. Quando João de Barros se refere à dimensão da empresa e ao receio que assalta muitos espíritos em Lisboa – com palavras que já foram anteriormente transcritas –, certamente estão presentes as implicações militares da política que se estava a encetar<sup>51</sup>.

Daí a orientação então definida e que se pode resumir nos seguintes pontos:

1. Dadas as dificuldades levantadas em Calecute, devem ser procuradas soluções alternativas entre os pequenos reinos da costa malabar, o que implica a criação de uma força militar que assegure a proteção dos aliados de Portugal;
2. Nesses reinos, devem ser instaladas feitorias, ou seja, entrepostos comerciais, de acordo com o modelo antes praticado na costa ocidental africana (nomeadamente, em Arguim e na Mina), as quais devem estar apoiadas em fortalezas;
3. Não obstante, devem ser definidos os pontos estratégicos – a conquistar –, com o propósito de assegurar o controlo comercial e militar do Índico, para o qual é indispensável uma armada permanente.

Esta orientação – discutida entre meados de 1499 e meados de 1503 – terá sido posta em prática por D. Francisco de Almeida<sup>52</sup>. No fundo, o que vai estar em causa é a *militarização* do Oriente<sup>53</sup>. O que aponta para três aspetos complementares, a saber:

51 Veja-se a nota 29.

52 FONSECA, 1998: 265.

53 BARROS, 1945: 180.

4. O recurso à artilharia naval como recurso fundamental no choque militar<sup>54</sup>;
5. A renovação do ideal da cruzada como instrumento ideológico legitimador da intervenção armada<sup>55</sup>;
6. A doutrina estratégica de que o mar meridional é, em termos militares e diplomáticos, bivalente: *retaguarda* no Ocidente, mas *frente* no Oriente<sup>56</sup>.

Jorge Borges de Macedo explicitou todo este conjunto de implicações com palavras certas:

A chegada dos portugueses à Índia (forma de expressão da chegada da Europa) depois de Cristóvão Colombo ter atingido a América Central, seguindo-se a descoberta do Brasil, veio alterar rapidamente o alcance, significado e função da zona geográfica de compensação estratégica e valorização económica definida no Atlântico Sul, ao longo da costa africana e tendo como balizas a ocidente as ilhas dos Açores. De certo modo, o papel da área de compensação e segurança no equilíbrio peninsular passava para segundo plano e, longe de dividir portugueses e espanhóis, passava a aproximá-los<sup>57</sup>.

Comentando esta observação, em trabalho anterior escrevi:

É neste contexto que, em termos de política externa, a rota do Índico tem efeitos duplamente importantes. Por um lado, representa a *exportação* para o Oriente das práticas do *equilíbrio compensado* (expressão utilizada pelo mesmo autor<sup>58</sup>) anteriormente desenvolvidas pelos portugueses no Atlântico; estas práticas estão na base da estratégia global de domínio político-militar protagonizada, por exemplo, por um Afonso de Albuquerque<sup>59</sup>. Por outro lado, afeta diretamente toda a orientação diplomática seguida por Portugal, no Atlântico e no Mediterrâneo. Agora, mais do que nunca, impõe-se uma política de colaboração europeia, e nomeadamente, peninsular<sup>60</sup>.

Em suma, e resumindo o que se expôs, o poder português tem de assumir politicamente uma doutrina que contemple a dupla face do oceano: no Atlântico central e meridional, o mar é pano de fundo de um diálogo diplomático peninsular, mas no Índico é linha de frente. Quebra-se, deste modo, a orientação definida desde meados da segunda metade do século XV, sobretudo mercê do tratado das Alcáçovas; segundo esta orientação, a *fronteira* política oceânica era definida diplomaticamente no quadro ibérico. Mas, nos inícios do século XVI, regressa-se à *dualidade fronteira marítima*. De facto, regressa-se à doutrina naval dos tempos em que o estreito de Gibraltar era referência e articulação de uma fronteira estratégica múltipla (Atlântico *versus* Mediterrâneo, Magreb *versus* Ibéria, Castela *versus* Portugal). Aliás, o Índico será por eles visto como um espaço definido por vários *Giblatares*... Na realidade, segundo este ponto de vista, o Atlântico das descobertas do último quartel de Quatrocentos parece ter constituído um intervalo.

54 FONSECA, 1998: 267-269.

55 Sobre este tema, veja-se o nosso estudo de próxima aparição intitulado "The idea of crusade in Medieval Portugal: Political aims and ideological framing", a publicar em *A Storm against the Infidel – Crusading in the Iberian Peninsula and in the Baltic Region in the Central Middle Ages* (ed. Iben Fonnesberg Schmidt e Torben Kjersgaard Nielsen), Brepols Publishers, 2016.

56 FONSECA, 2009a.

57 MACEDO, [1987]: 80.

58 MACEDO, [1987]: 81.

59 BETHENCOURT; CHAUDHURI, 1998: 175-177.

60 FONSECA, 1998: 244.

## Fontes

- BARROS, João de, 1945 – *Ásia*, vol. 1. (ed. de Hernâni Cidade e Manuel Múrias). Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- COLOMBO, Cristóvão, 1984 – *Cristóbal Colón. Textos y documentos completos. Relaciones de viajes, cartas y memoriales* (ed., pról. e notas de Consuelo Varela). Madrid: Alianza Editorial.
- ESCUDIER, Denis (ed.), 1992 – *Voyage d'Eustache Delafosse sur la côte de Guinée, au Portugal et en Espagne [1479-1481]*. Paris: Éditions Chandeigne.
- FONSECA, Luís Adão da; RUIZ ASENCIO (org.), 1995 – *Corpus Documental del Tratado de Tordesillas*. Valladolid: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas.
- FORMISANO, Luciano (ed.), 1986 – *Amerigo Vespucci. Cartas de viaje*. Madrid: Alianza Editorial.
- FOULCHÉ-DELBOSC, R. (ed.), 1897 – “Voyage à la côte occidentale d'Afrique, en Portugal et en Espagne (1479-1480)”. *Revue Hispanique*. N.º 4, p. 174-201.
- Gavetas (As) da Torre do Tombo*, 1962, 1967, 1968 e 1971, volumes 2, 6, 7 e 9. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- MARQUES, João Martins da Silva, 1944 e 1971 – *Descobrimientos Portugueses*, volumes 1 e 3. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Monumenta Henricina*, 1960, 1962 e 1971, volumes 2, 4 e 12. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- Ordenações Manuelinas*, 1984. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian.
- RESENDE, Garcia de, 1994 – *Livro das Obras de Garcia de Resende*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

## Bibliografia

- ALMAGIÀ, Roberto, 1951 – “On the cartographic work of Francesco Rosselli”. *Imago Mundi*. Vol. 8, n.º 1, p. 27-34.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da Expansão Portuguesa. A Formação do Império (1415-1570)*, vol. 1. Lisboa: Temas e Debates.
- BOUCHON, Geneviève, 1980 – “A propos de l'inscription de Colombo (1501), quelques observations sur le premier voyage de João da Nova dans l'Océan Indien”. *Revista da Universidade de Coimbra*. N.º 28, p. 233-270.
- BOUCHON, Geneviève, 1998 – *Vasco da Gama*. Lisboa: Terramar, 4 volumes.
- COUTINHO, Gago, 1945 – *Diário da viagem de Vasco da Gama*, vol. 2. Porto: Livraria Civilização.
- COUTINHO, Gago, 1951 – *A náutica dos Descobrimientos*, vol. 1. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- COUTO, Jorge, 1997 – *A construção do Brasil*. Lisboa: Edições Cosmos.
- DAVIES, Arthur, 1977 – “Behaim, Martellus and Columbus”. *The Geographical Journal*. Vol. 143, n.º 3, p. 451-459.
- EDSON, Evelyn, 2007 – *The World Map, 1300-1492: The Persistence of Tradition and Transformation*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- EZQUERA ABADÍA, Ramón, 1975 – “La idea del Antimeridiano”, in MOTA, Avelino Teixeira da (org.) – *A viagem de Fernão de Magalhães e a questão das Molucas* (Actas do II Colóquio Luso-espanhol de História Ultramarina). Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, p. 1-26.

- FERREIRA, Ana Maria Pereira, 1988 – *O essencial sobre Portugal e a Origem da Liberdade dos Mares*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- FLORES, Jorge Manuel, 1998 – *Os portugueses e o mar de Ceilão. Trato, diplomacia e guerra (1498-1543)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- FONSECA, Luís Adão da, 1986 – *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- FONSECA, Luís Adão da, 1987 – *O essencial sobre Bartolomeu Dias*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- FONSECA, Luís Adão da, 1988 – “La modernità di Bartolomeu Dias: una proposta di interpretazione”. *Columbus 92*. Génova, n.º 30, p. 34-39.
- FONSECA, Luís Adão da, 1991 – *O Tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XV. Estudo introdutório* (leitura do texto do tratado de Maria Cristina Cunha). Lisboa: Edições Inapa.
- FONSECA, Luís Adão da, 1998 – *Vasco da Gama. O homem, a viagem, a época*. Lisboa: Expo 98.
- FONSECA, Luís Adão da, 1999a – *Os Descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- FONSECA, Luís Adão da, 1999b – *Pedro Álvares Cabral. Uma viagem*. Lisboa: Edições INAPA.
- FONSECA, Luís Adão da, 2001 – “Alexandre VI e os descobrimentos portugueses” in CHIABO, M.; MADDALO, S.; MIGLIO, M.; OLIVA, A. M. (org.) – *Roma di fronte all'Europa al tempo di Alessandro VI*, Atti del convegno Roma. Roma: Comitato Nazionale Incontri di studio per il V Centenario del pontificato di Alessandro VI (1492-1503), vol. 1, p. 227-247.
- FONSECA, Luís Adão da, 2003 – “A carta de Cantino e a representação oceânica no último quartel do século XV” in *As novidades do mundo. Conhecimento e representação na época moderna* (Actas das XI Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia/VIII Jornadas de História Ibero-Americana). Lisboa: Edições Colibri, p. 365-377.
- FONSECA, Luís Adão da, 2009a – “Portugal e o Mediterrâneo, entre Castela e Marrocos. A formação da fronteira marítima nos séculos XIV-XV e a noção de espaço político descontinuo”. *População e Sociedade*. Vol. 17, p. 45-60.
- FONSECA, Luís Adão da, 2009b – “Significado da Batalha de Aljubarrota no contexto da conjuntura política europeia no último quartel do séc. XIV” in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média* (Actas das VI Jornadas Luso-espanholas de História Medieval, 2008). Torres Novas: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, vol. 1, p. 57-74.
- FONSECA, Luís Adão da, 2010 – “1410” in CARNEIRO, Roberto; MATOS, Artur Teodoro de; COSTA, João Paulo Oliveira e (org.) – *Portugal. Anos 10*. Lisboa: Texto, p. 63-88.
- FONSECA, Luís Adão da, 2012a – “A Ordem de Cristo, o Papado e a Expansão Marítima Portuguesa no século XV” in VINCENIIS, Amedeo de (org.) – *Roma e il Papato nel Medioevo. Studi in onore di Massimo Miglio. I. Percezioni, scambi, pratiche*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, p. 553-563.
- FONSECA, Luís Adão da, 2012b – “The Portuguese Military Orders, the Royal Power and the Maritime Expansion (XVth century)” in EDBURY, Peter W. (org.) – *The Military Orders*, vol. 5 (*Politics and Power*). Farnham: Ashgate, p. 401-411.
- GARCIA, José Manuel, 1993 – “Carta de D. Manuel a Maximiliano sobre o descobrimento do caminho marítimo para a Índia”. *Oceanos*. N.º 16, p. 28-32.
- GOFF, Jacques Le, 1977 – “L'Occident médiéval et l'océan Indien: un horizon onirique” in *Pour un autre Moyen Age. Temps, travail et culture en Occident*. Paris: Gallimard, p. 280-298.

- GUEDES, Max Justo, 1989 – “Dificuldades e problemas da navegação de Bartolomeu Dias ao largo da costa africana” in *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*. Lisboa: Universidade do Porto e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, vol. 2, p. 59-76.
- GUERREIRO, Inácio, 1989 – “A viagem de Bartolomeu Dias e os seus reflexos na cartografia europeia coeva” in *A viagem de Bartolomeu Dias e a problemática dos Descobrimentos* (Actas do seminário realizado em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta de 2 a 7 de Maio de 1989). S.l.: Centro de Estudos de Gaspar Frutuoso, p. 133-143.
- LAGUARDA TRIAS, Rolando, 1994 – “El descubrimiento del paso al sudeste por Bartolomé Dias. La polémica apostilla n.º 23 del Imago Mundi” in *I Simpósio de História Marítima. As navegações portuguesas no Atlântico e o descobrimento da América*. Lisboa: Academia de Marinha, p. 23-26.
- LEITE, Duarte, 194- – “Os falsos precursores de Álvares Cabral”, 2.ª ed. Lisboa: Portugalia.
- MACEDO, Jorge Borges de, [1987] – *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força*. Lisboa: Edição da revista Nação e Defesa.
- MARCOCCI, Giuseppe, 2012 – *A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MERÊA, Paulo, [1924] 2007 – “Os Jurisconsultos Portugueses e a Doutrina do ‘Mare Clausum’” in *Estudos de História do Direito. Direito Português*, vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 127-149.
- MORALES PADRÓN, Francisco, 1990 – *Historia del Descubrimiento de América*. Madrid: Gredos.
- RANGLES, W. G. L., 1989 – “La configuration cartographique du continent africain avant et après le voyage de Bartolomeu Dias: hypothèses et enseignements” in *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*. Lisboa: Universidade do Porto e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, vol. 2, p. 111-119.
- RANGLES, W. G. L., 1990 – *Da terra plana ao globo terrestre*. Lisboa: Gradiva, 1990.
- RUSSELL, P. E., 1953 – “Galés portuguesas ao serviço de Ricardo de Inglaterra (1385-89)”. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. II Série, n.º 18, p. 61-73.
- RUSSELL, P. E., 1976 – “Novos apontamentos sobre os problemas textuais do ‘Voiaige à la Guinée’ de Eustáquio de la Fosse (1479-1480)”. *Revista Portuguesa de História*. Vol. 16, n.º 1, p. 209-221.
- SALDANHA, António Vasconcelos de, 1988 – *O Almirante de Portugal. Estatuto quatrocentista e quinhentista de um cargo medieval*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- SALDANHA, António Vasconcelos, 1994 – “Mare Clausum” in ALBUQUERQUE, Luís de; DOMINGUES, Francisco Contente (org.) – *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. II, p. 685-686.
- SALDANHA, António Vasconcelos de; RADULET, Carmen, 1989 – “O Almirantado da Índia. A questão da concessão do cargo” in *O Regimento do Almirantado da Índia*. Lisboa: Inapa.
- SOUZA, Armindo de, 1985 – “O discurso político dos concelhos nas cortes de 1385”. *Revista da Faculdade de Letras do Porto. História*. II Série, vol. II, p. 9-44.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, 1998 – *A carreira e a lenda de Vasco da Gama*. Lisboa: CNCDP.
- WASHBURN, Wilcomb E., 1985 – “A Proposed Explanation of the Closed Indian Ocean on Some Ptolemaic Maps of the twelfth-fifteenth centuries”. *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. XXXIII, p. 431-441.



## **O Livro das Comendas da Ordem de Cristo (1563). Elementos para a compreensão da obra de Pedro Álvares Seco**

**Joana Lencart\***

### **Introdução**

Na Idade Média e Moderna, a interpenetração das áreas de influência da Igreja e do Estado ocorria em vários setores, nomeadamente na partilha de recursos de pessoas e bens. A escolha de indivíduos que ocupavam lugares de topo na hierarquia da Igreja estava, não raras vezes, na mão dos monarcas, decidindo, por exemplo, os beneficiados nas igrejas das ordens militares; muitos homens da Igreja ocupavam lugares influentes junto do monarca, como conselheiros, desembargadores ou confessores, de tal forma que se pode falar em “clericalização dos governos” no tempo de D. João III, acentuando-se com D. Sebastião e culminando no cardeal-rei D. Henrique<sup>1</sup>. Paralelamente, a Monarquia também não se inibiu de favorecer diretamente os mestres, cavaleiros e comendadores das diferentes milícias, isentando-os do pagamento de dízimas, sizas ou outras obrigações<sup>2</sup>. É, pois, neste contexto que se destacou a figura frei Pedro Álvares Seco, cavaleiro da Ordem de Cristo, que, por ordem régia, elaborou, ao longo do século XVI, várias obras com o claro objetivo de perpetuar a memória não só histórico-institucional como também económico-patrimonial desta milícia incorporada na Coroa desde D. Manuel.

A realização do *Livro das Comendas da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo* está ligada à intenção do seu promotor, o rei, de perpetuar uma memória institucional da Ordem de Cristo. Esta milícia, incorporada na Coroa desde D. Manuel, foi objeto de uma atenção particular por parte do poder régio. No quadro da afirmação do Estado Moderno, e do Concílio de Trento, em pleno século XVI, e através de hábeis reorganizações documentais, os seus autores contribuíram para a elaboração de uma certa memória nacional, e, em particular, de uma memória institucional e patrimonial da Ordem de Cristo, ao mesmo tempo que a Monarquia passa a dispor de meios de controlo e fiscalização dos bens que a milícia trazia dispersos.

\* FCT (SFRH/BD/94440/2013)



1 PAIVA, 2000: 138-139.

2 SILVA, 2002: 112-113.

O *Livro das Comendas* é apenas um exemplo da monumental obra levada a cabo por Pedro Álvares, cavaleiro da Ordem, juiz e desembargador, que, por ordem régia, elaborou um conjunto de obras que perpetuaram a memória da Ordem de Cristo. A elaboração do *Livro das Escrituras da Ordem de Cristo*<sup>3</sup> do *Livro das Igrejas, Padroados e Direitos Eclesiásticos da Ordem de Cristo*<sup>4</sup>, e do *Livro das Comendas*, bem como a redação de diversos tombos, como o *Tombo dos Bens, Rendas e Direitos do Convento de Tomar*<sup>5</sup>, o *Tombo dos Bens, Rendas e Direitos da Mesa Mestral*<sup>6</sup> ou o *Tombo dos Bens e Propriedades das Capelas do Convento de Tomar*<sup>7</sup>, entre tombos de diversas comendas<sup>8</sup>, todos eles ordenados pelo monarca, que era também governador da milícia, desencadearam processos de seleção e de esquecimento voluntário<sup>9</sup> de escrituras existentes nos arquivos régios, municipais e da ordem.

Em março de 1319, o papa João XXII instituiu formalmente a Ordem de Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, nomeando D. Gil Martins (proposto pelo rei D. Dinis) como o primeiro mestre da ordem, confirmando ainda a sua sede em Castro Marim. Esta ordem tornava-se, assim, a herdeira patrimonial da Ordem do Templo em Portugal.

Até 1417, ano da morte de D. Lopo Dias de Sousa<sup>10</sup>, o mestre da Ordem de Cristo era um freire cavaleiro, geralmente nomeado por indicação régia (ao contrário do previsto nas ordenações em que se determinava a sua eleição). Em 1420, impedindo a eleição de um novo mestre em capítulo geral, D. João I nomeia para essa dignidade o seu filho infante D. Henrique, atitude bastante representativa quanto à sua política de subordinação à Coroa das ordens militares<sup>11</sup>. A partir desta data, a Ordem de Cristo entra definitivamente na família real e com D. Manuel é incorporada formalmente na Coroa. Na reunião capitular de 1503 foi aprovada a elaboração de uma nova normativa da Ordem de Cristo que veio responder às necessidades de modernização da mesma. A partir do momento em que o rei se torna governador e administrador da ordem, acentua-se a colaboração com a Santa Sé, visível nos diplomas emanados da chancelaria pontifícia. Em 1551, o Papa Júlio III, pela bula *Praeclara charissimi*, concedia a D. João III e aos seus sucessores a administração perpétua das ordens militares de Avis e de Santiago, como já haviam a de Cristo, ficando assim para sempre unidas à Coroa<sup>12</sup>.

As ordens militares e, neste caso particular, a Ordem de Cristo, fornecem à Monarquia uma fração muito significativa de honras e rendas, de que esta dispunha para distribuir. Assim, os hábitos e as comendas assumem-se, nas palavras de Nuno Gonçalo Monteiro e Fernando Dores Costa, como um “instrumento de modelação do espaço social”<sup>13</sup>.

A partir do momento em que a Ordem de Cristo passa a ser governada pelo monarca, este preocupa-se em adaptar as necessidades da milícia à Coroa, em estreita colaboração com a Santa Sé, que dava resposta

3 TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, n.º 234 e n.º 235.

4 TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, livro 1 e livro 11 (cópia).

5 TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, n.º 232.

6 TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, livro 2.

7 TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, livro 3.

8 TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, n.º 236.

9 CARRAZ, 2009: 602-603.

10 SILVA, 1997.

11 Esta situação não era exclusiva da *Ordem de Cristo*, pois D. João I nomeia, em 1418, o infante D. João mestre da Ordem de Santiago e, em 1434, o infante D. Fernando mestre da Ordem de Avis (SILVA, 2002: 59).

12 SILVA, 2002: 110-114.

13 MONTEIRO; COSTA, 1999-2000: 596.

às solicitações do poder real<sup>14</sup>. As exuberantes manifestações de D. Manuel perante a Santa Sé traduzem-se em trocas de favores entre ambas as partes, alcançando o monarca a redução da interferência e poder de Roma na gestão e administração de matérias respeitantes à Igreja portuguesa<sup>15</sup>.

Quando D. Manuel assumiu o governo da Ordem de Cristo, esta milícia contava com setenta comendas; no final do seu reinado eram 454, graças ao elaborado processo de criação das comendas novas, da sua autoria, com o beneplácito pontifício<sup>16</sup>. Estas correspondem às chamadas comendas dos vinte mil cruzados, às cinquenta do padroado real e às da apresentação do duque de Bragança, todas elas criadas a partir de 1514. As chamadas comendas antigas são anteriores a esse processo e datam da primeira metade do século XIV (1321) até inícios do século XVI (1503). A forma como as comendas podiam ser distribuídas pelos reis, fez das ordens militares, e em particular da Ordem de Cristo, um meio privilegiado do monarca gerir clientelas<sup>17</sup>.

## 1. Os bens da Ordem de Cristo, segundo o *Livro das Comendas*

### 1.1 Comendas *antigas*

A existência das comendas está contemplada desde a fundação da Ordem de Cristo, herdeira dos templários, onde esta realidade também já existia.

Designada em latim pelo nome *domus, preceptoría* ou, mais tarde, *comendaria*, a comenda não era nem um convento, nem uma quinta, nem uma simples casa<sup>18</sup>. A comenda

correspondia a um espaço territorial delimitado, dentro do qual os freires cavaleiros atuavam como autoridade senhorial, em nome do mestre, e de acordo com o poder que lhes fora delegado, usufruindo dos seus bens e rendimentos. Organizadas como um senhorio, podendo ser definidas como órgãos de gestão agrária, juntavam aos réditos provenientes da terra um amplo conjunto de direitos territoriais e jurisdicionais<sup>19</sup>.

A Ordenação de 1326 estabelecia trinta e seis comendas. Frei Pedro Álvares, em 1563, no seu *Livro das Comendas*, regista oitenta e duas comendas antigas, distribuídas pela prelazia de Tomar, arcebispados e bispados portugueses<sup>20</sup>.

No Capítulo Geral reunido em Tomar, a 4 de dezembro de 1503<sup>21</sup>, D. Manuel ordenou a criação de trinta tenças, também chamadas comendas, no valor de dez mil reais cada uma, verba essa a retirar dos rendimentos da Mesa Mestral, e da exclusiva nomeação em freires cavaleiros da Ordem de Cristo que tivessem servido em território africano<sup>22</sup>.

14 SILVA, 2002: 113. Sobre a renúncia de hábitos ver OLIVAL, 2011: 350.

15 PAIVA, 2000: 148.

16 FERREIRA, 2004: 1, 30; COSTA, 2005: 138.

17 PAIVA, 2000: 152.

18 JOSSEMAND, 2009: 245.

19 SILVA, 2002: 188; ver também FERREIRA, 2004, 1: 275.

20 Ver quadro 1.

21 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls.101r-102r.

22 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 26r-26v; SILVA, 2009: 108-109; OLIVAL, 2009: 51.

Segundo os estatutos da Ordem de Cristo, os comendadores eram escolhidos e nomeados pelo mestre, estando obrigados a manter cavalos e armas. Tinham, por vezes, a responsabilidade de uma fortaleza, da qual eram, frequentemente, alcaides e eram obrigados a fazer menagem ao mestre. Junto dos castelos ou das igrejas estão os aposentos do comendador<sup>23</sup>.

A comenda tinha carácter vitalício e era atribuída como recompensa pelos serviços prestados, de acordo com normas rígidas: entregue aos freires cavaleiros mais antigos na Ordem, a vaga devia ser preenchida no prazo de nove dias, e não se deveria atribuir mais do que uma comenda ao mesmo comendador<sup>24</sup>. Nalguns casos, o mesmo comendador tinha mais do que uma comenda. No seu cômputo geral, o número de comendas também foi variando ao longo dos tempos, ou porque se uniam, ou se extinguíam ou porque novas eram criadas.

Depois de nomeados, os comendadores deveriam fazer um inventário dos bens e do estado da comenda que recebiam. As Definições de 1503 obrigavam os comendadores a residirem nas suas comendas, para realizarem uma gestão efetiva das mesmas, e a registar em tombo todas as benfeitorias efetuadas, podendo ser dispensados desta obrigação pelo mestre, em situação de guerra. O facto de haver comendadores que também exerciam funções na corte impedia-os de residir permanentemente nas suas terras<sup>25</sup>, situação que daria origem a diversos problemas e conflitos.

Os proventos das comendas eram de várias ordens: a renda, proveniente dos contratos agrícolas; os tributos em reconhecimento do senhorio (como o jantar, eirádiga, fogaça, foros, martinéga, cargas, jeiras); os direitos senhoriais (moinhos, azenhas, lagares, pisões, açougues, fornos, relego) e de exploração dos recursos naturais (coutadas de pesca e caça, dízima do pescado, salinas, matas e maninhos); direitos de circulação e transação (portagem, açougagem); direitos de justiça (na administração local o controlo de cargos concelhios através dos juizes, almotacés e outros; na administração senhorial através do alcaide, ouvidor, etc; o exercício da justiça fazia-se através da alcaidaria, mordomado, pensão dos tabeliães, entre outros); e direitos eclesiásticos (dízimos, primícias e pé de altar)<sup>26</sup>.

## 1.2 Comendas novas

O processo da criação das comendas novas, na segunda década do século XVI, foi objeto de amplos estudos por parte de Isabel Morgado Silva<sup>27</sup>. Assim, interessa aqui apenas fazer uma sistematização deste processo de forma a compreender a intenção que levou D. Manuel à criação destas comendas.

Este processo, de transferência de rendimentos eclesiásticos para a Ordem de Cristo, transformando-os em direitos de apresentação em comendas, traduziu-se no visível aumento da riqueza da milícia, além de que permitiu a D. Manuel, rei e mestre, distribuí-las generosamente àqueles cavaleiros que tivessem servido dois anos em África, às suas próprias custas<sup>28</sup>.

23 SILVA, 2002: 189.

24 SILVA, 2002: 190. Também a Regra e Definições de 1503 pressupõem estas normas para atribuição de uma comenda (VASCONCELOS, 1998: 54).

25 SILVA, 2002: 190-191; VASCONCELOS, 1998: 54-55.

26 SILVA, 2002: 194-201. Além dos dízimos que recaíam sobre a décima parte da produção, os moradores das comendas estavam ainda obrigados ao pagamento dos dízimos pessoais (também quartas ou conhecenças) que incidiam sobre a profissão ou as atividades exercidas (SILVA, 2002: 214 e 218).

27 SILVA, 2002; SILVA, 2009; SILVA, 2012.

28 SILVA, 2009: 112.

### 1.2.1 Comendas dos 20 000 cruzados

O bom relacionamento entre a Monarquia portuguesa e o papado levou D. Manuel, rei de Portugal e administrador da Ordem de Cristo, a obter do papa Leão X, a 29 de abril de 1514, a bula *Redemptor noster*<sup>29</sup>, que autorizava a criação de novas comendas nesta milícia. Tratava-se de comendas tradicionais, baseadas em bens fundiários pertencentes às igrejas, pelo que a sua instituição exigia a disponibilização de mais meios para a ordem. Assim, esta bula de 1514 previa que rendas eclesiásticas no valor global de vinte mil cruzados anuais fossem transferidos para a Ordem de Cristo<sup>30</sup>.

O processo decorrente desta concessão do pontífice foi cometido ao núncio apostólico António Pucio e foi executado em duas fases. Na primeira fase só abrangeu os mosteiros<sup>31</sup> (muitos dos quais reduzidos a igrejas paroquiais), porém, sem ter conseguido atingir o valor total da concessão pontifícia. Numa segunda fase<sup>32</sup> foram escolhidas e taxadas cem igrejas paroquiais da apresentação do monarca de forma a totalizar os vinte mil cruzados. Este processo previa ainda que ficassem reservados aos párcos sessenta cruzados de porção para seu mantimento. O mesmo núncio informava ainda os eclesiásticos, prelados e clérigos das igrejas e mosteiros, cujos frutos seriam aplicados em comendas da Ordem de Cristo, como se procederia à execução do processo e ordenando-lhes que respeitassem esse procedimento<sup>33</sup>. A tomada de posse dos rendimentos originou variados protestos, a ponto do arcebispo de Lisboa apelar das letras pontifícias para a Santa Sé<sup>34</sup>.

### 1.2.2 Comendas do padroado real

A 19 de janeiro de 1517, pela bula de Leão X, *Honestis votis tuis*<sup>35</sup>, D. Manuel foi autorizado a retirar cinquenta igrejas do padroado real – as denominadas *das cinquenta do padroado* –, transformando-as em outras tantas comendas da Ordem de Cristo. Estas comendas novas ficavam reservadas para os cavaleiros que tivessem combatido em Marrocos, às suas próprias custas. Embora não conseguisse instalar a milícia em África, D. Manuel usava-a como isco para aumentar o número dos que se dispunham a servir a Coroa em África<sup>36</sup>.

O processo foi conduzido por D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal, nomeado pelo rei a 20 de maio de 1517<sup>37</sup>.

### 1.2.3 Comendas da apresentação do duque de Bragança

D. Jaime, 4.º duque de Bragança, em meados da segunda década de 1500, solicitou ao rei D. Manuel e ao papa Leão X que os bens e rendas de quinze igrejas do seu padroado fossem convertidas em comendas da Ordem de Cristo, alegando a necessidade de pagar serviços aos criados da Casa de Bragança, sobretudo depois da participação na conquista de Azamor, recaindo a escolha dessas igrejas no próprio duque<sup>38</sup>.

29 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 103r-109r. Reproduzida em diversas fontes manuscritas e impressas.

30 BUESCU, 2005: 197; SILVA, 2002: 287; SILVA, 2004: 9.

31 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 109v-126r (documento de 1 de janeiro de 1515 inserto em documento de 10 de março de 1515). A enumeração destes mosteiros foi publicada por VITERBO, 1865, 2: 244-252; ALMEIDA, 1968: 114-115, nota 4; e encontram-se ainda enumerados em dois livros da Ordem de Cristo: TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, livros 11 e 19.

32 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 126v-136r (documento de 31 de março de 1515 inserto em documento de 2 de abril de 1515).

33 SILVA, 2002: 286-288.

34 ALMEIDA, 1968: 118.

35 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 162v-165r (inserto em documento de 1517.6.8[A]).

36 BUESCU, 2005: 197.

37 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 162r-170v (documento de 8 de junho de 1517).

38 CUNHA, 2000: 312. Veja-se, nesta obra, o capítulo "Hábitos e comendas da Ordem de Cristo: a institucionalização de recursos distribuíveis" (p. 312-332).

A 16 de abril de 1517, D. Manuel, em carta enviada a D. Miguel da Silva, seu embaixador em Roma, entre outros pedidos a entregar ao pontífice, solicita que o seu sobrinho D. Jaime, duque de Bragança, possa criar das quinze igrejas do seu padroado, outras tantas novas comendas da Ordem de Cristo<sup>39</sup>. Poucos meses depois, o papa Leão X, pela bula *Honestis votis tuis*<sup>40</sup>, dirigida ao rei D. Manuel, autoriza que se apliquem os frutos e rendas de quinze igrejas do padroado do duque de Bragança, D. Jaime, em comendas da Ordem de Cristo. A celeridade na concessão pontifícia contrasta com a complicada tramitação processual, que só terminou em 1522<sup>41</sup>.

O número de igrejas do padroado do duque de Bragança convertidas em comendas da milícia foi alargado, em 1536, pelo papa Paulo III. Em 1551, o duque D. Teodósio consegue permissão do papa Júlio III para repartir as preceptorias em quantas comendas quisesse, assim que vagassem<sup>42</sup>. As 23, depois 24, comendas iniciais converteram-se, após 1561, em 41 comendas da apresentação da Casa de Bragança<sup>43</sup>.

Apesar de serem de nomeação ducal, os candidatos deviam ser confirmados pelo monarca, na qualidade de governador e administrador da Ordem de Cristo, depois da incorporação dos mestrados na Coroa em 1551<sup>44</sup>.

### 1.3 Tenças assentes na Casa da Mina e da Índia

Correspondem a quantias em dinheiro que o rei retira da Casa da Mina e da Índia e atribui a cavaleiros da Ordem de Cristo. O autor do *Livro das Comendas* inclui estas tenças no título do arcebispado de Lisboa. Tinham nome e título de comendas, como refere o próprio autor do *Livro*.

As tenças atribuídas a cavaleiros da milícia de Cristo, no século XVI, eram a comenda de frei D. Gil Eanes da Costa, avaliada em duzentos mil réis<sup>45</sup>; a comenda de frei D. Manuel Lobo, avaliada em duzentos mil réis<sup>46</sup>; a comenda de frei Henrique de Melo, avaliada em 150 mil réis, na vintena de Sofala<sup>47</sup>; o acrescentamento à comenda-mor de Soure, ao comendador frei Afonso de Lencastre, comendador-mor da Ordem de Cristo, no valor de cem mil réis<sup>48</sup>; e o acrescentamento de cem mil réis, ao craveiro João da Silveira, que por morte foi extinto e tornado à Mesa Mestral<sup>49</sup>.

### 1.4 Bens da Ordem de Cristo trazidos com hábito e sem hábito

Os bens que pertenciam à Ordem de Cristo e que a milícia entregava a cavaleiros para a sua administração, eram os bens “trazidos com hábito”.

Nas palavras do próprio Pedro Álvares:

39 TT – Gaveta 7, mc. 16, n.º 5.

40 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 196r-201r (inserto em documento de 10 de junho de 1559).

41 CUNHA, 2000: 315.

42 TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, n.º 235, 3.ª parte, fls. 91r-92r (documento de 8 de maio de 1551).

43 CUNHA, 2000: 318.

44 CUNHA, 2000: 319-320.

45 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fl. 35v. Este comendador tinha ainda a comenda do Touro, do bispado da Guarda, avaliada em 85 mil réis no ano de 1525.

46 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fl. 35v.

47 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fl. 35v.

48 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 35v-36r. Além das comendas da Ega e Dornes, do bispado de Coimbra, de que também é comendador.

49 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fl. 36r.

vão outros bens da ordem que algumas pessoas trazem em suas vidas não per via de contrato d'aforamento nem outro, senão graciosamente o que parece contra direito e constituições canonicas que o defendem com graves censuras e penas alem de as taes concessões e dadas serem pelo mesmo feito avidas por nenhuma e de nenhum vigor e os que as acceptão não fazerem os fructos seus não avendo provisão per dispensação apostolica pera se poder fazer<sup>50</sup>.

Segundo o autor do *Livro das Comendas*, este tipo de bens apenas existe no arcebispado de Lisboa e são os seguintes:

- Dois casais, no campo de Santarém, e um moinho em Rio Maior, avaliados em 35 mil réis em 1537, e “trazidos” por frei António de Saldanha<sup>51</sup>;
- A quinta do Bugalho, no campo de Santarém, avaliada em doze mil réis em 1554, e “trazida” por frei Francisco de Vila Castim<sup>52</sup>;
- Oito casais e uma herdade (“Cousido”) no termo de Sintra, avaliado em 63 360 réis em 1558, e “trazidos” por frei Filipe Lopes Correia<sup>53</sup>;
- Dois casais no termo de Sintra: “Cabeça da Feteira” e “Granja da Macieira”, avaliado em 56 200 réis em 1558, e “trazidos” por Frei Manuel de Melo, monteiro-mor<sup>54</sup>;
- Três casais no termo de Sintra, aforados a Brás Afonso, valem 48 750 réis, e “trazidos” por frei Francisco de Azevedo<sup>55</sup>.

Os bens “trazidos sem hábito” são entregues a leigos que ainda não tenham recebido o hábito, mas que se associam à ordem com a responsabilidade de se empenharem na sua administração.

Estes bens estão localizados no arcebispado de Lisboa (5), no bispado de Coimbra (1) e no bispado da Guarda (1). No arcebispado de Lisboa, o autor do *Livro das Comendas* identifica os seguintes:

- Granja de Alperiate, termo de Lisboa, “trazida” por D. António de Ataíde, conde da Castanheira<sup>56</sup>;
- Um casal junto do mosteiro de Santo António da Castanheira, apartado da quinta da Freiria de Alenquer, “trazido” pelo mesmo D. António de Ataíde, conde da Castanheira, por carta de 1558<sup>57</sup>;
- Bens em Alcoentrinho, termo de Santarém, “trazidos” por Jerónimo de Brito, por carta de 1545<sup>58</sup>;
- Bens em Rio Maior, “trazidos” por André Salema, por carta de 1553<sup>59</sup>;
- Bens na Ameixoeira, termo de Lisboa, “trazidos” por D. Fernando de Castro, por carta de 1548<sup>60</sup>;

50 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fl. 10v.

51 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fl. 34r.

52 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fl. 34r.

53 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fl. 34r.

54 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 34r-34v.

55 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fl. 34v.

56 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fl. 34v.

57 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fl. 34v-35r.

58 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fl. 35r.

59 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fl. 35r.

60 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fl. 35r.

- A alcaldaria-mor e direitos em Vila Franca, exceto os oitavos do vinho, “traídos” por António Correia, por carta de 1538<sup>61</sup>.

No bispado de Coimbra é apenas identificada a renda dos moinhos da vila de Soure, “traída” por Frei Fernão Martins<sup>62</sup>. E no bispado da Guarda é a Granja de sob o Castelo, que já teve título de comenda, e é “traída” por Cristóvão Ferreira<sup>63</sup>.

## 2. O Livro das Comendas da Ordem de Cristo, de frei Pedro Álvares Seco

O *Livro das Comendas* da Ordem de Cristo<sup>64</sup> insere-se num amplo conjunto de documentos coligidos por Pedro Álvares, cavaleiro da ordem, por ordem de D. Manuel e de D. João III. Este cavaleiro teve a seu cargo a compilação das escrituras da Ordem de Cristo, projeto já iniciado por D. Manuel, enquanto duque de Beja, no capítulo que reuniu em Tomar em 1492, mas que, por vicissitudes várias, não teve a concretização desejada<sup>65</sup>. Assim, desde 1530 até 1579, este cavaleiro orientou a realização não só do *Livro da Escrituras da Ordem de Cristo*, mas também o *Livro das Comendas* da Ordem de Cristo, o *Livro das Igrejas, Padroados e Direitos Eclesiásticos da Ordem de Cristo*, bem como vários tombos de igrejas, de comendas e da Mesa Mestral desta ordem<sup>66</sup>.

O *Livro das Comendas* da Ordem de Cristo resulta de um alvará de 16 de dezembro de 1560, pelo qual D. Catarina, regente na menoridade de D. Sebastião, ordena que

se deve de fazer hum livro em que se declarem as comendas novas da dita ordem que são tiradas e desannexadas della assi das cincoenta de meu padroado como das dos vinte mil cruzados que erão nomeadas nos processos executoriaes das bulas do papa Leo decimo per que forão concedidas aa dita ordem e asy algumas que não contão nomeadas nos ditos processos e se poserão em lugar das que se tirarão e todas as mudanças que acerca delas são feitas e que no dito livro se tresladem as provisões per que as ditas comendas se tirarão ou mudarão ou de novo poserão pera se saber como e per cuja autoridade se fez e se tirar toda duvida que acerca disso possa aver<sup>67</sup>.

Neste mesmo alvará é referido um “quaderno”<sup>68</sup>, mandado fazer pela regente ao doutor Pedro Álvares, onde este elaborou uma listagem de todas as comendas e comendadores da ordem, organizados por prelazia e bispados. Como esta disposição foi do agrado da regente, sugeriu que o *Livro* adotasse a mesma organização.

61 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 35r-35v.

62 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 69v-70r.

63 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fl. 78v.

64 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226. Existe uma cópia deste documento em TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, livro 9, de 1646.

65 D. Manuel, no primeiro capítulo que mandou reunir em Tomar, em 1492, ainda como duque de Beja, ordenou a elaboração de um livro onde se compilassem todas as escrituras da Ordem de Cristo, escrito por frei Francisco, frade do mosteiro de S. Domingos de Lisboa, da Ordem do Pregadores, que por autoridade apostólica, foi nomeado escrivão do cartório da *Ordem de Cristo* (TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, n.º 234, 1.ª parte, fl. 3r).

66 Veja-se o fundo TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*.

67 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fl. 7v.

68 Trata-se do *Quaderno das comendas da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo* (TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, livros 19 e 240 [19A]).

O *Livro das Comendas da Ordem de Cristo* é um manuscrito depositado na Biblioteca Nacional de Portugal, cuja análise foi feita através de reprodução em microfilme, não sendo, por isso, possível elaborar uma avaliação criteriosa a nível da descrição física do códice, como por exemplo proceder à contagem de cadernos ou descrever detalhadamente a sua encadernação. Segundo o Inventário de Manuscritos da Biblioteca Nacional, estamos perante um original autêntico, com encadernação de época, doado por Mr. Léon Cassac em 1872<sup>69</sup>. Este *Livro* foi escrito por Gaspar Garro, público tabelião das notas da vila de Tomar, com Pedro Luís Ortega, notário do convento de Tomar, sob a coordenação de Pedro Álvares, estando assinado pelos três no último fólio (fl. 218r). Inclui cerca de quatro dezenas de documentos, uma dezena dos quais não consta no *Livro das Escrituras*<sup>70</sup>. Tem o frontispício iluminado com um crucifixo, armas reais e esfera armilar. É composto por 241 fólios, sendo que nos fls. 219r-220r foi acrescentada, posteriormente, uma carta do cardeal infante D. Henrique pela qual institui a comenda de Santa Maria de Mirandela (19 de setembro de 1579, Lisboa). Pedro Álvares organizou este *Livro* na mesma linha de procedimento que usou para as outras compilações. Primeiro, é trasladado o alvará régio que ordena a realização da obra<sup>71</sup>, seguido da aceitação do referido doutor da dita empresa<sup>72</sup>, finalizando com o “modo de proceder deste livro”<sup>73</sup>. Insere o texto da Ordenação de 1326<sup>74</sup>, da autoria de D. João Lourenço, segundo mestre da Ordem de Cristo. Apesar da Ordenação de 1321, primeira constituição da milícia, já contemplar a criação de comendas, é na segunda que ficam definidas<sup>75</sup>. Segue o texto da *Definição* do Capítulo Geral de 1503 relativo à criação de trinta tenças de dez mil reais cada uma, a atribuir exclusivamente a cavaleiros que tenham servido em África.

O autor enumera as comendas antigas e novas, referindo o nome do comendador e respetivo rendimento, começando pela prelazia de Tomar. Insere o arcebispado de Lisboa onde inclui as tenças assentes na Casa da Mina e Índia, o bispado de Ceuta, em África, e os bispados do Funchal, Angra e Santiago de Cabo Verde. Depois enumera as do arcebispado de Évora, seguidas das do arcebispado de Braga, onde inclui o bispado de Miranda. Sucedem-se as dos bispados de Coimbra, Guarda, Viseu, Lamego, Porto e Silves, onde existe apenas uma comenda antiga, a de Castro Marim.

Após a listagem das comendas e seus comendadores, o autor seleciona vários diplomas régios e pontifícios relativos à criação das comendas novas, bem como documentos relativos às comendas da apresentação do duque de Bragança, como se elencará de seguida.

Pelo documento de 4 de dezembro de 1503, D. Manuel ordena a criação, em África, de trinta tenças com nome de comendas, de dez mil reais de renda anuais, pagas à custa das rendas da Mesa Mestral<sup>76</sup>.

No documento de 29 de abril de 1514, o papa Leão X, pela bula *Redemptor noster*, autoriza o rei D. Manuel a criar comendas enquanto administrador da Ordem de Cristo. Para dote das ditas comendas autoriza a desmembrar mosteiros de várias dioceses, para atingir uma quantia de vinte mil cruzados anuais<sup>77</sup>.

69 *Inventário – Secção XIII – Manuscritos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1896.

70 Os documentos do *Livro das Comendas* encontram-se, na maioria das vezes, incluídos em outras fontes manuscritas. A fonte manuscrita usada como base de comparação é o *Livro das Escrituras da Ordem de Cristo* (TT – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, n.º 234 e n.º 235).

71 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 7v-8r.

72 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 8r-9r.

73 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 9r-11r.

74 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 13r-20v.

75 Veja-se o quadro da distribuição das comendas nas duas ordenações em FERREIRA, 2004, 1: 276-279.

76 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 101r-102r.

77 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 103v-109r e 110v-116v (inserto em documento de 10 de março de 1515).

O autor traslada os processos executoriais relativos ao desmembramento dos mosteiros. O primeiro processo data de 10 de março de 1515 e foi feito pelo nuncio Antonio Puccio sobre as letras apostólicas de Leão X acerca da dotação das comendas novas da Ordem de Cristo<sup>78</sup>. O segundo é de 2 de abril de 1515, pelo qual o mesmo nuncio apostólico elabora processo executorial sobre a anexação de bens de várias igrejas para a criação de comendas novas da Ordem de Cristo<sup>79</sup>. Pela carta de 8 de junho de 1517 [B], D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal, dá execução ao processo sobre a criação de comendas novas ordenadas pelo papa Leão X. Inclui as cartas do papa Leão X dirigida ao rei D. Manuel e a carta de D. Manuel nomeando o bispo do Funchal executor do processo<sup>80</sup>. E pela bula *Non debet reprehensibile*, de 15 de junho de 1517 [A], o papa Leão X, a pedido do rei D. Manuel, revoga e anula o processo executado pelo nuncio apostólico Antonio Puccio sobre a criação de novas comendas a partir do rendimento dos mosteiros e mandou que esses rendimentos fossem retirados das igrejas paroquiais que viessem a ser nomeadas por D. Manuel<sup>81</sup>. O processo feito por D. João, bispo de Tagaste, por comissão de frei Nicolau, ministro da Trindade e um dos executores nomeados na bula anterior, data de 7 de agosto de 1520<sup>82</sup>. Insete o processo executorial de 8 de junho de 1517 [A] levado a cabo por D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal, sobre a criação de cinquenta novas comendas autorizadas pelo papa Leão X, a partir dos rendimentos de cinquenta igrejas do padroado real com inclusão de vários documentos<sup>83</sup>, ao qual se segue a bula *Dum ad illam fidei constantiam* de 15 de junho de 1517 [B], pela qual Leão X, a pedido de D. Manuel, autoriza os cavaleiros nomeados para as comendas a não serem obrigados a pedir confirmação à sé apostólica nem a pagar direitos<sup>84</sup>. O autor transcreve agora um documento de 12 de abril de 1515 pelo qual Antonio Puccio, nuncio apostólico, ratifica o processo de março desse mesmo ano, em virtude de não ter inserido o conteúdo de um breve do papa Leão X, o qual insete agora<sup>85</sup>.

Pelo documento de 29 de dezembro de 1521, D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal, por ordem de Cristóvão Esteves, procurador de D. João III, dá conhecimento do breve de Leão X, *Piis tuis votis presertim*, de 7 de novembro de 1519, pelo qual autoriza o rei D. Manuel a substituir as igrejas de Azurara e de Santa Maria da Covilhã, incluídas nas cinquenta igrejas do seu padroado, por outras duas do seu padroado, nomeando já em substituição da igreja de Santa Maria da Covilhã a igreja de Moreira do bispado de Viseu<sup>86</sup>.

Segue-se o documento de 23 de março de 1528, pelo qual D. Martinho de Portugal, arcebispo do Funchal e nuncio apostólico de Clemente VII, a instância de D. João III, extingue a comenda feita da igreja de Santa Marinha de Vila de Porcos, da diocese do Porto. Em lugar desta cria uma comenda, com o mesmo rendimento, na igreja de S. Lourenço de Reigoso, da diocese de Viseu, com poderes que lhe haviam sido dados por uma bula do mesmo Clemente VII, aqui inserta<sup>87</sup>.

O papa Pio IV, pela bula *Ad personam celsitudinis*, de 9 de fevereiro de 1560, expedida pelo ofício da penitenciária, concede a D. Sebastião autorização para desmembrar comendas e entregá-las em preceptorias

78 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 109v-126r.

79 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 126v-135v.

80 BNP – *Fundo Geral* n.º 226, fls. 136v-141v.

81 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 142r-145r.

82 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 147v-160v.

83 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 162r-170v. Ver quadro 2.

84 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 171v-174r.

85 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 174v-178r.

86 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 179r-182r.

87 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 182v-183v.

a cavaleiros das ordens militares e a outras pessoas que tenham lutado na guerra contra os infiéis<sup>88</sup>. Da mesma data, o mesmo Pio IV, pela bula *Exhibite si quidem*, expedida pelo ofício da penitenciária, concede ao monarca a união e incorporação das preceptorias e comendas da Redinha e Montalvão<sup>89</sup>.

Quanto aos documentos relativos ao duque de Bragança, o autor transcreve um de 10 de junho de 1559, pelo qual Paulo Correia, notário apostólico, a pedido de D. Teodósio, duque de Bragança e Barcelos, faz o traslado da bula *Honestis votis tuis*, do papa Leão X, dirigida ao rei D. Manuel, que permitia que se aplicassem os frutos e rendas de quinze igrejas do padroado do duque de Bragança, D. Jaime, em comendas da Ordem de Cristo. Estas comendas, sendo da nomeação do duque de Bragança, eram isentas do mestre da Ordem de Cristo<sup>90</sup>.

Inseres vários documentos régios, pelos quais são mandadas retirar das comendas novas da Ordem de Cristo certas igrejas por serem anexas a mosteiros, ou a mesas arcebispaes, ou ainda a particulares. Assim, pelo documento de 29 de dezembro de 1552, D. João III, a pedido de D. Baltasar Limpo, arcebispo de Braga, manda retirar das comendas novas da Ordem de Cristo a igreja de Santa Eulália de Vilar de Mouros, por ser da mesa arcebispaal de Braga<sup>91</sup>. Pelo alvará de 29 de agosto de 1560, D. Sebastião ordena que seja retirada do indulto das comendas novas a igreja de Santa Maria de Lalim do bispado de Lamego, por ser o padroado dela alternativamente de D. João de Meneses, senhor de Lalim, e do mosteiro de Tarouca<sup>92</sup>. D. Sebastião, pelo documento de 12 de agosto de 1561, aprova a extinção feita por Pio IV da comenda da igreja de Santo Estêvão de Gião da Maia, do bispado do Porto, e a aplicação dos seus frutos ao mosteiro de S. Salvador de Vairão, da mesma diocese<sup>93</sup>. O papa Pio IV, pela bula *Expocit debitum pastoralis*, atribui os frutos da igreja de Santo Estêvão de Gião da Maia, do bispado do Porto, ao mosteiro de S. Salvador de Vairão, também do bispado do Porto, em documento de 13 de novembro de 1560<sup>94</sup>. Em 14 de março de 1562, o doutor Paulo Afonso, juiz subdelegado do executor das bulas das comendas novas, por ordem de D. Catarina, regente na menoridade de D. Sebastião, pronuncia sentença pela qual foram tiradas das comendas novas as igrejas de Santa Maria de Longos, Santa Maria de Alijó e Santiago de Lordelo por serem anexas ao arcediagado de Olivença, da sé de Braga<sup>95</sup>. E, em 22 de maio de 1562, D. Catarina, regente na menoridade de D. Sebastião, confirma que tomou conhecimento da referida sentença, do doutor Paulo Afonso, de 14 de março de 1562, e ordena que as ditas igrejas de Santa Maria de Longos, Santa Maria de Alijó e Santiago de Lordelo, sejam riscadas do indulto das comendas novas<sup>96</sup>.

O escrivão termina o *Livro das Comendas* referindo novamente que foi feito por ordem régia dirigida a Pedro Álvares, identificando a data – “oje vinte tres dias do mes de julho do anno de mil e quinhentos e sesenta e tres” – e o número total de folhas – “o qual tem II<sup>o</sup> XVII folhas” –, escritas por Gaspar Garro. Todas as escrituras foram conferidas não só pelo escrivão, mas pelo doutor Pedro Álvares e por Pedro Luís Ortega, escrivão apostólico, tendo todos três assinado no final<sup>97</sup>.

88 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 189v-192r.

89 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 193r-194v.

90 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 195v-201r.

91 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 201v-202r.

92 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 202v-204v.

93 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 205r-208v.

94 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 209r-211v.

95 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 212r-216r.

96 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 216r-217v.

97 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 217v-218r.

Posteriormente, por outra mão, foi acrescentado um documento de 19 de setembro de 1579, pelo qual o cardeal infante D. Henrique institui a comenda de Mirandela, criando nos frutos e rendas da dita comenda outras cinco comendas providas a cinco cavaleiros do hábito da Ordem de Cristo<sup>98</sup>.

## Conclusão

No *Livro das Comendas*, Pedro Álvares reuniu não só as comendas antigas e novas da Ordem de Cristo, mas também registou as tenças dos cavaleiros assentes na Casa da Mina e da Índia, bem como os bens que a milícia tinha entregues a indivíduos com hábito da ordem e sem hábito. Para cada um destes registos, indicou o nome do comendador, cavaleiro ou indivíduo a quem pertenciam, ou simplesmente assinalando a qualidade de “vaga”, caso fosse a situação. Acrescentava também o rendimento aquando da sua tomada de posse e o respetivo ano. Caso um indivíduo tivesse mais do que uma comenda ou outros bens, indicava-o, remetendo ainda para o arcebispado ou bispado a que os mesmos pertenciam<sup>99</sup>. Relativamente ao complexo processo da criação das comendas novas, não só as das cinquenta do padroado real, como as dos vinte mil cruzados, e as da apresentação do duque de Bragança, Pedro Álvares indica sempre as que foram substituídas ou retiradas do rol das comendas, e quais os motivos<sup>100</sup>.

O autor fez incluir diversos diplomas régios e pontifícios que suportam a apresentação das comendas antigas e novas, depois dos títulos dos bispados, de forma a ter tudo reunido num só livro.

E pera que a prova da verdade de todo o que neste livro vay não se va buscar em outra parte, neste mesmo livro acabadas as comendas vão tresladadas todas as letras e bullas das concessões das comendas novas e processos que por ellas fizerão os executores<sup>101</sup>.

Este excerto é elucidativo sobre um dos motivos que levou à concretização do *Livro das Comendas*: concentrar num mesmo livro não só o registo de todas as comendas e bens da Ordem de Cristo, como os documentos que atestam essa posse. Outro pretexto, ainda que implícito, é poder controlar os bens que a milícia trazia dispersos, não só em Portugal continental e ilhas, mas também em África.

98 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fls. 219r-220r.

99 “E porque alguns dos comendadores que agora são providos tem mais de huma comenda se escrevem todas as que tem no assento da primeira comenda em que ese comendador se nomea posto que estem em diversos bispados e não deixão de se escrever as mesmas comendas em seus lugares com remissão ao primeiro assento em que o comendador fica nomeado pera que se saiba o numero dos comendadores que ora ha e de todas as comendas” (BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fl. 11r).

100 “E posto que d’algumas das ditas comendas ainda não fossem providos comendadores ou posto que sejam tirados das comendas por qualquer via que seja, vão todavia escritas em seu lugar com declaração de como são tiradas e porque rezão e por cuja autoridade, e a provisão porque se tirarão se se achou vay tresladada depois dos titulos das comendas” (BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fl. 10v.).

101 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226, fl. 11r.

## Anexo

Quadro n.º 1 – As Comendas da Ordem de Cristo segundo o *Livro das Comendas (1563)*<sup>102</sup>

Prelazia/ Arcebispado/ Bispado	Comendas antigas		Comendas das 50 do padroado	Comendas dos 20 mil cruzados	Comendas da apresentação do Duque de Bragança
	Constituição de 1326	Posteriores			
Tomar	6	9			
Lisboa	4	4	7	19	
Ceuta		2			
Funchal		3			
Angra		1			
Cabo Verde		2			
Évora		3		13	4
Braga <sup>103</sup>		2	10	134	13
Coimbra	6	9	4	28	
Guarda	11	12	9	15	
Viseu		1	16	41	
Lamego		5	5	29	
Porto		2		32	1
Silves	1				

102 BNP – *Fundo Geral*, n.º 226. Neste quadro não foram indicadas as tenças assentes na Casa da Mina e da Índia, por estarem indicadas no texto. Também não foram identificados os bens da Ordem de Cristo “trazido com hábito” e “trazidos sem hábito” pelo mesmo motivo. Este quadro foi elaborado com base nos nomes das comendas apresentadas pelo autor, que frequentemente acrescenta que foram retiradas certas comendas, outras substituídas, e outras ainda agrupadas, conforme os processos executórios. No âmbito da tese de doutoramento, está em elaboração um quadro completo com a indicação dos nomes de todas as comendas e bens da ordem à época da realização do *Livro das Comendas*.

103 Inclui o bispado de Miranda.

**Quadro n.º 2 – Sumários dos documentos transcritos no *Livro das Comendas da Ordem de Cristo (1563)*<sup>104</sup>**

Data	Sumário	Livro das Comendas da Ordem de Cristo
<b>1472.6.2</b> <b>Roma</b>	O Papa Sisto IV, pela bula <i>Inter curas multiplices</i> , proíbe os mestres e governadores da Ordem de Cristo (e da Ordem de Santiago) de alienarem os bens do mestrado sob pena de excomunhão, mesmo que seja em reconhecimento de serviços prestados. Os bens alienados por mestres anteriores devem ser restituídos à instituição.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 24r-24v.
<b>1503.12.4</b> <b>Tomar</b>	D. Manuel ordena a criação, em África, de trinta tenças com nome de comendas, de dez mil reais de renda anuais, pagas à custa das rendas da Mesa Mestral.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 101r-102r
<b>1503.12.6</b> <b>Tomar</b>	D. Manuel institui que os cavaleiros da Ordem de Cristo usufruam em vida das rendas das respetivas tenças. Por sua morte, essas tenças serão atribuídas novamente a outros cavaleiros. Ficam, porém, à disposição do mestre e governador da ordem o que tiver sido dado nas vilas de Nisa, Castelo Branco, Pombal e Soure, por serem lugares da Mesa Mestral.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 25r-26r
<b>1514.4.29</b> <b>Roma</b>	O papa Leão X, pela bula <i>Redemptor noster Dominus Jesus Christo</i> , autoriza o rei D. Manuel a criar comendas enquanto administrador da Ordem de Cristo. Para dote das ditas comendas autoriza a desmembrar mosteiros de várias dioceses, perfazendo uma quantia de vinte mil cruzados anuais. Dava ainda poder ao bispo de Ceuta, e ministro da Trindade, para dar posse aos nomeados das ditas comendas.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 103v.-109r e 110v.-116v. (inserto em documento de 1515.3.10)
<b>1514.5.29</b> <b>Roma</b>	O papa Leão X envia letra apostólica a Antonio Puccio, núncio apostólico em Portugal, sobre o processo do desmembramento das comendas novas da Ordem de Cristo. Insete bula <i>Providum universalis ecclesie</i> , do referido papa, pela qual concedera a D. Manuel as tenças das rendas eclesiásticas de Portugal para a guerra em África.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fl. 116v.-118r (inserto em documento de 1515.3.10)
<b>1514.11.30</b> <b>Roma [A]</b>	O papa Leão X envia letra apostólica a Antonio Puccio, núncio apostólico em Portugal, sobre o processo do desmembramento das comendas novas da Ordem de Cristo.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 118r-119v (inserto em documento de 1515.3.10)

104 Este quadro tem por base os documentos que Pedro Álvares copiou para o *Livro das Comendas* da Ordem de Cristo, aqui insertos por ordem cronológica. Apenas se indicou como fonte o referido *Livro das Comendas*, apesar de haver documentos copiados em outras fontes mas que não foram aqui indicadas por estarem, ainda, a ser objeto de investigação no âmbito da tese de doutoramento que temos em fase adiantada de preparação.

Data	Sumário	Livro das Comendas da Ordem de Cristo
<b>1514.11.30</b> <b>Roma [B]</b>	O papa Leão X envia breve apostólico a Antonio Puccio, núncio apostólico em Portugal acerca da dotação das rendas das comendas novas da Ordem de Cristo.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 176v-178r (inserto em documento de 1515.4.12)
<b>1515.3.10</b> <b>Santarém</b>	Processo executorial feito pelo núncio Antonio Puccio sobre as letras apostólicas de Leão X acerca da dotação das comendas novas da Ordem de Cristo.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 109v.-126r
<b>1515.3.31</b> <b>Lisboa</b>	Antonio Puccio, núncio apostólico, enumera os bens, rendas e direitos de trinta e nove igrejas da diocese de Braga, sete de Coimbra, quatro do Porto, de Viseu e da Guarda, catorze de Lamego, quinze de Lisboa e treze de Évora, de forma a perfazer os vinte mil cruzados para a instituição de novas comendas da Ordem de Cristo. Fica a ressalva de que em cada uma destas igrejas seja dado de porção a cada vigário sesenta cruzados.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 126v.-134r (inserto em documento de 1515.4.2[A])
<b>1515.4.2</b> <b>Lisboa</b>	António Puccio, núncio apostólico, elabora processo executorial sobre a anexação de bens de várias igrejas para a criação de comendas novas da Ordem de Cristo.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 126v.-135v.
<b>1515.4.12</b> <b>Lisboa</b>	Antonio Puccio, núncio apostólico, ratifica o processo de março deste mesmo ano, em virtude de não ter inserido o conteúdo de um breve do papa Leão X, o qual insere.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 174v.-178r
<b>1516.4.28</b> <b>Roma [A]</b>	O papa Leão X escreve ao rei D. Manuel confirmando as determinações do núncio apostólico António Puccio.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 137r-138r (inserto em documento de 1517.6.8[B])
<b>1517.1.19</b> <b>Roma</b>	O papa Leão X, pela bula <i>Honestis votis tuis</i> , dirigida ao rei D. Manuel, autoriza que se tomem os frutos de cinquenta igrejas do padroado real, para se aplicarem e constituírem em comendas da Ordem de Cristo, além das que já instituíra com os vinte mil cruzados.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 162v.-165r (inserto em documento de 1517.6.8[A])
<b>1517.5.2</b> <b>Lisboa</b>	D. Manuel escreve ao bispo do Funchal, D. Diogo Pinheiro, nomeando para proceder à execução dos bens escolhidos por António Puccio, para realizar os vinte mil cruzados de rendas necessários à dotação das comendas novas da Ordem de Cristo, solicitadas por D. Manuel ao pontífice.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 138r-138v. (inserto em documento de 1517.6.8[B])

Data	Sumário	Livro das Comendas da Ordem de Cristo
<b>1517.5.20</b> <b>Lisboa</b>	D. Manuel escreve a D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal, para dar execução ao processo da criação de cinquenta comendas retiradas dos direitos e bens de cinquenta igrejas pertencentes ao padroado real.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 165r-166r (inserto em documento de 1517.6.8[A])
<b>1517.5.28</b> <b>Lisboa</b>	D. Manuel, por este alvará, nomeia seu procurador Gaspar Vaz, para apresentar ao bispo do Funchal a bula de Leão X, que autoriza a criação de cinquenta novas comendas a partir do mesmo número de igrejas do padroado real.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 166r-166v. (inserto em documento de 1517.6.8[A])
<b>1517.6.8</b> <b>Lisboa [A]</b>	Processo executorial levado a cabo por D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal, sobre a criação de cinquenta novas comendas autorizadas pelo papa Leão X, a partir dos rendimentos de cinquenta igrejas do padroado real. Inclui vários documentos.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 162r-170v.
<b>1517.6.8</b> <b>Lisboa [B]</b>	D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal, dá execução ao processo sobre a criação de comendas novas ordenadas pelo papa Leão X. Inclui as cartas do papa Leão X dirigida ao rei D. Manuel e a carta de D. Manuel nomeando o bispo do Funchal executor do processo.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 136v.-141v.
<b>1517.6.15</b> <b>Roma [A]</b>	O papa Leão X, pela bula <i>Non debet reprehensibile</i> , e a pedido do rei D. Manuel, revoga e anula o processo executado pelo núncio apostólico António Púcio sobre a criação de novas comendas a partir do rendimento dos mosteiros e mandou que esses rendimentos fossem retirados das igrejas paroquiais que viessem a ser nomeadas por D. Manuel.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 142r-145r
<b>1517.6.15</b> <b>Roma [B]</b>	Leão X, pela bula <i>Dum ad illam fidei constantiam</i> , e a pedido de D. Manuel, autoriza os cavaleiros nomeados para as comendas a não serem obrigados a pedir confirmação à sé apostólica nem a pagar direitos.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 171v.-174r
<b>1518.1.9</b> <b>Roma</b>	O papa Leão X, pela bula <i>Honestis votis tuis</i> , dirigida ao rei D. Manuel, permite que se aplicassem os frutos e rendas de quinze igrejas do padroado do duque de Bragança, D. Jaime, em comendas da Ordem de Cristo. Estas comendas, sendo da nomeação do duque de Bragança, eram isentas do mestre da Ordem de Cristo.	BNP – <i>Fundo Geral</i> n.º 226, fls. 196r-201r (inserto em documento de 1559.6.10)
<b>1518.6.2</b> <b>Roma</b>	Leão X, pela bula <i>Romani pontificis</i> , e a pedido de D. Manuel, determina que a porção reservada aos reitores das igrejas anexadas às comendas novas da Ordem de Cristo, passaria a ser de 35 ou de 45 ducados, de acordo com os rendimentos das mesmas.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 148v.-152v. (inserto em documento de 1520.8.7)

Data	Sumário	Livro das Comendas da Ordem de Cristo
<b>1518.9.30</b> <b>Viterbo</b>	O papa Leão X, pelo breve <i>Dudum certis</i> ratifica tudo o que foi feito pelos executores, dando-lhes mais dois anos para acabarem de executar a dita bula de 1516.6.2.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 152v.-153v. (inserto em documento de 1520.8.7)
<b>1519.11.7</b> <b>Roma</b>	O papa Leão X, pelo breve <i>Piis tuis votis presertim</i> , autoriza o rei D. Manuel a substituir as igrejas de Azurara e de Santa Maria da Covilhã, incluídas nas cinquenta igrejas do seu padroado, por outras duas do seu padroado, nomeando já em substituição da igreja de Santa Maria da Covilhã a igreja de Moreira do bispado de Viseu.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 179v.-181r (inserto em documento de 1521.12.29)
<b>1520.6.29</b>	Frei Nicolau, ministro da Trindade, escreve a D. João bispo de Tagaste, dando-lhe conhecimentos das bulas e breve enviados por Leão X ao rei D. Manuel.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 147v.-148r (inserto em documento de 1520.8.7)
<b>1520.8.7</b> <b>Évora</b>	Processo executorial feito por D. João, bispo de Tagaste, subdelegado de frei Nicolau, ministro da Trindade, em virtude de duas bulas e breves que nele vão insertos, acerca das comendas novas.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 147v.-160v. <sup>105</sup>
<b>1521.12.29</b> <b>Évora</b>	D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal, por ordem de Cristóvão Esteves, procurador de D. João III, dá conhecimento do breve de Leão X de 1519.11.7.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 179r-182r
<b>1527.7.12</b> <b>Roma</b>	Clemente VII, pela bula <i>Cum nobis hodie</i> , delega poderes a D. Martinho de Portugal, núncio apostólico em Portugal.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 183v.-188v. (inserto em documento de 1528.3.23)
<b>1528.3.23</b> <b>Almeirim</b>	D. Martinho de Portugal, arcebispo do Funchal e núncio apostólico de Clemente VII, a instância de D. João III, extingue a comenda feita da igreja de Santa Marinha de Vila de Porcos, da diocese do Porto. Em lugar desta cria uma comenda, com o mesmo rendimento, na igreja de S. Lourenço de Reigoso, da diocese de Viseu, com poderes que lhe haviam sido dados por uma bula do mesmo Clemente VII, aqui inserta.	BNP – <i>Fundo Geral</i> n.º 226, fls. 182v.-183v.
<b>1552.12.29</b> <b>Almeirim</b>	D. João III, a pedido de D. Baltasar Limpo, arcebispo de Braga, manda retirar das comendas novas da Ordem de Cristo a igreja de Santa Eulália de Vilar de Mouros, por ser da mesa arcebispal de Braga.	BNP – <i>Fundo Geral</i> n.º 226, fls. 201v.-202r

105 Não traslada a bula de 1517.6.15, pois já o tinha feito anteriormente nos fls. 142r-145r.

Data	Sumário	Livro das Comendas da Ordem de Cristo
<b>1558.8.6</b> <b>Lisboa</b>	D. Sebastião, pela regente D. Catarina, autoriza que o papa atribua os frutos da igreja de Santo Estêvão de Gião da Maia, do bispado do Porto, ao mosteiro de S. Salvador de Vairão, também do bispado do Porto.	BNP – <i>Fundo Geral</i> n.º 226, fl 206v. (inserto em documento de 1561.8.12)
<b>1559.6.10</b> <b>Lisboa</b>	Paulo Correia, notário apostólico, a pedido de D. Teodósio, duque de Bragança e Barcelos, faz o traslado da bula de Leão X, de 1518.1.9, dirigida ao rei D. Manuel, permitindo que se aplicassem os frutos e rendas de quinze igrejas do padroado do duque de Bragança, D. Jaime, em comendas da Ordem de Cristo. Estas comendas, sendo da nomeação do duque de Bragança, eram isentas do mestre da Ordem de Cristo.	BNP – <i>Fundo Geral</i> n.º 226, fls. 195v.-201r
<b>1560.2.9</b> <b>Roma [A]</b>	O papa Pio IV, por esta bula, expedida pelo ofício da penitenciária, concede a D. Sebastião autorização para desmembrar comendas e entregá-las em preceptorias a cavaleiros das ordens militares e a outras pessoas que tenham lutado na guerra contra os infiéis.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 189v.-192r
<b>1560.2.9</b> <b>Roma [B]</b>	O papa Pio IV, por esta bula <i>Exhibite siquidem</i> , expedida pelo ofício da penitenciária, concede a D. Sebastião a união e incorporação das preceptorias e comendas da Redinha e Montalvão.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 193r-194v.
<b>1560.8.29</b> <b>Lisboa</b>	D. Sebastião, por este alvará, ordena que seja retirada do indulto das comendas novas a igreja de Santa Maria de Lalim do bispado de Lamego, por ser o padroado dela alternativamente de D. João de Meneses, senhor de Lalim e do mosteiro de Tarouca.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 202v.-204v.
<b>1560.11.13</b> <b>Roma</b>	O papa Pio IV, pela bula <i>Exposcit debitum pastoralis</i> , atribui os frutos da igreja de Santo Estêvão de Gião da Maia, do bispado do Porto, ao mosteiro de S. Salvador de Vairão, também do bispado do Porto.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 209r-211v.
<b>1560.12.16</b> <b>Lisboa [B]</b>	D. Catarina, regente na menoridade de D. Sebastião, em alvará dirigido a frei Pedro Álvares, ordena a realização do <i>Livro das Comendas</i> da Ordem de Cristo, a partir do levantamento feito pelo próprio Pedro Álvares, num caderno já enviado à regente, onde constavam todas as comendas da ordem, seus comendadores e rendimentos.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 7v.-8r
<b>1561.6.27</b> <b>Lisboa</b>	D. Catarina, regente na menoridade de D. Sebastião, e perante uma petição do doutor António Carvalho, sobre as igrejas das comendas novas de Santa Maria de Longos, Santa Maria de Alijó e Santiago de Lordelo, ordena ao doutor Paulo Afonso, juiz subdelegado do executor das bulas das comendas novas, para que pronuncie a sua sentença.	BNP – <i>Fundo Geral</i> , n.º 226, fls. 212v.- 213r (inserto em documento de 1562.3.14)

Data	Sumário	Livro das Comendas da Ordem de Cristo
<b>1561.8.12</b> <b>Lisboa</b>	<p>D. Catarina, regente na menoridade de D. Sebastião aprova a extinção feita por Pio IV da comenda da igreja de Santo Estêvão de Gião da Maia, do bispado do Porto, e a aplicação dos seus frutos ao mosteiro de S. Salvador de Vairão, da mesma diocese. Faz referência à bula do papa Pio IV, de 1560.11.13, que deveria ser trasladada “no cartório e tombo das escrituras do dito convento” (fl. 208r.) mas que não se encontra no <i>Livro das Escrituras</i>, terminado em 1573, nem no livro de bulas e breves copiado no cartório de Tomar, que por ter sido terminado em maio de 1560, não poderia apresentá-la, podendo ser este um motivo para não se encontrar no referido Livro. Vai trasladada neste Livro das Comendas, nos fls. 209r-211v.</p>	<p>BNP – <i>Fundo Geral</i>, n.º 226, fls. 205r-208v.</p>
<b>1562.3.14</b> <b>Lisboa</b>	<p>O doutor Paulo Afonso, juiz subdelegado do executor das bulas das comendas novas, por ordem de D. Catarina, regente na menoridade de D. Sebastião, pronuncia sentença pela qual foram tiradas das comendas novas as igrejas de Santa Maria de Longos, Santa Maria de Alijó e Santiago de Lordelo, por serem anexas ao arcediagado de Olivença, da sé de Braga.</p>	<p>BNP – <i>Fundo Geral</i>, n.º 226, fls. 212r-216r</p>
<b>1562.5.22</b> <b>Lisboa</b>	<p>D. Catarina, regente na menoridade de D. Sebastião, confirma que tomou conhecimento da sentença do doutor Paulo Afonso, de 1562.3.14, e ordena que as ditas igrejas de Santa Maria de Longos, Santa Maria de Alijó e Santiago de Lordelo, sejam riscadas do indulto das comendas novas.</p>	<p>BNP – <i>Fundo Geral</i>, n.º 226, fls. 216r-217v.</p>
<b>1579.9.19</b> <b>Lisboa</b>	<p>O cardeal infante D. Henrique institui a comenda de Mirandela, criando nos frutos e rendas da dita comenda outras cinco comendas providas a cinco cavaleiros do hábito da Ordem de Cristo. Acrescentado posteriormente por outra mão.</p>	<p>BNP – <i>Fundo Geral</i>, n.º 226, fls. 219r-220r</p>

## Fontes

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) – *Fundo Geral*, n.º 226.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (TT) – *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, livros 9, 11, 19 e 240 (19A); n.º 234 e n.º 235.

## Bibliografia

ALMEIDA, Fortunato de, 1968 – *História da Igreja em Portugal*, vol. II. Porto: Livraria Civilização.

BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe, 2004 – *Prier et Combattre – Dictionnaire Européen des Ordres Militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard.

BUESCU, Ana Isabel, 2005 – *D. João III*. [Lisboa]: Círculo de Leitores.

CARRAZ, Damien, 2009 – “Mémoire” in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe – *Prier et Combattre – Dictionnaire Européen des Ordres Militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, p. 602-604.

COSTA, João Paulo Oliveira e, 2005 – *D. Manuel I*. [Lisboa]: Círculo de Leitores.

CUNHA, Mafalda Soares da, 2000 – *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas Sociais e Redes Clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa.

FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues, 2004 – *A Normativa das Ordens Militares Portuguesas (séculos XII-XVI). Poderes, Sociedade, Espiritualidade*, Porto, 2 volumes. (Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

*Inventário – Seccção XIII – Manuscriptos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1896.

JOSSERAND, Philippe, 2009 – “Commanderie” in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe – *Prier et Combattre – Dictionnaire Européen des Ordres Militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, p. 245-246.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; COSTA, Fernando Dores, 1999/2000 – “As Comendas das Ordens Militares do século XVII a 1830” in FONSECA, Luís Adão da (dir.) – *Militarium Ordinum Analecta. A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, vol. 3/4, p. 595-605.

OLIVAL, Fernanda, 2009 – “Áfrique du Nord” in BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe – *Prier et Combattre – Dictionnaire Européen des Ordres Militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, p. 50-52.

OLIVAL, Fernanda, 2011 – “Economía de la merced y venalidad en Portugal (siglos XVII y XVIII)” in ANDÚJAR CASTILLO, Francisco e FELICES DE LA FUENTE, María del Mar (eds.) – *El poder del dinero. Ventas de cargos e honores en el Antiguo Régimen*. Madrid: Biblioteca Nueva, p. 345-357.

PAIVA, José Pedro Matos, 2000 – “A Igreja e o Poder” in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal. Humanismos e Reforma*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 2, p. 135-187.

SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, 1997 – “A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)” in FONSECA, Luís Adão da (dir.) – *Militarium Ordinum Analecta. As Ordens Militares no reinado de D. João I*. Porto: CEPESE/Fundação Eng. António de Almeida, vol. 1, p. 5-125.

SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, 2009 – “As Comendas Novas da Ordem de Cristo: uma criação manuelina” in FONSECA, Luís Adão da (dir.) – *Militarium Ordinum Analecta. Comendas das Ordens Militares na Idade Média*. Porto: CEPESE/Fundação Eng. António de Almeida, vol. 11, p. 105-118.

SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, 2012 – “As Comendas Novas da Ordem de Cristo: século XVI” in FONSECA, Luís Adão da (dir.) – *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 13. Porto: CEPESE/Fundação Eng. António de Almeida.

SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, 2002 – “A Ordem de Cristo (1417-1521)” in FONSECA, Luís Adão da (dir.) – *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 6. Porto: CEPESE/Fundação Eng. António de Almeida.

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de, 1998 – “A Ordem Militar de Cristo na Baixa Idade Média. Espiritualidade, normativa e prática” in FONSECA, Luís Adão da (dir.) – *Militarium Ordinum Analecta. As Ordens de Cristo e de Santiago no início da Época Moderna*. Porto: CEPESE/Fundação Eng. António de Almeida, vol. 2, p. 5-92.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa, 1865 – *Elucidário das palavras, termos e frases que antigamente em Portugal se usaram*, 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 2 volumes.



***Varia***



## **A evolução dos retábulos minhotos entre os séculos XVII e XVIII. Tradição e originalidade**

**Paula Cardona**

### **Contexto territorial**

O Alto Minho, posicionado a Norte de Portugal continental, apresenta-se como espaço periférico no entorno do qual se identificam dois importantes centros urbanos – Braga e Porto, mas igualmente outros focos regionais de proximidade geográfica como Barcelos, Famalicão e Guimarães. Apesar de uma certa unidade, conferida pelo peso que assume o Atlântico, o Alto Minho apresenta-se diverso na paisagem, marcada pelo contraste entre o litoral cosmopolita e o interior rural; nas formas e funções dos centros urbanos que integram este território e que decorrem de processos de desenvolvimento díspares, visíveis nos concelhos em que a consolidação das estruturas administrativas e, por consequência, económicas, ocorreram a um ritmo mais rápido. Em alguns concelhos, o peso das unidades paroquiais será determinante como fator de fixação da população e noutros serão fundamentais as unidades conventuais para o fomento e consolidação das dinâmicas de desenvolvimento local e regional, em ambas as situações, sob o escrutínio e controlo do arcebispado bracarense.

Ao vale do Lima pertencem os concelhos de Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez. Nestes territórios eminentemente rurais, o rio Lima assume-se como elemento marcante da paisagem, conferindo a estes concelhos uma certa unidade e identidade geográfica.

Viana do Castelo, sede da comarca, apresenta-se como centro urbano mais desenvolvido e está na transição entre os vales do Lima e Minho. Neste último, englobam-se os concelhos de Caminha e Vila Nova de Cerveira, Valença e Monção. No interior da bacia hidrográfica do Minho localiza-se o concelho de Paredes de Coura. Este território de cerca de 200 km<sup>2</sup> concentra um vasto espólio de arquitetura religiosa de tipologia diversa – igrejas paroquiais e votivas; santuários; misericórdias; unidades conventuais; ermidas – espaços em que a arte da talha se desenvolveu e maturou à luz de esquemas mais tradicionais que perduraram no tempo ou de esquemas inovadores que se alinhavam ao novo gosto que se afirmava nos centros urbanos do Porto e Braga, este último, sede arquiépiscopal, na dependência da qual estavam estes concelhos em matéria espiritual. Num e noutro caso, de forma direta ou indireta, imperava a formação cultural, a disponibilidade financeira e o prestígio social do encomendante, no contexto de um

exercício individual da devoção e por via da participação coletiva no edifício de uma nova moral religiosa que consolidava os valores da fé e da piedade barroca, nascidos no seio do ideário tridentino, que se afirmou como agente de uma nova estética ao serviço de uma moral renovada.

### **A talha – estado da questão**

A talha apresenta em território nacional particularismos que se identificam em função da influência dos tratados de arquitetura. O tratado de Sérlio é um caso paradigmático na decoração do interior dos espaços das igrejas, sobretudo entre 1550 e 1700 e servirá de modelo para os retábulos maneiristas que se produziram em território nacional. Apesar destas influências, Portugal desenvolverá, na talha, tal como na arquitetura, um estilo muito próprio, à margem dos padrões internacionais que se pode observar no plano estrutural das máquinas retabulares maneiristas concebidas para receber pinturas.

Estas estruturas tendem a evoluir na segunda metade do século XVII, assumindo importância crescente no interior do espaço sacro, extravasando a sua mera qualidade decorativa, para se colocar ao serviço da propaganda litúrgica contrarreformista. A mudança observa-se essencialmente no aparecimento de nichos destinados a imagens nos espaços que até então eram ocupados pela pintura. Paralelamente começam a surgir painéis figurativos em baixo relevo, predominam as colunas ou pilastras e, por vezes, um camarim posicionado ao centro do retábulo. Aplicam-se nestas estruturas os frontões curvos e as volutas. Do ponto de vista decorativo, pontuam as cabeças de anjo e a aplicação alternada de elementos naturalistas e geométricos em parte ou na totalidade dos fustes das colunas<sup>1</sup>.

Os interiores das igrejas portuguesas, a partir da segunda metade do século XVII e sensivelmente até ao primeiro terço do século XVIII, adquirem características muito peculiares que decorrem da combinação do azulejo, da talha e da pintura. Estes suportes decorativos passam a revestir na totalidade as paredes e tetos das igrejas criando um efeito de grande profusão decorativa, que torna as igrejas portuguesas num fenómeno de originalidade, sem paralelo em toda Europa. Deste período são os retábulos do denominado período Nacional, cuja estrutura adota grande dinamismo, associando-se ao gosto que prevalece, então, nos interiores portugueses. Na realidade, à planimetria e retilinearidade das estruturas maneiristas opõem-se as plantas em perspetiva côncava que integram colunas de fuste espiralado, pseudo-salomónicas, o remate em arcos concêntricos e o entalhe em médio e alto-relevo passa a ser utilizado como técnica dominante. A ornamentação que reveste o retábulo passa a enfatizar a simbologia eucarística. Mas o elemento mais destacado nesta evolução, patenteado sobretudo nos retábulos-mores, é a introdução de amplos camarins no centro da máquina retabular dotados de trono para exposição solene do Santíssimo Sacramento.

A partir do segundo quartel do século XVIII, um novo estilo é impresso nas estruturas retabulares – o Joanino. O epicentro desta nova corrente para todo o noroeste de Portugal será a cidade do Porto que adota o Joanino, já cimentado em Lisboa, no programa de remodelação do interior da Sé. O retábulo da capela-mor da Sé do Porto, executado em 1727-1729, está totalmente inserido no esquema cenográfico inspirado no barroco romano e no tratado de Andrea Pozzo. Notam-se como características dominantes: as formas elegantes e movimentadas, a utilização da genuína coluna salomónica e uma decoração exuberante

1 SMITH, 1962: 49-63.

de grinaldas e festões, volutas, palmas, conchas, jarras de flores, cabeças de anjos e cartelas variadas, cortinas e cortinados, sanefas, borlas e atlantes de tamanho natural que suportam a estrutura retabular. Dos retábulos nacionais manterão os camarins com trono eucarístico, mas acentuando o seu efeito cenográfico<sup>2</sup>.

Esta tipologia de retábulos vigorará até cerca de 1750, data a partir da qual se introduz um vocabulário rococó influenciado pelos tratados franceses de Bosse, Blondel, Briseux, Jombert, Quillard e Meissonier e de inspiração alemã, sobretudo das gravuras augsburgianas e dos gravuristas Klauber e Habermann. Entre 1750-1770, o Porto será um centro de vanguarda, associado a nomes como Francisco Pereira Campanhã e José Teixeira Guimarães, seguindo-se Braga, que “fará com que a sua linguagem rococó se propague pelas terras do arcebispado, do Minho a Trás-os-Montes”<sup>3</sup>.

### Os retábulos maneiristas no Alto-Minho – esquemas e autorias

Dos retábulos maneiristas que subsistem em Viana do Castelo, o retábulo da capela de N.ª Sr.ª do Rosário ou dos Melo Alvim da matriz desta cidade, datado de finais do século XVI, é um dos mais fiéis aos esquemas tradicionais deste estilo e que não encontra paralelo no território alto-minhoto. Estruturalmente os registos verticais e horizontais deste equipamento foram preparados para integrar exclusivamente pinturas que se localizam na predela, no tramo central, que recebe uma pintura flamenga representando N.ª Sr.ª do Rosário com o menino e São João Baptista, nos tramos laterais e no painel ovalado no remate do retábulo.



Fotografia n.º 1 – Retábulo da capela de N.ª Sr.ª do Rosário. Matriz Viana do Castelo.

2 FERREIRA-ALVES, 2001: 38-43.

3 FERREIRA-ALVES, 2003: 739-741.

Fiel ao modelo maneirista que obedece a um esquema reticulado de andares é o retábulo da capela lateral do lado do evangelho da igreja de Santa Maria da Porta, igreja matriz de Melgaço. Provavelmente executado em finais do século XVI recebe pinturas provenientes do antigo retábulo da Misericórdia daquela vila, atribuídas ao mestre pintor António de Figueiroa (1591). Ostenta planta plana, corpo tripartido, três tramos e ático. Neste retábulo são aplicados na predela painéis entalhados onde figuram os temas da Visitação e Anunciação, obra provavelmente executada pelo mestre imaginário Pero Lopes, originário da Galiza<sup>4</sup>. No tramo central, mais saliente que os laterais, a pintura é substituída por uma imagem; nos tramos laterais aplicam-se telas pintadas, bem como no painel central do remate.

Estes equipamentos são os que permanecem da encomenda retabular do século XVI neste território. Todavia a documentação refere outras, sobretudo em Viana do Castelo e Caminha, que nos ajudam a perspetivar as dinâmicas dos encomendantes, maioritariamente confrarias, e dos mestres e oficiais que operavam no seu entorno.

Em 1524 é encomendado o retábulo conjunto da confraria do Espírito Santo e Misericórdia para a capela da primeira, sita na igreja colegiada de Viana do Castelo. Desconhecemos o autor da obra e pela sumária descrição apresentada no documento a estrutura receberia duas pinturas: uma com a imagem de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> e, por cima desta, outra representando o Espírito Santo. Este retábulo será substituído por um outro em 1533, provavelmente executado por Duarte Álvares, mestre carpinteiro<sup>5</sup>. Duarte Álvares fará em 1558 três retábulos para a igreja da Misericórdia de Caminha<sup>6</sup>.

Para a capela da confraria dos Mareantes, também na colegiada de Viana do Castelo, é recenseado um retábulo num livro de inventário de 1548, estrutura essa que teria sido profundamente intervencionada em 1595<sup>7</sup>.

Em 1584, a confraria do Santíssimo Sacramento da colegiada de Viana do Castelo contrata o pintor Francisco Padilha para pintar e dourar o equipamento retabular da sua capela. A descrição do programa pictórico – pintura de Cristo despedindo-se da Virgem e de Santa Maria Madalena, para o lado do evangelho; a pintura da Última Ceia, para a parte superior do Calvário e no painel da epístola, o Lava-pés, pintando para os painéis mais pequenos do retábulo outros temas que os mordomos da confraria especificariam – leva-nos a considerar que a estrutura do retábulo se inscrevia no modelo maneirista reticulado de andares. Em 1591-1592, Baltazar Moreira será contratado para intervir no retábulo. Este mestre carpinteiro executará em 1573 o retábulo da igreja da Misericórdia e fará em 1596 o retábulo da igreja do mosteiro de São Bento, ambos em Viana do Castelo<sup>8</sup>.

Na senda da evolução que se verifica na retabulística portuguesa a partir da década de vinte do século XVII estão os retábulos de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> dos Mares (1620-1621) e de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição (do mesmo período), ambos da igreja do extinto convento de São Domingos de Viana do Castelo. Nestas estruturas que mantêm a planta plana e o esquema em andares a pintura está confinada à tela que sobrepuja o remate do retábulo em frontão semicircular. Nos espaços intercolúnios, até então reservados à pintura, são introduzidos nichos para imagens e painéis figurativos de médio e alto-relevo.

4 SERRÃO, 1998: 266-267.

5 CARDONA, 2012: 60-62.

6 LAMEIRA; LADEIRA, 2015: 25.

7 CARDONA, 2012: 188-189.

8 CARDONA, 2012: 125-128.



Fotografia n.º 2 – Retábulos de N.ª Sr.ª dos Mares.

Estes elementos que se introduzem nos equipamentos retabulares na década de vinte de Seiscentos perduraram nas décadas posteriores como se exemplifica no retábulo da capela de N.ª Sr.ª do Rosário da igreja do convento de Santo António de Ponte de Lima, assente em 1670 e patrocinado por João Gomes Abreu e Pero de Araújo de Lima, netos de D. Álvaro de Melo, fundador da capela<sup>9</sup>.

Estruturalmente fiéis às características maneiristas, os retábulos de andares que se produzem a partir do primeiro quartel do século XVII para as capelas-mores mantêm as proporções altas dos retábulos maneiristas com alterações na parte central devido à introdução de camarins com troncos para exposição do Santíssimo Sacramento. Esta tipologia é observada no exemplar de pendor erudito da igreja de Santa Maria do extinto convento dos cônegos regrantes de Santo Agostinho, em Refoios do Lima.

Um dos retábulos maneiristas mais representativos a nível regional desta tipologia é o retábulo-mor da igreja do Espírito Santo, em Arcos de Valdevez, executado em 1666 pelos ensambladores bracarenses Manuel Antunes e seu cunhado Francisco Pacheco. Este retábulo de planta plana, corpo único e três tramos foi especialmente concebido para receber ao centro um camarim, onde estava exposta a imagem do Pentecostes. Esta peça é o resultado da maturação da evolução da retabulística maneirista a partir dos esquemas tradicionais.

9 Disponível em: <[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6903](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6903)> [consult. 28 nov. 2014].



Fotografia n.º 3 – Retábulo-mor, igreja do Espírito Santo, Arcos de Valdevez.

### **Talha do período Nacional**

A talha do período Nacional será aplicada no interior das igrejas alto-minhotas até finais da década de trinta de Setecentos. Como sucedeu no período maneirista, estas obras serão maioritariamente executadas por mestres entalhadores de Barcelos que estenderão a sua atividade a todas as sedes de concelho do Alto Minho. De facto, a presença de entalhadores oriundos de Barcelos suplanta os mestres bracarenses no número de obras arrematadas e executadas.

Pela qualidade e quantidade de obras de talha identificadas da “escola de Barcelos”, impõem-se os nomes de Manuel de Almeida, mestre escultor, autor de risco, com obra documentada entre 1699 e 1709, sobretudo em Caminha e Monção. Na senda de Manuel de Almeida, o mestre ensamblador Manuel de Azevedo, ao serviço das religiosas beneditinas dos dois conventos dessa ordem existentes em Viana do Castelo e da poderosa confraria do Espírito Santo da matriz desta cidade. Uma atividade centrada sobretudo entre 1707 e 1710.



Fotografia n.º 4 – Retábulo da capela da confraria dos Mareantes, Matriz de Caminha.

Com nota de uma certa originalidade neste período é o retábulo executado para a capela do Divino Espírito Santo do santuário de N.ª Sr.ª dos Milagres, Monção (1709) por Manuel Almeida, que aplica na parte central do mesmo, em substituição da tribuna, uma estrutura porticada, de dois andares, entalhada, que alberga imagens dos doze apóstolos, solução que para além de enfatizar o triunfo da imagem no retábulo deve ser entendida como uma rutura dos cânones convencionais. Um outro caso é o retábulo-mor do santuário de N.ª Sr.ª da Boa Morte na Correlhã, Ponte de Lima, um dos mais representativos exemplares, no qual a adoção de soluções novas concorreu para a alteração da morfologia do equipamento, acentuando um cunho de originalidade. De facto, esta peça, única no género, executada pelo mestre entalhador bracarense Francisco Pereira de Castro (1719) não é mais que um amplo camarim de dois andares que recebe duas composições escultóricas de tamanho natural. Na parte inferior, a Lamentação de Cristo Morto e na parte superior, a Dormição da Virgem. O retábulo foi concebido como se de um cenário teatral se tratasse, sendo possível aos fiéis acederem diretamente a ambos os pisos para contemplar as cenográficas imagens que ilustram a morte de Cristo e da Virgem Maria. Por último, mencione-se que no primeiro quartel do século XVIII se tornou moda associar aos retábulos que preenchiem o interior sacro os revestimentos integrais das paredes a azulejo e a pintura dos tetos, criando ambientes de singular beleza, uma originalidade na arte sacra portuguesa. O gosto por este tipo de ambientes profusamente decorados conquistou, por todo o país, diferentes mecenas, fazendo perdurar estes esquemas decorativos para além do primeiro quartel do século XVIII. Um dos interiores que melhor ilustra a adesão a este gosto e cumulativamente a persistência e perduração destes programas decorativos é a igreja da Misericórdia de Viana do Castelo (1714-1722).

Na Misericórdia de Viana do Castelo trabalhou o mestre entalhador imaginário Ambrósio Coelho, natural de Barcelos, e a quem está associado um vasto leque de obras no território minhoto durante o segundo quartel do século XVIII. Ambrósio Coelho assinará um importante conjunto de retábulos, particularmente em Viana do Castelo, num período que decorre entre 1709 e 1730. Trabalha na colegiada de Viana do Castelo, ao serviço da confraria do Espírito Santo, na obra de um novo retábulo para a capela (1709) e, sob o patrocínio da mesma confraria, executa o retábulo do Senhor dos Passos (1711); para a igreja do convento de St.º António contrata o retábulo da última capela lateral do lado do evangelho, o retábulo colateral do lado do evangelho (1718) e o colateral do lado da epístola (1722)<sup>10</sup>; a Misericórdia contrata-o para a feitura do retábulo, tribuna e quatro imagens destinados à capela-mor da sua igreja (1718); a este mestre se deve o retábulo da capela-mor da igreja do convento de São Domingos (1720). É o autor do risco dos cinco retábulos em talha da igreja de São Miguel de Perre encomendados em 1721; faz a tribuna da igreja paroquial de Mujães (1722), uma nova tribuna ser-lhe-á encomendada para a mesma igreja em 1734<sup>11</sup>; é-lhe adjudicado o risco da extinta capela da Ordem Terceira Dominicana, anexa ao convento de São Domingos (1727)<sup>12</sup>. A última referência documental a este mestre de Barcelos data de 1737 e refere-se ao contrato da obra da tribuna da igreja de Capareiros<sup>13</sup>.

Um dos mais notáveis e operosos intérpretes da arte da talha que cobre todo o período Nacional e entrando pelo Joanino adentro foi Miguel Coelho. As obras que assinou e executou, de grande qualidade técnica e artística, extravasam o núcleo barcelense, onde nasceu, espalhando-se de forma inaudita pelo Entre-Douro-e-Minho. A sua longevidade justifica a profícua atividade que desenvolveu entre 1698 e 1742.

Do extenso conjunto de obras da sua autoria no Alto Minho comentaremos apenas os retábulos que concebeu e executou: risco e execução (em parceria com Tomé de Araújo) do retábulo e tribuna da igreja de Mazedo, Monção (1722); é autor do risco e da feitura do retábulo-mor da igreja matriz de Ponte da Barca (1723); risca e faz o retábulo da capela de N.ª Sr.ª da Glória, do palácio da Carreira, Viana do Castelo (1727); contrata a obra de execução do retábulo da extinta capela da Ordem Terceira Dominicana, junta ao mosteiro de São Domingos, segundo o risco do mestre entalhador, seu conterrâneo, Ambrósio Coelho (1727); faz o risco e a obra do retábulo da capela de N.ª Sr.ª das Dores da colegiada de Ponte de Lima (1729); concebe o risco dos retábulos laterais da igreja da Misericórdia de Caminha (entre 1732-1733); intervém nos retábulos da igreja do mosteiro beneditino de St.ª Ana de Viana do Castelo – terá executado, provavelmente, os retábulos laterais (1735); arremata a obra do retábulo tribuna e frontal da igreja da Misericórdia de Ponte de Lima (1738).

Estruturalmente, os retábulos de Miguel Coelho mantêm a sua vinculação ao Nacional. Importa, contudo, precisar que os retábulos que este artista executará a partir da década de vinte de Setecentos indiciam uma evolução, sobretudo decorativa, que se assumirá como assinatura de Miguel Coelho. Falamos da inclusão, no ático dos retábulos, de molduras em colchete que substituirão os arcos salomónicos e as arquivoltas convencionalmente adotadas pelo Nacional. A marca joanina de Miguel Coelho, no que à conceção de retábulos diz respeito, está bem visível nos retábulos laterais que risca e executa para a Misericórdia de Caminha em 1732-1734, uma das suas últimas obras, juntamente com a obra do retábulo, tribuna e frontal da igreja da Misericórdia de Ponte de Lima, de que resta o frontal de altar por ele executado (1738)<sup>14</sup>.

10 Disponível em: <[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=682](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=682)> [consult. 7 ago. 2013].

11 MOREIRA, 2006: 13.

12 CARDONA, 2012: 350.

13 MOREIRA, 2006: 13.

14 CARDONA, 2011: 424, 442.



Fotografia n.º 5 – Retábulo-mor da igreja Matriz de Ponte da Barca.

## O Joanino

O Joanino é introduzido no Alto Minho a partir do Porto e de Braga, mas o seu impacto e intensidade neste território serão menos notados. No Porto, o Joanino é introduzido no retábulo da sé dessa cidade em 1727 e em Braga reflete-se nos retábulo-mor e colaterais da Misericórdia (1734-1738). Mas será efetivamente a partir do Porto que este estilo se propagará para Trás-os-Montes e para o Minho<sup>15</sup>.

Muitas são as razões da expressão tardia e limitada que o Joanino assumirá no Alto Minho, dentre as quais se deve evocar o conservadorismo da clientela, fiel aos esquemas do estilo Nacional e, em situações pontuais, a reserva de recursos financeiros para empreender, à semelhança do Porto e de Braga, obras de renovação de interiores.

No que diz respeito à produção retabulística, neste território, entre 1740-1750, os executantes locais ombreiam com os entalhadores oriundos de Braga. Do naipe bracarense registe-se o nome de Jacinto da Silva, contratado pela confraria de N.ª Sr.ª da Boa-Morte, do santuário com o mesmo nome na freguesia da Correlhã, Ponte de Lima, para executar em 1741 os retábulos colaterais do referido templo.

Na capela-mor da igreja de St.º António de Viana do Castelo foi assente, em 1750, um imponente retábulo joanino atribuído pelo cronista da província a frei João de Jesus Maria, mas poderá ter sido executado pelo mestre imaginário vianense António Rodrigues Pereira<sup>16</sup>. Este mestre foi o autor do risco e executou o retábulo da confraria do Santíssimo Sacramento da matriz de Viana do Castelo (1744) e o retábulo e tribuna da igreja paroquial de Areosa (1745).

15 FERREIRA-ALVES, 2003: 735, 743-747.

16 Disponível em: <[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6821](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6821)> [consult. 7 ago. 2013].



Fotografia n.º 6 – Retábulo-mor da igreja do convento de St.º António.

Um outro equipamento retabular joanino digno de nota pela escala e qualidade de execução é o que hoje se pode observar na capela-mor da igreja do convento de N.ª Sr.ª de Mosteiró, freguesia de Cerdal, Valença. Este retábulo-mor, juntamente com o púlpito e o retábulo colateral, são provenientes da igreja do mosteiro de freiras clarissas S. Francisco de Jesus de Valença, extinto em 1769. Esta peça executada entre as décadas de quarenta e cinquenta é um erudito exemplar joanino dotado de amplo camarim que se abre no centro do retábulo rematado por baldaquino, elemento que é igualmente utilizado nos nichos laterais do retábulo, a par de cortinas e laçarias. Esta obra está atribuída ao mestre escultor, imaginário e entalhador bracarense Marceliano de Araújo<sup>17</sup>.

O retábulo da capela privada de N.ª Sr.ª da Conceição (construída em 1736) e adossada à Casa dos Anjos, localizada na freguesia de Ferreira, Paredes de Coura, aproxima-se do retábulo da capela do Santíssimo Sacramento da matriz de Viana do Castelo, da autoria do mestre vianense António Rodrigues Pereira. A sua filiação joanina está patente no recurso a planta côncava, ampla tribuna enquadrada por pilastras e rematada por baldaquino. Na decoração prevalecem os elementos vegetalistas, os cortinados e as laçarias e querubins<sup>18</sup>.

17 FIGUEIREDO, 2008: 331.

18 Disponível em: <[http://acerpt.org/vmdacer/index.php?option=com\\_content&task=view&id=90&Itemid=69](http://acerpt.org/vmdacer/index.php?option=com_content&task=view&id=90&Itemid=69)> [consult. 17 dez. 2014].

## A talha rococó

A talha da fase final do barroco produzida no Alto Minho está totalmente vinculada à escola bracarense. Serão efetivamente os artistas de nomeada das oficinas de Braga que deixarão uma marca indelével na talha rococó do Alto Minho e nos entalhadores autóctones. Os elementos marcantes desta expressão, que imprimem à talha bracarense características distintivas, que se projetam na talha alto-minhota, são as estruturas serpenteadas dos retábulos e os ornatos tratados de forma volumétrica, elementos que estão ancorados nas gravuras franco-alemãs de autores como Meissonnier, os Klauber e Habermann. A inspiração e os modelos são reproduzidos também a partir dos tratados de Andrea Pozzo, Bosse, Blondel, Briseux, e Jombert, amplamente divulgados em Portugal<sup>19</sup>.

Exemplares deste novo gosto e vinculados aos esquemas de Braga são o retábulo da capela de N.ª Sr.ª do Rosário, da dupla bracarense André Soares e José Álvares de Araújo (1759-1761); o retábulo-mor da capela de N.ª Sr.ª da Agonia, riscado por André Soares (1762-1763); o retábulo da capela de S. Francisco de Paula e do Espírito Santo, do palácio Malheiro Reimão, provavelmente projetado por André Soares (c. 1763).



Fotografia n.º 7 – Retábulo de N.ª Sr.ª do Rosário, igreja de S. Domingos, Viana do Castelo.

Em Ponte de Lima sobressai o programa de talha da igreja da Ordem Terceira de S. Francisco (1756-1761), com risco da autoria do entalhador bracarense José Álvares de Araújo e executado pelos irmãos de Guimarães António da Cunha Correia Vale e Manuel da Cunha Correia. Esta empreitada decorre ao mesmo tempo que as obras de remodelação da igreja de São Martinho de Tibães, em ambas um mesmo nome, o mestre entalhador bracarense José Álvares de Araújo. Em Ponte de Lima risca a obra e em Tibães executa o risco de André Soares.

19 FERREIRA-ALVES, 2003: 749.

Uma outra representação erudita da talha rococó minhota encontra-se na capela de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Lapa, onde trabalhou o mestre escultor bracarense André António da Cunha (1769) como autor do risco do retábulo-mor, atribuindo-se a outro bracarense de renome, frei José de Santo António Vilaça, o risco de um dos retábulos colaterais desta capela.

A influência do traço destes mestres bracarenses de primeira linha na arte da talha reflete-se no Alto Minho por duas vias: pela sua intervenção direta, enquanto autores de risco e executantes nas obras dos templos minhotos, empreitadas que envolviam oficiais locais, e pela forte adesão dos encomendantes a este gosto, que se irradia a partir das primeiras obras, em Ponte de Lima e em Viana do Castelo.

Em conclusão, podemos afirmar que a evolução da talha no Alto Minho terá impactes mais ou menos relevantes na formação das pequenas e tímidas oficinas locais, caracterizadas até à década de sessenta do século XVIII pela fidelização a esquemas mais tradicionais e conservadores.

A produção retabular maneirista, marcada neste território por retábulos de plantas planas, esquemas em andar e espaços intercolúnios ocupados por imagens e painéis relevados, será maioritariamente influenciada pelos mestres da escola de Barcelos. Não são relevantes os nomes dos entalhadores locais, mas assevera-se que estes terão sido influenciados por aqueles, cujo contributo será fundamental na afirmação das oficinas locais. Entre 1653-1686 estão ativos sete entalhadores locais, que se concentram nos núcleos de Viana do Castelo e Caminha.

A maior parte das obras de talha produzidas no Alto Minho no período Nacional foram riscadas e executadas por mestres e oficiais originários de Barcelos. No período joanino as encomendas para os templos alto-minhotos refletem a presença de mestres e oficiais das oficinas bracarenses. Deste período são sete os entalhadores locais ativos e mais disseminados pelo território: Viana do Castelo, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez, Caminha e Monção. A maturidade das oficinas regionais só surgirá no fim das campanhas do rococó (1756-1790) que foram quase na sua maioria executadas por artistas bracarenses de topo. Os entalhadores locais deste período com obra arrematada são dez e originários de oficinas de Viana do Castelo, Monção e Paredes de Coura.

Muitos destes artistas que conquistaram nome e reconhecimento, juntamente com outros ainda silenciados pelo anonimato, lideraram processos de encomenda artística, cujo resultado varia entre a permanência de esquemas mais convencionais e a adoção de novas linguagens que operaram ruturas com as convenções instaladas. É o resultado dessa continuidade e dessa inovação que hoje pode ser avaliado no Alto Minho.

## Bibliografia

CARDONA, Paula Cristina Machado, 2011 – “Miguel Coelho: um insólito artista da talha dourada”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto: Faculdade de Letras, vol. IX-XI, p. 418-438.

CARDONA, Paula Cristina Machado, 2012 – *Confrarias em Viana do Castelo. A encomenda artística dos séculos XVI a XIX*. Porto: CEPESE/Afrontamento.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, 2001 – *A Escola de Talha Portuguesa e a sua influência no norte de Portugal*. Porto: Inapa.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, 2003 – “Pintura, Talha e Escultura (séculos XVII e XVIII) no Norte de Portugal”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto: Faculdade de Letras, I Série, vol. 2, p. 735-755.

FIGUEIREDO, Ana Paula Valente, 2008 – *Os Conventos Franciscanos da Real Província da Conceição. Análise histórica, tipológica, artística e iconográfica*. Lisboa. (Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

LAMEIRA, Francisco; LADEIRA, Paulo, 2015 – *Retábulos na Diocese de Viana do Castelo*. Faro: Centro de Estudos Regionais.

MOREIRA, Manuel António Fernandes, 2006 – *O Barroco no Alto Minho*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais.

SERRÃO, Vítor, 1998 – *André de Padilha e a Pintura Quinhentista entre o Minho e a Galiza*. Lisboa: Editorial Estampa.

SMITH, Robert, 1962 – *A Talha em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

## **Webgrafia**

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Disponível em <<http://www.monumentos.pt>>.

ACER – Associação Cultural e de estudos Regionais. Disponível em: <<http://acer-pt.org>>.



## Quadros da emigração portuguesa para o Pará (Brasil): 1886-1900

João Cosme

### Introdução

A conquista de Ceuta, em 1415, é considerada o marco iniciador da diáspora lusitana pelo mundo, daí afirmar-se que a emigração é uma das marcas estruturais da história portuguesa<sup>1</sup>. Por esta razão, ao longo dos tempos, a emigração portuguesa mereceu vários estudos. Num primeiro momento, predominaram as abordagens de natureza macro<sup>2</sup>, com especial destaque para a emigração portuguesa a partir de meados do século XIX. Com base nos pedidos de passaporte, depositados no Arquivo Distrital do Porto, Jorge Fernandes Alves<sup>3</sup> iniciou uma nova fase de estudo da emigração portuguesa para o Brasil, dedicando particular atenção ao retorno dos emigrantes. Segundo este autor, “entre 1836 e 1899 há uma clara evolução na geografia desses destinos, embora o Rio de Janeiro absorva sempre a maioria dos emigrantes [...]. Nos finais do século [XIX] a concorrência ao Rio de Janeiro (55%) surge ainda do Pará, com força renovada, (17%) e de São Paulo (10%)”<sup>4</sup>.

Atualmente, a imigração paraense tem sido estudada por Marcos António Carvalho<sup>5</sup> e Cristina Donza Cancela<sup>6</sup>. Tendo em vista uma melhor compreensão do espaço de destino, passamos a apresentar algumas notas sobre a realidade política e económica desta região brasileira.

O ano de 1840 seria determinante para a região amazónica com a descoberta do processo de vulcanização da borracha por Charles Goodyear. Por isso, a década de cinquenta de Oitocentos foi um período charneira de grande significado, já que marcou a passagem de uma economia regional caracterizada pela exploração das «drogas do sertão», pela pecuária e pela exploração da madeira assente na mão-de-obra escrava e indígena para a economia de extração e exploração do látex. Numa primeira fase, a manufatura paraense desenvolveu-se, produzindo calçado de borracha para exportação cujo principal destino era os Estados Unidos da América, enquanto na segunda fase, com a invenção do pneumático, a exportação da borracha,

1 GODINHO, 1978: 5-32.

2 A título de exemplo, veja-se: FERREIRA, 1976 e SERRÃO, 1974.

3 ALVES, 1994.

4 ALVES, 1994: 242 e 244.

5 CARVALHO, 2011.

6 CANCELA, 2009: 149-161.

facilitada pela navegação a vapor introduzida em 1853, gerou nesta região um surto desenvolvimentista excepcional. Este novo surto teria o seu período áureo entre 1870 e 1910<sup>7</sup>.

Enquanto ao nível económico a Amazónia passava por este surto de grande desenvolvimento, os condicionalismos e a dinâmica abolicionista da escravatura sedimentavam-se neste espaço sul-americano. De modo muito esquemático, lembra-se que, em 13 de março de 1827, deixou de ser permitido aos navios brasileiros o embarque de escravos na costa de África. A Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871) determinava que os filhos nascidos de mães escravas já seriam livres. Em 1879, foi eleito o senador Joaquim Nabuco que, em 1880, fundou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Em 1884, começaram a ser libertados os escravos de diversos municípios. A Lei Saraiva-Cotegipe, datada de 28 de setembro de 1885, determinou a libertação de todos os escravos com mais de 65 anos; vindo a abolição da escravatura a acontecer com a publicação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888.

Assim, para suprir a necessidade de mão-de-obra, recorreu-se à imigração de gentes da Europa, com particular destaque para os portugueses. É neste contexto económico e sociológico que o Pará aparece como área fortemente atrativa para os portugueses.

## 1. Material e métodos

Tal como o próprio título indica, neste artigo apresentam-se alguns tópicos caracterizadores da emigração portuguesa para o Estado do Pará (Brasil) no período decorrente de 1886 a 1900. Este trabalho teve como material de base os pedidos de passaporte depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), cujos termos *a quo* e *ad quem* do título são os que existem nos mesmos pedidos.

Do ponto de vista metodológico, pretende-se fazer microanálise longitudinal; quer dizer, deseja-se saber se os migrantes, ao longo do período referido, requereram mais do que uma vez passaporte. Para o efeito, criou-se uma grelha ordenada alfabético-cronologicamente pelos nomes dos requerentes, da qual constam as diversas variáveis constantes nos pedidos de passaporte, nomeadamente filiação, naturalidade, idade, estado civil, profissão, assim como outras observações que julgamos pertinentes, tendo em vista compreender *quem* emigrou.

O recurso às técnicas microanalíticas permite conceber o mundo do ponto de vista do indivíduo que emigra. Segundo Rocío García Abad, o recurso à microanálise possibilita “completar la visión general del análisis macroestructural y poder descubrir las dinámicas locales y las variaciones regionales; el análisis longitudinal o las historias de vida; el análisis del individuo desde la perspectiva de la familia; y la importancia de los factores intermedios”<sup>8</sup>.

Esta metodologia de abordagem permitiu, desde logo, observar que dos 1121 processos consultados houve 130 pedidos sequenciais<sup>9</sup>, como se pode observar pelo quadro seguinte:

7 SARGES, 2010: 91-99.

8 GARCÍA ABAD, 2005: 64.

9 A palavra *secuencial* (sequenciais) utiliza-se com o significado de série, seguimento, continuação. Com a criação desta categoria operativa pretendeu-se vincular uma realidade observada: o mesmo requerente ter pedido o passaporte mais de uma vez.

### Quadro n.º 1 – Pedidos de passaporte

	Pedidos	Sequenciais		1.ª Referência	
	N.º abs.	N.º abs.	%	N.º abs.	%
Homens	897	115	12.8	782	87.2
Mulheres	224	15	6.7	209	93.3
TOTAL	1121	130	11.6	991	88.4

Os dados apresentados possibilitam constatar que 11,6% dos pedidos são renovações efetuadas por emigrantes que, anteriormente, já tinham requerido o seu passaporte no Governo Civil de Lisboa.

Do ponto de vista teórico, convém ainda distinguir dois conceitos: *emigração espontânea* (iniciativa pessoal, não controlada) e *emigração contratada ou direcionada* (integrada num projeto de ocupação do espaço por parte do poder político vigente). Nesta última situação, o fenómeno migratório é marcado essencialmente pela deslocação de famílias (casais), homens e mulheres casados acompanhados dos seus filhos, havendo por isso um certo equilíbrio percentual entre o número de pessoas dos dois sexos, as quais vão dedicar-se principalmente à agricultura. Por isso mesmo, são maioritariamente portadores de *know-how* agrícola e dirigem-se para um espaço rural previamente programado pelo poder político vigente que deseja ocupar uma determinada área geográfica. Estas particularidades tornam este tipo de migração, regra geral, definitiva, onde o número de retornados é muito exíguo, não sendo referidos na memória social.

Por sua vez, uma parte significativa da emigração espontânea não é definitiva, o que significa que há retorno. É constituída, essencialmente, por homens e mulheres solteiros. Estes migrantes dedicam-se a atividades para onde já também detinham *know-how* e dirigem-se fundamentalmente para um espaço urbano, dando origem ao conceito de “brasileiro” que significava o português que estava emigrado no Brasil e que tinha enriquecido.

Para que do ponto de vista estatístico se evitem repetições, com distorção dos resultados, apenas utilizaremos nos nossos cálculos os dados constantes do pedido mais antigo (1.ª referência).

## 2. Distribuição por anos

Uma das variáveis que importa conhecer é a distribuição dos pedidos ao longo dos anos. Assim, para que se possa ver a sua evolução, passamos a apresentar o quadro que se segue:

**Quadro n.º 2 – Distribuição dos pedidos por anos**

Anos	Homens	Mulheres	Total	Índices	M.M.5
	N.º abs.	N.º abs.			
1886	18	4	22	33,3	-
1887	1	0	1	1,5	-
1888	2	0	2	3	43,9
1889	32	12	44	66,7	55,4
1890	65	11	76	115,1	67
1891	51	9	60	90,9	86,4
1892	38	1	39	59,1	95,1
1893	52	14	66	100	104,2
1894	56	17	73	110,6	111,2
1895	90	16	106	160,6	116,7
1896	64	19	83	125,8	114
1897	36	21	57	86,4	116,1
1898	41	16	57	86,4	152,1
1899	64	16	80	121,2	-
1900	172	53	225	340,9	-
TOTAL	782	209	991	-	-

O ano de 1886 marca o início dos pedidos. Os valores respeitantes ao triénio de 1886-1888 são bastantes reduzidos, começando a notar-se um crescendo a partir de 1889, com um pico secundário em 1895 e um pico principal em 1900. As colunas dos índices e das médias móveis quinquenais ajudam a perceber a evolução desta dinâmica migratória. Assim, através dos índices, *grossa modo*, pode afirmar-se que o ano de 1893, com um índice cem, foi um ano charneira, onde os anos anteriores se pautaram, maioritariamente, por valores inferiores enquanto os anos subsequentes apresentaram quantitativos superiores. A coluna das médias móveis complementa esta visão já que apresenta uma linha de tendência de crescimento quase perfeita ao longo deste período cronológico.

A distribuição cronológica dos pedidos é perfeitamente compreensível, já que a abolição efetiva da escravatura só aconteceu com a publicação da lei de 13 de maio de 1888.

A esta causa de índole social devem juntar-se os acontecimentos políticos inerentes à implantação da República neste espaço brasileiro. O governo do Pará aderiu à República em 16 de novembro de 1889, seguindo-se uma luta renhida entre as principais figuras dos partidos políticos deste Estado, com especial incidência entre os elementos do Partido Republicano Democrático e os do Partido Republicano Paraense. Estas rivalidades materializaram-se nas revoltas de junho de 1891 e de 1893. A este clima de instabilidade política e social, deve acrescentar-se a tensão e as críticas contra os portugueses que eram, muitas vezes, acusados de defenderem a Monarquia. A desconfiança levou ao corte de relações diplomáticas entre Portugal e o Brasil, que apenas foram reatadas em 16 de março de 1895.

Neste sentido, é compreensível que o número de pedidos de passaporte para o Pará aumentasse significativamente em 1895 já que as relações diplomáticas tinham acabado de ser normalizadas, ao mesmo tempo que se começava a viver uma fase de acalmia social e de grande prosperidade económica, o que explica os quantitativos posteriores a 1895, e com particular ênfase o ano de 1900.

### 3. Género e estado civil

O género e o estado civil dos migrantes são mais outras duas variáveis que importa conhecer, pelo que passamos a apresentar um quadro com os valores encontrados:

**Quadro n.º 3 – Distribuição dos pedidos por género e estado civil**

	Pedidos		Solteiro(a)		Casado(a)		Viúvo(a)		Separado(a)	
	N.º abs.	%	N.º abs.	%	N.º abs.	%	N.º abs.	%	N.º abs.	%
Homens	782	78,9	427	54,6	327	41,8	28	3,6	0	0
Mulheres	209	21,1	141	67,5	40	19,1	26	12,4	2	1,0
TOTAL	991		568	57,3	367	37,0	54	5,5	2	0,2

Pode observar-se que a emigração para o Estado do Pará (Brasil) foi maioritariamente masculina, com 782 pedidos de passaporte num total de 991 e apenas 209 pedidos de passaporte apresentados por mulheres, o que significa respetivamente 78,9% e 21,1%. Todavia, não se pode subavaliar a presença feminina já que ela significou mais do que um quinto do total dos pedidos.

No que concerne ao estado civil dos requerentes, predominou o grupo dos solteiros em ambos os sexos. Deve, no entanto, realçar-se que, em termos relativos, a percentagem das mulheres solteiras (67,5%) superou a dos homens (54,6%) já que este valor pouco ultrapassou a fasquia dos 50%. No caso dos homens, o número de casados foi muito significativo, com 41,8% dos pedidos, e os viúvos com 12,4%. Os valores respeitantes aos solteiros e casados estão em sintonia com o que aconteceu no distrito do Porto no final da década de 70 do século XIX. No que toca aos viúvos, os quantitativos do nosso estudo são relativamente superiores aos apresentados para o distrito do Porto<sup>10</sup>, onde “a quota dos viúvos ao longo dos anos oscila apenas entre 1 a 2%”.

No caso das mulheres, os dados encontrados são bastante distintos, pois o número de solteiras e viúvas é muito superior aos detetados para o distrito do Porto, já que neste, se “trata, em grande parte de uma emigração passiva, processada por acompanhamento familiar”<sup>11</sup>. Os dados do nosso estudo levam-nos a defender que, em Lisboa, o fator laboral determinou de modo mais significativo a emigração feminina. Importa frisar que, durante a segunda metade do século XIX, a urbanização de Lisboa foi uma realidade bem visível, marcada pela receção de portugueses oriundos do meio rural. Estes contribuem

<sup>10</sup> ALVES, 1994: 185.

<sup>11</sup> ALVES, 1994: 181.

não só para o alargamento da área urbana da capital, mas também para o desenvolvimento de uma nova matriz económica e social, com particular ênfase para as mulheres que se empregam como criadas, realizando assim a sua aprendizagem profissional<sup>12</sup>.

Importa, no entanto, acrescentar que o reagrupamento familiar também foi causa do pedido de passaporte para várias mulheres, embora com uma menor significância estatística do que naquele distrito duriense.

#### 4. Idade dos emigrantes

A idade é um elemento importante que condiciona as decisões e acontecimentos na vida das pessoas. Por isso, prestámos atenção à variável da idade com que os requerentes pediram os seus passaportes, cujos dados, agrupados por estratos etários, passamos a expor:

**Quadro n.º 4 – Distribuição dos requerentes por estratos etários**

Est. etários	Homens	Mulheres	Total
	N.º abs.	N.º abs.	
0-4 anos	0	2	2
5-9 anos	2	2	4
10-14 anos	47	8	55
15-19 anos	19	13	32
20-24 anos	129	47	176
25-29 anos	126	31	157
30-34 anos	128	32	160
35-39 anos	117	27	144
40-44 anos	101	18	119
45-49 anos	55	15	70
50-54 anos	30	9	39
55-59 anos	16	2	18
60-64 anos	3	2	5
65-69 anos	8	1	9
70-74 anos	1	0	1
TOTAL	782	209	991

<sup>12</sup> A título exemplificativo, trazemos à colação os casos de Carlota da Conceição Abreu, solteira, modista, natural de Barcarena (Oeiras), e de Filomena Ribeiro de Moura, solteira, criada, natural de Noura (Murça), que pretendem emigrar para exercer as suas ocupações.

Pode, desde logo, constatar-se que, ao nível dos estratos etários, o valor modal se situou, em ambos os géneros, no estrato dos 20-24 anos. Para complementar esta afirmação, acrescenta-se que, em termos de anos específicos, a moda localizou-se nos 22 anos nos homens e 23 nas mulheres, o que quer dizer que estes valores foram os que ocorreram com maior frequência estatística nas respetivas categorias de análise (estratos etários e anos simples). Quer isto significar que a maior parte dos requerentes pediram o seu passaporte em idade ativa; poder-se-ia dizer que o fizeram no momento em que estavam no auge das suas capacidades físicas e cheios de projetos à procura de novos rumos para as suas vidas.

Estes dados estão em sintonia com os resultados obtidos para o distrito do Porto, até 1855. Porém, divergem com o sentido de tendência que se começou a verificar neste distrito no final do século XIX, pois que, «a partir daí a tendência é nitidamente para subir, lenta mas continuamente, fixando-se na casa dos 30 anos pelo final dos anos setenta»<sup>13</sup>, enquanto em Lisboa, no final deste século, a idade situou-se nos 22-23 anos.

Tendo por base os dados do quadro n.º 4, pode concluir-se que o recrutamento militar não condicionou significativamente a opção dos emigrantes masculinos.

## 5. Naturalidade (por distritos) dos emigrantes

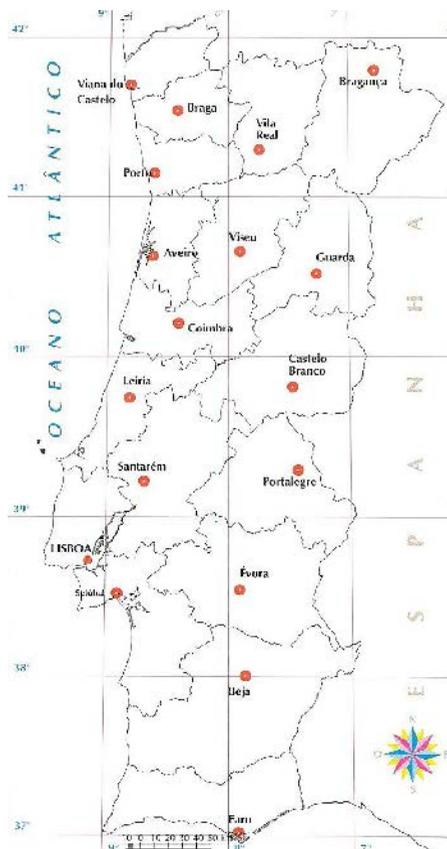
Tendo em vista uma maior sistematização dos dados, passamos a apresentar a naturalidade destes por distritos:

**Quadro n.º 5 – A naturalidade dos requerentes de passaporte (por distritos)**

Distrito	Homens	Mulheres	Total
	N.º abs.	N.º abs.	
Aveiro	119	15	134
Beja	5	3	8
Braga	19	4	23
Bragança	10	3	13
Castelo Branco	73	6	79
Coimbra	62	13	75
Évora	3	1	4
Faro	6	4	10
Guarda	49	12	61
Leiria	18	14	32
Lisboa	177	65	242
Portalegre	6	0	6

Distrito	Homens	Mulheres	Total
Porto	32	8	40
Santarém	29	12	41
Setúbal	13	4	17
Viana do Castelo	49	5	54
Vila Real	26	12	38
Viseu	71	21	92
Outros	15	7	22
TOTAL	782	209	991

**Mapa n.º 1 – Distritos de Portugal**



No caso dos homens, destacam-se os distritos de Lisboa e Aveiro, localizados no litoral, e os de Castelo Branco e Viseu, situados no interior do país. Os pedidos de passaporte apresentados por naturais destes quatro distritos representaram 56,3% do total. No caso das mulheres, Lisboa foi, de um modo muito destacado, o distrito com o maior número de pedidos, seguindo-se os distritos de Viseu, Leiria, Coimbra e Guarda, cifrando-se os valores de Lisboa em 31,1% (quase um terço) dos pedidos femininos.

Para que haja um melhor conhecimento da naturalidade dos requerentes, passamos a referir as localidades, dentro dos diversos distritos, com os valores mais significativos. Assim, em Aveiro merecem particular destaque os concelhos da Murtosa, de Ovar, de Santa Maria da Feira e de Aveiro. Por sua vez, no distrito de Castelo Branco os concelhos com maior representatividade foram Oleiros, Vila de Rei e Sertã, sendo que neste último as localidades de Cernache do Bonjardim e Pedrógão Pequeno apresentaram valores muito significativos. Nos distritos de Coimbra, merecem nota especial a Figueira da Foz e Arganil, enquanto no da Guarda o concelho de Seia teve a primazia, para o que muito contribuiu a freguesia de Loriga. No caso do distrito de Viseu, os concelhos com maior número de pedidos foram Moimenta da Beira, Penedono e Tabuaço. No que concerne ao distrito de Lisboa, deve-se, de um modo muito preciso, fazer sobressair a predominância estatística que os naturais do concelho lisiponense tiveram, não se podendo ainda ser olvidada a presença dos naturais da Ericeira, concelho de Mafra, com especial relevância para os marítimos.

Os concelhos mais representativos no que toca às naturalidades das mulheres emigrantes não diferem muito do que acontece no caso dos homens; apenas, como o número é mais reduzido, também é menor o número dos concelhos. Assim, esta repetição é visível no concelho de Moimenta da Beira, distrito de Viseu, na freguesia de Loriga (concelho de Seia), distrito da Guarda, e na cidade de Lisboa. A estes casos juntam-se os concelhos de Alcobaça, no distrito de Leiria, e Lousã no de Coimbra.

## 6. Emigração a “dois tempos”

Segundo Maria Beatriz Rocha-Trindade, designa-se por *percurso migratório* (ou itinerário migratório) “o conjunto de passos, ações ou situações, dados ou experimentados por um indivíduo migrante, com relevância para o processo em que se encontra envolvido”<sup>14</sup>. Dentro deste percurso são extremamente importantes as fases onde se toma a intenção de partir e se realizam os preparativos da partida. Nesta fase, materializa-se a intenção de partir através da realização de passos concretos, como a obtenção de documentos (passaporte e o título de transporte).

Importa, assim, refletir sobre qual foi a importância de Lisboa na tomada da decisão de emigrar e na efetivação das medidas que tornavam exequível essa opção.

Para melhor responder a esta questão, passamos a apresentar alguns casos específicos:

- Adelino Alves Ribeiro, quando requereu o passaporte (em 8.1.1897), tinha 31 anos, informava que era solteiro, natural de Madeirã (Oleiros – Castelo Branco), e “residia há 10 anos em Lisboa”;
- Albertino, no pedido de passaporte (em 12.8.1899), escreveu que tinha 23 anos, era agricultor, solteiro, natural de Mouronho (Tábua – Coimbra) e “morador há mais de cinco anos em Lisboa”;

- João Bernardo referia no seu requerimento (em 26.1.1900) que tinha 35 anos, era marítimo, natural da Murtosa e “morador em Lisboa desde 1871”;
- Manuel da Costa, natural de Pedrógão Pequeno (Sertã), tinha 22 anos quando pediu o seu passaporte (em 10.2.1900), onde afirmava que “era empregado no comércio em Lisboa, há seis anos” e desejava emigrar para exercer a sua profissão;
- Manuel Domingos Ribeiro, natural de Valmaior (Albergaria-a-Velha), tinha também 22 anos, era jornaleiro, e quando pediu o passaporte (em 7.2.1899) dizia que era “morador em Lisboa há perto de dez anos” e que pretendia ir para o Pará para exercer a sua profissão.

No caso das mulheres, também encontramos exemplos similares, que desejamos trazer à colação:

- Maria da Anunciação Maurício, criada, 23 anos, solteira, quando pediu o passaporte (em 17.3.1899) referia que era “moradora há mais de dois anos em Lisboa” e desejava ir exercer a sua profissão;
- Maria Gonçalves, natural de Sarraquinhos (Montalegre), 41 anos, solteira, criada de servir, declarava (em 27.3.1899) que era “moradora há vinte anos nesta capital” e pretendia ir exercer a sua profissão;
- Maria José Dias Correia, natural de Lagarteira (Ansião), de 48 anos, solteira, escrevia (em 10.3.1899) que era “moradora há vinte anos nesta cidade” e queria ir para companhia da família.

Face aos exemplos que acabamos de divulgar, torna-se visível que esta mobilidade pode considerar-se uma “emigração a dois tempos”. Lisboa é o espaço onde aconteceram as duas primeiras fases do processo migratório. Certamente a aprendizagem social aqui adquirida e os contactos que ao longo de muito tempo tiveram com alguns emigrantes, ajudou-os a estruturar a opção de emigrar. Num primeiro tempo deslocaram-se para Lisboa e só num segundo momento é que pensaram dirigir-se para o Brasil. Lisboa teve uma centralidade funcional de extraordinária influência nesta dinâmica migratória, já que, aqui, também beneficiaram da presença de estruturas fundamentais à dinâmica migratória: governo civil para requerer o passaporte e porto de embarque.

Porém, convém assinalar que nem todos os requerentes de passaporte residiam em Lisboa. Entre as exceções conta-se Manuel Casimiro. Pelo seu pedido, ficamos a saber que era natural de Baldos, no concelho de Moimenta da Beira, e que chegou a Lisboa no dia anterior ao que requereu o passaporte. Mais interessante do que esta curiosidade é a carta de recomendação do administrador do concelho de Moimenta da Beira para o governador civil de Lisboa a interceder por vários naturais do seu concelho, constando, entre eles, o nome de Manuel Casimiro.

No caso das mulheres, apenas encontramos proximidade cronológica entre a deslocação para Lisboa e o pedido de passaporte nos casos em que se fizeram acompanhar na viagem pelos seus maridos. Esta mobilidade em conjunto é explicável através dos normativos do Código Civil de 1867, já que a decisão da mesma emigrar dependia da vontade do marido.

Em síntese, pode dizer-se que a mobilidade direta, sem uma permanência temporal significativa em Lisboa, não teve significado estatístico, e que quando se verificou foi apoiada por mecanismos adjuvantes.

## 7. Emigração continuada ou “formigueiro”

Segundo o modelo teórico, no percurso migratório, após a chegada ao país de destino, ocorre a primeira instalação, seguida da inserção, a que sequencialmente se toma a decisão de regressar ou definitivamente se fixar.

A metodologia utilizada neste trabalho permite apresentar algumas informações de natureza microanalítica, que confirmam a existência de uma dinâmica migratória continuada ou “de formigueiro”<sup>15</sup>; quer isto significar que nem sempre se pautou pela simples viagem entre o espaço de origem e de destino mas pela existência de viagens constantes entre estes dois espaços. Para melhor documentar esta ideia, passamos a apresentar três exemplos:

- Alfredo da Fonseca Azevedo, solteiro, natural de Santarém.

A primeira informação sobre este migrante data de 23 de junho de 1891 e é um passaporte emitido pelo Consulado de Portugal no Pará para vir a Portugal. Isto significa que se desconhece a data inicial do seu processo migratório. Em 9 de dezembro de 1895 já está em Portugal pois faz novo pedido de passaporte para o Pará. Em 15 de dezembro de 1898, volta a fazer novo pedido de passaporte para o Pará. Cremos que entre os pedidos de 1895 e 1898 esteve no Brasil, já que no verso deste documento mais recente diz: “residente no Pará e acidentalmente em Lisboa”. Dirigiu-se certamente para o Brasil já que no verso do passaporte emitido em 15 de dezembro de 1898 aparece um visto do Consulado de Portugal no Pará, com data de 8 de abril de 1899, para vir a Portugal, onde em 30 de dezembro de 1899 volta a formular novo pedido de passaporte para o Pará.

- Rodrigo Alberto de Brito Amorim, casado natural de Arcos de Valdevez.

Sabe-se que em 23 de dezembro de 1890, data em que pediu o passaporte para o Pará, ele já era emigrante neste Estado, pois tem um filho (Francisco) de 3 anos, natural do Pará, e pretendia regressar ao Pará para aí continuar os seus negócios. Em 31 de agosto de 1893, o Consulado de Portugal no Pará emitiu passaporte para vir a Portugal, trazendo novamente a mulher e o filho Francisco. Em 30 de novembro de 1896, pediu novo passaporte para regressar à capital da Amazónia.

- Maria Rosa de Jesus, solteira, filha de pais incógnitos, natural da Chamusca.

Em 22 de outubro de pediu o passaporte pois desejava ir exercer a sua ocupação (criada). Sabemos que foi para o Pará pois em 30 de maio de 1893, o Consulado de Portugal neste Estado emitiu passaporte para vir a Portugal. Esta vinda aconteceu já que, em 9 de outubro de 1894, pediu novo passaporte para o Pará. É muito provável que se tenha deslocado até aquela região da Amazónia e que tenha regressado a Portugal passado pouco tempo, pois em 20 de novembro de 1896 pediu novo passaporte para o Pará, pedido que renovou em 28 de novembro de 1900, onde refere que reside em Lisboa há mais de um ano.

<sup>15</sup> *Formiguejar* significa agitar-se, mover-se como formigueiro. Esta expressão caracteriza com perfeita propriedade a ação contínua que estes migrantes realizavam entre o espaço de origem e o de destino.

Nestes três exemplos, que acabamos de dar a conhecer, constata-se que ao nível do processo migratório existe uma repetição de viagens, integradas numa dinâmica de mobilidade entre Portugal e o Pará.

Depois dos migrantes terem chegado ao Pará, uma parte muito significativa destes efetua uma mobilidade de matriz pendular, quer isto significar que por diversas vezes se deslocam a Portugal e regressam. Fazem-no não só para tratar de negócios mas também para apresentar os elementos das famílias então constituídas.

Estamos perante uma pluralidade de ações integradas num desejo único de migrar. Tal como já referimos, classificamos esta prática migratória como uma emigração continuada, já que a opção não é fixar-se nem regressar, mas deslocar-se com alguma regularidade entre o espaço de origem e o de destino. Pensamos que a metáfora “emigração formigueiro” é a que melhor define este processo.

O recurso à microanálise permitiu ainda observar que nos pedidos de passaporte existem expressões, tais como: “residente no Pará e de passagem em Lisboa”. Em nosso entender, este género de afirmações reforça a caracterização deste processo migratório. Por isso, tendo por base as expressões existentes nos pedidos de passaporte, que nos permitem afirmar que o requerente já tinha estado no Brasil, elaborámos o quadro que se segue:

#### **Quadro n.º 6 – Pedidos de passaporte feitos por pessoas já emigradas**

	Já estiveram no Brasil		Não sabemos		Total
	N.º abs.	%	N.º abs.	%	
Homens	209	26.7%	573	73.3%	782
Mulheres	28	13.4%	181	86.6%	209
TOTAL	237	23.9%	754	76.1%	991

Estes dados corroboram não só a tese de que estamos perante uma dinâmica continuada, marcada por “viagens habituais” entre os espaços de origem e de destino, mas também coloca um problema de cariz metodológico, já que um pedido de passaporte não significa um novo emigrante. Como se pode comprovar pelos dados do quadro n.º 6, no caso dos homens, mais de um quinto dos casos que considerámos um primeiro pedido, afinal foi requerido por alguém que já tinha estado anteriormente no Brasil. Logo, convém afirmar que um pedido de passaporte não significa automaticamente a saída de uma nova pessoa.

## 8. À procura de um perfil do emigrante

Quais as razões que explicam esta dinâmica migratória?

Segundo Rocío García Abad<sup>16</sup>, os fatores estruturais põem em marcha um processo migratório e definem as zonas de expulsão e de atração; porém, são os mecanismos micro que possibilitam que aqueles se convertam em realidade. Entre os mecanismos micro merecem particular destaque as redes ou cadeias migratórias, podendo mesmo ser consideradas como fatores chave na seleção e decisão de emigrar. Em síntese, poder-se-á dizer que os fatores estruturais são a causa necessária e os mecanismos micro são a causa suficiente.

Tendo em consideração alguns elementos definidores das redes<sup>17</sup>, importa demonstrar esta convicção. Por isso, passamos a apresentar dois exemplos: os emigrantes naturais das localidades de Murtosa e de Cernache do Bonjardim:

Naturais da Murtosa:

- Abílio Maria da Silva, marítimo, pediu o passaporte em 29 de agosto de 1894, enquanto António José da Silva, marítimo, o pediu em 10 de outubro de 1894.
- António Lourenço, “residente no Pará e de passagem em Lisboa”, pede passaporte em 12 de outubro de 1900; enquanto Manuel Maria, 27 anos, marítimo, “morador no Pará e de passagem em Lisboa”, pede passaporte em 2 de setembro de 1900; António Augusto, 28 anos, morador em Lisboa, pede passaporte em 21 de novembro de 1900 e Manuel Maria de Pinho, 29 anos, marítimo, “morador no Pará e de passagem em Lisboa”, pede passaporte em 23 de novembro de 1900.
- Um outro, Manuel Maria, 28 anos, marítimo, “morador no Pará e de passagem em Lisboa”, pede passaporte em 5 de dezembro de 1900, data em que também João Maria Fernandes Ruela, marítimo, residente no Pará e de passagem em Lisboa, pediu passaporte.

Naturais de Cernache do Bonjardim:

- Artur Bernardo de Brito e Floriano Bernardo de Brito eram irmãos e ambos emigraram em 1891; assim como António Coelho Guimarães e João Coelho Guimarães e Januário da Silva Mata e Joaquim da Silva Mata.
- António Caetano da Silva Mata pediu passaporte em 11 de março de 1889, tal como Marcelino José Nunes da Silva que pediu o passaporte na mesma data.
- Floriano Bernardo de Brito regressa do Brasil e pede novo passaporte em 24 de outubro de 1894, enquanto Joaquim da Silva Mata pedira o passaporte no dia 23 de outubro de 1894.

Estes exemplos tornam visível o papel que as redes ou cadeias migratórias desempenharam no desenvolvimento do processo migratório para o Pará. Através destes exemplos, pretende evidenciar-se a coincidência de datas dos pedidos efetuados por várias pessoas naturais do mesmo espaço geográfico. Esta coincidência pode ser interpretada como uma ação pensada e concertada, o que leva à conclusão de que esta emigração se realizou em grupo e de forma solidária.

<sup>16</sup> GARCÍA ABAD, 2002: 23-24.

<sup>17</sup> Referimo-nos à cronologia das viagens, ao viajar acompanhado de outrem que já tinha realizado esta mesma viagem, aos espaços de naturalidade, à residência e aos laços de parentesco.

Após a apresentação de diversos elementos de natureza quantitativa, bem como alguns traços específicos de alguns emigrantes, importa tentar apresentar um perfil do emigrante português neste espaço amazónico. Para o efeito, recorremos em primeiro lugar ao retrato que alguns paraenses faziam destes emigrantes. Encontramos uma resposta, que julgamos interessante, num discurso de um político e clérigo paraense. Em face da propriedade com que tal caracterização é feita, damos a conhecer um extrato da intervenção proferida, em 26 de fevereiro de 1889, na Assembleia Provincial do Pará, pelo deputado cónego Dr. Mancio Caetano Ribeiro: “Os portugueses só tem geito para negocios duvidosos, não auxiliando a industria, dedicando-se a um commercio pouco escrupuloso, onde enriquecem malerolamente. [...] o portuguez só tinha geito para taberneiro ou hortelão”<sup>18</sup>.

Obviamente que a construção de um perfil é um ato subjetivo, condicionado pela identidade político-cultural do seu autor. No entanto, deve a-se que esta caracterização está em perfeita sintonia com comentário que foi publicado no *Comércio do Pará*, do dia seguinte, quando noticiava esta sessão da Assembleia paraense. Segundo o articulista, “o estrangeiro e especialmente o portuguez dedica-se exclusivamente aos misteres da vida comercial”.

Dado a especificidade do perfil anterior e porque o conjunto dos emigrantes é muito mais plural, entendemos que esta caracterização é redutora e limita-se a uma parte do todo. Assim, tendo em vista o alargamento deste perfil, resolvemos apresentar alguns casos que julgamos pertinentes.

A metodologia utilizada permite que saibamos que, em 28 de junho de 1900, o cavaleiro tauromáquico Adelino de Almeida Raposo pediu passaporte para o Pará, tendo já formulado idêntico pedido para o Rio de Janeiro em 2 de agosto de 1898. Em 16 de junho de 1896, foi a vez do artista lírico Carlos José Lopes, natural de Lisboa, pedir passaporte para o Pará. E em junho de 1897, um grupo de vinte atores do Teatro da Trindade, de Lisboa, dirigiu-se ao Pará para aí atuar, sendo que grande parte destes mesmos artistas já se tinha deslocado, em maio de 1895, ao Rio de Janeiro para aqui representar. Tendo em vista traçar o conhecimento dos mesmos, passamos a apresentá-los:

- Os atores e as atrizes que pediram passaporte em 1897 e que também já o tinham requerido em 1895 para se deslocarem ao Rio de Janeiro foram:

Alfredo de Carvalho, artista dramático, natural de Lisboa; Amélia de Barros, artista dramático, natural de Lisboa; António César Saque, corista do Teatro da Trindade, natural de Lisboa; Claudina Martins de Paula, atriz, natural de Lisboa; Estefânia Pinto, atriz dramática, natural de Lisboa; Francisco Borges da Cruz, corista do Teatro da Trindade, natural de Alhandra; Guilhermina Rosa Conceição Almeida, corista do Teatro da Trindade, natural de Lisboa; Joaquim Pedro da Costa, ator, natural de Lisboa; José Maria Correia, ator, natural de Lisboa; Júlia de Castro, atriz, natural de Lisboa; Lúcia da Encarnação Cruz, corista, natural de Silves e Nicolau Tolentino Leroy, ator, natural de Lisboa.

- Os atores e as atrizes de quem apenas encontramos pedido de passaporte em 1897:

Amélia Leite, corista, natural de Vera Cruz (Aveiro); Antónia de Sousa, atriz, natural de Lisboa; Francisco Duarte da Silva Júnior, ator dramático, natural de Lisboa; Joana Augusta Cordeiro, atriz dramá-

tica, natural de Santarém; Joaquim de Seixas Coimbra, ator dramático, natural de Coimbra; Joaquim Ferreira, ator, natural de Lisboa; Manuel Carlos Vieira, corista, natural de Borba; Maria Ferreira da Silva, atriz, natural do Porto; Piedade Gonçalves, corista, natural de Ílhavo e Ricardo Vieira da Silva, ator dramático, natural de Lisboa.

Estes exemplos são casos bastante elucidativos de uma outra dinâmica migratória, cuja causa de mobilidade tem subjacente o exercício de atividades lúdicas e culturais: teatro, canto lírico e tauromaquia.

Em finais do século XIX, o Pará vivia uma fase de grande dinamismo económico, o que se refletiu na realização de um conjunto de obras e transformações ao nível urbanístico e cultural. Por exemplo, o Teatro da Paz, em Belém, foi construído em 1878 e, simultaneamente, no Rio de Janeiro vivia-se uma fortíssima dinâmica ao nível da representação teatral. A deslocação de artistas portugueses para a capital paraense é facilmente explicável já que era mais fácil viajar de Lisboa para esta cidade do que a partir da capital brasileira. A esta causa “natural”, deve juntar-se o peso demográfico e cultural que a comunidade portuguesa tinha, bem como a vivência de um período de prosperidade material e consequente interesse cultural que se vivia nas urbes da Amazônia.

Estes traços reportam-se essencialmente aos emigrantes “bafejados pela sorte”. Todavia, nem todos tiveram sucesso nesta sua aventura brasileira; por isso, embora o recurso aos pedidos de passaporte não permita que se observem os casos de insucesso, não queremos deixar de transcrever um trecho do Relato<sup>19</sup> que o cônsul português no Pará proferiu em 1913:

A emigração para o Pará que a principio constituiu o mais importante elemento de prosperidade d'aquela região e, conseqüentemente, uma fonte de riqueza para portugueses e brasileiros, é hoje, para uns e outros, motivo de sérias dificuldades [...].

O Pará é um meio quasi exclusivamente comercial – não possui agricultura, a não ser a hortícola, e essa mesma, em tão minguadas proporções que os seus produtos não chegam para o consumo local; e, quanto a industrias, afora pequenas tentativas de recente data, só tem a de exportação da borracha. É essa mesma a sua única fonte de riqueza, o elemento basilar de toda a vida paraense, pois é em volta do comercio da borracha que gira toda a economia local. Conseqüentemente, o comercio tem sido o unico campo suscetivel de dar ampla escoante à emigração. Tem sido, mas já não é.

[...] Como sabe, a grande maioria da nossa emigração é constituída por homens do campo. A principio foram-se naturalmente dedicando ao genero de trabalho a que estavam habituados, e, assim, as terras ficaram, a breve trecho, com o pessoal necessario para o seu amanho. Os que se seguiram, encontrando aquele campo fechado à sua atividade, entregaram-se à domesticidade, quer sob o regimen patronal, quer exercendo-a por conta propria. Porque, devo dizer-lhe que o moço da esquina no Pará é quasi exclusivamente portuguez.

[...] Havia ainda um ultimo recurso: as obras do caminho de ferro Madeira-Mamoré, que liga aquele Estado à Bolivia. Durante anos foram elas o sorvedouro do excesso da nossa emigração. E digo sorvedouro muito propositadamente, porque, pelo menos, 80 por cento

dos indivíduos que para ali iam lá ficavam vitimados pelo impaludismo. E os 20 por cento restantes, quando conseguiam resistir à viagem de regresso, iam morrer nos hospitaes de Belém, chegando alguns em tal estado que nem sequer podiam declinar a sua identidade. Foi assim que centenas de portugueses desapareceram em terras amazonicas.

Essa obra infernal acabou, felizmente. Mas com ela desapareceu tambem o ultimo refugio da baixa emigração portuguesa. E, agora, o que resta aos que continuam a chegar todos os dias às terras paraenses, tendo abandonado o torrão natal, uns por miseria, outros por espirito de aventura, o maior numero seduzido pelos engajadores, que lhes pintam o Brazil com côres tão sorridentes? Absolutamente nada. Por isso, eles correm diariamente, em bandos, ao consulado a pedir trabalho, ou que os repatriem, porque, dizem eles, nas nossas terras temos ao menos que comer.

### **Em jeito de conclusão**

A utilização da microanálise permitiu a observação de algumas especificidades que de outro modo não seria possível detetar. Lisboa surge como um espaço essencial de partida para o Brasil onde o Pará apareceu como um dos principais destinos, quantitativamente apenas suplantado pelo Rio de Janeiro e por São Paulo, via Santos.

Foi uma “emigração a dois tempos”, onde a quase totalidade dos emigrantes num primeiro deixaram as suas terras com destino a Lisboa, para decidirem deslocar-se para o Pará, apenas num segundo tempo.

Foi, em suma, uma emigração fortemente marcada pela influência das redes ou cadeias no processo migratório. Esta especificidade influenciou a caracterização da mesma, tornando uma parte muito significativa desta mobilidade com viagens de ida e volta, feitas com alguma regularidade entre o espaço de origem e o de destino; efetuada maioritariamente por homens solteiros, do estrato dos 20-24 anos e naturais dos distritos de Lisboa e de Aveiro.

### **Fontes**

Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHMNE) – *Consulado de Portugal no Pará*, caixas n.º 527 (1880-1887), n.º 528 (1888-1896).

Arquivo Nacional Torre do Tombo (TT) – *Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Governo Civil de Lisboa, Passaportes*, caixas 1 a 90.

*Século (0)*. Lisboa, 20.5.1913.

## Bibliografia

- ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos.
- CANCELA, Cristina Donza, 2009 – “Imigração portuguesa, casamento e riqueza em Belém (1870-1920)” in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (org.) – *Nas Duas Margens: Os Portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, p. 149-161.
- CARVALHO, Marcos António, 2011 – *Bebendo Açai, comendo bacalhau: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre fins do século XIX e início do século XX*. Porto. (Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- COSME, João, 2009 – “Subsídios para a história da emigração dos concelhos a Norte do rio Douro para o Brasil (1886-1891)” in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (org.) – *Nas Duas Margens: Os Portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, p. 401-409.
- GARCÍA ABAD, Rocio, 2002 – “Las redes migratorias entre el origen y la Ría de Bilbao a finales del siglo XX: una aproximación metodológica”. *Revista de Demografía Histórica*. Vol. XX-1, p. 21-51.
- GARCÍA ABAD, Rocio, 2005 – *Historias de emigración. Factores de expulsión y selección de capital humano en la emigración a la Ría de Bilbao (1877-1935)*. Bilbao: Editorial Universidad del País Vasco.
- FERREIRA, Eduardo Sousa, 1976 – *Origens e formas da emigração*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1978 – “L’émigration portugaise (XV<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles). Une constante structurale et les réponses aux changements du monde”. *Revista de História Económica e Social*. Vol. 1 (jan.-jun.), p. 5-32.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, 2001 – *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec.
- RAMOS, Odete P., 1998 – *Geografia. Dossier Europa*, Porto Editora.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1995 – *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- SARGES, Maria de Nazaré, 2010 – *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*, 3.<sup>a</sup> ed. Belém: Editora Paka Tatu.
- SERRÃO, Joel, 1974 – *A emigração portuguesa. Sondagem histórica*, 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- SOUSA, Fernando de; CIRNE, Teresa Filipe, 2006 – “Em torno da herança cultural de duas nações: a emigração portuguesa para o Brasil” in MARTINS, Ismênia Lima; SOUSA, Fernando de (org.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 175-188.



## O turismo e a projeção da vida nacional por António Ferro: o papel dos concursos

Carla Patricia Silva Ribeiro

### Considerações iniciais

O presente artigo centra-se na relação entre o turismo e o demótico no Estado Novo, isto é, o turismo enquanto cenário propício à divulgação da designada “cultura popular nacional”, investigando-se um leque de iniciativas que propunham recuperar e manter vivas as “verdadeiras” tradições nacionais, via a ação do SPN/SNI dirigido por António Ferro.

Nas últimas décadas, tem sido significativo o desenvolvimento crescente no âmbito dos estudos culturais na historiografia portuguesa, através de investigações que permitem o enquadramento da problemática da cultura popular no espaço mais amplo da esfera cultural, por um lado e, por outro, que explicam o papel que o turismo desempenhou na construção identitária da Nação.

Desta forma, quanto aos órgãos culturais do Estado Novo, em especial no que concerne ao aparelho fundamental do Estado neste âmbito – o SPN/SNI –, destaca-se o estudo comparativo de Heloísa Paulo, relativo à intervenção propagandística dos regimes estado-novistas português e brasileiro, através dos seus instrumentos institucionais – o SPN/SNI e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda)<sup>1</sup>. Outros estudos foram igualmente publicados, resultado de dissertações de mestrado; é o caso das obras de Jorge Ramos do Ó<sup>2</sup> e de Daniel Melo<sup>3</sup>. Na primeira, embora tendo a figura de António Ferro como pano de fundo, o autor aborda a prática, a estrutura e os discursos das diversas instituições culturais do regime (o SPN, a Junta Nacional de Educação, o Instituto para a Alta Cultura, a Sociedade Nacional de Belas Artes); já Daniel Melo trata o popular como esfera autónoma de pesquisa, sem se restringir ao papel do SPN/SNI, procurando demonstrar que o salazarismo promoveu um modelo ruralista, tradicionalista e nacionalista, com o duplo objetivo de se legitimar e de estabelecer um consenso em torno do universo de valores que, na sua ótica, enformavam a identidade portuguesa.

1 PAULO, 1994, cujo capítulo III, sobre o SPN/SNI, foi publicado autonomamente, no n.º 16 da *Revista de História das Ideias* – “Vida e Arte do Povo Português. Uma visão da sociedade segundo a propaganda oficial do Estado Novo”.

2 Ó, 1999.

3 MELO, 2001.

Estas temáticas da produção cultural do Estado Novo encontram-se igualmente abordadas em trabalhos que nem sempre provêm da História, nomeadamente estudos académicos na área da Antropologia Cultural. Assim, merece leitura atenta a tese de doutoramento de Vera Marques Alves<sup>4</sup>, onde investiga a política folclorista do SPN/SNI tendo como principal referência as teorias desenvolvidas pela Antropologia e outras ciências sociais em torno dos usos nacionalistas da cultura popular e da Etnografia.

Também a focalização de investigações na relação entre turismo, política e identidade nacional não é terreno virgem no panorama português; destacam-se, deste modo, as dissertações de mestrado de Ema Pires e de Filipa Aguiar e a tese de doutoramento de Maria Cândida Cadavez<sup>5</sup>. As duas primeiras centram-se na relação entre as narrativas turísticas e a propaganda, turística e/ou política, na construção de um Portugal para consumo interno e externo; já o trabalho de Cândida Cadavez apresenta-se como uma reflexão sobre as rotinas turísticas praticadas em Portugal, nos primeiros anos do regime do Estado Novo, defendendo-se a tese de que o turismo era entendido nesta altura como mais um veículo de divulgação e de validação de uma imagem de Portugal tradicional, rural e autêntico.

De referir ainda o colóquio organizado pela Fundação António Quadros, em 2012, como forma de comemorar o centenário do turismo em Portugal, e que procurou analisar a evolução das estratégias e política turísticas nos últimos cem anos<sup>6</sup> e a existência de variados estudos sobre as Comissões de Iniciativa, naturalmente de cariz mais regional e que ajudam a completar o *puzzle* referente às ações turísticas locais, a partir das diretrizes nacionais<sup>7</sup>.

Já no que concerne a investigações realizadas em torno das iniciativas turístico-folclóricas de António Ferro, verifica-se uma quase que total ausência de trabalhos, se se excetuar os casos relativos ao Museu de Arte Popular<sup>8</sup> e ao concurso da “Aldeia mais Portuguesa de Portugal”<sup>9</sup>.

Por fim, uma menção aos fundos de arquivo relevantes para o estudo de questões desta natureza: em primeiro lugar, o próprio fundo do SPN/SNI bem como o arquivo Salazar, depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Estes núcleos documentais permitem conhecer a realidade das ações político-ideológicas do Estado Novo no que concerne à criação e divulgação da imagem identitária nacional, via turismo, a nível de colaboradores e agentes, meios/instrumentos, modalidades, motivações, públicos-alvo, etc. Igualmente o arquivo pessoal de António Ferro, propriedade da Fundação António Quadros, sediada em Rio Maior, ainda pouco estudado e que se revelará, certamente, como fonte arquivística primordial para o conhecimento da ação de Ferro, em particular nos anos à frente do SPN/SNI. Ainda, no que diz respeito a fundos arquivísticos, de mencionar o Arquivo Distrital do Porto e o Arquivo Municipal de Lisboa, que poderão dar um contributo significativo para a compreensão dos mecanismos de funcionamento de alguns destes concursos nestas duas cidades.

4 ALVES, 2007.

5 PIRES, 2003; AGUIAR, 2008 e CADAVEZ, 2013.

6 FERRO, 2012.

7 Apresentam-se a título de exemplo: SILVA, 2005 ou FERNANDES, 2008.

8 Dos quais são exemplo: BRAGANÇA, 2007 ou PEREIRA, 2008.

9 Trata-se sobretudo de estudos em formato de artigos: BRITO, 1982; FÉLIX, 2003.

Por último, e igualmente fundamentais, as fontes hemerográficas. Partindo-se do princípio de que a imprensa periódica, intimamente vinculada ao quotidiano, constitui uma prolífica fonte de informação, relatando factos, ponderando questões, discutindo e pronunciando-se, muitas vezes “a quente”, sobre a realidade, considera-se que, e face às representações poliédricas da realidade que esta transmite, seguindo a visão da imprensa é possível dilucidar como eram veiculadas, interna e externamente, as ações e as representações imagéticas, via turismo, fomentadas pelo Secretariado de António Ferro, visionando aspetos da receção deste investimento. Neste sentido, evidenciam-se a *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, criada por Ferro em 1941, e espaço onde se divulgou uma imagem da Nação centrada na valorização folclorista do turismo; a revista que se constituiu como órgão oficial do Automóvel Clube de Portugal, a *A.C.P., Revista Ilustrada de Automobilismo e Turismo*, publicada desde 1930, o boletim editado pelo SPN/SNI, *Notícias de Portugal* e os jornais diários de circulação nacional, como *O Século*, o *Diário de Lisboa*, o *Diário de Notícias* ou *O Comércio do Porto*, apenas para mencionar os utilizados neste artigo.

### **A emergência de uma consciência turística**

A importância atribuída ao turismo em Portugal só se fez sentir a partir de finais do século XIX e inícios do século XX, quando o setor se apresentou como resposta aos problemas financeiros com que o país se defrontava.

O primeiro passo foi dado com a criação, em 28 de fevereiro de 1906, da Sociedade Propaganda de Portugal (SPP). Iniciativa privada, a Sociedade foi fundada por destacadas personalidades da vida nacional, de diferentes tendências políticas e religiosas, como Anselmo de Andrade, Fernando de Sousa, Mariano de Carvalho, Manuel Brito Camacho, Henrique Lopes de Mendonça, Leonildo de Mendonça e Costa e Sebastião de Magalhães Lima. Unida em torno da divisa *pro patria omnia*, a SPP organizou-se no sentido da promoção do fortalecimento moral, intelectual e material do país. Desenvolveu, dentro das suas linhas orientadoras, ações de divulgação e de sensibilização para a problemática turística, através de artigos na imprensa e de conferências proferidas pelos seus sócios; estimulou uma série de iniciativas dedicadas ao aperfeiçoamento da indústria hoteleira, a nível de instalações e serviços, destacando-se neste capítulo a promoção do primeiro curso de formação profissional para pessoal de hotelaria, em parceria com a Casa Pia de Lisboa; lutou pela formulação de um produto turístico nacional, congregando os recursos e infraestruturas disponíveis; dedicou-se à promoção turística do país, através de materiais publicitários, como cartazes e folhetos, e através de ações promocionais, como foi a primeira *viagem educacional*, que trouxe a Portugal, em 1913, um influente grupo de dezanove jornalistas britânicos, que visitou o país do Porto ao Algarve<sup>10</sup>. Uma das ações mais relevantes consistiu na promoção das ligações ferroviárias com o centro da Europa e das ligações marítimas com o continente americano, procurando transformar Lisboa numa plataforma de tráfego internacional, espaço privilegiado nas relações entre o centro europeu e o continente americano<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> PINA, 1988.

<sup>11</sup> Das várias iniciativas desenvolvidas resultou o estabelecimento de ligações diárias com Paris, pelo comboio Sud-Express, a atracação de barcos transatlânticos da Booth Line no cais de Lisboa e o estabelecimento de carreiras regulares entre Lisboa e Nova Iorque pelo paquete Sant’Ana da Fabre Steam Ship Co. (CUNHA, 2010).

No auge da atividade da Sociedade, deu-se a implantação da República, tendo o turismo passado para a tutela do Estado.

Com efeito, logo a 18 de maio de 1911, e decorrente dos trabalhos do IV Congresso Internacional de Turismo da Federação Franco-Hispano-Portuguesa de Sindicatos de Iniciativa e Propaganda, realizado em Lisboa, na Sociedade de Geografia, o Governo Provisório decretou a constituição, no Ministério do Fomento, de um Conselho de Turismo<sup>12</sup>, coadjuvado por uma Repartição de Turismo, dotada de autonomia administrativa e financeira. Em 1920, extinguiu-se o Conselho de Turismo e integrou-se no Ministério do Comércio e Comunicações a Repartição do Turismo<sup>13</sup>. Entretanto, a Ditadura Militar surgida do golpe de 28 de maio de 1926 colocou a Repartição de Turismo dependente, a partir de 1927, do Ministério do Interior e os serviços ligados ao turismo agruparam-se na Repartição de Jogos e Turismo, que funcionava junto da secretaria-geral do referido Ministério. Em 1929, era recriado o Conselho Nacional de Turismo, em grande medida para dar resposta à participação portuguesa na Exposição Ibero-Americana de Sevilha, agendada para esse ano<sup>14</sup>. Este Conselho dispunha da mais vasta competência em matéria turística, desde a coordenação dos esforços dos organismos nacionais, a organização de um plano de desenvolvimento turístico nacional e o lançamento de publicações propagandísticas à fiscalização do modo de funcionamento e exploração dos organismos e estabelecimentos relacionados com o turismo<sup>15</sup>.

Todavia, as mudanças sucessivas ocorridas na tutela oficial do turismo conduziram à perda de dinamismo e a uma incapacidade de criar as condições essenciais exigidas para o seu desenvolvimento. Com efeito, o Ministério do Interior, a que estava agregada a máquina institucional do turismo, mostrava-se mais orientado para a manutenção da ordem pública<sup>16</sup>, comprometendo desta forma a eficácia da ação turística nacional. Uma outra condicionante foi o facto de a Repartição de Turismo do Ministério do Interior ver a sua ação rivalizada e, até, suplantada por outros organismos no seio da própria administração, como o Ministério dos Negócios Estrangeiros – através da Comissão de Propaganda do Turismo no Estrangeiro, primeiro e, depois, do Conselho de Turismo, instituído em 1935, bem como pela ação das suas Casas de Portugal em Paris, Londres e Antuérpia – ou a FNAT, que se ocupava do turismo social, através de excursões populares, mas igualmente por instituições privadas, como o Automóvel Clube de Portugal (ACP), que criou em 1934 um Centro de Turismo Português e passou a representar o país na prestigiada Alliance Internationale de Tourisme<sup>17</sup>.

12 Este Conselho era composto por sete membros, um dos quais o chefe da Repartição, devendo os restantes ser escolhidos pelo ministro de entre pessoas com funções nas sociedades de turismo ou congéneres, na administração das alfândegas, na administração do porto de Lisboa, na administração dos Caminhos de Ferro do Estado, nas empresas de navegação e na indústria hoteleira (Câmara Corporativa, 1952).

13 O Ministério do Comércio e Comunicações substituiu, em 1919, o Ministério do Fomento, dele fazendo parte a recém-criada Administração-Geral das Estradas, organismo que integrou a Repartição de Turismo, que passou a constituir uma das três repartições em que se dividiam os serviços internos da Administração-Geral.

14 Esta, tal como a Exposição Internacional de Barcelona, realizada igualmente em 1929, criou em Portugal a noção de que acorreria a Lisboa um conjunto muito elevado de turistas, a caminho ou de regresso de Sevilha e Barcelona. As expectativas, contudo, saíram goradas e, a nível turístico, não houve um acréscimo significativo de visitantes nem se construíram novos hotéis, como então se planeava.

15 O Conselho seria composto por vogais representando unicamente os organismos e serviços do Estado ligados ao turismo, tendo como secretariado executivo a Repartição de Jogos e Turismo (Câmara Corporativa, 1952).

16 Em particular em 1936, quando este tipo de preocupações se revelava premente, face a uma série de acontecimentos políticos, internos e externos, particularmente sensíveis, como o surgimento do frentismo popular em Espanha, conduzindo em julho a uma guerra civil, a assinatura em outubro do Eixo Berlim-Roma ou a sublevação, em setembro, de marinheiros dos navios portugueses fundeados no Tejo, o contra-torpedeiro *Dão* e o aviso *Afonso de Albuquerque*.

17 Criada em 1898, com o intuito de agrupar os clubes de turismo de vários países, foi a primeira organização internacional de turismo.

Apesar destes constrangimentos, a verdade é que, na sociedade portuguesa, o turismo era assunto de vivo interesse e aceso debate.

Assim, em 1931, José de Ataíde, chefe da Repartição de Turismo, apresentava este campo de atividade como “um dos principais contribuintes [...] para essa obra de ressurgimento que se desenha, [...] um dos agentes que mais eficazmente devem influir na reconstrução económica do país”<sup>18</sup>. Na mesma linha de pensamento se inscrevia Joaquim Roque da Fonseca, diretor da Associação Comercial de Lisboa e membro das Comissões de Turismo do ACP e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que em 1932 defendia que “o turismo pode e deve ser para nós o mesmo que é para a França, para a Itália e para a Suíça – a maior das grandes indústrias nacionais”<sup>19</sup>. Dois anos depois, em 1934, no I Congresso da União Nacional, o engenheiro José Duarte Ferreira apresentava o setor turístico como uma “indústria [que] não só provoca o desenvolvimento de atividades nacionais como promove uma drenagem de ouro para dentro do país, [contribuindo] para o equilíbrio da nossa balança económica”<sup>20</sup>. No I Congresso Nacional de Turismo, realizado em Lisboa em 1936, fazia-se novamente eco destas palavras, pela voz de Francisco de Lima: “O turismo é hoje uma força e uma riqueza [...], um dos valiosos elementos de prosperidade nacional”<sup>21</sup>.

O que faltava então para a concretização desta perceção do valor económico do setor turístico nacional? Aparentemente, a resposta era igualmente consensual, advogando-se a ideia do Estado como o natural coordenador do turismo em Portugal, noção defendida, entre outros, pelo jornalista Sanches de Castro:

A indústria do turismo [...] não pode estar à mercê das iniciativas particulares que por mais que queira hão-de ser sempre duma relativa insignificância. [...] Um país que queira tomar a categoria de país turístico, tem que *oficialmente* encarar esse problema com *grandeza* se quiser que o seu turismo seja *grande*. [...] O Estado tem de ser o animador e orientador do turismo nacional<sup>22</sup>.

No seguimento desta ideia, no I Congresso da União Nacional, o presidente do ACP, o engenheiro Carlos Santos, propunha:

Encarando assim o turismo como função do Estado existe a necessidade, de facto, de criar um organismo, como existe em quase todos os países, para obter e praticar um conjunto de providências, concorrendo para que os atrativos nacionais se valorizem, interferindo em quase todos os setores da atividade nacional<sup>23</sup>.

18 ATAÍDE, José, jan. 1931 – “O Turismo no ressurgimento do País”. *A.C.P., Revista Ilustrada de Automobilismo e Turismo*. Lisboa, n.º 4, p. 18.

19 FONSECA, Joaquim Roque da, abr. 1932 – “Portugal, País de Turismo”. *A.C.P., Revista Ilustrada de Automobilismo e Turismo*. Lisboa, n.º 19, p. 39.

20 FERREIRA, 1935: 347-348.

21 LIMA, 1936: 4.

22 CASTRO, Sanches de, 4.6.1933 – “Para dar informações do turismo em Portugal”. *O Notícias Ilustrado*. Lisboa, p. 8.

23 MANSO, Joaquim, 14.1.1933 – “Turismo”. *Diário de Lisboa*. Lisboa, p. 1.

Neste mesmo Congresso, Fausto de Figueiredo reforçava as conclusões de Carlos Santos, entendendo “que o Congresso se deve pronunciar no sentido da criação dum comissariado geral, dependente da Presidência do Conselho, com poderes e meios de ação bastantes para orientar e dirigir a execução dum plano de conjunto previamente elaborado”<sup>24</sup>.

Considerando a recorrência destas ideias no discurso dos principais protagonistas no campo do turismo em Portugal, não espanta que uma das mais fortes conclusões saídas do I Congresso Nacional de Turismo tenha sido a ideia de que se tornava

urgente remodelar os [...] serviços [de turismo], criando-lhe um organismo único de carácter administrativo e técnico com os poderes e autonomia e dotações orçamentais necessários para poder realizar obra eficiente. Entende ainda o Congresso que dada a interdependência que o turismo mantém com todos os serviços públicos, seria da maior conveniência que o novo organismo ficasse adstrito à Presidência do Conselho<sup>25</sup>.

Em 1939, estas exortações tornavam-se finalmente realidade: o decreto n.º 30 251, de 30 de dezembro, providenciava a passagem, a partir de 1 de janeiro de 1940, das competências do Ministério do Interior em matéria de turismo para o Secretariado de Propaganda Nacional<sup>26</sup>.

### **Estado Novo: turismo, ideologia e António Ferro**

Foi igualmente por volta desta altura, com a inauguração da ligação aérea Portugal-Estados Unidos<sup>27</sup> que Lisboa ficou mais próxima de várias capitais europeias e, perante a nova importância do espaço aéreo nacional, houve quem previsse uma “transformação de todas as grandes redes de comunicação e circulação universais, [uma] deslocação geográfica do Mundo”, um panorama onde “o nosso País, colocado no cruzamento de dois mundos [...], pela sua posição geográfica, estrada aérea e marítima de dois continentes [seria] um ponto central da América, como da Europa”<sup>28</sup>.

Neste período de conjuntura de guerra, em que Portugal tinha assumido uma posição neutral, a questão do turismo como elemento potenciador de desenvolvimento económico voltava à praça pública, acerrimamente defendida:

De entre as possibilidades que o forte intercâmbio do futuro oferece ao nosso País, uma realidade pode considerar-se desde já, em qualquer hipótese, como uma importante e larga perspectiva nacional: o turismo. A criação duma verdadeira indústria turística aparece como uma

24 FIGUEIREDO, 1936: 11.

25 “O I Congresso Nacional de Turismo”. *A.C.P., Revista Ilustrada de Automobilismo e Turismo*. Lisboa, n.º 61, janeiro de 1936, p. 59.

26 Esta ligação orgânica entre o turismo e a propaganda já se verificava noutros contextos que não o português, nomeadamente em Itália onde, em abril de 1931, Mussolini tinha criado o Comissariado per il Turismo, sob a dependência direta da Presidência do Governo, substituído, em 1934, pela Direzione Generale per il Turismo, integrada no Subsecretariado de Estado para a Imprensa e Propaganda (AGUIAR, 2008).

27 Através dos hidroaviões *Yankee Clipper* da Pan-American, que amaravam em Cabo Ruivo, resultado do avanço dos transportes aéreos.

28 “Portugal e o Turismo”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 3.10.1941, p. 1.

das formas do indispensável apetrechamento económico de Portugal [...]. O turismo pode ser a mais universal de todas as indústrias portuguesas e o futuro abre-nos, nesse sentido, horizontes novos e larguíssimos<sup>29</sup>.

António Ferro, diretor do Secretariado, agora com este setor sob a sua alçada, tinha, contudo, uma perspetiva diferente: o turismo era considerado essencialmente um instrumento privilegiado de promoção e propaganda do regime:

Se o turismo é um problema sério, e não um simples passatempo, é porque está ligado, direta e indiretamente, a quase todos os problemas nacionais, contorno indispensável da nossa renovação, seu necessário acabamento [...], meio seguríssimo não só de alta propaganda nacional como de simples propaganda política<sup>30</sup>.

Igualmente importante era a sua capacidade de manutenção da ordem interna:

O turismo constituiu sempre, em toda a parte, além duma grande e próspera indústria, uma excepcional terapêutica moral, [sendo que] os grandes países visitados que fazem da indústria de receber visitas uma fonte de riquezas e de renovação nacionais são países de ordem e de convívio exemplares: a Suíça, a Holanda, a Bélgica<sup>31</sup>.

Desta forma, o turismo nacional foi claramente assumido, no consulado de Ferro no Secretariado, como arma de propaganda político-ideológica do Estado Novo, instrumento privilegiado para o reconhecimento internacional do regime, por um lado e, por outro, estratégia de inclusão dos cidadãos nos ideais e princípios do regime de Salazar, ordeiro e respeitador.

Uma vez que a II Guerra Mundial tinha interrompido o fluxo de turistas para Portugal<sup>32</sup>, Ferro procurou “aproveitar esta pausa forçada [...] para encenar turisticamente o país de norte a sul”<sup>33</sup>, na crença de que, “mal acabe a guerra”, se tornaria inevitável “a marcha dos turistas de todo o mundo sobre Portugal”<sup>34</sup>. Considerando que “a França viverá, durante muitos anos, o grande interregno do seu prestígio, mesmo turístico”, que “a Suíça continuará talvez a ser procurada mas é apenas um grande hotel na Europa” e que “a Espanha levará ainda algum tempo antes de ganhar, de novo, a confiança do mundo inteiro”, o diretor do Secretariado acreditava que “a vaga da França [...] será para Portugal se trabalharmos bem e depressa”<sup>35</sup>.

Dentro desta opção ideológica, do turismo enquanto instrumento de nacionalização, Ferro cedo compreendeu que a criação de uma imagem turística diferenciada seria crucial:

29 “Portugal e o Turismo”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 3.10.1941, p. 1.

30 FERRO, 1949b: 34.

31 “Turismo como factor político”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 22.11.1939, p. 1.

32 Se antes do eclodir do conflito mundial, o turismo português vivia fundamentalmente da clientela inglesa e espanhola, no período de 1939 a 1945, mais do que turistas, o país viu-se a braços com milhares de refugiados que aqui procuravam a porta de saída para a liberdade; ao Estoril, única estância de veraneio com vocação internacional, chegaram essencialmente famílias aristocráticas e membros das elites artísticas europeias (BRITO, 2003).

33 FERRO, 1949b: 76.

34 TT – *Arquivo Salazar, Plano para uma campanha de propaganda em toda a América e no Brasil em particular*, PC-12E, cx. 662, s.d., p. 33.

35 TT – *Arquivo Salazar, Plano para uma campanha de propaganda em toda a América e no Brasil em particular*, PC-12E, cx. 662, s.d., p. 33.

O turista apenas se move para visitar um determinado país, se ele apresenta suficientes motivos de atração, desde a paisagem às instalações hoteleiras, a arte à etnografia e ao folclore. Queremos turistas? [...] É necessário que sejamos diferentes, que revelemos um carácter próprio, que sejamos, numa palavra, portugueses<sup>36</sup>.

Neste sentido, o diretor do Secretariado nada mais fez do que retomar ideias defendidas por uma série de intervenientes neste campo, desde a Sociedade Propaganda de Portugal a José de Ataíde que, desde 1916, vinha defendendo a importância dos temas da identidade e da diferença na estruturação do discurso oficial sobre o turismo; assim, por exemplo, no Congresso Hoteleiro realizado em 1917, afirmava Ataíde que

o que torna as viagens interessantes é a novidade, o imprevisto, o aspeto e o motivo desconhecidos. Se todas as terras e campos se assemelhassem, se fossem em todos os países iguais os costumes, não valeria a pena empreender uma viagem. Na variedade de paisagem, na diversidade dos aspetos e dos panoramas, dos indivíduos e das raças, está a principal justificação duma viagem<sup>37</sup>.

Desta forma, graças a António Ferro, o Secretariado procedeu à modelação de uma nova fisionomia turística de Portugal, de feição regionalista, folclórica e de enfatização dos recursos de cariz popular, uma proposta alternativa ao mercado internacional, recheado de atrações eruditas e cosmopolitas.

### Os concursos do SPN e a projeção da vida nacional

A estatização do turismo, levada a cabo desde a I República, acentuou-se, como se viu, com a Ditadura Militar e, posteriormente, com o regime do Estado Novo. Esta nacionalização do setor do turismo afirmava-se coerente com a campanha de reaportuguesamento de Portugal<sup>38</sup>, em consonância com a noção de Ferro, de “Portugal [como] um país de turismo [mas] um turismo saudável, campesino” que, satisfazendo as exigências dos viajantes, não faria “perder ao nosso país o seu carácter lírico, familiar”<sup>39</sup>.

Para o fomento do turismo, quer interno quer externo, afigurava-se como essencial, além de boas vias de comunicação e adequados meios de transporte, a necessidade de se tornarem cómodos, agradáveis e esteticamente aprazíveis os percursos nas viagens dos nacionais, mas, sobretudo, dos estrangeiros, pelo país.

36 QUADROS, António, 31.8.1949 – “Sete dias de Lisboa”. *Diário do Norte*. Porto, p. 3.

37 BRITO, 2003: 480. Também Carlos Santos, presidente da direção do Automóvel Clube de Portugal, sugeria algo igual, em 1934, na tese apresentada ao I Congresso da União Nacional: “O que impressiona os estrangeiros que nos visitam são as nossas coisas, os costumes do norte, os touros em plena campina, os nossos espetáculos populares, etc.” (SANTOS, Carlos, mai. 1934 – “Turismo”. *A.C.P., Revista Ilustrada de Automobilismo e Turismo*. Lisboa, n.º 44, p. VII).

38 Esta campanha de reaportuguesamento de Portugal foi lançada pelo poeta Afonso Lopes Vieira durante a I República. Considerando-se que, antes da sociedade burguesa, existira “uma ‘realidade portuguesa’ [...] que se perdera”, e que essa vida original já só poderia ser vislumbrada “nas lendas históricas, em certos costumes rurais, no artesanato” (RAMOS, 1994: 569), o reaportuguesamento era encarado como um retorno a essa realidade, pelo culto das coisas portuguesas.

39 FERRO, 1949b: 48.

Com efeito, logo em 1933, ano de criação do Secretariado, o *Notícias Ilustrado* defendia, nas suas páginas, a indispensabilidade de, “antes de se receber as visitas, prepara[r]-se a casa para as receber”<sup>40</sup>.

Esta foi a tarefa a que se dedicou o Secretariado, decorando e encenando os espaços frequentados pelos turistas estrangeiros e pelas elites nacionais, nas suas incursões pelo país. A fachada da Nação assim construída por Ferro assumiu-se desde logo como um projeto assente numa estética de contornos modernistas, tal como o percurso inicial de Ferro, mas claramente nacionalista, num trabalho de modernização e, simultaneamente, de apertuguesamento do país, no reforço das suas características tradicionais.

Para a necessária homogeneidade da imagem deste Portugal idealizado, Ferro recorreu ao modelo dos concursos, fórmula por ele veementemente defendida: “Eu acredito muito nos concursos e nos seus resultados [...]. E não, somente e propriamente, pelos frutos que deles se possam, desde logo, colher. Mas porque são ideias que ficam lançadas, caminhos abertos”<sup>41</sup>. Os concursos permitiam, pois, a criação de uma atmosfera propícia ao turismo, interno e externo, funcionando como instrumentos para “ir retocando, pouco a pouco [o país], dando-lhe a tonalidade, a graça e a frescura de uma aguarela viva”<sup>42</sup>, ganhando um desenvolvimento mais decisivo com as Comemorações Centenárias, altura em que, para Ferro, “a imagem de Portugal, para se impor definitivamente ao mundo, terá de ser nítida, luminosa, sem quaisquer sombras”<sup>43</sup>.

Assim, procurando dar “à vida nacional uma fachada impecável de bom gosto”<sup>44</sup> e considerando que “as ruas, que são as primeiras relações dos estrangeiros, podem exercer grande influência na sua opinião sobre o grau de civilização do país que visitam”<sup>45</sup>, a intervenção do SPN iniciou-se pelas lojas comerciais, uma vez que, para Ferro, “as montras dos estabelecimentos comerciais são [...] os palcos duma cidade, exposição permanente e multiforme da sua mentalidade, do seu progresso ou do seu atraso, do seu Mau Gosto ou Bom Gosto”<sup>46</sup>, servindo o propósito de atrair, enfeitiçar, quem visitava o país.

Dado o “indiscutível mau gosto [que] não tem escapado aos jornalistas e escritores estrangeiros que nos visitam”<sup>47</sup>, o diretor do Secretariado apresentava uma solução:

O que os nossos comerciantes precisam, se querem ombrear com os seus colegas americanos ou franceses, é aproximarem-se, francamente, dos artistas, solicitarem a sua colaboração, criando, pouco a pouco, a especialidade, que existe lá fora, dos compositores de montras. Enquanto não o fizerem [...], as nossas ruas continuarão a oferecer o aspeto pesado, sorna, que lhes vem do jazigo das suas montras<sup>48</sup>.

40 “O Presidente da União Hoteleira de Portugal declara da maior oportunidade a Exposição do Hotel Modelo”. *Notícias Ilustrado*. Lisboa, 6.8.1933, p. 14.

41 “Problemas essenciais em vias de solução”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 12.9.1945, p. 4.

42 FERRO, 1949b: 40.

43 FERRO, António – “A Fachada”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 18.10.1937, p. 1.

44 FERRO, 1943: 23.

45 FERRO, 1949a:11-12.

46 “Uma curiosa exposição de montras promovida pelo S.P.N.”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 13.6.1940, p. 1-2.

47 FERRO, António – “A Fachada”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 18.10.1937, p. 1.

48 FERRO, António – “A Fachada”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 18.10.1937, p. 1.

Surgia assim, em 1941, o concurso de montras em Lisboa<sup>49</sup>. De acordo com o regulamento do concurso, de abril desse ano, este encontrava-se aberto entre os estabelecimentos das artérias de Lisboa, independentemente do ramo de negócio, procurando-se distinguir o

estabelecimento concorrente que revele a melhor harmonia de conjunto de montra ou montras: arquitetura própria em relação com a fachada do prédio, decoração conjugada com a apresentação interior do estabelecimento, originalidade do reclamo, bom gosto e valorização dos artigos expostos<sup>50</sup>.

A inscrição era gratuita, através do preenchimento de um formulário facultado pelo SPN, com um júri constituído por três elementos: um arquiteto<sup>51</sup>, um decorador<sup>52</sup> e um delegado do SPN, que serviria para desempatar a votação em caso de necessidade, sendo todos os elementos escolhidos pelo diretor do organismo nacional de propaganda. Foram estabelecidas duas categorias: a categoria A, com um único prémio, a Taça de Prata, e a categoria B, com três prémios, de 2000\$00, 1500\$00 e 1000\$00, sendo que o que as diferenciava era a presença obrigatória, na primeira, de um artista-decorador. Ao autor do projeto na categoria A seria atribuído um prémio de 2000\$00; para a categoria B, no caso de montras cujos autores fossem artistas, estes receberiam prémios pecuniários correspondentes aos valores estabelecidos para os três prémios existentes<sup>53</sup>.

As edições do concurso de montras sucederam-se a partir de 1941, com o Secretariado a publicitar ativamente a iniciativa<sup>54</sup>. Todavia, percebia-se que a adesão dos comerciantes lisboetas era titubeante e pouco expressiva (excetuando as grandes casas comerciais):

Sendo inegável embora que o interesse do meio comercial lisboeta aumenta de ano para ano, cabe-lhe ainda mostrá-lo de mais irrefutável maneira, em próximas repetições deste Concurso, para que nenhum prémio fique por distribuir, para que nenhuma vitrina continue a parecer-se com a prateleira esconsa dum armazém mal arrumado, [...] para que a capital constitua [...] um cartaz digno de Portugal, tentação colorida para os olhos de quem a visita e de quem a passeia<sup>55</sup>.

49 O concurso aparecia na sequência da Exposição de Montras organizada no ano das comemorações centenárias, em 1940, promovida pelo SPN, e abrangendo a decoração das montras da rua Garrett. O evento contou com a participação de um pouco mais de vinte artistas, na sua maioria colaboradores frequentes das iniciativas do Secretariado, aí se destacando nomes como os de Fred Kradolfer, José Rocha, Tomás de Melo, Bernardo Marques, Carlos Botelho, Emmérico Nunes ou Eduardo Anahory.

50 TT – *Secretariado Nacional de Informação, Concurso de Montras – Regulamento*, cx. 5556, 30.4.1941, p. 4.

51 Jorge Segurado, nas edições de 1942 a 1944, e Leonardo de Castro Freire, em 1945.

52 Carlos Botelho, de 1942 a 1944, e Manuel Lapa, em 1945.

53 Entretanto, em 1943 o regulamento foi alterado, acrescentando-se na categoria A um segundo prémio pecuniário no valor de 1500\$00, atribuindo-se aos artistas-decoradores responsáveis por estas montras, respetivamente, os valores de 2000\$00 e 1500\$00. Mantiveram-se, na categoria B, os três prémios, com recompensas monetárias nos valores previamente estabelecidos em 1941 para as montras vencedoras, mas eliminando-se os mesmos valores que então se atribuíam aos decoradores, caso existissem.

54 No norte do país, o Porto acolheu o concurso do Secretariado, integrando-o nas primeiras festas do Maio Florido, em 1946 e, nos dois anos seguintes, no programa das Festas da Cidade, numa iniciativa conjunta da Comissão Executiva das Festas e do SNI. Em 1949, o concurso parece ter sofrido uma interrupção, sendo retomado em 1950, até 1952, quando se verificou o fim das Festas da Cidade organizadas pela edilidade.

55 TT – *Secretariado Nacional de Informação, Iniciativas do S.P.N. Concurso de montras – 1943*, cx. 5665, s.d, p. 2.

A falta de adesão ao projeto tornou-se claramente visível na missiva que a União de Grémios de Lojistas de Lisboa enviou ao SNI, no seguimento do pedido deste organismo para divulgar a edição de 1945<sup>56</sup>, onde se criticava o modelo estabelecido pelo organismo estatal dirigido por Ferro:

Os certames de montras, organizados nas condições em que V. Ex<sup>a</sup>. o tem feito [...] não despertam o interesse generalizado que seria para desejar, e deixam ficar a impressão de que através deles se pretende sobretudo provocar a prodigalização de benefícios a pessoas estranhas ao próprio meio, e até sem prática efetiva do que deles se pretende.

A carta continuava nestes termos:

No que diz respeito à técnica comercial, provocação do interesse de clientela e vantagens das exposições [...] são funções que mais pertencem àqueles que labutam nas diferentes atividades, entre os quais há sempre alguns que, quer pela sua cultura, quer pela sua inteligência, estão em condições de orientar o que diz respeito a essas mesmas atividades, ou colaborar efetivamente com as entidades estranhas que desejam promover quaisquer manifestações tendentes a esses fins<sup>57</sup>.

Assim, a pretensão de Ferro de levar os comerciantes à convicção de que deviam colaborar ativamente com os artistas nesta iniciativa, deparou-se com

a presunção de alguns dos nossos comerciantes [...] que consideram inútil, ou até prejudicial, a colaboração dos artistas portugueses; ou se acham com imaginação suficiente [...] ou acham muito mais prático, talvez mais económico, copiar tudo quanto veem nas revistas estrangeiras<sup>58</sup>.

Em 1947, o SNI colaborou ativamente nas comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros, tendo a seu cargo a propaganda das festas e a receção de visitantes estrangeiros. Fiel ao seu carácter determinado, o diretor do Secretariado aproveitou as Comemorações e lançou um número especial do concurso de montras, em conjunto com a União de Grémios de Lojistas de Lisboa e a Câmara Municipal. Abrangendo em particular os estabelecimentos comerciais, independentemente do seu ramo de atividade, das principais ruas da cidade<sup>59</sup>, o regulamento estabelecia como critérios de apreciação pelo júri o bom gosto, a originalidade, a sumptuosidade, o sentido comercial, a alusão histórica, a iluminação e a harmonia do conjunto. À Câmara Municipal cabia disponibilizar flores dos seus viveiros e estufas para a ornamentação das montras, uma vez que o concurso estava integrado na Semana da Flor, uma das iniciativas das Comemorações.

56 Agora em formato de montras natalícias, uma vez que o concurso decorreu entre 20 de dezembro de 1945 e 6 de janeiro de 1946.

57 TT – *Secretariado Nacional de Informação* (Carta da União de Grémios de Lojistas de Lisboa ao SNI), cx. 5665, 17.12.1945, p. 1.

58 FERRO, 1949a: 27.

59 As ruas Augusta, do Ouro, do Carmo, Garrett, Nova do Almada, Rossio, 1.º de Dezembro e Avenida de Liberdade, embora os estabelecimentos situados noutros locais pudessem tomar parte no concurso, tendo de comunicar à Comissão Executiva das Comemorações o seu desejo, formalizando-o através do preenchimento do boletim de inscrição criado para esse fim.

O júri, constituído pelo presidente da Comissão Executiva, um representante do Secretariado Nacional de Informação, um representante da Sociedade Nacional de Belas Artes e dois representantes do comércio lojista<sup>60</sup>, estabeleceu para cada categoria dez primeiros prémios (medalhas e diplomas) e dez segundos prémios (diplomas), além de um conjunto de quatro galardões: a Taça das Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa, a Taça do SNI, o Prémio União de Grémios de Lojistas de Lisboa e o Prémio Associação Comercial de Lisboa; de referir ainda que o regulamento estabelecia a atribuição de diplomas comemorativos para os empregados que tivessem orientado montras premiadas.

Este modelo, diferente do consagrado nas edições do concurso lançadas exclusivamente pelo Secretariado, terá muito possivelmente como justificação uma das recomendações feitas na carta da União de Grémios Lojistas de Lisboa acima mencionada:

No que se refere a prémios, julgamos conveniente a não concessão de prémios pecuniários ou valiosos para os estabelecimentos, mas sim de diplomas artísticos distribuídos em maior profusão para cada categoria, e tendentes a estimular o desejo de futuras colaborações<sup>61</sup>.

Ora, torna-se importante fazer aqui um parêntesis, procurando analisar com mais cuidado a origem deste concurso<sup>62</sup>. Com efeito, ao contrário do que é comumente aceite, a verdade é que esta iniciativa de Ferro não era original. Tudo terá começado em março de 1933, altura em que o *Notícias Ilustrado* lançava uma campanha sobre o turismo em Portugal, com uma série de artigos em que se propunham sugestões e conselhos para o seu desenvolvimento.

No seguimento deste conjunto de intenções, no mês seguinte o *Notícias Ilustrado* retomava o tema, desta feita centrando-se no “facto das lojas de Lisboa não acompanharem o movimento de progresso da capital e de se conservarem num lamentável estado de desleixo e de pobreza”, chegando mesmo a comparar desfavoravelmente “a falta de iniciativa do comércio lojista de Lisboa [com] a iniciativa do comércio de qualquer cidade espanhola de província”<sup>63</sup>. Para ajudar a resolver este quadro desolador, o *Notícias Ilustrado* propunha que a “Câmara Municipal de Lisboa [...] devia [...] premiar de qualquer forma a iniciativa do lojista que quisesse melhorar o seu estabelecimento”<sup>64</sup>.

Esta sugestão parece ter sido seguida, uma vez que, acompanhando-se o *Diário de Notícias*, é possível encontrar, desde 1933 e até 1937, pelo menos, artigos sobre concursos de montras realizados na capital, sob os auspícios da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, em conjunto com a Comissão Luminotécnica

60 A reportagem do jornal *O Século* sobre este concurso revelava que o júri era constituído pelos arquitetos Cottinelli Telmo e Miguel Jacobety Rosa, pelo pintor Carlos Botelho e pelos comerciantes Alda Dinis e Anibal da Silva David (“O júri do concurso de montras começa a fazer a classificação depois de amanhã”. *O Século*. Lisboa, 22.7.1947, p. 8).

61 TT – *Secretariado Nacional de Informação* (Carta da União de Grémios de Lojistas de Lisboa ao SNI), cx. 5665, 17.12.1945, p. 2. De referir que, em Lisboa, o concurso de montras terá resistido à saída de Ferro do Secretariado, uma vez que ainda se encontravam ecos da sua existência nos principais jornais diários ao longo da década de 1950, organizado então unicamente pela União dos Grémios dos Lojistas de Lisboa, no período das festas populares dos santos juninos.

62 Este concurso de montras do Secretariado terá sido, porventura, o modelo mais replicado fora do local onde nasceu, podendo-se observar iniciativas semelhantes em diversas cidades do país. Foi o caso de Ponta Delgada, cujo Grémio do Comércio, no seguimento da comemoração do quarto centenário de elevação a cidade, em 1946, se mostrou disposto a promover um concurso de montras, o mesmo acontecendo em Braga e Setúbal.

63 “Um problema de turismo e de cultura comercial. As lojas de Lisboa”. *Notícias Ilustrado*. Lisboa, 9.4.1933, p. 4.

64 “Um problema de turismo e de cultura comercial. As lojas de Lisboa”. *Notícias Ilustrado*. Lisboa, 9.4.1933, p. 5.

Portuguesa, e com o apoio dos jornais *O Século* e *Diário de Notícias*. Estes concursos apareciam associados ao programa oficial das Festas da Cidade, assumidos pela Comissão Executiva como “um dos mais interessantes números [...], não só pela expressão artística de que háde revestir-se, mas pelo que representará de inteligente propaganda”<sup>65</sup>. O concurso procurava premiar os comerciantes cujas montras, fachadas ou interiores de estabelecimentos se distinguissem pela sua elegância, bom gosto e originalidade, ou pela sua iluminação, no que funcionava, de forma clara, como um chamariz turístico para o “avultadíssimo número de forasteiros que do estrangeiro e do norte a sul do país vêm à capital”<sup>66</sup>.

Assim, pode especular-se, de acordo com estes dados, que a ação do organismo tutelado por Ferro neste campo não terá sido de total inovação mas, antes, uma estratégia que oficializava e dinamizava, de forma mais global e sofisticada, iniciativas que subsistiam previamente, dando-lhes um cariz modernista e fazendo participar nelas a sua equipa de artistas-decoradores.

Igualmente em 1941, os Serviços de Turismo do SPN lançaram o Concurso das Estações Floridas. Este concurso, de âmbito nacional, procurava responder a uma das necessidades fundamentais do turismo português, uma vez que se considerava que, tal como as montras, “as estações de caminho-de-ferro (lembramos as da Suíça, da Áustria, da Alemanha) devem ser as miniaturas das terras que anunciam, seus verdadeiros cartazes”<sup>67</sup>, pelo que cuidá-las e alindá-las se revelava um esforço fundamental para a propaganda turística do país.

Também o *Diário de Notícias* vinha alertando para a necessidade de se atender a este aspeto da fachada nacional:

Em Portugal, país de flores, começa a generalizar-se o culto da flor. Nas cidades e lugarejos, alargam-se os jardins. À beira das estradas [...] surgem, por vezes, placas ajardinadas, pequenos alegretes floridos. Numa estrada apenas, a via-férrea, esse aspeto de aformoseamento está ainda, de uma maneira geral, por cuidar. As estações dos percursos, que deviam ser alegres e acolhedoras, apresentam-se, na grande maioria dos casos, frias e agressivas. Ora, para as enquadrar na paisagem, para lhes dar graça e alegria, basta, no fim de contas, que nelas haja alguns canteiros de flores do campo, uns vasos de sardineiras nas janelas ou umas trepadeiras cobrindo as paredes<sup>68</sup>.

O concurso, que procurava estimular “o bom gosto na ornamentação floral das estações dos nossos caminhos-de-ferro”<sup>69</sup>, previa a atribuição de três prémios de 2500\$00, 1500\$00 e 1000\$00<sup>70</sup>. O júri, constituído por quatro elementos, designados pelo Secretariado – um artista ou homem de letras<sup>71</sup>, um engenheiro-agrónomo ou

65 “As Festas de Lisboa”. *O Século*. Lisboa, 25.5.1935, p. 2.

66 “O concurso de montras tem despertado grande interesse”. *O Comércio do Porto*. Porto, 21.5.1935, p. 8.

67 FERRO, António – “A Fachada”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 18.10.1937, p. 1.

68 “O ‘Concurso das Estações Floridas’ que o S.P.N. promove”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 23.5.1941, p. 1.

69 TT – *Secretariado Nacional da Informação, Bases para o “Concurso das estações floridas” a realizar este ano*, cx. 971, 1.2.1947, p. 1.

70 Existiam ainda diplomas de Menção Honrosa e de Menção Honrosa Especial, davam acesso a Prémios de Persistência, no valor de 500\$00, para as estações que, em dois anos seguidos ou alternados, tivessem recebido diplomas de Menção Honrosa Especial, e de 600\$00 para as que tivessem ganho diplomas de Menção Honrosa em três anos seguidos ou alternados. A partir de 1948, as estações vencedoras recebiam ainda pequenas placas cerâmicas, com a indicação do ano e do lugar em que ficaram classificadas.

71 Até 1945 terá sido Tomás de Melo, colaborador assíduo nas iniciativas do Secretariado.

técnico de floricultura/silvicultura, um representante da Direção-Geral dos Caminhos-de-Ferro e um funcionário dos Serviços de Turismo do Secretariado, que presidiria e cujo voto seria usado apenas em caso de empate – percorria as estações concorrentes, em visitas e inspeções, elaborando depois um relatório, normalmente com sugestões de melhoramentos dos jardins, depois entregue aos chefes das estações. De destacar que as recomendações eram muito semelhantes, certamente para criar um aspeto uniforme a este nível, variando apenas no número maior ou menor de sugestões, de acordo com o estado do jardim e da estação no geral<sup>72</sup>.

Dos dados publicados aquando da exposição relativa aos catorze anos da *Política do Espírito* de Ferro, em 1948, o número de estações concorrentes terá crescido continuamente desde a primeira edição, sendo que se indicava que teriam concorrido até à data 496 estações, tendo sido atribuídos 21 prémios, no valor total de 36 000\$00.

O concurso das estações floridas era, pois, a prova de que, “no aspeto geral como no pormenor”, se cuidava “a sério do problema do turismo criando-lhe o indispensável ambiente”<sup>73</sup>. E, com efeito, depois de 1950, os diretores do Secretariado que se seguiram a Ferro<sup>74</sup> continuaram a apoiar e divulgar o concurso, através do boletim *Notícias de Portugal*<sup>75</sup>, apresentando-o como uma forma de estimular “a requintada arte de jardinagem, de tão famosas tradições” e de revelar aos turistas estrangeiros “um aspeto bem característico do nosso temperamento artístico e do nosso proverbial bom gosto”<sup>76</sup>. De forma a assegurar o ambiente de serenidade e tranquilidade necessário para “receber bem os nossos hóspedes com aquela hospitalidade que é característica da nossa gente”<sup>77</sup>, a relevância do concurso criado por Ferro enquanto arma turística tornou-se clara – embora as suas opções estéticas e culturais para o turismo nacional estivessem nesta altura claramente datadas –, uma vez que “o arranjo decorativo das estações, debruadas por lindas flores e relvados [...], animando e alegrando a paisagem local”<sup>78</sup>, se revelava como um motivo de interesse “para aquele que visita o nosso país e sintoma de arrumo, alindamento desta *Casa portuguesa*, ainda há trinta anos uma triste ruína”<sup>79</sup>.

Já numa fase descendente da atuação do Secretariado, em 1947, surgiu novo concurso, integrado nas Comemorações da Tomada de Lisboa aos Mouros, o das janelas floridas, lançado pela Comissão Executiva das Comemorações, de que fazia parte o SNI, que se revelou

um concurso a disputar entre todos os moradores de Lisboa que florirem [...] as suas janelas. Está assegurada a colaboração das juntas de freguesia, de forma a que não deixem de concorrer todos aqueles, por mais modestos ou humildes, que tiverem o bom gosto de usar plantas e flores para tornar mais garrida a paisagem citadina<sup>80</sup>.

72 As sugestões eram igualmente muito minuciosas, indo desde a indicação para “retirar a cancela da frente do jardim”, “revestir com trepadeira o muro e parede da estação do lado do cais das mercadorias” ou “fazer uma sebe de ligustrum, a tapar a horta junto do depósito de água” (TT – *Secretariado Nacional de Informação* (Carta do SNI ao chefe da estação de Fornos de Algodres), cx. 3475, 11.10.1957, p. 1).

73 “Concurso das estações floridas”. *O Comércio do Porto*. Porto, 19.7.1945, p. 5.

74 Foram eles José Manuel da Costa, Eduardo Brazão e César Henrique Moreira Baptista.

75 Este boletim constituía um meio de divulgação externa do país, uma vez que era especialmente destinado ao público português residente no Ultramar e nas zonas de emigração, como o Brasil, transmitindo “a visão oficial do regime a respeito da sua própria atuação interna e externa” (PAULO, 1994: 97).

76 “Uma iniciativa de interesse turístico”. *Notícias de Portugal*. Lisboa, 15.2.1958, p. 4.

77 “Valorização turística do país”. *Notícias de Portugal*. Lisboa, 19.10.1957, p. 6.

78 “Uma iniciativa de interesse turístico”. *Notícias de Portugal*. Lisboa, 15.2.1958, p. 4.

79 “Valorização turística do país”. *Notícias de Portugal*. Lisboa, 19.10.1957, p. 6.

80 “As Comemorações Centenárias”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 3.6.1947, p. 5.

O concurso terá sido inserido nas Festas da Cidade, depois de 1947, a confiar nas notícias da imprensa diária, associado a um outro, o dos tronos de Santo António<sup>81</sup>, parecendo pensado para dar realização material à ideia de Ferro, de que o “cuidado minucioso [...] no arranjo das tabuletas das fachadas, no florir das janelas e dos candeeiros de iluminação pública [...], tudo quanto seja arranjar e pôr flores nas jarras, é turismo e bom turismo”<sup>82</sup>.

Foi igualmente implementado no Porto, depois da abertura na cidade, em março de 1945, de uma delegação do SNI, adstrito às festas do Maio Florido<sup>83</sup>:

As Festas do Maio Florido, que o SNI vai promover, incluem o concurso das janelas floridas, que deve, realmente, resultar um espetáculo cheio de graça e de beleza. Ver toda a cidade florida, deve ser lindo. Cada janela de cada casa a mostrar o interesse posto no enfeite do nosso Porto, e o espetáculo a correr por aí fora, numa alegria de cores e perfumes. Seria o cartaz mais bonito para a nossa propaganda, e curioso porque cada morador pintava um bocadinho do quadro maravilhoso. Não é quimérica a ideia. Pode realizar-se sem esforço de maior, se todos quiserem. O material para a realização é barato e de manufatura bem caseira – suportes que aguentem vasos ou plantas, vasos que ficam para acrescento ou flores que fiquem para mimo do conforto do lar. Ao portuense, sempre tão amigo do seu Porto, e àqueles moradores que escolheram esta cidade para seu ninho, se entrega a ideia e o cuidado de imaginar a sua beleza<sup>84</sup>.

A ideia de Ferro acabou por dar origem a um outro concurso, o das sacadas ornamentadas, parte do programa das Festas da Cidade do Porto, organizadas a partir de 1946 por uma comissão camarária, com a colaboração dos organismos económicos, culturais e desportivos da cidade. Assim, a partir de uma sugestão do diretor do SNI no Porto, António Maria Pinheiro Torres, para a “ornamentação das frontarias de maneira típica”<sup>85</sup>, e do incentivo da Comissão Executiva, que “lembra aos portuenses [...] que seria interessante embelezar e decorar as janelas das suas casas, para que a cidade tivesse, realmente, durante estes dias, um aspeto verdadeiramente festivo”<sup>86</sup>, em 1947 inaugurou-se o concurso. Foram estipulados três prémios monetários, nos valores de 2000\$00, 1500\$00 e 1000\$00, além de um quarto e quinto prémios: as taças da União de Grémios de Lojistas do Porto e da Associação dos Proprietários e Agricultores do Norte de Portugal. O júri era constituído por um jornalista, um crítico de arte, um artista, um etnógrafo e um membro da Comissão Executiva das Festas da Cidade, além de um representante da Associação de Proprietários. Naquela que parece ter sido a primeira e única edição deste concurso no Porto, os vencedores foram o Grande Hotel do Porto (primeiro prémio), a Pensão dos Aliados (segundo prémio) e o Café Palladium (terceiro prémio).

81 Comprovou-se que em 1958 o concurso perdurava ainda, conforme noticiado pelo jornal *O Século*, que então descrevia o concurso de janelas floridas efetuado nos bairros de Alfama e da Bica, no contexto das Festas da Cidade, com um júri constituído por Augusto Pinto, Luís Chaves, Gustavo de Matos Sequeira, Irisalva Nunes Mota e Júdice da Costa.

82 FERRO, 1949b: 17.

83 O Maio Florido foi uma iniciativa do SNI para a cidade do Porto, ideia de Ferro, inspirado porventura nas festas do Maio florentino. Compreendia um conjunto de manifestações de carácter cultural e artístico, com iniciativas como conferências; a Exposição de Arte Moderna para os artistas do Norte; concertos da Orquestra Sinfónica Nacional e sessões cinematográficas; festivais populares e a festa anual da rádio. Festa de louvor às gentes do Porto, funcionava em simultâneo como cartaz de turismo, interno e externo.

84 “Janelas floridas”. *O Comércio do Porto*. Porto, 23.4.1946, p. 5.

85 “As festas da cidade”. *O Comércio do Porto*. Porto, 26.4.1946, p. 2.

86 “As Festas da Cidade do Porto”. *O Comércio do Porto*. Porto, 23.6.1946, p. 1-2.

O concurso, todavia, não caiu no esquecimento e terá sido recuperado pelas câmaras municipais e respetivas Comissões de Turismo de várias cidades, como estratégia de atração turística. Disto são exemplos, ao longo da década de 1950, os concursos de janelas e ruas floridas realizados em Abrantes, em Vila Viçosa, na Vila de Moura e em Coimbra, localidades onde a iniciativa contava com o apoio do SNI, normalmente representado no júri do concurso e o responsável pela placa de bronze artística que a rua melhor ornamentada recebia, em adição ao prémio pecuniário.

Neste concurso, tal como no das Estações Floridas, mais uma vez se percebe o recuperar, por Ferro e pelo seu organismo, de ideias e iniciativas anteriores.

Assim, no caso das estações, o concurso de Ferro terá sido o retomar, mas a uma escala nacional, de uma iniciativa de 1927, de Albert Loweth, britânico radicado em Sintra, apaixonado por Portugal e pela floricultura, que introduziu entre nós este tipo de concursos, à semelhança do que se fazia em vários países europeus nas gares ferroviárias, nomeadamente em Inglaterra, onde a prova era muito disputada.

Já para o concurso das janelas floridas, os primórdios parecem encontrar-se em 1933, numa ideia do *Notícias Ilustrado* que, considerando Lisboa “uma cidade pobre, mas pitoresca e cheia de carácter, que tem, sobre um dos mais belos portos do mundo, uma posição admirável e um clima esplêndido”, defendia que “devia estar cheia de flores, se a desorientação artística e cultural dos muitos municípios que temos tido não tivesse descurado até ao inverosímil o problema da estética urbana”<sup>87</sup>. Apontavam-se exemplos estrangeiros como argumento: “Em muitas cidades da Europa e doutros países – até os postes dos elétricos têm trepadeiras de flores! Em Vigo, vimos há pouco uma deliciosa praça pública cuja imprevisível decoração eram 4 cameleiras carregadas de flores”, mas também as formas populares nacionais de embelezamento: “Vejam esses arrabaldes onde as glicínias, como nuvens de gaze lilás, tombam sobre a cal macia dos muros! Vejam essas janelas saloias onde as molhadas de cravos vermelhos [...] coroam as grades ligeiras”<sup>88</sup>. Desta forma, face a “avenidas desertas de flores, onde árvores raquíticas e inadapáveis ostentam o seu pobre desenho de folhagem”, pugnavam-se por

renques de flores vistosas, de fácil e barato tratamento [...] que o nosso sol transformaria em manchas de cor, alegres e ruidosas [...], que aqueçam estes tons frios do cinzento, [flores como] sardinheiras, gerânios, malmequeres, chagas, maravilhas, zínias, flores do tempo, flores do campo, flores que não precisam de tratamento nem estufa, nem rega, nem estrume [...], flores que perfumem o ar!<sup>89</sup>

Dentro da campanha turística empreendida pelo Secretariado, Ferro mostrava-se empenhado em aperfeiçoar o “sentimento estético, de harmonia e de beleza [...], mantendo o pitoresco aspeto de várias localidades”<sup>90</sup>. Este anseio estético-cultural concretizou-se através de um novo concurso, o das tintas e

87 “Flores e frutos”. *Notícias Ilustrado*. Lisboa, 16.4.1933, p. 3.

88 “Flores e frutos”. *Notícias Ilustrado*. Lisboa, 16.4.1933, p. 3.

89 “Flores e frutos”. *Notícias Ilustrado*. Lisboa, 16.4.1933, p. 3.

90 “Concurso das Tintas e Flores”. *O Comércio do Porto*. Porto, 17.7.1945, p. 6.

flores, lançado em 1945 e que “tem a pretensão, nada mais, nada menos, do que vestir o país de norte a sul apenas com estes dois elementos: tintas e flores”<sup>91</sup>.

A iniciativa consistia numa competição entre as várias povoações marginais a um troço de estrada previamente definido, “a fim de se concluir qual a que melhor soube vestir-se, alindar-se, refrescar-se, sobretudo na parte visível, na entrevista pelos que passam de automóvel; e isto apenas, repetimos, com tintas e flores”<sup>92</sup>, que “animam e vestem de cor a uniforme monotonia das longas e, por vezes, áridas estradas”<sup>93</sup>.

Os moldes do concurso foram apresentados na imprensa diária em março, englobando todas as povoações do troço da estrada de Lisboa a Coimbra:

Base I – Para o efeito consideram-se inscritos os barracões, edificações de madeira ou qualquer outro material, prédios, construções, terrenos baldios ou desaproveitados, confinantes com a estrada ou proximamente visíveis da mesma.

Base II – As administrações locais (Municipalidades, Comissões Municipais ou Juntas de Turismo) representativas das várias localidades inscritas, começarão os seus trabalhos para este fim incitando os proprietários da área da sua jurisdição a mandar pintar todos os barracões e outras edificações de madeira, ou qualquer outro material, que disso necessitem, bem como pintar ou cair os prédios e outras construções cujo estado atual apresente mau aspeto e mereça reparação.

Base III – Todos os terrenos baldios ou desaproveitados, que se encontrem nas áreas mencionadas na Base I, serão ajardinados ou inteiramente plantados de produtos hortícolas – preferindo-se os florais, por mais decorativos – de forma a modificar-lhe a aparência<sup>94</sup>.

O júri, constituído por um arquiteto, um artista plástico, um perito silvicultor e um funcionário da Repartição de Turismo do SNI, como presidente, atribuiria taças às três localidades classificadas, “como incitamento a novas realizações”, sendo ainda premiados “os proprietários que mais se tenham distinguido pelo seu esforço de colaboração para o bom resultado do Concurso”<sup>95</sup>, com três prémios monetários, de 3000\$00, 2000\$00 e 1500\$00. A esta campanha ter-se-ia associado a Junta Autónoma das Estradas (JAE).

Todavia, na documentação analisada, quer no arquivo do SNI, quer na imprensa diária, torna-se difícil confirmar se o concurso de tintas e flores chegou mesmo a concretizar-se, dada a ausência de dados sobre os vencedores, quer em 1945, quer nos anos que se seguem até à saída de Ferro do Secretariado.

A visão do turismo como fonte de riqueza e a necessidade de aperfeiçoar e valorizar o aspeto paisagístico das estradas nacionais, tornando dessa forma mais atrativa a prática do turismo em Portugal, conduziu a novo concurso, o da sinalização pitoresca das estradas, que consistia “em marcar, de modo atraente, os pontos do trajeto e os locais mais próximos que merecem ser vistos e apreciados pelos viajantes”<sup>96</sup>. O objetivo era simples, nas palavras de Ferro:

91 “Problemas essenciais em vias de solução”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 12.9.1945, p. 4.

92 “Problemas essenciais em vias de solução”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 12.9.1945, p. 4.

93 “Concurso das Tintas e Flores”. *O Comércio do Porto*. Porto, 17.7.1945, p. 6.

94 “Tintas e Flores”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 29.3.1945, p. 4.

95 “Tintas e Flores”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 29.3.1945, p. 4.

96 “Iniciativas e Realizações – Sinalização Turística”. *Panorama, Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. Lisboa, I série, n.º 11, outubro de 1942, s.p.

Cerca das estradas, às vezes a dois passos, existem monumentos dignos de serem visitados, um castelo, uma igreja, uma simples ruína. Ora, na ânsia de alcançar o ponto final da viagem, o turista esquece-se, muitas vezes, da existência desses lugares ou ignora, até, como lá se chega. Por outro lado não sabe também, quase sempre, numa vila ou cidade pequena, onde ir comer ou encontrar, por exemplo, a farmácia [...]. Portanto, uma sinalização pitoresca [...] auxiliará e encaminhará o turista. Mas outra vantagem tem ainda esta sinalização, animar a estrada, enchê-la de pontos de referência, de imagens, de evocações, que, longe de prejudicar a paisagem, porque apenas levemente a sublinham, a tornam, até, mais bela, mais atraente<sup>97</sup>.

Mais uma vez, esta iniciativa de Ferro e do Secretariado parece ter sido o recuperar de uma ideia lançada pelo *Notícias Ilustrado* em 1933, a da sinalização artística das estradas, em conjunto com o Automóvel Clube de Portugal, apresentando-se “os primeiros modelos nacionais”, que se ofereciam “gratuitamente a quem os queira realizar”<sup>98</sup>, com base nos exemplos estrangeiros de sinalização turística. O periódico defendia que ao Conselho Nacional de Turismo e às Comissões de Iniciativa Local competia “tomar a peito este empreendimento, que [...] precisa de ser posto de pé para que o apregoado turismo português não ande só em palavras mas em atos”<sup>99</sup>.

O projeto, contudo, não terá tido o seguimento desejado, sendo retomado na segunda metade da década de quarenta pelo SNI, com a ideia da sinalização pitoresca das estradas. Todavia, porque “o projeto tem o maior interesse... mas não é barato”<sup>100</sup>, também este parece nunca ter passado de forma clara à prática, preferindo o Secretariado associar-se ao prémio ACP<sup>101</sup>, sendo que, a partir de 1945, as sessões solenes de entrega dos prémios, na sede do Automóvel Clube de Portugal, contavam, além dos responsáveis pelo ACP e pela JAE, com a presença de um representante do SNI.

## Notas finais

A aposta de António Ferro no turismo subscreveu-se no âmbito de uma encenação da vida nacional, projetando uma imagem de Portugal, para portugueses e estrangeiros, de acordo com a ideologia do regime.

Esta aposta traduziu-se, como se viu, numa campanha de embelezamento do país, que foi em simultâneo (ou sobretudo) uma intervenção ideológica, destinada a potenciar o sentimento de pertença e de identificação das classes médias altas urbanas com a Nação, forma de legitimação do próprio regime. Isto porque, por um lado, estas classes constituíam-se como intermediárias entre as elites intelectuais e políticas e as massas, o

97 “Problemas essenciais em vias de solução”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 12.9.1945, p. 4.

98 “Uma grande iniciativa do Automóvel Club e do *Notícias Ilustrado*. A sinalização artística das estradas vai fazer-se”. *Notícias Ilustrado*. Lisboa, 5.11.1933, p. 12.

99 “Uma grande iniciativa do Automóvel Club e do *Notícias Ilustrado*. A sinalização artística das estradas vai fazer-se”. *Notícias Ilustrado*. Lisboa, 5.11.1933, p. 13.

100 “Problemas essenciais em vias de solução”. *Diário de Notícias*. Lisboa, 12.9.1945, p. 4.

101 O prémio ACP surgiu em 1938, sendo entregue anualmente aos chefes de conservação e cantoneiros de cada uma das direções gerais de estradas do continente que mais se distinguiram no arranjo e embelezamento dos troços de estradas compreendidos nas secções e cantões a seu cargo. Foram estabelecidos dois tipos de prémios, um de cariz monetário (de 400\$00 para os chefes de conservação e de 200\$00 para os cantoneiros) e um prémio simbólico, uma medalha de prata.

que fez com que a sua nacionalização se tornasse essencial; por outro, porque eram “o grupo social onde seria possível encontrar os potenciais agentes [da] renovação estética”<sup>102</sup> ambicionada por Ferro.

Assim, o que se pretendeu, a nível ideológico, através da ação de Ferro, foi disseminar o sentimento patriótico da esfera pública para o plano do quotidiano das populações. Tal liga-se ao conceito desenvolvido por Michael Billig, de “nacionalismo banal”, um nacionalismo que se reproduz no dia-a-dia, tomando a Nação como facto adquirido, contribuindo, desta forma, para naturalizar a sua existência. Esteticamente, o programa de educação do bom gosto levado a cabo através do modelo dos concursos pelo Secretariado dirigido por Ferro apoiou-se e apropriou-se dos materiais da arte popular, recriados e encenados pelas elites intelectuais e artísticas, e apresentados doravante como símbolos da portugalidade.

Para o público estrangeiro, as iniciativas de desenvolvimento do setor turístico levadas a cabo pelo Secretariado tinham claros objetivos políticos, constituindo-se como instrumento privilegiado na estratégia de propaganda do regime além-fronteiras, de um país tranquilo, seguro, um país de ordem, onde o presente e o passado conviviam harmoniosamente. O discurso político-ideológico revestiu-se, assim, de uma capa de sedução, sustentada no carácter hospitaleiro e bucólico e num conjunto de características folclóricas, regionalistas e ruralistas da Nação. Para um dos filhos de Ferro, António Quadros, apresentava-se então “um turismo seletivo, inteligente e sensível [que] queria mostrar um Portugal de bom gosto”<sup>103</sup>.

Todavia, depois da saída de Ferro do Secretariado, verificou-se uma mudança no entendimento político do turismo, conduzindo ao abandono do seu “carácter de enformador ideológico e cultural”<sup>104</sup>, bem como das opções estéticas de Ferro neste campo. Face ao aparecimento do turismo de massas, assistiu-se ao retomar da visão económica do turismo do período da I República, considerando-se então que “o turismo, sob os aspetos económico e financeiro, é efetivamente uma grande fonte de riqueza pública, é um importante manancial de divisas”<sup>105</sup>, sendo que, em Portugal, poderia ajudar a equilibrar de algum modo a balança económica desfavorável dos anos cinquenta.

102 ALVES, 2007: 276.

103 Congresso Nacional de Turismo, 1986: 25.

104 NUNES, 2009: 54.

105 *Diário das Sessões*. Assembleia Nacional, V legislatura, sessão n.º 27, 8.3.1950, p. 414.

## Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo (TT) – *Arquivo Salazar*, PC-12E, cx. 662; *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, caixas 971, 3475, 5556, 5665.

## Fontes Impressas

*A.C.P., Revista Ilustrada de Automobilismo e Turismo*. Lisboa, n.º 4, janeiro de 1931; n.º 19, abril de 1932; n.º 44, maio de 1934; n.º 61, janeiro de 1936.

Câmara Corporativa, 1952 – *Pareceres da Câmara Corporativa: V Legislatura*, vol. I. Lisboa: Assembleia Nacional.

*Comércio do Porto (O)*. Porto, 21.5.1935; 17.7.1945; 19.7.1945; 23.4.1946; 26.4.1946; 23.6.1946.

*Diário das Sessões*. Assembleia Nacional, V legislatura, sessão n.º 27, 8.3.1950.

*Diário de Lisboa*. Lisboa, 14.1.1933.

*Diário de Notícias (O)*. Lisboa, 18.10.1937; 22.11.1939; 13.6.1940; 23.5.1941; 3.10.1941; 29.3.1945; 12.9.1945; 3.6.1947.

*Diário do Norte*. Porto, 31.8.1949.

FERREIRA, José Duarte, 1935 – *A indústria do turismo: turismo em Portugal*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia.

FERRO, António, 1943 – *Dez Anos de Política do Espírito: 1933-1943*. Lisboa: SPN.

FERRO, António 1949a – *Artes Decorativas*. Lisboa: SNI.

FERRO, António, 1949b – *Turismo. Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: SNI.

FIGUEIREDO, Fausto, 1936 – *Organização do turismo*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia.

LIMA, Francisco, 1936 – *Pouzadas*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia.

*Notícias Ilustrado (O)*. Lisboa, 9.4.1933; 16.4.1933; 4.6.1933; 6.8.1933; 5.11.1933.

*Notícias de Portugal*. Lisboa, n.º 546, 19.10.1957; n.º 563, 15.2.1958.

*Panorama, Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. Lisboa, I série, n.º 11, outubro de 1942.

*Século (O)*. Lisboa, 25.5.1935; 22.7.1947.

## Bibliografia

AGUIAR, Filipa, 2008 – *Turismo e Propaganda Política: o Estado Novo e as ditaduras contemporâneas (1930-1950)*. Lisboa. (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

ALVES, Vera Marques, 2007 – *Camponeses estetas no Estado Novo: Arte Popular e Nação na Política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional*. Lisboa. (Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do Instituto Universitário de Lisboa).

- BRAGANÇA, Maria, 2007 – *Museu de Arte Popular. Antecedentes e Consolidação (1935-1948)*. Lisboa. (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- BRITO, Joaquim Pais de, 1982 – “O Estado Novo e a aldeia mais portuguesa de Portugal” in AAW – *O Fascismo em Portugal: Atas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*. Lisboa: A Regra do Jogo, p. 511-532.
- BRITO, Sérgio Palma, 2003 – *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo*, vols. 1 e 2. Lisboa: Medialivros.
- CADAVEZ, Maria Cândida Pacheco, 2013 – *A bem da nação: as representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*. Lisboa. (Tese de doutoramento em Estudos de Literatura e de Cultura (Ciências da Cultura) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).
- Congresso Nacional de Turismo, 1986 – *Portugal 1911/1986: 75 anos de Turismo – documentos*. Lisboa: Comissão Executiva do Ano do Jubileu do Turismo Português/Secretaria de Estado do Turismo.
- CUNHA, Licínio, 2010 – “Desenvolvimento do turismo em Portugal: os primórdios”. *Fluxos e Riscos*. Lisboa, n.º 1, p. 127-149.
- FÉLIX, Pedro, 2003 – “O Concurso ‘A Aldeia mais Portuguesa de Portugal’ (1938)” in CASTELO BRANCO, Salwa El-Shawn; BRANCO, Jorge de Freitas (org.) – *Vozes do Povo: a folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta Editores, p. 207-232.
- FERNANDES, Luís da Silva, 2008 – “A Comissão de Iniciativa e Turismo de Viseu (1926-1936)”, *Viseu.m – Revista do Museu Municipal de Viseu*, n.º 1, p. 164-179.
- FERRO, Mafalda (coord.), 2012 – *Turismo em Portugal. Passado. Presente. Que Futuro?* Lisboa: Edições Fundação António Quadros.
- MELO, Daniel, 2001 – *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: ICS.
- NUNES, Carlos Manuel, 2009 – *Figueira da Foz (1930-1960). Aportamentos sobre o Turismo Balnear*. Coimbra. (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).
- Ó, Jorge Ramos do, 1999 – *Os anos de Ferro – o dispositivo cultural durante a “Política de Espírito” (1933-1949): ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa.
- PAULO, Heloísa, 1994 – *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Edições Minerva.
- PEREIRA, Luís Filipe Raposo, 2008 – *Museu de Arte Popular: Memórias de Poder*. (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e Artes da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias).
- PINA, Paulo, 1988 – *Portugal: o Turismo no século XX*. Lisboa: Lucidus.
- PIRES, Ema, 2003 – *O Baile do Turismo: turismo e propaganda no Estado Novo*. Lisboa: Caleidoscópio.
- RAMOS, Rui, 1994 – “A Segunda Fundação (1890-1926)” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, vol. 6. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SILVA, Sandra Isabel Pinto, 2005 – *O turismo na Serra da Estrela: a Comissão de Iniciativa da Covilhã, 1929-1936*. Aveiro. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro).



## **O papel da diplomacia na extensão das plataformas continentais de Portugal e de Espanha**

**Teresa Cierco**

**Renato Miguel Tavares**

### **Introdução**

É inegável a importância que a extensão da Plataforma Continental (PC) constitui para uma nação predominantemente marítima como Portugal. Ao analisar a recente controvérsia diplomática entre Portugal e Espanha, relativamente à extensão da PC portuguesa, importa destacar o papel da diplomacia. O conflito de interesses entre os dois países relativamente a uma zona que se sobrepõe e que está patente nos pedidos de ambos os países às Nações Unidas, leva-nos a entender que a diplomacia é um instrumento essencial de que as nações dispõem e que lhes permite ajudar a resolver conflitos que, por vezes, surgem do ponto de vista de relacionamento bilateral. Neste caso específico da proposta de extensão das respetivas plataformas continentais de Portugal e Espanha, estão em causa interesses divergentes que importa analisar à luz do direito internacional nesta matéria.

É nosso objetivo aferir os fundamentos, motivações, interesses e possíveis desfechos para o presente litígio. Para a obtenção da resposta à problemática, começamos por apresentar uma breve conceptualização de diplomacia, dando destaque às funções desta atividade na resolução pacífica de diferendos entre Estados, seguindo-se uma apresentação da relação diplomática entre Portugal e Espanha nos últimos anos. Na terceira e última parte é tratado o conflito de interesses entre os dois países, analisando-se as respetivas propostas de extensão das plataformas continentais e os interesses em causa.

Para o efeito, será usado o método qualitativo, dando-se o consequente enfoque dedutivo à análise de fontes primárias, como a Convenção de Viena, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), propostas oficiais de extensão das plataformas de Espanha e Portugal e fontes secundárias, como artigos científicos, jornais, monografias e ensaios.

## 1. Diplomacia: conceptualização

A diplomacia é um ramo da política externa cuja conceptualização carece ainda de consenso teórico<sup>1</sup>. Desde a antiguidade, não raras vezes, a respetiva definição tem sido confundida com a de política externa e política internacional, uma desordem conceptual à qual não escapam sequer especialistas em Ciência Política e Relações Internacionais<sup>2</sup>. A diplomacia é concebida como “um instrumento de política externa para o desenvolvimento dos contactos pacíficos entre governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários”<sup>3</sup>, designados como diplomatas. Estes intermediários são os funcionários de um Estado que, entre várias funções, se ocupam da execução dos “interesses nacionais no campo internacional”<sup>4</sup>, constituindo-se como uma peça chave da política externa. Não lhes cabe, porém, a decisão dessa política, já que “uma ação diplomática é portadora [...] de um [prévio] projeto político”<sup>5</sup>. A diplomacia constitui-se como o “instrumento pacífico mais típico da política externa”, cujo objetivo é cumprir os interesses e aspirações nacionais, sem comprometer as relações de paz e cordialidade entre Estados, de forma a evitar, a todo o custo, o recurso aos instrumentos mais violentos da política externa – ameaças, sanções económicas, coerção militar, guerra<sup>6</sup>. Assim, quando um determinado Estado se vê envolvido num conflito internacional e decide exercer a diplomacia para o resolver, deve ter sempre como intuito convencer o outro, ao invés de o constranger<sup>7</sup>. O mesmo não se aplica, por exemplo, à estratégia, que pode ser tida como “a seleção dos caminhos que nos conduzem, da maneira mais vantajosa” à concretização de determinados objetivos<sup>8</sup>. Ou seja, enquanto a diplomacia procura convencer ao invés de constranger, a estratégia pode assumir um caráter mais hostil se assim for conveniente ao Estado, para que possa assegurar a prossecução dos respetivos objetivos.

O aprimoramento do estatuto internacional da diplomacia deu-se com a Convenção de Viena de 1961 que comporta um conjunto de normas jurídicas que ainda hoje se têm em conta quando desta matéria se trata<sup>9</sup>. É na Convenção<sup>10</sup> que se encontram os elementos da atividade diplomática internacional, como a representação, informação, negociação, promoção e proteção. De entre estas funções da atividade diplomática, a *informação* constitui-se como “um princípio fundamental que decorre da própria essência da diplomacia”<sup>11</sup>, em que o diplomata deve “inteirar-se por todos os meios lícitos das condições existentes, da evolução dos acontecimentos no Estado acreditador e informar a esse respeito o governo do Estado acreditante”<sup>12</sup>. A informação recolhida deve ser efetuada por meios lícitos, para que não se confunda com outras áreas (hostis) da política externa, como a espionagem. Informação é poder, logo, dado o acervo informativo à disposição

1 TELES, 2013: 14.

2 MAGALHÃES, 2005: 19.

3 MAGALHÃES, 2005: 92.

4 KAPLAN *apud* TELES, 2013: 14.

5 FARTO, 2007: 21.

6 MAGALHÃES, 2005: 30.

7 MAGALHÃES, 2005: 25.

8 DIAS, 2006: 1.

9 MAGALHÃES, 2005: 77.

10 *United Nations Conference on Diplomatic Intercourse and Immunities*, 1961: 83.

11 MAGALHÃES, 2005: 149.

12 Convenção de Viena, 1961, art. 3.º, alínea D: 83.

dos Estados, as missões dispõem de pessoal especializado na recolha, análise e filtragem dessa informação – adidos militares, comerciais, de imprensa... –, sendo uma das principais funções de um diplomata, filtrar e selecionar a qualidade da informação em detrimento da quantidade. Este processo leva-nos à negociação, pelo que a obrigação de “conhecer da melhor forma os interesses, os pontos de vista e os objetivos da outra parte”<sup>13</sup>, se constitui também como uma condição *sine qua non* no âmbito diplomático. Segundo Calvet de Magalhães, a *negociação* internacional – quer seja formal ou informal – pode assumir-se como direta (por quem tem o poder de decisão) ou diplomática (através de intermediários)<sup>14</sup>. Em relação a esta última, L. Constantin define-a como um “conjunto de práticas que permitem compor pacificamente os interesses antagónicos ou divergentes de grupos ou entidades”<sup>15</sup>, pelo que deve ser sempre estabelecida a comunicação entre os atores em causa. Segundo a Convenção de Viena, “negociar com o governo do Estado acreditador” assume um carácter de obrigatoriedade no âmbito da diplomacia, principalmente nos casos em que se verifica a oposição ou divergência de interesses em relação a um problema comum<sup>16</sup>.

Ora, esta é a situação em que se encontram Portugal e Espanha, sendo, por isso, imprescindível que ambos o países consigam negociar de forma a protegerem os seus respetivos interesses. Como afirma Magalhães, “aqueles que só pensam nas suas razões e menosprezam ou ignoram as razões da outra parte, só muito dificilmente poderão chegar a conceber as soluções ou aceitar os compromissos que são necessários para se chegar a um acordo final”<sup>17</sup>. A negociação a empreender deve ser curta e objetiva, pelo que o não-procedimento desta etapa, relativamente a um problema comum, constitui uma gravosa lacuna por parte da missão diplomática. No caso em análise, se autoridades espanholas não estabelecerem comunicação ou contacto com Portugal relativamente à zona de sobreposição das propostas de extensão da Plataforma Continental ou vice-versa, tal poderá prejudicar as boas relações entre os Estados. É certo que a função protetora do diplomata abrange, entre outras obrigações, a proteção dos direitos e interesses nacionais do Estado que representa, no entanto, esta proteção deve ser, sempre que possível, enquadrada no âmbito de um relacionamento de boa vizinhança.

Portugal ou Espanha poderão optar por não estabelecer comunicação um com o outro. Contudo, tal comportamento colocará em causa a relação entre os dois atores. A diplomacia deverá assim assumir aqui o protagonismo que lhe é atribuído nestas situações, ajudando a manter e a “promover relações amistosas”<sup>18</sup>, não pondo assim em causa as relações económicas, culturais e científicas que existem entre ambos os Estados. Esta prática permitirá solucionar pacificamente o diferendo que neste momento opõe Portugal a Espanha.

13 MAGALHÃES, 2005: 158.

14 MAGALHÃES, 2005: 155.

15 CONSTANTIN *apud* MAGALHÃES 2005: 156.

16 Convenção de Viena, 1961, art. 3.º, alínea C: 83.

17 MAGALHÃES, 2005: 159.

18 Convenção de Viena, 1961, art. 3.º, alínea E: 83.

## 2. Relação diplomática Portugal-Espanha

O balanço das relações diplomáticas hispano-lusas nos últimos trinta anos é positivo. Após séculos de relações bilaterais complexas, a situação alterou-se nas três últimas décadas. Entre os fatores que ajudam a explicar esta mudança, encontram-se, entre outros: a convergência natural de interesses decorrentes da vizinhança e das relações históricas; o processo de desenvolvimento da transição e consolidação democrática que ambos os países têm vindo a empreender; a integração de ambos os países na União Europeia em 1986 que veio a impulsionar, aumentar e aprofundar as relações bilaterais.

Os contactos políticos têm aumentado em número e intensidade. Veja-se o caso das cimeiras bilaterais que se realizam desde 1983 e que se tornaram um mecanismo privilegiado de concertação política ao mais alto nível de relacionamento. A última cimeira bilateral (XXVII), realizada em junho de 2014, em Vidago, mostra que ambos os países estão em sintonia relativamente à situação que se vive na União Europeia e à necessidade de implementar “reformas para melhorar a competitividade e promover o crescimento e o emprego”<sup>19</sup>. Nesta cimeira foram analisadas várias iniciativas de cooperação a tomar em diversos setores, tais como: a saúde (Memorando de Cooperação Transfronteiriça); o desenvolvimento do transporte ferroviário de mercadorias entre os dois países e no resto da Europa para promover a competitividade das economias; a criação de um Mercado Ibérico do Gás (MIBGAS); a adoção de medidas ativas de emprego e de condições de trabalho; e aprofundar a cooperação no domínio do ensino superior para consolidar a Península Ibérica como um ponto de referência e internacionalmente atraente para o ensino superior, a investigação, ciência e inovação. A par das cimeiras, outros fóruns de cooperação bilateral foram-se desenvolvendo, nomeadamente, a Comissão para a Cooperação Transfronteiriça, o Conselho de Segurança e de Defesa e o Fórum Parlamentar.

A cooperação entre Portugal e Espanha tem sido particularmente estreita no âmbito privilegiado da União Europeia. Os dois países têm partilhado projetos comuns (Processo de Cúpulas Ibero-americanas) e interesses em regiões como a América Latina e África, dadas as grandes afinidades históricas, geográficas e económicas que une estes países a estas regiões. A cooperação é também visível no âmbito de organizações internacionais, sendo um exemplo a troca de apoio nas candidaturas para o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (Portugal, 2011-2012; Espanha, 2015-2016).

Neste contexto de relação próxima entre os dois Estados ibéricos, não podemos ainda deixar de mencionar o expressivo investimento que é feito em ambos os lados da fronteira (ver Quadros n.º 1 e n.º 2).

19 Governo de Portugal, 2014.

**Quadro n.º 1 – Investimento Português em Espanha**

	2011	2012	2013 (setembro)
Investimento Português em Espanha (M€)	17 406	s.d.	s.d.
Fluxo de Investimento em Espanha (M€ brutos)	1042	116	48

Fonte: *Oficina económica y comercial de la Embajada de España en Lisboa.*

**Quadro n.º 2 – Investimento Espanhol em Portugal**

	2011	2012	2013 (setembro)
Investimento Espanhol em Portugal (M€)	19 445	s.d.	s.d.
Fluxo de Investimento em Portugal (M€ brutos)	351	149	45.6

Fonte: *Oficina económica y comercial de la Embajada de España en Lisboa.*

A Espanha é o principal mercado de origem e de destino do nosso comércio internacional, a considerável distância dos dois parceiros imediatos, a Alemanha e a França. No *ranking* de países, Portugal, com uma quota de 6,9%, foi o 4.º destino das vendas espanholas e o 7.º fornecedor (quota de 3,9%)<sup>20</sup>.

O peso de Espanha no total das importações portuguesas tem-se mantido nos últimos anos em cerca de 32%, ao mesmo tempo que o das exportações se reduziu sustentadamente entre 2009 e 2012, de 27,2% para 22,5%, subindo para 23,6% em 2013<sup>21</sup>.

De acordo com dados estatísticos divulgados pelo Eurostat, o défice da balança comercial de mercadorias de Portugal com Espanha tem vindo a reduzir-se sustentadamente, tendo descido de -8,7 mil milhões de euros em 2010 para -7,1 mil milhões em 2013<sup>22</sup>.

**Figura n.º 1 – Balança comercial de mercadorias de Portugal com Espanha (milhões de euros)**

	2009	2010	2011	2012	2013
Importação (Cif)	16 845	18 815	19 156	17 946	18 278
TVH	-	11.7	1.8	-6.3	1.8
Exportação (Fob)	8 624	10 065	10 667	10 171	11 181
TVH	-	16.7	6.0	-4.7	9.9
Saldo (Fob-Cif)	-8 221	-8 750	-8 489	-7 775	-7 097
TVH	-	6.4	-3.0	-8.4	-8.7
Cobertura (Fob/Cif)	51.2	53.5	55.7	56.7	61.2

Fonte: Eurostat *apud* MARQUES, 2014: 49.

<sup>20</sup> MARQUES, 2014: 49.

<sup>21</sup> MARQUES, 2014: 50.

<sup>22</sup> MARQUES, 2014: 50.

De acordo com Teresa Rodrigues e Rafael Pérez,

em termos de futuro, as relações entre a Espanha e Portugal e destes com a União Europeia tenderão a manter-se no quadro que até hoje as tem caracterizado, e que podemos sintetizar em três grandes objetivos: (a) garantia de independência; (b) garantia de abastecimento de produtos essenciais ao seu modelo social e económico; (c) implementação de estratégias de cooperação, com vista a proteger as áreas de intervenção com carácter estratégico de cada um e de ambos num contexto alargado<sup>23</sup>.

### 3. A extensão das plataformas continentais de Portugal e de Espanha

Atendendo ao facto do presente trabalho ter como intuito abordar o litígio entre Portugal e Espanha decorrente da extensão da Plataforma Continental portuguesa, importa aferir a evolução do conceito. Segundo Jaime da Silva, este termo foi utilizado pela primeira vez em 1887, pelo geógrafo inglês Hugh Robert Mill, aquando da vaga de prospeções oceânicas decorrentes de missões de exploração, por parte de cruzeiros científicos do século XIX<sup>24</sup>. Na altura, era vista – em termos geofísicos – como o resultado da acumulação de sedimentos (provenientes dos continentes) que desaguavam (através dos rios) no oceano. Com o aparecimento da teoria das placas tectónicas, em meados do século XX, essa rudimentar definição revelar-se-ia errada, por se ter descoberto que a formação dos depósitos minerais que a compõem provêm da movimentação das placas tectónicas e não da referida acumulação sedimentar<sup>25</sup>. Hoje, a PC abrange duas definições – uma geofísica e outra jurídica. Segundo a vertente geofísica, a PC equivale à zona imersa de declive suave, imediatamente adjacente à linha média da baixa-mar, até se verificar um novo e abrupto declive nas profundezas do mar. Está inserida, juntamente com o talude continental e a elevação (ou rampa), numa área que vai desde a linha de costa até aos grandes fluxos oceânicos – margem continental. Calcula-se que as plataformas continentais correspondam a cerca de 10% da área total dos oceanos<sup>26</sup>, sendo aí que se encontra – no solo e subsolo – grande parte do potencial estratégico que está por explorar (ao alcance de quem detiver a soberania sobre esses espaços), nomeadamente, recursos minerais, energéticos e biológicos.

A definição jurídica resulta de uma controversa evolução, iniciada pela dogmática declaração Truman (1945)<sup>27</sup> a que se seguiu a ambígua<sup>28</sup> Convenção de Genebra (1958)<sup>29</sup>, que, por sua vez, antecedeu a humanista e ambiental Declaração de Arvid Pardo (1967)<sup>30</sup>. Em 1982 surgiu a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), organismo que ainda hoje rege o direito internacional do mar.

23 RODRIGUES; PÉREZ, 2011: 8.

24 SILVA, 2012: 24.

25 SILVA, 2012: 26.

26 GUEDES *apud* SILVA, 2012: 25.

27 Definiu a jurisdição da PC americana e de todos os recursos que lá se encontrassem, porém, os limites geográficos não ficaram definidos.

28 Os limites geográficos definidos nesta convenção também não ficaram definidos com exatidão.

29 Foi a 1.ª Conferência da ONU sobre o Direito do Mar. Foi assinada por Portugal em outubro do mesmo ano (Decreto-lei n.º 44 490, 1958).

30 A declaração de Pardo visava moderar a exploração dos recursos marinhos, propondo que o solo e subsolo oceânicos fossem considerados património da humanidade, com o fim de se moderar a exploração em prol das gerações vindouras e dos países mais necessitados que, por sua vez, não possuam meios para fazer prospeções, rentabilizar e proteger os fundos. Com efeito, sugeriu-se o fim das reivindicações dos leitos marinhos sem que o conceito de PC estivesse devidamente definido e regulado (SILVA, 2012: 31).

É esta convenção que comporta a atual conceptualização jurídica da PC, da Zona Económica Exclusiva (ZEE), do mar territorial, da zona contígua e os estatutos de ilhas naturais, artificiais, rochedos, entre outros<sup>31</sup>. Embora a Convenção date de 1982, acabou por só entrar em vigor em 1994, tendo Portugal começado a reger-se por ela aquando da sua ratificação em 1997<sup>32</sup>. A Convenção define ainda como e até onde os Estados podem exercer os direitos de soberania sobre os respetivos espaços marítimos e tudo aquilo que devem fazer para alargar esses direitos. O Estado que pretender alargar a Plataforma Continental deve ser capaz de provar à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU, que existe um prolongamento natural do seu território continental, por mar, até aos limites pretendidos. Do artigo 76.º da CNUDM consta a definição, delimitação e extensão de plataforma continental: a plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental.

Por se verificarem, não raras vezes, equívocos relativos às definições de PC e ZEE<sup>33</sup> importa frisar que, ao contrário da PC, a ZEE não pode, de forma alguma, exceder as 200 milhas náuticas. Esta compreende a soberania sobre os recursos presentes na coluna de água, solo e subsolo. Já a PC é a área marítima que se estende além do mar territorial, compreendendo o prolongamento natural do território terrestre até ao limite exterior da margem continental, ou seja, pode “dobrar” as 200 milhas náuticas. Os direitos de soberania dizem respeito apenas aos recursos vivos e não vivos que se encontram alojados no solo e subsolo marinhos, não contando a soberania sobre a coluna de água<sup>34</sup>. A extensão da PC é uma oportunidade única, pela atual saturação dos recursos emersos e por se constituir como uma das poucas vias *legítimas* para os países aumentarem as respetivas soberanias.

### 3.1 A proposta portuguesa

Vetor determinante para o reforço da “cultura do mar”, da economia marítima, do aumento do território e soberania nacional, a extensão da Plataforma Continental portuguesa – cujo primeiro passo foi dado com a ratificação da CNUDM, em 1997 – acabaria por ser empreendida com a Estrutura de Missão para Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)<sup>35</sup>. Esta instituição foi a responsável pela elaboração e fundamentação de todo o processo que foi entregue à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) das Nações Unidas, em 2009. Na proposta, Portugal reivindicou o “dobramento” da respetiva jurisdição marítima, das atuais 200 para 350 milhas náuticas. Caso se comprove a existência do prolongamento natural do território terrestre, por mar, até à zona pretendida, o país angariará a terceira

31 CAVALCANTI, 2011: 15.

32 Instituto Hidrográfico, s.d.

33 A contestação espanhola de 2013 à aprovação da PC portuguesa é disso exemplo. Também os media se equivocam frequentemente: “O pedido de ampliação de soberania espanhola baseia-se na norma da ONU [...] que permite a ampliação da Zona Económica Exclusiva de 200 para 350 milhas da costa” (Espanha pede à ONU..., 2014).

34 EMEPC, s.d.

35 Organismo criado em Conselho de Ministros, em 2005.

maior área marítima da Europa, bem como a 11.<sup>a</sup> mais extensa do mundo, com uma área superior a dois milhões de km<sup>2</sup>, sendo que o território marítimo nacional, que já hoje é 18 vezes superior à área emersa, passará para uma jurisdição 42 vezes superior<sup>36</sup>.

O grau de complexidade e o tamanho da área em causa da proposta são fatores que em nada contribuem para que a avaliação seja simples e breve. Importa também referir que não pode haver confronto de interesses entre o Estado requerente da extensão e os atores vizinhos, como elucidam facilmente os quatro pontos do artigo 83.º da CNUDM<sup>37</sup>. É aqui que a situação deixa alguma apreensão relativamente ao pedido português. Para que se efetive a aprovação da PC portuguesa tem de existir consenso entre Portugal, Espanha e Marrocos – estes que são os principais obstáculos à aprovação da submissão nacional –, uma vez que estes países detêm plataformas continentais adjacentes à portuguesa.

Os interesses que poderão advir para Portugal com o alcance de novos territórios marítimos são considerados essenciais pelo crescente esgotamento dos recursos emersos – principalmente minerais e energéticos<sup>38</sup>. Esta situação tem obrigado as nações marítimas mundiais a empreenderem corridas cada vez mais atribuladas aos recursos submersos – principalmente desde o fim da II Guerra Mundial<sup>39</sup>. Portugal, que já explora os fundos da sua PC – que vai atualmente até às 200 milhas náuticas – não é exceção à regra. Com a extensão da PC, que poderá transcender os dois milhões de km<sup>2</sup>, o país terá um profundo efeito anímico na abordagem ao mar, afigurando-se como uma janela de oportunidades para a ciência, tecnologia e economia do país.

De acordo com alguns estudos já efetuados na PC portuguesa, há uma grande probabilidade de se encontrar hidrocarbonetos como petróleo, gás natural ou hidratos de metano<sup>40</sup>. No entanto, não há unanimidade relativamente a esta questão. A EMEPC crê que a probabilidade de se encontrar petróleo na PC não é grande, pelo facto da PC geológica ser estreita, pelo que considera mais provável que se encontre na ZEE<sup>41</sup>. Também Barriga e Santos partilham dessa opinião, por ainda não se ter conhecimento de jazigos suficientemente rentáveis na atual PC portuguesa, capazes de justificar a exploração<sup>42</sup>. A este propósito, também Jaime da Silva crê que pelo facto das prospeções no solo e subsolo nacionais terem sido efetuadas em águas pouco profundas – principalmente na orla ocidental – existe a possibilidade de se encontrarem jazidas em águas mais profundas o que pode vir a acontecer, caso a extensão da PC portuguesa se consubstancie<sup>43</sup>. Um artigo publicado pela *Sábado*, em janeiro de 2015<sup>44</sup>, veio dar conta da alegada descoberta, da responsabilidade da IONIQ Resources, por ressonâncias magnéticas (uma nova tecnologia prospetiva por satélite), de seis jazidas de petróleo no território continental português (uma delas no mar – *offshore*). Segundo a empresa britânica, as reservas em questão estimam-se em mais de 43 mil milhões de euros brutos. Pensa-se que os recursos em causa se situam entre os 2000 e os 3000 metros de profundidade, o que torna a extração bastante exequível.

36 PINHEIRO, 2012: 109.

37 Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 1982: 56.

38 Problema derivado da revolução industrial e agravado com a revolução tecnológica.

39 CARVALHO, 1995: 32.

40 SILVA, 2012: 66.

41 EMEPC, s.d.

42 BARRIGA; SANTOS, 2010: 86.

43 SILVA, 2012: 65.

44 MATOS, 2015.

A extensão da PC será igualmente fulcral para que Portugal possa alcançar novos recursos biológicos, com elevado valor científico e económico. Falamos essencialmente dos microrganismos quimiossintéticos que habitam os campos hidrotermais nos fundos marinhos<sup>45</sup>, cujas enzimas têm aplicação em áreas como: “alimentação, cosmética, farmácia, biologia molecular, detergentes”<sup>46</sup>. Há atualmente indústrias portuguesas a isolar, clonar e transformarem as enzimas destes microorganismos, desenvolvendo assim as biotecnologias<sup>47</sup>.

Também a descoberta de novos recursos minerais poderá ser uma realidade com a extensão do território marítimo português, tal como o manganês, o cobalto, a prata, o zinco e o cobre. Sabe-se da existência destes minerais nos campos hidrotermais, locais onde se depositam os fluidos de origem vulcânica que são expelidos pelas chaminés hidrotermais<sup>48</sup>. Ao entrarem em contacto com a água fria do oceano, estes fluidos transformam-se em sulfuretos, compostos minerais e de enxofre<sup>49</sup>. Portugal beneficia já da soberania sobre alguns hidrotermalisms situados ao largo dos Açores, bem como entre Portugal continental e a Madeira. São exemplos o “Lucky Strike” (situado entre os 1100 e os 1750 metros profundidade), o “Menez Gwen” (840 e 970 metros profundidade), o “Rainbow” (2300 metros) e o “Saldanha” (2200 metros)<sup>50</sup>.

### 3.2 A proposta espanhola

A proposta de extensão da Plataforma Continental espanhola a oeste das Canárias foi submetida às Nações Unidas a 17 de dezembro de 2014. O pedido consistiu na angariação de mais 150 milhas náuticas de PC – tal como fez Portugal em 2009 e tal como a CNUDM estabelece no artigo 76.º – a oeste do arquipélago das Canárias, numa extensão total avaliada em 296 500 km<sup>2</sup>, uma superfície similar à do território italiano. Como se pode ver no mapa produzido pelo Instituto Geológico e Mineiro de Espanha, a extensão pretendida por Espanha evidencia uma sobreposição de plataformas com Portugal.

O foco de tensão entre os dois países, neste caso, reside na sobreposição de plataformas adjacentes entre os dois Estados, equivalendo o território em causa a 10 000 km<sup>2</sup>, localizada a noroeste das ilhas espanholas das Canárias e a sudoeste da Madeira.

De acordo com Luís Somoza, coordenador da equipa responsável pela formulação da proposta espanhola, esta constitui “a maior ampliação da soberania espanhola desde Cristóvão Colombo”<sup>51</sup>. Caso a proposta seja aceite pela ONU, Espanha poderá explorar os recursos naturais existentes na zona. As autoridades espanholas acreditam que o fundo do mar que rodeia as ilhas Selvagens tem gás natural e petróleo. Segundo os especialistas nesta matéria, não há dúvidas da existência destes dois recursos energéticos. A questão que se levanta é antes saber se será rentável extrair gás natural e/ou petróleo em alto mar, nomeadamente na região sob soberania portuguesa e que Espanha reclama com o argumento de que as Selvagens são rochedos e não ilhas.

45 Designam-se extremófilos por viverem em condições inóspitas à vida, a temperaturas que rondam os 400° C, com pouco oxigénio, pressões elevadíssimas e avultadas quantidades de enxofre (SILVA, 2012: 52).

46 BARRIGA; SANTOS, 2010: 90.

47 SILVA, 2012: 52.

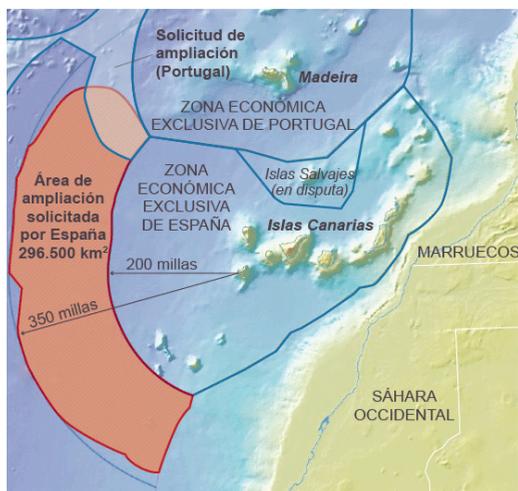
48 São também autênticos oásis para os extremófilos – microrganismos que vivem sujeitos a condições inóspitas à vida com grande aproveitamento científico e económico.

49 BARRIGA; SANTOS, 2010: 92.

50 SILVA, 2012: 62.

51 PLANELLES, 2014.

## Mapa n.º 1 – La Petición de Ampliación de España



Fonte: Instituto Geológico y Minero de España y Gobierno de Portugal, *apud* PLANELLES, 2014.

Acredita-se que a objeção espanhola à extensão da PC portuguesa relativa à zona económica das Selvagens deriva não de uma falha de informação ou qualquer outro tipo de confusão<sup>52</sup> por parte da diplomacia espanhola, mas sim de uma estratégia de proteção dos respetivos interesses que passava por tentar protelar a proposta portuguesa, já que parte do território reivindicado pela submissão portuguesa também é reivindicado pela proposta espanhola.

A intenção parece assim disputar a aquisição de direitos de soberania sobre fundos marinhos que também constam da proposta portuguesa. Logo, a evocação espanhola das Selvagens pode ter sido uma tentativa de atrasar a avaliação da submissão portuguesa na ONU, pelo menos até se consubstanciar a delimitação de fronteiras marítimas entre ambos os Estados.

### 4. O diferendo entre Portugal e Espanha

A “controvérsia hispano-lusa”<sup>53</sup> eclodiu a 5 de julho de 2013, com a contestação de Espanha à aprovação da extensão da Plataforma Continental portuguesa, submetida à CLPC das Nações Unidas. Esta atitude do país vizinho veio inflamar a opinião pública e ressuscitar as indagações populares lusas em relação à crónica ameaça da individualidade política nacional – Espanha. Através de uma nota verbal enviada às Nações Unidas, o corpo diplomático espanhol manifestou objeção à aprovação da proposta portuguesa, em virtude da suposta inclusão do território das Selvagens na “submissão portuguesa”, um território considerado por Espanha como “rochedos” e que contraria o entendimento de “ilha” defendido por Portugal<sup>54</sup>.

52 “A nota verbal espanhola de 2013 parece assentar em profundos equívocos. Ao contrário do que lá é referido, contradiz as notas verbais que apresentou em 2009 e leva ao conhecimento da CLPC matérias que não são da competência deste órgão” (COELHO, 2013).

53 Designação atribuída pelo *La Provincia. Diario de Las Palmas*, ao conflito diplomático de 2013, referente ao mar territorial das Ilhas Selvagens, entre Portugal e Espanha.

54 United Nations, 2013.

A polémica centrou-se então no facto do Estado vizinho ter contestado a aprovação da proposta de extensão da Plataforma Continental portuguesa quando, na verdade, a principal consternação espanhola dizia respeito ao reconhecimento da ZEE das Selvagens, algo que nada tinha a ver com a proposta submetida em 2009, como a submissão portuguesa elucida: “The eastern region comprises the legal continental margin of Portuguese mainland and Madeira archipelago”<sup>55</sup>.

Espanha optou assim por um apelo direto às Nações Unidas que prejudicava a prossecução dos interesses portugueses, ao invés do estabelecimento de um diálogo diplomático, capaz de permitir a ambos os Estados chegarem a um acordo, tal como já tinha acontecido com a proposta de extensão da PC espanhola referente à zona da Galiza, em que Portugal e Espanha mantiveram contactos regulares, não se prejudicando entre si<sup>56</sup>.

Como já se afirmou anteriormente, o processo de aprovação da Plataforma Continental é minucioso e exige a ausência de disputas por parte do Estado requerente da extensão. Caso não se evite a disputa, todo o processo de avaliação da proposta pode ficar congelado/arquivado. Como refere Amparo Sereno, “em caso de disputa numa área, mesmo sem sobreposição de plataformas, a CLPC pode nem apreciar as propostas dos países em contenda [...] parte das propostas, neste caso a área da Madeira, ficaria parada no tempo”<sup>57</sup>. Todas as propostas entregues à CLPC possuem um capítulo dedicado a esta matéria, onde se deixa claro que há consenso com o Estado vizinho em relação às respetivas pretensões, mesmo que, por vezes, tal não seja o caso. É por isso que, na proposta espanhola que reivindica 10 000 km<sup>2</sup> de território previamente incluído na proposta portuguesa, as autoridades espanholas incluíram a informação de que “esta presentación parcial no prejudga ni perjudica la fijación del límite exterior de la plataforma continental resultante de la presentación de Portugal ni los derechos de terceros que puedan ser reclamados en su día”<sup>58</sup>.

Outro ponto de conflito entre os dois países reside na qualificação das ilhas Selvagens, território português entre a Madeira e as Canárias. De acordo com as autoridades espanholas, o projeto espanhol reconhece o território das ilhas como português, mas rejeita que essa soberania se estenda pelo mar como zona económica exclusiva<sup>59</sup>.

Torna-se, no entanto, pertinente discutir se as Selvagens são “ilhas” ou “rochedos”. A zona é definida no projeto espanhol como “terra de ninguém” entre os arquipélagos português da Madeira e espanhol das Canárias. Sendo as Selvagens “rochedos” (no argumento espanhol), não teriam direito a área marítima, como acontece com as “ilhas” (argumento português). Apesar de existir uma grande atenção por parte da opinião pública portuguesa em relação a este episódio, que despertou inclusive a analogia à “questão de Olivença”, o estatuto de ilhas/rochedos, previsto na CNUDM, corrobora tanto o argumento espanhol como o argumento português em relação ao território. O primeiro ponto do artigo 121.º da parte VIII da CNUDM estabelece que uma ilha é uma área natural de terra rodeada de água, capaz de permanecer acima do nível da água durante a maré alta. O terceiro e último ponto, dos três que compõem o referido artigo, considera como rochedos, os

55 EMEPC, 2009: 4.

56 EMEPC, 2009: 4.

57 SERENO, 2014: 23.

58 United Nations Submissions, 2014.

59 A soberania portuguesa das Selvagens foi várias vezes posta em causa por Espanha (como em 1911 e 1993), o espaço aéreo foi sobrevoado por aviões espanhóis e praticada pesca ilegal por navios espanhóis nas águas, o que culminou com a interdição, por tempo indeterminado, da pesca (SERENO, 2014: 21).

territórios que não possuem condições para albergar a habitação humana ou para possuir vida económica própria, sendo que, no caso de se verificar este ponto (como defende Espanha), as ilhas Selvagens não devem ter direito a zona económica exclusiva nem a Plataforma Continental<sup>60</sup>, tendo direito apenas a um mar territorial que não deve exceder as doze milhas náuticas.

Podemos assim concluir que, pelos breves e subjetivos ditames da CNUDM em relação ao estatuto de ilha ou rochedo, há fundamentos para se considerar o território das Selvagens simultaneamente como ilhas e rochedos, já que o artigo a este respeito é bastante omissivo. A este propósito, Amparo Sereno concorda que o regime da CNUDM é ambíguo, porque não exige uma extensão mínima do território, não estabelece um número mínimo de habitantes, nem aprofunda a definição de vida económica própria<sup>61</sup>. Um outro aspeto relevante que a autora salienta consiste no facto de ser pouco compreensível o fundamento da contestação espanhola em relação ao estatuto das Selvagens, uma vez que Espanha pretende também disputar territórios situados no norte de África com características muito similares às das Selvagens – é o caso das ilhas Chafarinas – que, na verdade, possuem até uma extensão consideravelmente menor que o território português em causa<sup>62</sup>. Isto significa que, se as Selvagens forem consideradas rochedos, as Chafarinas também o serão, algo que não beneficia as pretensões de nenhum dos dois Estados.

Esta diferente interpretação relativamente ao território das Selvagens ficou ainda mais evidente aquando da visita do chefe de Estado português – Cavaco Silva – ao referido território, em julho de 2013. Ao pernoitar no local (Selvagem Grande), vários motivos poderão ter estado subjacentes. Desde o ostentar do poder nacional, realçado pelos aspetos simbólicos e logísticos que uma visita do género acarreta, mostrando que o território é parte inalienável da soberania nacional, até à prova de condições de habitabilidade do território<sup>63</sup>.

Posto isto, compreende-se o surgimento das indagações: por que razão é que Espanha alegou o território das Selvagens para se opor à aprovação da extensão da PC portuguesa (quando uma coisa não tem a ver com a outra)? Terá sido um equívoco/falta de conhecimento<sup>64</sup> por parte do corpo diplomático espanhol ou uma tentativa de congelar o processo de avaliação da submissão portuguesa nas Nações Unidas?

Este litígio reavivou a animosidade entre os dois países a nível popular, facto bem espelhado nas redes sociais. No âmbito diplomático, porém, as declarações de Rui Machete, ministro dos Negócios Estrangeiros português, revelaram-se cuidadosas em relação ao diferendo, frisando que “são muito mais os interesses comuns que os interesses que nos dividem”, tratando-se então de um “problema sem particular significado nas relações” entre “vizinhos que se estimam”<sup>65</sup>. Estas afirmações compreendem-se dado o facto de Espanha, outrora a velha inimiga da individualidade política lusa, se ter tornado, durante os últimos anos, no principal parceiro económico ao nível do comércio externo e de investimento<sup>66</sup>, como se pode ver nos quadros apresentados anteriormente neste artigo.

60 Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 1982: 66.

61 SERENO, 2014: 24.

62 SERENO, 2014: 26.

63 A viagem foi realizada na fragata *Vasco da Gama*, um dos navios de guerra mais possantes da Armada nacional, dotada de armamento antissuperfície, antiaéreo e antissubmarino (Marinha Portuguesa, 2014).

64 COELHO, 2013.

65 “Machete desdramatiza diferendo”..., 2013.

66 FARTO; MORAIS; NUNES; MOITA, 2007: 69-70.

Não obstante o cuidado nas relações com Espanha, a resposta da Missão Permanente de Portugal nas Nações Unidas ao país vizinho, afirmou nunca ter incluído o território das Selvagens na proposta de extensão da PC portuguesa, mas sim o prolongamento natural dos territórios da Madeira e continente. O documento acaba com o Estado português a reiterar a ausência de disputas com Espanha, dando a entender que a objeção espanhola não passou de um mal-entendido/falha de informação por parte do Estado vizinho alertando, porém, para a inexistência – ainda – de um acordo relativo à delimitação das fronteiras marítimas entre os dois intervenientes<sup>67</sup>.

Como se pode resolver o diferendo? É praticamente unânime a necessidade de se recorrer à negociação diplomática entre os dois Estados, para que se possa chegar a um acordo bilateral, sem prejuízo para ambas as partes. O intuito será evitar recorrer a instâncias de jurisprudência internacional, pelo que deverá realizar-se um acordo que garanta a equidade na divisão dos 10 000 km<sup>2</sup> em causa. A este respeito não se esperam complicações. O mesmo não se pode dizer, porém, em relação à resolução da discórdia das Selvagens que se pressupõe mais problemática, em virtude do omissivo regime da CNUDM. Essa questão está sujeita a parâmetros e regimes diferentes, não tendo, portanto, nada a ver com o regime concernente à Plataforma Continental. Em relação a este último aspeto, a resolução do problema passará por uma sede de delimitação de fronteiras marítimas.

É vital que se faça uso da negociação diplomática para que se chegue a um consenso bilateral, capaz de trazer benefícios para ambos os lados. É precisamente isto que determina o artigo 83.º da CNUDM sobre a delimitação de plataformas continentais opostas ou adjacentes entre Estados, ou seja, deve ser efetuada através de acordos com base no direito internacional<sup>68</sup>. Não obstante as pretensões de Espanha e Portugal, bem como o previsto no direito do mar, o certo é que os dois Estados não chegaram, ainda, a acordo. O diferendo atingiu este ponto de combustão, muito por culpa da falta de *timing* no estabelecimento das fronteiras entre os dois países. Segundo Sereno, Espanha demorou a delimitar as respetivas fronteiras marítimas – relativas à zona das Canárias – por razões internas (rejeitou o projeto de lei de 2004 formulado pelas Canárias, com o receio de fomentar questões independentistas) e externas (ambiguidade em relação ao futuro do Saara ocidental, o que obrigou Espanha a manter boas relações com os antigos colonizadores dessa área – Marrocos), pelo que “el tiempo fue pasando sin que se aplicase la legislación interna”<sup>69</sup>. Enquanto isto, Portugal e Marrocos anteciparam-se e traçaram, unilateralmente, as fronteiras das respetivas áreas marítimas, o que acentuou o diferendo<sup>70</sup>. Para além do mais, Portugal traçou as fronteiras de acordo com o princípio de equidistância previsto no artigo 6.º da antiga Convenção de Genebra de 1958<sup>71</sup>, o que gera polémica, dado o facto do citado princípio se considerar nos dias que correm desatualizado. O princípio da proporcionalidade foi entretanto introduzido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar em 1982 e é hoje considerado o atual instrumento regulador dos mares. Esta Convenção impõe a existência de um acordo para a delimitação da ZEE

67 United Nations, 2013.

68 CNUDM, 1982: 56.

69 SERENO, 2014: 15-16.

70 CÂNDIDO, 2012: 165.

71 “Na falta de acordo e a menos que circunstâncias especiais justifiquem outra delimitação, esta far-se-á pelo princípio da equidistância dos pontos mais próximos das linhas de base a partir das quais é medida a largura do mar territorial de cada Estado” (Decreto-lei n.º 44 490, 1958).

e da plataforma continental nos casos de Estados com costas adjacentes ou frente a frente, a fim de se chegar a uma solução equitativa (artigo 74.º, n.º 1 e artigo 83.º, n.º 1) e prevê um regime jurídico específico para as ilhas (parte VIII, artigo 12.º). Assim, podemos afirmar que a inexistência de um acordo válido de delimitação das zonas marítimas entre Portugal e Espanha constitui o primeiro fator a ter em conta nas relações bilaterais entre os dois países nesta matéria. A diplomacia terá aqui um papel fundamental, onde só através de um processo negocial autónomo e bilateral será possível chegar a um entendimento.

## Conclusão

Como se viu no presente artigo, a sobreposição de interesses portugueses e espanhóis relativamente à Plataforma Continental existe e terá que ser resolvida. A este nível, só a diplomacia poderá desempenhar o seu papel contribuindo para a resolução do problema. A questão do estatuto das Selvagens é, porém, uma situação diferente. Aqui o direito internacional é soberano. Logo, o enquadramento que se deve fazer de ambas as questões é diferente, correspondem a áreas geográficas diferentes, com estatutos e regimes jurídicos distintos.

Os interesses geopolíticos, geoestratégicos e geoeconómicos de Portugal colidem com os de Espanha e vice-versa. A questão reside na ausência de uma delimitação de fronteiras marítimas entre os dois Estados, contribuindo dessa forma para a discórdia em relação à forma como esta deve ser traçada. À luz da diplomacia, ambos os Estados têm responsabilidades na situação que se gerou. Portugal teve responsabilidades ao saber que a delimitação de fronteiras deve ser realizada por acordo bilateral, conforme o estipulado na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, onde é dada a prevalência da equidade sobre a equidistância. Ainda assim, Portugal traçou unilateralmente as respetivas fronteiras marítimas – o que não é aceitável aos olhos da diplomacia, mas sim da estratégia – conforme o disposto na Convenção de Genebra de 1958. Espanha, por seu lado, teve responsabilidades referentes à demora no estabelecimento das suas fronteiras e não deu primazia à negociação diplomática – ao contestar a aprovação da extensão da PC portuguesa em 2013 – constituindo um ataque às pretensões portuguesas quando, na queixa apresentada à ONU, se referiu à ZEE das ilhas Selvagens, algo que nada tinha a ver com a Plataforma Continental. Assim, o governo espanhol adotou uma estratégia de proteção dos seus interesses, acabando por agravar a situação de litígio com o país vizinho, desconsiderando elementos constitutivos da atividade diplomática – como por exemplo a informação, a negociação e a promoção de boas relações de cordialidade – fixados no artigo 3.º da Convenção de Viena de 1961. O corpo diplomático de cada Estado dispõe de pessoal especializado na recolha, análise e filtragem de informação, pelo que a hipótese de falha de conhecimento/confusão por parte de Espanha – relativamente ao caso em que a própria contestou as pretensões portuguesas – não parece ter fundamento. Também o disposto relativo à negociação pressupõe a obrigação de “conhecer da melhor forma os interesses, os pontos de vista e os objetivos da outra parte”<sup>72</sup>, algo que seria improvável que Espanha não tivesse em conta, aquando da queixa apresentada à ONU. A promoção de “boas relações entre os Estados” é uma condição *sine qua non* para se solucionar pacificamente os “conflitos ou diferendos que [...] possam surgir”<sup>73</sup>, sendo que, “aqueles

72 MAGALHÃES, 2005: 158.

73 MAGALHÃES, 2005: 118.

que só pensam nas suas razões e menosprezam ou ignoram as razões da outra parte, só muito dificilmente poderão chegar a conceber as soluções ou aceitar os compromissos que são necessários para se chegar a um acordo final”<sup>74</sup>. Urge agora evitar que se caia no mesmo erro da tomada de decisão sem comunicação. Prevê-se a resolução do litígio – relativo às extensões das PC’s portuguesa e espanhola – por via diplomática, que abrangerá um necessário acordo bilateral, capaz de comportar benefícios para ambas as partes. Os regimes das ilhas e as qualificações que daí resultem vão condicionar de modo decisivo as negociações para a delimitação da ZEE e da Plataforma Continental entre Portugal e Espanha. Trata-se da opção que ilibará a necessidade dos dois Estados recorrerem a instâncias superiores de jurisprudência internacional, o que, caso acontecesse, não beneficiaria em nada as pretensões de ambos. Adivinha-se então uma repartição equitativa dos 10 000 km<sup>2</sup>, o que proporcionará a ausência de disputas exigida pela CNUDM, para que a consideração das duas propostas possa continuar sem ameaças de protelação.

Portugal e Espanha estão em vias de aumentar as respetivas soberanias e de obter novos e valiosos recursos, com extensões territoriais que já não acontecem desde a Idade Moderna. Analogamente, a presente situação lembra-nos a repartição, por via bilateral, dos territórios da América Latina aquando da celebração do Tratado de Tordesilhas. É uma medida deste tipo que os dois países precisam agora de repetir, pelo que, se conseguirem chegar a acordo numa altura em que se olhavam com desdém e inimizade, então não há dúvidas que hoje, numa altura em que as relações de ódio deram lugar às de amizade e cooperação económica, o acordo terá que ser possível, para que ambos os países “engordem” por via marítima, naquela que deverá ser a última extensão de fronteiras.

## Fontes e Bibliografia

AA.VV., 2012 – *Mar português, conhecimento, valorização e desenvolvimento, por ocasião do Dia Nacional do Mar*. Faro: Universidade do Algarve.

BARRIGA, Fernando; SANTOS, Ricardo, 2010 – “Recursos minerais marinhos, metálicos, não metálicos e energéticos: potencial e impactos ambientais” in MATIAS, N. Vieira *et al.* (coord.) – *Políticas Públicas do Mar*. Lisboa: Esfera do Caos, p. 86-95.

CÂNDIDO, António Manuel, 2012 – “A Convenção de Montego-bay e Portugal – Delimitação das Zonas Marítimas da Madeira”. *Boletim ensino/investigação do Instituto de Estudos Superiores Militares*. Disponível em: <[http://www.iesm.pt/cisdi/boletim/Artigos/art\\_7.pdf](http://www.iesm.pt/cisdi/boletim/Artigos/art_7.pdf)> [consult. 8 de dez. 2014].

CARVALHO, Virgílio de, 1995 – *A importância do mar para Portugal, passado, presente e futuro*. Lisboa: Bertrand Editora.

CAVALCANTI, Vanessa Maria, 2011 – *Plataforma continental, a última fronteira da mineração brasileira*. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral.

74 MAGALHÃES, 2005: 159.

COELHO, Paulo, 2013 – “Ilhas Selvagens, do equívoco à realidade”. *Revista de Marinha*. Disponível em: <[http://www.revistademarinha.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2830:ilhas-selvagens-do-equivoco-a-realidade&catid=101:actualidade-nacional&Itemid=290L](http://www.revistademarinha.com/index.php?option=com_content&view=article&id=2830:ilhas-selvagens-do-equivoco-a-realidade&catid=101:actualidade-nacional&Itemid=290L)> [consult. 12 de dez. 2014].

Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), 1982.

Convenção de Viena, 1961 – *Convenção sobre Relações Diplomáticas*.

CORREIA, Maldonado, 1994 – O Congresso de Viena – fórum da diplomacia conservadora no refazer da carta europeia. *Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, n.º 69, jan.-mar., p. 38-65.

Decreto-lei n.º 44 490, 1958 – “Convenção sobre a Plataforma Continental, aprovada na 1.ª Conferência de Direito do Mar, Genebra”. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/siii/docs/dl44490D.pdf>> [consult. 12 de dez. 2014].

DIAS, Carlos Mendes, 2006 – “A Grande Estratégia Nacional: A Aplicabilidade do Método”. *Revista Militar*. Disponível em: <[http://www.revistamilitar.pt/artigopdf.php?art\\_id=52](http://www.revistamilitar.pt/artigopdf.php?art_id=52)> [consult. 8 de dez. 2014].

“Machete desdramatiza diferendo sobre Ilhas Selvagens”. *Diário de Notícias*, setembro de 2013.

EMEPC, 2009 – *Continental Shelf submission of Portugal, pursuant to article 76, paragraph 8 of the United Nations Convention on the Law of the Sea*. Disponível em: <[http://www.un.org/depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/submission\\_prt\\_44\\_2009.htm](http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_prt_44_2009.htm)> [consult. 10 de jan. 2015].

EMEPC, s.d. – *Projeto de Extensão da Plataforma Continental – Perguntas Frequentes*. Disponível em: <[http://www.emepc.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=627&Itemid=139](http://www.emepc.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=627&Itemid=139)> [consult. 10 de jan. 2015].

FARTO, Manuel; MORAIS, Henrique; NUNES, Sérgio; MOITA, Luís (org.), 2007 – *A nova diplomacia económica: análise e perspectivas*. Lisboa: Observatório Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa.

Governo de Portugal, 2.6.2014 – *Portugal e Espanha afirmam necessidade de “funcionamento mais harmonioso e inclusivo” da UE e do Euro*. Disponível em: <<http://www.portugal.gov.pt/os-ministerios/primeiro-ministro/mantenha-se-atualizado/20140604-pm-cimeira-espanha.aspx>> [consult. 10 de jan. 2015].

Instituto Hidrográfico, s.d. – *Plataforma continental, missões especiais*. Disponível em: <<http://www.hidrografico.pt/plataforma-continental.php>> [consult. 10 de jan. 2015].

“Portugal melhora balança comercial com Espanha nos primeiros oito meses do ano”, 2013. *Jornal i*. Disponível em: <<http://www.ionline.pt/artigos/dinheiro/portugal-melhora-balanca-comercial-espanha-nos-primarios-oito-meses-ano>> [consult. 10 de jan. 2015].

MAGALHÃES, José Calvet de, 2005 – *A Diplomacia Pura*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

Marinha Portuguesa, 2014 – *Fragatas – NRP Vasco da Gama*. Disponível em: <<http://www.marinha.pt/pt-pt/meios-operacoes/armada/navios/fragatas/Paginas/NRP-Vasco-Gama.aspx>> [consult. 10 de jan. 2015].

MARQUES, Walter, 2014 – “Comércio Internacional de Mercadorias de Portugal com Espanha - janeiro a dezembro de 2013”. *Boletim Mensal de Economia Portuguesa*. N.º 4. Disponível em: <<http://www.gpeari.min-financas.pt/analise-economica/publicacoes/ficheiros-do-bmep/2014/abril/em-analise/Comercio-internacional-de-mercadorias-de-Portugal.pdf>> [consult. 10 de jan. 2015].

MATOS, Vitor, 7.1.2015 – “Ingleses localizam seis jazidas de petróleo em Portugal”. *Sábado. Oficina económica y comercial de la Embajada de España en Lisboa*, Nov. 2014. Disponível em: <[http://www.exteriores.gob.es/documents/fichaspais/portugal\\_ficha%20pais.pdf](http://www.exteriores.gob.es/documents/fichaspais/portugal_ficha%20pais.pdf)> [consult. 20 de jan. 2015].

PINHEIRO, Luís, 2012 – *Recursos e Potencialidades da Plataforma Continental Portuguesa*. Disponível em: <<http://www.clusterdomar.com/index.php/temas/i-d/108-recursos-e-potencialidade-da-plataforma-continental-portuguesa>> [consult. 20 de jan. 2015].

PLANELLES, Manuel, 29.12. 2014 – “España amplía sus dominios marítimos”. *El País*.

RODRIGUES, Teresa; GARCIA PÉREZ, Rafael, 2011 – “Espanha e Portugal na União Europeia: os Caminhos da Convergência”. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais/Universidade Nova de Lisboa, *Working Paper* n.º 49.

SERENO, Amparo, 2014 – “El nuevo mapa marítimo de Portugal y el caso de las Islas Salvajes”. *Revista Electrónica de Estudios Internacionales*. N.º 28. Disponível em: <<http://www.reei.org/index.php/revista/num28/articulos/nuevo-mapa-maritimo-portugal-caso-islas-salvajes-brbrdoi-1017103reei2801>> [consult. 20 de jan. 2015].

SILVA, Jaime Carlos, out.-dez. 2012 – “A Plataforma Continental Portuguesa, análise do processo de transformação do potencial estratégico em poder nacional”. *Cadernos Navais*, Lisboa, n.º 43.

TELES, Felício, 2013 – *A diplomacia pública no contexto das organizações internacionais, o caso da CPLP*. Lisboa: Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais da Universidade Lusófona. Disponível em: <[http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/5228/Felicio\\_Teles\\_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/5228/Felicio_Teles_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1)> [consult. 20 de jan. 2015].

*United Nations Conference on Diplomatic Intercourse and Immunities*. Viena, 1961. Disponível em: <[http://legal.un.org/diplomaticconferences/diplintercourse-1961/docs/english/vol2/a\\_conf\\_20\\_13.pdf](http://legal.un.org/diplomaticconferences/diplintercourse-1961/docs/english/vol2/a_conf_20_13.pdf)> [consult. 5 de janeiro 2015].

United Nations, 2013 – *Permanent mission of Spain to the United Nations*. Disponível em: <[http://www.un.org/depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/prt44\\_09/prt\\_re\\_esp\\_2013\\_09\\_06\\_13\\_14\\_21\\_886.pdf](http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/prt44_09/prt_re_esp_2013_09_06_13_14_21_886.pdf)> [consult. 10 de jan. 2015].

United Nations Submissions, 2009 – *Continental Shelf submission of Portugal, pursuant to article 76, paragraph 8 of the United Nations Convention on the Law of the Sea*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

United Nations Submissions, 2014 – *Presentación parcial de datos e información sobre los límites de la Plataforma Continental de España al Oeste de las Islas Canarias, conforme a la Parte VI y el Anexo II de la Convención de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar*. Disponível em: <[http://www.un.org/depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/esp77\\_14/esp\\_2014\\_es.pdf](http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/esp77_14/esp_2014_es.pdf)> [consult. 10 de jan. 2015].

“Espanha pede à ONU para ampliar o seu território. Parte dele é português”, 2014. *ZAP aeiou*. Disponível em: <<http://zap.aeiou.pt/espanha-pede-a-onu-para-ampliar-territorio-parte-dele-e-portugues-53222>> [consult. 10 de jan. 2015].



## Valores Pessoais, Teoria da Ação Planificada e a sua influência na Intenção Empreendedora dos estudantes universitários

**Belkis Maria da Fonseca Oliveira**

**Ana Laguía**

**Vasco Jorge Salazar Soares**

**Juan Antonio Moriano**

### Introdução

As iniciativas universitárias destinadas a promover o empreendedorismo têm proliferado nos últimos anos, assim como os estudos que pretendem analisar os antecedentes que afetam a intenção de empreender<sup>1</sup>.

Na situação de crise atual, o empreendedorismo é uma das soluções que nos permite gerar riqueza, emprego e, inclusive, constitui uma alternativa de grande importância para o desenvolvimento pessoal<sup>2</sup>. Nesta perspetiva, as pequenas e médias empresas são de grande importância na União Europeia onde existem 21 milhões de Pequenas e Médias Empresas (PME) que empregam 33 milhões de pessoas e são essenciais para a promoção do espírito empresarial e da inovação<sup>3</sup>.

Desde os trabalhos iniciais de Shumpeter (1911), o empreendedorismo despertou grande interesse, sendo debatidos diferentes conceitos sobre o que é ser empreendedor. Neste estudo, o conceito de empreendedor envolve a combinação de capacidades e atitudes que dão lugar à criação de novas ideias, de inovações e capacidades para transformar oportunidades em novos desafios. Nesse sentido, adotamos a definição de empreendedor de Varela (1998) citado por Moriano:

pessoa que é capaz de perceber uma capacidade de produção ou de serviço e perante ela tomar de forma livre e independente uma decisão de aquisição e alocação dos recursos naturais, financeiros, tecnológicos e humanos necessários para poder pôr em marcha o negócio, que além de criar valor adicional para a economia, gera trabalho para ela e muitas vezes para os outros<sup>4</sup>.

1 KRUEGER *et al.*, 2000; MORIANO *et al.*, 2012; TEIXEIRA; DAVEY, 2010.

2 SAMPEDRO *et al.*, 2014.

3 European Parliament . Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/en/displayFtu.html?ftuid=FTU\\_5.9.2.html](http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/en/displayFtu.html?ftuid=FTU_5.9.2.html)> [consult. 25 de nov. 2015].

4 MORIANO, 2005: 57.

Por outro lado, temos de destacar a importância do estudo dos valores na génese e dinamização da atividade empreendedora. São escassos os estudos dos valores humanos associados aos empreendedores<sup>5</sup>. Estes estudos indicam uma relação positiva e significativa entre certos valores de carácter individualista e o comportamento empreendedor<sup>6</sup>.

A criação de uma empresa implica planificação e uma tomada de decisão consciente. Segundo a literatura, a intenção é o melhor elemento para predizer o comportamento planeado especialmente quando este comportamento é raro, difícil de observar e irregular no tempo. Na atualidade, os modelos de intenção são o antecedente mais estudado na criação de empresas<sup>7</sup>. Dentro dos modelos de intenção, a teoria da ação planificada Ajzen (1991) tem sido um dos marcos teóricos mais utilizados pela sua validade e pela sua aplicação em diferentes países: Alemanha<sup>8</sup>, Espanha<sup>9</sup>, Estados Unidos<sup>10</sup>, Finlândia<sup>11</sup>, Índia<sup>12</sup>, Noruega<sup>13</sup>, Polónia<sup>14</sup>, Portugal<sup>15</sup>, Rússia<sup>16</sup>, Suécia<sup>17</sup> e Taiwan<sup>18</sup>.

O estudo dos antecedentes que influenciam a intenção empreendedora (IE) dos jovens universitários de Portugal é fundamental para analisar o peso das variáveis psicológicas e sociais na intenção de empreender dos jovens e realizar estudos comparativos com resultados obtidos noutros países (Estados Unidos, Espanha, Polónia, Alemanha, entre outros); também é importante para promover uma educação empreendedora diferenciadora e que permita a promoção do espírito empreendedor.

## 1. Marco teórico

Os modelos da intenção empreendedora surgem a partir das limitações aos modelos dos rasgos de personalidade dos empreendedores<sup>19</sup>.

O primeiro modelo surge com Shapero (1975 e 1982). Neste modelo a intenção de empreender depende do atrativo percebido, da viabilidade percebida e da propensão para atuar. A inércia guia a vida das pessoas e só uma situação catalisadora poderá mudar o seu comportamento. A credibilidade dependerá do atrativo percebido e da viabilidade percebida.

5 JAEN, 2013; MCGRATH *et al.*, 1992.

6 MORIANO *et al.*, 2008.

7 KRUEGER, 2009; LIÑAN *et al.*, 2011; MORIANO *et al.*, 2012.

8 JACOB; RICHTER, 2005.

9 LIÑÁN; CHEN; 2009; MORIANO, 2005; MORIANO *et al.*, 2012.

10 AUTIO *et al.*, 2001; KRUEGER *et al.*, 2000.

11 KAUTONEN *et al.*, 2013.

12 MORIANO *et al.*, 2012.

13 KOLVEREID, 1996.

14 MORIANO *et al.*, 2008

15 OLIVEIRA *et al.*, 2013.

16 ALEXEI; KOLVEREID, 1999.

17 AUTIO *et al.*, 2001.

18 LIÑÁN; CHEN, 2009.

19 ROBINSON *et al.*, 1991; SHANE; VENKATARAMEN, 2000.

A partir deste modelo surgiram outros, entre os mais relevantes o modelo das ideias de Bird (1988), segundo o qual a intenção de empreender tem como base contexto social, da personalidade atual e da habilidade da pessoa. Estes fatores interatuam com o pensamento racional e intuitivo desencadeando a intencionalidade e posteriormente a ação.

A teoria da ação planificada (TAP) é outro dos modelos que na atualidade adquire grande importância. Neste modelo explica-se a intenção empreendedora a partir de três fatores Ajzen (1991): a avaliação pessoal do comportamento (atitude), o socialmente esperado do comportamento (norma subjetiva) e a autoeficácia (controlo do comportamento percebido). O primeiro fator que explica a intenção empreendedora é a atitude, definida como o grau em que a pessoa realiza uma avaliação positiva ou negativa de um comportamento. Uma atitude favorável está associada a que a intenção de implementar um comportamento seja maior<sup>20</sup>.

A atitude está determinada pelas diferentes crenças que a pessoa tem relativamente ao objeto, pessoa ou instituição e a avaliação que as pessoas realizam destas crenças. Esta avaliação é a parte afetiva da atitude e determina a motivação e a força da intenção que tem o comportamento. A atitude face ao empreendedorismo é o desejo de acrescentar valor através de um comportamento empreendedor<sup>21</sup>. Diversas investigações validaram o poder preditivo da atitude na intenção de empreender estabelecendo relações diretas e positivas<sup>22</sup>. Tendo em consideração estas investigações, formulamos a primeira hipótese de investigação:

*1.ª Hipótese: a atitude tem uma relação significativa e positiva na intenção de empreender dos jovens universitários do norte de Portugal.*

A norma subjetiva é a pressão social percebida para realizar ou, pelo contrário, não realizar um determinado comportamento e reflete o efeito dos valores sociais<sup>23</sup>. É determinada pela perceção das crenças que têm as pessoas importantes para o indivíduo sobre o comportamento que o sujeito deve realizar e pela motivação dos sujeitos em satisfazer as expectativas que as pessoas têm sobre ele, constitui a componente mais social do modelo uma vez que reflete a influência das pessoas significativas para o sujeito na decisão de desenvolver a sua carreira profissional como empresário<sup>24</sup>.

A norma subjetiva é o produto do que a pessoa pensa e, ao mesmo tempo, são as noções que tem o sujeito sobre o que as pessoas que lhe são relevantes pensam sobre a ação. Os autores Alexei e Kolvereid (1999) encontraram uma relação positiva e/ou significativa entre a norma subjetiva e a intenção empreendedora, mas resultados recentes (Fini *et al.*, 2012) confirmam que este fator é o menos forte e o que apresenta mais variabilidade no modelo<sup>25</sup>.

20 MORIANO, 2005.

21 FINI *et al.*, 2012.

22 JAÉN *et al.*, 2013; LIÑÁN *et al.*, 2011; LLANO, 2010; MORIANO *et al.*, 2012.

23 MORALES *et al.*, 1994.

24 AJZEN, 1991.

25 ENGLE *et al.*, 2010; FINI *et al.*, 2012; LLANO, 2010; MORIANO *et al.*, 2012.

Tendo como base os estudos realizados, formulamos a segunda hipótese de investigação:

*2.<sup>a</sup> Hipótese: A norma subjetiva terá uma relação positiva e significativa na intenção empreendedora.*

O terceiro antecedente do modelo é o controlo comportamental percebido. Este conceito é semelhante ao de Bandura (1982) sobre a autoeficácia (capacidade percebida para implementar na prática um novo comportamento). Este fator é de grande importância e é referido na maior parte das investigações como o principal fator que determina o perfil do empreendedor<sup>26</sup>. Analisar a relação existente entre autoeficácia e empreendedorismo, assim como os mecanismos através dos quais a autoeficácia afeta a intenção empreendedora pode aprofundar a compreensão dos processos empreendedores e melhorar as competências pessoais através da educação/formação<sup>27</sup>.

É esperado que as pessoas com elevado nível de autoeficácia sejam persistentes, trabalhem de forma eficaz e demonstrem capacidades para conseguir os seus objetivos. Esta crença nas nossas capacidades é reforçada no contexto envolvente pelo êxito obtido e pela inovação. A autoeficácia é um antecedente de grande importância na intenção de empreender<sup>28</sup>.

Dentro deste quadro teórico formulamos a seguinte hipótese de investigação:

*3.<sup>a</sup> Hipótese: A autoeficácia terá uma relação positiva e significativa na intenção empreendedora.*

## **2. A influência dos valores na intenção de empreender**

O conceito de valor é determinante tendo em consideração os princípios básicos que guiam as ações das pessoas. Os valores, segundo Schwartz (1996), funcionam como metas desejáveis e transituacionais que variam de importância e orientam a vida das pessoas, permitem-nos a partilha de normas e identificar o comportamento desejado e adequado nas diferentes situações de interação social. Os valores pessoais, segundo Schwartz (2005), orientam o comportamento humano de acordo com quatro princípios básicos: têm influência na perceção e interpretação das situações; os valores quando ativados exercem influência no comportamento; induzem poder atrativo sobre as ações; os valores exercem influência na planificação das ações.

Autores como Bilsky (2009) demonstram que o modelo de Schwartz (1996) é dos que apresenta maior consistência na literatura. Este modelo é constituído por uma estrutura de dez tipos de valores agrupados nas dimensões de Individualismo (Poder, Realização, Hedonismo, Estimulação, Autodireção), de Coletivismo (Benevolência, Tradição e Conformismo) e Valores Mistos (Universalismo e Segurança). Este sistema integrado de valores apresenta relações dinâmicas entre si, de acordo com os princípios de compatibilidade e contradição lógica. Desta forma, seguindo uma estrutura circular, a procura de valores próximos (Poder, Realização, Estimulação, Autodireção) seria compatível, enquanto a procura de valores opostos (Poder e Universalismo) gera conflitos.

26 FINI *et al.*, 2012; LIÑAN, 2011; MORIANO *et al.*, 2012; OLIVEIRA *et al.*, 2013.

27 DRNOVSEK *et al.*, 2010; FLORIN *et al.*, 2007; ZHAO *et al.*, 2005.

28 BARBOSA *et al.*, 2007; ZHAO *et al.*, 2005.

**Quadro n.º 1 – Tipos de valores da variável Motivação**

Poder	Estatuto social e prestígio, controlo e domínio das acções	Poder social, autoridade, riqueza
Realização	Êxito pessoal obtido através da competência demonstrada	Bem-sucedido, competente, ambicioso
Hedonismo	Prazer e gratidão consigo mesmo	Prazer, importância de desfrutar da vida
Estimulação	Entusiasmo, novidade e desafio na vida	Comportamento atrevido, vida variada, excitação
Autodireção	Criar, explorar, independência no pensamento e na ação	Criatividade, curiosidade, liberdade
Benevolência	Preservação e promoção do bem-estar das pessoas próximas	Ajuda, honestidade, não rancoroso
Tradição	Respeito, compromisso, aceitação de costumes e ideias	Humildade, devoção, aceitação da vida
Conformismo	Restrição de ações, controlo de impulsos que podem prejudicar os outros ou ir contra as expectativas e normas sociais	Obediente, bons costumes, apoio a pais e pessoas idosas
Universalismo	Compreensão, tolerância, preocupação pelo bem-estar das pessoas e da natureza	Tolerância, justiça social, igualdade, proteção do meio ambiente
Segurança	Harmonia, estabilidade na sociedade e nas relações pessoais	Segurança nacional, ordem social

Fonte: Adaptado de Schwartz *et al.*, 2001.

De Groot e Steg (2010) e Moriano (2005) destacam a influência direta ou indireta dos valores (na atitude e norma subjetiva) e destes na intenção de empreender. As culturas individualistas favorecem o espírito empreendedor e promovem a responsabilidade, enquanto as culturas coletivistas poderiam não favorecer o espírito empreendedor pois funcionam como culturas mais acomodadas que evitam os conflitos e se tornam resistentes às mudanças, condições estas necessárias para promover a criatividade e as novas ideias<sup>29</sup>.

Jaén, Moriano e Liñan, numa amostra de 467 universitários espanhóis, verificaram que a abertura à mudança (Autodireção, Hedonismo e Estimulação) tem uma relação positiva e significativa com a intenção empreendedora. A Autopromoção (designada pelos valores Poder e Realização) tem uma relação positiva e significativamente com a intenção de empreender<sup>30</sup>.

Em Portugal são quase inexistentes os estudos que relacionam os valores com a intenção de empreender. Oliveira, Moriano e Salazar realizaram um estudo exploratório para analisar a importância do modelo da teoria da ação planificada e dos valores na intenção de empreender dos estudantes universitários<sup>31</sup>. Verificaram que os valores individualistas Poder, Estimulação e Autopromoção correlacionam positivamente com a intenção empreendedora, resultados parecidos se obtiveram noutros estudos<sup>32</sup>. A partir dos trabalhos realizados, que mostram uma relação entre os valores pessoais e a intenção de empreender, propomos de seguida as seguintes hipóteses de investigação:

29 MORRIS *et al.*, 1994.

30 JAEN *et al.*, 2013.

31 OLIVEIRA *et al.*, 2013.

32 JAÉN *et al.*, 2013; MORRIS *et al.*, 1994; MORIANO, 2005.

4.<sup>a</sup> Hipótese: Os valores individualistas (*Estimulação, Hedonismo, Autodireção, Realização e Poder*) relacionam-se positivamente e significativamente com a intenção de empreender.

5.<sup>a</sup> Hipótese: Os valores coletivistas (*Tradição, Conformidade, Benevolência*) relacionam-se de forma negativa e significativa com a intenção de empreender.

### 3. Método

#### 3.1 Amostra

Neste estudo participaram 326 estudantes universitários do norte de Portugal, 216 (66 %) mulheres e 110 (34 %) homens, com idades entre 17 e 57 anos ( $M = 25$  anos;  $DP = 7.3$ ). Os estudantes são provenientes das seguintes áreas de conhecimento: Gestão (32%), Solicitadoria (31%), Ciências da Educação (21%), Direito (9%) e Economia (7%). Cerca de um terço da amostra refere ter um familiar empresário (35%) e 2% indica ter tido contacto com um centro de empreendedores.

#### 3.2 Procedimento

Antes da administração do questionário efetuou-se a tradução e tradução inversa (*back-translation*), uma vez que este é um dos procedimentos indicados para garantir a equivalência idiomática<sup>33</sup>. Posteriormente realizaram-se dois *focus group* junto de estudantes do ensino superior com o objetivo de avaliar a clareza da linguagem utilizada e foram efetuadas algumas modificações.

O questionário foi aplicado em quatro instituições de ensino superior, durante as aulas, entre janeiro de 2011 e setembro de 2012. A participação voluntária e o anonimato foram respeitados e a confidencialidade foi garantida.

#### 3.3 Instrumento

O Questionário de Intenção Empreendedora (QIE) foi desenvolvido e validado em Espanha por Moriano *et al.* (2012) sendo constituído por vinte itens no formato de resposta tipo Likert de sete pontos. O instrumento de recolha de dados apresenta uma parte dedicada aos dados sociodemográficos, bem como as quatro escalas do QIE cuja descrição é efetuada seguidamente.

**Atitude (QIE).** Esta escala avalia a atitude que a pessoa demonstra relativamente a ser empreendedor, explorando o que significa para o indivíduo criar uma empresa (questões A1 a A6) e o grau de desejabilidade que têm para a sua vida as situações propostas (questões B1 a B6). A escala de resposta é tipo Likert de sete pontos, desde 1 (totalmente improvável) a 7 (totalmente provável). A pontuação é obtida pela combinação dos

resultados obtidos em A e em B de forma obter-se uma medida da atitude<sup>34</sup>. Quanto maior a pontuação, mais positiva é a atitude face ao comportamento empreendedor. A fiabilidade desta subescala (*alfa de Cronbach*) foi .83, pelo que se considera que a consistência interna é adequada já que supera o valor recomendado de .70.

**Norma subjetiva (QIE).** Esta escala constitui a componente mais normativa do modelo e reflete a influência que o contexto imediato do sujeito (os seus outros significativos) exerce sobre o comportamento. O respondente assinala em que medida a sua família direta (pais, irmãos), seus amigos íntimos ou colegas estariam de acordo caso decidisse empreender. A escala de resposta é tipo Likert de sete pontos, desde 1 (nada de acordo) a 7 (totalmente de acordo), avaliando as crenças normativas face aos outros significativos (C1 a C3) e a motivação para acomodar-se à opinião dos outros significativos ou referentes (D1 a D3). A pontuação em cada item do primeiro grupo multiplica-se pela importância correspondente, dividindo-se este resultado por 7. Quanto mais elevada for a pontuação global, maior será a norma subjetiva. A fiabilidade da escala é satisfatória, com um *alfa de Cronbach* de .77.

**Autoeficácia empreendedora (QIE).** Esta escala é uma versão reduzida da escala de autoeficácia empreendedora De Noble, Jung, Ehrlich (1999) e visa avaliar em que medida o indivíduo se considera eficaz para realizar tarefas associadas à criação e à gestão de empresas, tais como identificar a área de negócio, a estratégia, negociar e reconhecer oportunidades de mercado (questões E1 a E6). A escala de resposta é tipo Likert de sete pontos, desde 1 (totalmente ineficaz) a 7 (totalmente eficaz). Quanto maior a pontuação, maior a autoeficácia empreendedora. A fiabilidade da escala é muito satisfatória, com um *alfa de Cronbach* de .92.

**Intenção Empreendedora (QIE).** Esta escala avalia a intenção de criar um negócio ou uma empresa. A intenção consiste na avaliação de uma pessoa “numa dimensão de probabilidade subjetiva que inclui uma relação entre a pessoa em si e a ação”<sup>35</sup>. A intenção empreendedora é avaliada através de cinco afirmações, numa escala de resposta tipo Likert desde 1 “nada” a 7 “totalmente” (questões F1 a F5, o item 3 é invertido). A fiabilidade desta escala é satisfatória, com um *alfa de Cronbach* de .85.

**Valores.** Neste item utilizou-se o questionário PVQ (*Portrait Values Questionnaire*) de Schwartz (2005), que mede os valores de forma indireta. Esta escala apresenta uma série de afirmações em que os participantes referiam quando a pessoa é parecida com eles. Apresenta-se uma escala tipo Likert (não se parece nada comigo, 0 a parece-se muito comigo, 5). O *alfa de Cronbach* desta escala foi de .86.

**Variáveis sociodemográficas e outras variáveis de controlo.** No questionário foram colocadas questões relativas ao sexo, idade, situação laboral, áreas de conhecimento, contacto prévio com centros de empreendedorismo e presença/ausência de familiares empreendedores.

34 AJZEN, 1991.

35 FISHBEIN; AJZEN, 1975: 28.

## 5. Resultados

Numa primeira análise procedeu-se a verificar as médias dos valores. Os resultados indicam as médias mais altas nos valores Hedonismo ( $M = 5.09$ ,  $DT = 0.77$ ), Benevolência ( $M = 4.99$ ,  $DT = 0.64$ ), e Universalismo ( $M = 4.94$ ,  $DT = 0.68$ ). As médias mais baixas encontram-se associadas a Poder ( $M = 3.35$ ,  $DT = 0.95$ ) e Tradição ( $M = 3.85$ ,  $DT = 0.81$ ).

### Quadro n.º 2 – Correlação entre as variáveis Dimensão, Valores, TAP e a Intenção Empreendedora

	Intenção Empreendedora
Abertura à mudança	.158**
Autodireção	.118*
Conservação	-.149**
Autotranscendência	-.132*
TAP	
Atitude	.541**
Norma subjetiva	.344**
Autoeficácia	.585*

Nota. N = 326.

\*  $p < .05$  (bilateral). \*\*  $p < .01$  (bilateral)

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados indicam que a intenção empreendedora dos estudantes universitários correlaciona de forma positiva e significativa com os valores individualistas Estimulação e Poder. Também correlacionam positiva e significativamente com a atitude, norma subjetiva e autoeficácia da teoria da ação planificada.

Os valores coletivistas Benevolência e Conformidade têm uma relação negativa e significativa com a intenção de empreender.

**Quadro n.º 3 – Correlação entre as variáveis da Dimensão “Valores” e a Intenção Empreendedora**

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Variável critério										
1 Intenção Empreendedora										
Valores										
1 Conformidade	<b>-.13*</b>	-								
2 Tradição	-.10	.13*	-							
3 Segurança	-.01	.16**	-.10	-						
4 Benevolência	<b>-.18**</b>	-.08	-.01	-.09	-					
6 Universalismo	-.03	-.09	-.08	.01	.28**	-				
7 Autodireção	.05	.32**	-.28**	-.15**	.03	-.05	-			
8 Hedonismo	.03	.30**	-.22**	-.16**	-.21**	-.22**	.01-			
9. Estimulação	<b>.20**</b>	.42**	-.17**	-.39**	-.09	.09	.06	.26**	-	
10 Poder	<b>.15**</b>	.09	-.09	-.25**	-.40**	-.47**	-.07	-.17**	.07	-
11 Realização	.03	.13*	-.40**	-.16**	-.27**	-.46**	.02	.17**	-.03	.30**

Nota. N = 326.

\*  $p < .05$ . \*\*  $p < .01$

Para aprofundar as relações entre as variáveis realizou-se uma análise de regressão com a variável dependente Intenção Empreendedora. No primeiro modelo (M1) colocaram-se as variáveis controlo e sociodemográficas: sexo, idade, nível socioeconómico, ter contactado com um centro de empreendedores e ter família empresária. Este modelo permite explicar 11,3% da variância da Intenção Empreendedora, sendo a família empresária o fator mais significativo.

No segundo modelo (M2a) introduziram-se os valores coletivistas cuja correlação com a Intenção Empreendedora resultou significativa (Conformidade e Benevolência). Este modelo explica 15,1% da variância da intenção. As variáveis preditivas mais importantes neste modelo foram a família empresária ( $\beta = .22$ ;  $p < .001$ ), a Conformidade ( $\beta = -.11$ ;  $p < .05$ ) e a Benevolência ( $\beta = -.18$ ;  $p < .01$ ).

No modelo 2b introduziram-se os valores individualistas e verificou-se uma correlação positiva e significativa de Estimulação e Poder com a Intenção Empreendedora. As variáveis preditivas mais importantes neste modelo foram: a família empresária ( $\beta = .22$ ;  $p < .001$ ) e a Estimulação ( $\beta = .15$ ;  $p < .01$ ), apesar de o Poder não ter resultado significativo ( $\beta = .07$ ; *ns*). Este modelo explica 13,8% da variância da Intenção Empreendedora.

No terceiro modelo (M3) introduziram-se os quatro valores, aumentando a variância explicada da Intenção Empreendedora para 16%. Os valores coletivistas influenciam negativamente a intenção de empreender, enquanto os valores individualistas apresentam uma influência positiva. No entanto, neste último modelo, no conjunto dos quatro valores, unicamente a Benevolência resultou estatisticamente significativa.

Por último, no modelo quatro (M4) introduziram-se os três componentes da TAP (atitude, norma subjetiva e autoeficácia). Este modelo permite explicar 43,5% da variância da Intenção Empreendedora. Os três componentes da TAP mediarão a influência do valor Benevolência, que deixa de ser significativo neste modelo.

#### Quadro n.º 4 – Análise de regressão entre as diversas variáveis de Controlo, Independentes e de TAP e a Intenção Empreendedora

	M1	M2a	M2b	M3	M4
	$\beta$	$\beta$	$\beta$	$\beta$	$\beta$
<b>Variáveis controlo</b>					
Sexo (1 = Homem)	-.13*	-.13	-.09	-.11+	-.08
Idade	-.12*	.12*	.10+	.10+	-.04
Nível socioeconómico (1 = baixo)	.12*	.09+	.10+	.09	.04
Centros empreendedores (1 = sim)	.11*	.11*	.10+	.10+	.07
Família empresária (1 = sim)	.23***	.22***	.22***	.22***	.08+
<b>Variáveis independentes</b>					
Conformismo		-.11*		-.07	-.01
Benevolência		-.18**		-.16**	-.08+
Estimulação			.15**	.11+	.06
Poder			.07	.00	.03
<b>TAP</b>					
Atitude					.23***
NS					.12*
Autoeficácia					.32***
<b>Estatísticas de ajustamento</b>					
R <sup>2</sup>	.11	.15	.14	.16	.44
$\Delta R^2$	-	.04**	.03*	.01	.28***
F	8.16***	8.10***	7.23***	6.67***	20.12***

Nota. N = 326.

+ p < .10. \*p < .05. \*\*p < .01. \*\*\*p < .001.

## Conclusões

A necessidade que existe no nosso país de pessoas empreendedoras com uma atitude pró-ativa que dinamizem a economia leva-nos a olhar para as várias dimensões do empreendedorismo (económica, empresarial, social, psicológica...). Os resultados desta investigação contribuem para reforçar o modelo da Teoria da Ação Planificada e a sua validade explicativa relativamente à Intenção Empreendedora dos estudantes universitários do norte de Portugal. Este estudo permite avançar na compreensão deste fenómeno e dar um novo passo analisando a importância dos valores individualistas e coletivistas na intenção de empreender. Consta-se que várias variáveis têm uma influência positiva e/ou significativa na Intenção Empreendedora. Os valores individualistas Estimulação e Poder têm uma influência positiva e ou significativa e explicam 13,8% da variância da Intenção Empreendedora; situação similar foi verificada em outros estudos<sup>36</sup>.

Por outro lado, os valores coletivistas (Conformidade e Benevolência) têm uma influência negativa e significativa na intenção de empreender e explicam 15,1% da variação da intenção.

A atitude, norma subjetiva e autoeficácia têm uma influência positiva e ou significativa na intenção de empreender, sendo que a autoeficácia é a componente mais significativa do modelo<sup>37</sup>. Verificou-se também que as três componentes da TAP medeiam a influência do valor Benevolência.

O papel da família empresária é significativo e positivo pelo que ter na família empresários atua como um modelo de referência a seguir e é um fator de grande influência na intenção empreendedora dos estudantes<sup>38</sup>. Entre as implicações práticas desta investigação podemos citar a importância no contexto atual de promover as competências empreendedoras nos jovens, nomeadamente através da inclusão no programa académico de atividades associadas ao desenvolvimento de uma atitude favorável empreendedorismo<sup>39</sup>.

Uma atitude favorável ao empreendedorismo pode ser trabalhada no sistema educativo, por exemplo, aumentando a informação disponível nesta área e divulgando as principais vantagens de ser empresário. Desta forma, os alunos/as poderão considerar o trabalhar por conta própria uma alternativa viável e racional para uma gestão eficaz da sua carreira profissional. Esta proposta de *per si* poderia não aumentar o número de pessoas empreendedoras, mas poderia contribuir no sentido de promover nos/nas jovens uma atitude favorável, melhorando desta forma um dos antecedentes que configuram a intenção de empreender.

A promoção de competências de autoeficácia empreendedora (crenças nas capacidades pessoais) é outra das iniciativas a considerar, que se poderá adquirir através da participação em atividades práticas de definição de estratégia da empresa, a sua missão, objetivos, planos de negócio, contacto com potenciais clientes e no desenvolvimento de atividades que impliquem uma formação em contexto real com a assunção de riscos pessoais.

Os valores estimulação e realização também poderão ser incentivados no contexto académico, mostrando, por exemplo, nas redes sociais os aspetos positivos de empreender associados ao prestígio, controlo das suas próprias atividades, inovação e desafios inerentes à atividade de ser empresário.

36 JAEN *et al.*, 2013; MORRIS *et al.*, 1994; MORIANO, 2005.

37 FINI *et al.*, 2012; LIÑAN *et al.*, 2011; MORIANO *et al.*, 2012; OLIVEIRA *et al.*, 2013.

38 FAYOLLE; DEGEORGE, 2006; TEIXEIRA; FORTE, 2009.

39 AZANZA; CAMPOS, 2014; BIRD, 1988.

Estas propostas de intervenção devem tomar-se com cautela relativamente as estudantes femininas, uma vez que existem diferenças que deverão ser objeto de uma análise mais aprofundada relativamente à forma e ao objetivo perseguido.

Este estudo permitiu aprofundar a análise empírica de variáveis consideradas antecedentes do comportamento empreendedor, no entanto, possui limitações, pelo que os resultados devem ser interpretados com ponderação.

A principal limitação prende-se com o facto de a amostra não ser representativa dos estudantes no geral, provavelmente será necessário uma amostra mais ampla e que inclua segmentos da população com mais diversidade regional e educativa.

Quanto às possibilidades futuras de investigação, uma das propostas poderia ser precisamente ampliar e generalizar a amostra de forma a conseguir a sua representatividade ao nível nacional. Uma outra possibilidade consiste na inclusão de novas variáveis, como os valores culturais que, sem lugar a dúvidas, têm um papel relevante na intenção de empreender <sup>40</sup>.

Finalmente, a experiência intercultural afigura a educação empreendedora como uma disciplina transversal e constante no modelo académico atual, fortalecedora em grande medida do espírito empreendedor<sup>41</sup>.

## Bibliografia

- AJZEN, I., 1991 – “Theory of planned behavior”. *Organization Behavior and Human Decision Processes*. P. 79-211.
- AUTIO, E.; KEELEY, H. R.; KLOFSTEN, M.; PARKER, C. G., 2001 – “Entrepreneurial intent among students in Scandinavia and in the USA”. *Entreprise and Management Studies*. 2 (2), p. 145-160.
- AZANZA G.; CAMPOS, J. A., 2014 – “La intención emprendedora en estudiantes universitarios”: El caso de la Universidad de Deusto. *Boletín de Estudios Económicos*. LXIX (211), p.151-172.
- BANDURA, A., 1982 – “Self-efficacy mechanism in human agency”. *American Psychology*. 37, p. 122-147.
- BARBOSA, D. S.; GERHARDT, W. M.; KICKUL, R. J., 2007 – “The role of cognitive style and risk preference on entrepreneurial self-efficacy and entrepreneurial intentions”. *Journal of Leadership & Organizational Studies*. 13 (4), p. 86-104.
- BILSKY, W., 2009 – “The structure of values: Its stability across instruments, theories, age, and cultures”. *Revista de Administração Mackenzie*. 10, p. 12-33.
- BIRD, B., 1988 – “Implementing entrepreneurial ideas. The case for intentions”. *Academy of Management Review*. 13 (3), p. 442-453.
- DE GROOT, M. I.; STEG, L., 2010 – “Relationship between value orientations, self-determined motivational types and proenvironmental behavioral intentions”. *Journal of Environmental Psychology*. 30 (4), p. 368-378.
- DE NOBLE, A.; JUNG, D.; EHRLICH, S., 1999 – “Entrepreneurial self-efficacy: The development of a measure and its relationship to entrepreneurial actions”. *Frontiers of Entrepreneurship Research*. Waltham.

<sup>40</sup> JAEN *et al.*, 2013.

<sup>41</sup> AZANZA; CAMPOS, 2014.

- DRNOVSEK, M.; WINCENT, J.; CARDON, S. M., 2010 – “Entrepreneurial self-efficacy and business star-up: Developing a multi-dimensional definition international”. *Journal os Entrepreneurial Behavior & Research*. 16 (4), p. 329-348.
- ENGLE, R.; DIMITRIADI, N.; GAVIDIA, J.; SHLAEGEL, C.; DELANOE, S.; ALVARADO, L., 2010 – “Entrepreneurial intent: A twelve country evaluation of Ajzen’s model on planned behavior”. *International Journal of Entrepreneurial Behavior and Research*. 16 (1), p. 35-57.
- European Parliament. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/en/displayFtu.html?ftuld=FTU\\_5.9.2.html](http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/en/displayFtu.html?ftuld=FTU_5.9.2.html)> [consult. 25 de nov. 2015].
- FAYOLLE, A.; DE GEORGE, J. M., 2006 – “Attitudes, intentions, and behavior: New approaches to evaluating entrepreneurship education”, in FAYOLLE, A.; Klandt H. (eds.) – *International Entrepreneurship Education. Issues and Newness*. Cheltenham: Edward Elgar, p. 74-89.
- FINI, R.; GRIMALDI, R.; MARZOCCHI, L. G.; SOBRERO, M., 2012 – “The determinants of corporate entrepreneurial intention within small and newly established firms”. *Entrepreneurship: Theory and Practice*. 36, p. 387-414.
- FISHBEIN, M.; AJZEN, I., 1975 – *Belief, attitude, intention and behavior: an introduction to theory and research*. New York: Addison-Wesley.
- FLORIN, J.; KARRI, R.; ROSSITER, N., 2007 – “Fostering entrepreneurial drive in business education. An attitudinal approach”. *Journal of Management Education*. 31, p. 17-42.
- HAMBLETON, K. R.; DE JONG, J. H., 2003 – “Advances in translating and adapting educational and psychological tests”. *Language Testing*. 20, p. 127-134.
- JACOB, K.; RICHTER, G. P., 2005 – “Absichten zur gründung eines unternehmens bei studierenden”. *Wirtschaftspsychologie*. 7, p. 51-70.
- JAÉN, I.; MORIANO, J. A.; LIÑAN, F., 2013 – “Personal values and entrepreneurial intentions: an empirical study” in FAYOLLE, Alain *et al.* ( eds.) – *Conceptual Richness and Methodological Diversity in Entrepreneurship Research*, p. 15-31.
- KAUTONEN, T.; VAN GELDEREN, M., 2013 – “Predicting entrepreneurial behavior. A test of the theory of planned behavior”. *Applied Economics*. 45 (6), p. 697-707.
- KOLVEREID, L., 1996 – “Prediction of employment status choice intentions”. *Entrepreneurship Theory and Practice*. 21(1), p. 47-58.
- KRUEGER, F. N., 2009 – “Entrepreneurial intentions are dead: Long live entrepreneurial intentions” in CARSRUD, A.; BRANNBACK, M. (eds.) – *Understanding the entrepreneurial mind: Opening the black box*. New York, NJ: Springer, p. 51-72.
- KRUEGER, F. N; REILLY, M. D.; CARSRUD, A. L., 2000 – “Competing models of entrepreneurial intentions”. *Journal of Business Venturing*. 15, p. 411-432.
- LIÑAN, F.; CHEN, W. Y., 2009 – “Development and cross -cultural application of a specific instrument to measure entrepreneurial intentions”. *Entrepreneurship Theory and Practice*. 33, p. 593-617.
- LIÑAN, F.; RODRIGUEZ-COHARD, J. C.; RUEDA-CANTUCHE, J. M., 2011 – “Factors affecting entrepreneurial cognitions. star-up intentions of university students in Spain”. *Entrepreneurship and Regional Development*. 23 (3-4), p. 195-218.
- LLANO, A. J., 2010 – *Determinants of academic entrepreneurship behaviour. A multilevel model*. United States: Stevens Institute of Technology.

- MCGRATH, G. R.; NACMILLAN, C. I.; SCHEINBERG, S., 1992 – “Elitists, risk-takers, and rugged individualists an exploratory analysis of cultural differences between entrepreneurs and non-entrepreneurs”. *Journal of Bussiness Venturing*. 7 (2), p. 115-135.
- MORALES, J. F.; REBOLLOSO, E.; MOYA, M., 1994 – “Actitudes” in MORALES J. F.; MOYA, M.; REBOLLOSO, E.; FERNANDEZ-DOLS, J. M.; HUICI, C.; J. MARQUES, J.; PÁEZ, D.; PÉREZ, J. A. (eds.) – *Psicología social* (pp. 495-524). Madrid, España: McGraw-Hill, p. 495-524.
- MORIANO, J. A., 2005 – *El perfil psicossocial del emprendedor*. Madrid: Consejo Económico y Social.
- MORIANO, J. A.; GOMEZ, A.; LAGUNA, M.; ROZNOWSKI, B., 2008 – “Validación de un cuestionario para medir la intención emprendedora. Una aplicación en España y Polonia”, in MORALES, J. F.; HUICI, A.; GÓMEZ A.; GAVIRIA, E. (eds.) – *Método, Teoría e Investigación en Psicología Social*. España: Pearson Educación, p. 101-121.
- MORIANO, J. A.; GORGIEVSKI, M.; LAGUNA, M.; STEPHAN, U., 2012 – “A cross-cultural approach to understanding intention”. *Journal of Career Development*. 39 (2), p. 162-185.
- MORRIS, H. M.; DAVIS, L. D.; ALLEN, W. J., 1994 – “Fostering corporate entrepreneurship: Cross-cultural comparison of the importance of individualism versus colectivism”. *Journal of International Business Studies*. 25, p. 65-89.
- OLIVEIRA, B.; MORIANO, J. A.; SALAZAR, V. S., 2013 – “Estudo exploratório das diferenças na intenção empreendedora entre homens e mulheres em portugal: o caso dos jovens universitários do norte de Portugal”. *População e Sociedade*. Porto, n.º 21, p. 217-235.
- ROBINSON, P. B.; STIMPSON, D.; HUEFNER, J. C.; HUNT, H. K., 1991 – “An attitude approach to the prediction of entrepreneurship”. *Entrepreneurship theory and practice*. 15(4), p.13-31.
- SAMPEDRO, R. I.; FERNANDEZ-LAVIADA, A.; CRESPO, H. A., 2014 – “Entrepreneurial perceived advantages and disadvantages”. *Revista Latinoamericana de Administración*. 27 (2), p. 284-315.
- SCHUMPETER, J. A., 1911 – *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*. Leipzig: Duncker e Humblot.
- SCHWARTZ, S. H., 2005 – “Robustness and fruitfulness of a theory of universals in individual human values”. *Valores e Comportamento nas Organizações*. Petrópolis, p. 56-95.
- SCHWARTZ, S. H., 1996 – “Value priorities and behavior: Applying theory of integrated value systems”. *The Psychology of Values*. P. 1-24.
- SHANE, S.; VENKATARAMAN, S., 2000 – “The promise os entrepreneurship as a field os research”. *Academy of Management Review*. 25 (1), p. 217-226.
- SHAPERO, A., 1975 – “The displaced, uncomfortable entrepreneur”. *Psychology Today*. 9, p. 83-88.
- SHAPERO, A.; SOKOL, L., 1982 – *The social dimensions of entrepreneurship*. New Jersey: Prentice Hall.
- TEIXEIRA, A. A. C.; DAVEY, T., 2010 – “Attitudes of higher education students to new venture creation: The relevance of competencies and contextual factors”. *Industry And Higher Education*. 24 (5), 323-341.
- TEXEIRA, A.; FORTE, R., 2009 – “Unbounding entrepreneurial intents of university students a multidisciplinary perspective”. *FEP Working Papers*.

TKACHEV, A.; KOLVEREID, L., 1999 –“Self-employment intentions among Russian students”. *Entrepreneurship & Regional Development*. 11(3), p. 269-280.

ZHAO, H.; SIEBERT, S. E.; HILLS, G. E., 2005 – “The Mediating Role of Self-Efficacy in the Development of Entrepreneurial Intentions”. *Journal of Applied Psychology*. 90 (6), p. 1265-1272.



## **Sobre os autores**



**Maria Cristina PIMENTA** (cristina\_pimenta@sapo.pt)

Doutorada em História. Investigadora do CEPESE.

Publicações mais recentes: PIMENTA, M. C., FONSECA, L. A. da, 2014 – “A formação de uma comenda de fronteira: Noudar, o castelo e o seu território”. *Castelos das Ordens Militares. Atas do Encontro Internacional*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), p. 317-340; PIMENTA, M. C.; ROMERO PORTILLO, P., 2014 – “Portugal/Galiza e a coroa de Castela (1367-1495)” in FONSECA, L. A. da (org.) – *Entre Portugal e a Galiza (sécs. XI a XVII). Um olhar peninsular sobre uma região histórica*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, p. 68-74; PIMENTA, M. C., 2015 – “Algumas notas sobre os freires clérigos das Ordens de Avis e Santiago (1491-1550)”, in CARREIRAS, J. A.; AYALA MARTINEZ, C. de (org.) – *Cister e as Ordens Militares na Idade Média. Guerra, Igreja e Vida Religiosa*. Tomar: Associação Portuguesa da Cister, p. 195-223; PIMENTA, M. C., 2015 – “The perception of the Iberian Peninsula from the periphery: Portugal in the fifteenth century” in FONSECA, L. A.; SABATÉ, F. (org.) – *Catalonia and Portugal. The Iberian Peninsula from the periphery*. Berna: Peter Lang, p. 295-310.

**Luís Adão da FONSECA** (luisadaofonseca@netcabo.pt)

Doutorado em História. Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto aposentado. Investigador do CEPESE.

FONSECA, L. A. da (ed.), 2014 – *Entre Portugal e a Galiza (sec. XI a XVII)*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos; FONSECA, L. A. da, 2014 – “Vitorino Magalhães Godinho”. *e-Journal of Portuguese History*. Vol. 12, n.º 2, p. 63-72 (Disponível em: <[http://www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/html/issue24/pdf/v12n2a04.pdf](http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue24/pdf/v12n2a04.pdf)>); FONSECA, L. A. da (ed.); SABATÉ, F., 2015 – *Catalonia and Portugal. The Iberian Peninsula from the periphery*. Berna: Peter Lang; FONSECA, L. A. da, 2015 – “Raízes da estratégia subjacentes à primeira expansão marítima portuguesa” in *A formação da marinha portuguesa. Dos primórdios ao Infante* (Actas do XII Simpósio de História Marítima). Lisboa: Academia de Marinha, p. 17-29.

**Joana LENCART** (joana.lencart@meo.pt)

Mestre em História Medieval. Bolseira de doutoramento FCT (referência SFRH/BD/94440/2013). Colaboradora em projetos de investigação do CEPESE, nomeadamente *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional* (FCT PTDC/HIS-HIS/102956/2008).

Publicações mais recentes: LENCART, J., 1998 – “Consuetudines monasterii palumbari – une communauté bénédictine portugaise au XIIIe siècle” in HAMESSE, J. (ed.) – *Roma, magistra mundi. Itineraria culturae mediaevalis. Mélanges offerts au Père L. E. Boyle à l’occasion de son 75<sup>e</sup> anniversaire*. Louvain-la-Neuve: Fédération Internationale des Instituts d’Études Médiévales, p. 227-241; FONSECA, L. A. da; PIMENTA, M. C.; LENCART, J., 2013 – “A Comenda de Noudar – O Tombo de 1606-1607”. *Militarium Ordinum Analecta*, vol.15. CEPESE; FONSECA, L. A. da; COSTA, P. P.; LENCART, J., 2013 – “A Comenda de Vera Cruz de Marmelar – Corpus Documental (1258-1640)”. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 16. CEPESE; FONSECA, L. A. da; PIMENTA, M. C.; LENCART, J., 2013 – “A Comenda de Noudar – Corpus Documental (1248-1554)”. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 14. CEPESE.

**Paula Cristina Machado CARDONA** (paula.cardona.pt@gmail.com)

Doutorada em História da Arte. Técnica superior da Câmara Municipal do Porto. Investigadora do CITCEM.

Publicações mais recentes: CARDONA, P., 2012 – *Freamunde. Espaços de Devoção*. Paços de Ferreira: Fábrica da Igreja Paroquial de Freamunde; CARDONA, P., 2012 – *Confrarias em Viana do Castelo. A encomenda artística dos séculos XVI a XIX*. Porto: CEPESE/Ed. Afrontamento; CARDONA, P., 2012 – *Arte no Tempo das Devoções. Património Artístico de Arcos de Valdevez*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez.

**João COSME** (jcosme@fl.ul.pt)

Licenciado em Direito. Doutorado em História Moderna com agregação em História Local e Regional. É professor auxiliar com agregação do Departamento de História da Universidade de Lisboa. Professor Visitante da Universidade Federal de Belém do Pará (Brasil).

Publicações mais recentes: COSME, J., 2014 – “A consciência sanitária em Portugal nos séculos XVIII-XIX”. *CEM. Cultura, Espaço & Memória*. Porto: CITCEM, n.º 5, p. 45-62; COSME, J., 2015 – “A Tomada de Ceuta em 1415: um acto de marketing político”. *Islenha*. Funchal, n.º 56, p. 63-74; *Memórias paroquiais (1758)*. Vol. VI [*Babe-Benquerença*] (introdução, transcrição e índices por João Cosme e José Varandas). Lisboa: CHUL/ Caleidoscópio; COSME, J., 2015 – “O Foral Manuelino de Alpalhão” in *Alpalhão, Património Histórico e Artístico, Guide*. (introdução, transcrição e notas por João Cosme), p. 79-96.

**Carla Patrícia Silva RIBEIRO** (carla\_ribeiro2@sapo.pt.)

Doutorada em História. Docente na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na Unidade Técnico-Científica de Estudos Culturais e Sociais.

Publicações mais recentes: RIBEIRO, C., 2012 – “Cultura Popular em Portugal: de Almeida Garrett a António Ferro” in ROLLO, M. F. (coord.) – *Atas I Congresso de História Contemporânea*. Lisboa: IHC/CEIS20/Rede História, p. 564-573. Disponível em: <<http://run.unl.pt/handle/10362/10684>>; RIBEIRO, C., 2014 – “António Ferro e a projecção atlântica de Portugal através do cinema”. *Aniki, Revista Portuguesa da Imagem em Movimento*. Vol. 1, n.º 2, p. 151-175. Disponível em: <<http://aim.org.pt/ojs/index.php/revista/article/view/7/html>>.

**Teresa CIERCO** (teresacierco@gmail.com)

Doutorada em Relações Internacionais. Professora do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações mais recentes: CIERCO, T., 2014 – “Croatia’s difficult path towards the European Union” in CAREY, H. (ed.) – *What Effect do European Institutions have on Human Rights and Democracy in the EU Candidate Countries?*. Washington: Lexington Books; CIERCO, T.; REIS, L., 2014 – “O papel da EULEX no Kosovo: os setores da segurança e da justiça”. *Revista RI*. N.º 40, p. 111-132; CIERCO, T., 2015 – “As Nações Unidas e o estado de direito em Timor-Leste” in FREIRE, R. – *Consolidação da paz e a sua sustentabilidade: as missões da ONU em Timor-Leste e a contribuição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; CIERCO, T.; SILVA, J. T., 2015 – “Vectores Geopolíticos no ‘mar português’ face à visão integrada de um ‘mar europeu’”. *Revista RI*. N.º 46.

**Renato Miguel TAVARES** (renato.aftsousa@gmail.com)

Licenciado em História com um minor em Geografia. Mestre em História, Relações Internacionais e Cooperação. Publicações mais recentes: TAVARES, R. M., 2015 – *O Atlântico como novo desígnio nacional, entre o discurso e a prática*. Paris: Nota-de-rodapé Edições.

**Belkis Maria da Fonseca OLIVEIRA** (oliveira.belkis@gmail.com)

Assistente Investigadora da Unidade de Investigação e Internacionalização do Instituto Superior de Entre o Douro e Vouga (ISVOUGA).

Publicações mais recentes: OLIVEIRA, B., 2007 – *Factores psicossociais e sociais preditores de uma boa integração no mercado de trabalho de migrantes: implicações para as políticas de emprego e para os serviços de apoio à integração*. Porto: Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFD); OLIVEIRA, B.; SOARES, V. S., 2011 – *Diagnóstico da população imigrante no concelho de Vila Nova de Gaia: desafios e potencialidades para o desenvolvimento local*. Lisboa: Alto Comissariado para a imigração e diálogo intercultural (ACIDI, I.P.); OLIVEIRA, B.; MORIANO, J. A.; SALAZAR, V. S., 2013 – “Estudo exploratório das diferenças na intenção empreendedora entre homens e mulheres em Portugal: o caso dos jovens universitários do Norte de Portugal”. *População e Sociedade*. N.º 21, p. 217-235.

**Ana LAGUÍA**

Estudante de doutoramento da UNED – Universidade Nacional de Ensino à Distância, Madrid.

Publicações mais recentes: LAGUIA, A.; MORIANO, J. A., 2013 – *Liderazgo auténtico: Efectos sobre los empleados de PYMEs españolas*. Comunicación presentada en el II Foro de investigadores noveles. Madrid; LAGUIA, A.; MORIANO, J. A. (2015). *Estudio psicosocial de la creatividad y la intención emprendedora*. Comunicación presentada en el III Foro de investigadores noveles, Facultad de Psicología de la UNED, Madrid, España.

**Vasco Jorge Salazar SOARES** (v.soares@doc.isvouga.pt; vascos@upt.pt)

Doutorado em Gestão. Professor Coordenador do ISVOUGA – Instituto Superior de Entre Douro e Vouga. Professor Auxiliar Convidado da Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

Publicações mais recentes: SOARES, V. S.; COUTINHO, A. L., OLIVEIRA, B.; SANCHEZ, S. M., 2008 – O Empreendedorismo Imigrante em Portugal: "Factores que Influenciam este Percurso Profissional e Actividade" da ASI Decorrente dos Resultados do Projecto PEI. *Revista Migrações*. N.º 3, p. 263-271; SOARES, V. S.; LIMA, A., 2010 – Modelo da Microestrutura Ajustado: "Estudo das Variações das Taxas de Câmbio para Países Emergentes" da Ásia e da América Latina. *Egesta-Revista Eletrônica de Gestão e Negócios*. 6 (3), p. 90-113; OLIVEIRA, B.; SOARES, V. S., 2011 – *Diagnóstico da população imigrante no concelho de Vila Nova de Gaia: desafios e potencialidades para o desenvolvimento local*. Lisboa: Alto Comissariado para a imigração e diálogo intercultural (ACIDI).

**Juan Antonio MORIANO** (jamoriano@psi.uned.es)

Doutorado em Psicologia. Professor Auxiliar da UNED – Universidade Nacional de Ensino à Distância, Madrid.

Publicações mais recentes: MORIANO, J. A.; GORGIEVSKI, M.; LAGUNA, M.; STEPHAN, U.; ZARAFSHANI, K., 2012 – "A Cross-Cultural Approach to Understanding Entrepreneurial Intention". *Journal of Career Development*. 39, p. 162-185; MORIANO, J. A.; GOMEZ, A.; LAGUNA, M.; ROZNOWSKI, B., 2008 – "Validación de un cuestionario para medir la intención emprendedora. Una aplicación en España y Polonia" in MORALES, J. F.; HUICI, A.; GÓMEZ, A.; GAVIRIA, E. (ed.) – *Método, Teoría e Investigación en Psicología Social*. Madrid: Pearson, p. 101-121. MORIANO, J. A.; PALACI, F. J.; MORALES, J. F., 2007 – "The Psychosocial Profile of the University Entrepreneur". *Psychology in Spain*. 11, p. 72-84; MORIANO, J. A.; PALACÍ, F. J.; MORALES, J. F., 2006 – "El perfil psicosocial del emprendedor universitario". *Revista de Psicología del Trabajo y de las Organizaciones*. 22 (1), p. 75-99.





## **Resumos/Abstracts**



## Resumos

### **Maria Cristina PIMENTA**

#### ***D. Jorge (1481-1550)***

Trata-se de apresentar uma figura conhecida da história das ordens militares de Avis e de Santiago, D. Jorge, filho de D. João II e de D. Ana de Mendonça, nascido em Abrantes em agosto de 1481. Foi responsável pelos dois mestrados a partir de finais de 1491 e desenvolve a sua ação até 22 de julho de 1550, altura da sua morte. Nesse tempo longo percorre um caminho de intensa proximidade para com as ordens que dirige, a par de uma presença na corte de finais de Quatrocentos e primeira metade de Quinhentos, uma corte à qual não são alheios cenários políticos complexos. D. Jorge e, com ele, alguns dos seus descendentes, corporiza, assim, um modelo interessante de relacionamento com os monarcas do seu tempo.

**Palavras-chave:** D. Jorge; Ordem de Avis; Ordem de Santiago; Monarquia Portuguesa; Idade Média Tardia

### **Luís Adão da FONSECA**

#### ***Implicações políticas e estratégicas da viagem de Vasco da Gama (1497-1499)***

Neste texto, apresenta-se a figura de Vasco da Gama, referência fundamental da aventura marítima portuguesa na transição da Idade Média para os tempos modernos. A partir da análise do Tratado de Tordesilhas e do seu significado, procura-se perceber quais as implicações diplomáticas da sua viagem em 1497-1499, nomeadamente na definição de uma estratégia político-militar que articule a política portuguesa no Oriente com as exigências da diplomacia ibérica.

**Palavras-chave:** Vasco da Gama; rota marítima; Índia; relações diplomáticas luso-castelhanas; Tratado de Tordesilhas

**Joana LENCART**

***O Livro das Comendas da Ordem de Cristo (1563).***

***Elementos para a compreensão da obra de Pedro Álvares Seco***

O *Livro das Comendas* da Ordem de Cristo insere-se num vasto conjunto documental da autoria de frei Pedro Álvares Seco, cavaleiro da Ordem de Cristo, que, por ordem régia, elaborou, ao longo do século XVI, várias obras com o claro objetivo de perpetuar a memória não só histórico-institucional como também económico-patrimonial desta milícia incorporada na Coroa desde D. Manuel.

As comendas eram uma realidade já presente na Ordem do Templo, de que a Ordem de Cristo herdou o vasto património. A Ordenação de 1326 estabelecia trinta e seis comendas, chegando perto das oito dezenas no início do reinado de D. Manuel. Este, com a estreita colaboração da Santa Sé, dá início ao complexo processo da criação das Comendas Novas, que no final do seu reinado ascendiam a mais de quatro centenas e meia.

Este *Livro das Comendas* resulta de um alvará de 16 de dezembro de 1560, pelo qual D. Catarina, regente na menoridade de D. Sebastião, ordena que se faça um livro onde se registem todas as comendas da Ordem de Cristo.

**Palavras-chave:** *Livro das Comendas* da Ordem de Cristo; frei Pedro Álvares Seco; Comendas Novas; D. Manuel; Leão X

**Paula CARDONA**

***A evolução dos retábulos minhotos entre os séculos XVII e XVIII. Tradição e originalidade***

Nos concelhos que pertencem ao território do Alto Minho, agrupados em dois vales – o vale do Lima e o vale do Minho –, a talha manifesta-se em múltiplos equipamentos, concretamente em altares, púlpitos, órgãos, cadeirais, frontais, grades, sanefas e mobiliário diverso. De entre estes, o que atingirá maior expressão será o retábulo. A localização no espaço sacro, as escalas e as dimensões, os esquemas e o vocabulário decorativo adotado em algumas exemplares conferem-lhe um estatuto de primazia na arte da talha. Neste território, como aliás por todo o país, as condicionantes geográficas, sociais, económicas e culturais marcaram esta expressão artística, acentuando o seu carácter ora mais genuíno e regional, ora mais erudito e universal, fazendo-se notar as influências das oficinas do Porto, de Braga e de Barcelos. Todos estes fatores concorrem para as especificidades dos retábulos produzidos no Alto Minho, nas centúrias de Seiscentos e Setecentos.

**Palavras-chave:** retábulo; Minho; evolução; permanências; vanguardas

**João COSME**

***Quadros da emigração portuguesa para o Pará (Brasil): 1886-1900***

A década de cinquenta de Oitocentos, no Pará, marcou a passagem de uma economia regional caracterizada pela pecuária e exploração da madeira assente na mão-de-obra escrava e indígena para a cultura da borracha realizada por trabalhadores livres. Este novo surto teria o seu período áureo entre 1870 e 1910.

Esta mobilidade pode considerar-se uma “emigração a dois tempos”, onde num primeiro momento as pessoas se deslocam para Lisboa para, num segundo momento, se dirigirem para o Brasil. Lisboa teve uma centralidade funcional muito importante nesta dinâmica migratória. Depois dos migrantes chegarem ao Pará, uma parte muito significativa destes efetuou uma mobilidade de matriz pendular; quer isto significar que, por diversas vezes, se deslocam a Portugal.

A realização desta emigração tem por base a solidariedade que existe entre pessoas da mesma freguesia e/ou concelho. Caracterizou-se, ainda, por ser maioritariamente masculina em idade ativa.

**Palavras-chave:** Brasil; Pará; Portugal; Lisboa; emigração/imigração

**Carla Patrícia Silva RIBEIRO**

***O turismo e a projeção da vida nacional por António Ferro: o papel dos concursos***

A preocupação com o turismo e com a sua organização fez-se sentir em Portugal a partir de finais do século XIX e inícios do século XX, quando o setor se apresentou como resposta aos problemas financeiros com que o país se defrontava. Desta forma, a I República adotou uma visão do turismo como indústria, concebido como atividade económica crucial para o país, um setor a ser orientado e defendido pelo Estado. Em 1939, em pleno Estado Novo, a tutela do turismo passou do Ministério do Interior para o Secretariado de Propaganda Nacional dirigido por António Ferro. Este artigo procurará esclarecer a visão de Ferro relativamente ao turismo e o seu papel dentro do regime, como arma de propaganda político-ideológica, pela análise de um dos modelos mais utilizados pelo Secretariado: os concursos populares.

**Palavras-chave:** António Ferro; Secretariado da Propaganda Nacional; turismo; concursos populares; identidade nacional

**Teresa CIERCO**

**Renato Miguel TAVARES**

***O papel da diplomacia na extensão das plataformas continentais de Portugal e de Espanha***

A diplomacia representa uma abordagem pacífica na relação entre os Estados. Remove obstáculos e procura o entendimento mútuo. O principal instrumento da diplomacia é a negociação, o que implica o ajustamento constante das relações entre os Estados. O presente artigo propõe-se a analisar o papel da diplomacia na atual relação de Portugal-Espanha relativamente à pretensão de extensão das plataformas continentais de ambos os países. Sabendo que os projetos em causa reclamam uma área que se sobrepõe em 10 000 km<sup>2</sup>, a oeste das Canárias (Espanha) e a sudoeste da Madeira (Portugal), é nosso propósito identificar os interesses em causa, os fundamentos e motivações de ambos os países, destacando o papel da diplomacia na resolução do problema. O artigo tem como base as seguintes fontes primárias: a Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas de 1961 e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, que define e codifica conceitos referentes a assuntos marítimos, tais como mar territorial, zona económica exclusiva, plataforma continental, entre outros.

**Palavras-Chave:** diplomacia; mar; Portugal, Espanha; plataforma continental

**Belkis Maria da Fonseca OLIVEIRA**

**Ana LAGUÍA**

**Vasco Jorge Salazar SOARES**

**Juan Antonio MORIANO**

***Valores Pessoais, Teoria da Ação Planificada e a sua influência na Intenção Empreendedora dos estudantes universitários***

A investigação sobre a Intenção Empreendedora tem sido bastante extensa nos últimos anos. Este artigo tem por objetivo analisar a relação existente entre as variáveis da teoria da ação planificada (TAP), os valores e a intenção empreendedora dos estudantes universitários do norte de Portugal. Desta forma se pretende conhecer melhor os antecedentes que influenciam a intenção de empreender. A amostra é constituída por 326 estudantes universitários portugueses. Os resultados mostram que existe uma correlação positiva e significativa entre os valores individualistas estimulação e realização com a intenção empreendedora. Existe também uma relação positiva e significativa entre a atitude, norma subjetiva e autoeficácia e a intenção de empreender. Os valores benevolência e conformidade têm uma relação significativa e negativa com a intenção de empreender. Conclui-se que a teoria da ação planificada (TAP) exerce uma grande influência na intenção empreendedora dos estudantes universitários de Portugal e tem um efeito mediador nos valores.

**Palavras-chave:** educação empreendedora; valores Schwartz; intenção; autoeficácia; Teoria da Ação Planificada





## Abstracts

### **Maria Cristina PIMENTA**

#### ***D. Jorge (1481-1550)***

We will present a well known figure in the history of the Military Orders of Avis and Santiago, D. Jorge, son of D. João II and D. Ana de Mendonça, born in Abrantes in August 1481. He was responsible for two military orders from the end of 1491 and carries out its administration until 22 July 1550, when he died. In this long term, D. Jorge follows an intense closeness towards the Orders, along with a presence in the Portuguese Court of the late fifteenth century and first half of the sixteenth century, a Court in which complex political scenarios are constantly present. D. Jorge and with him, some of his descendants, embodies thus an interesting model of relationship with the monarchs, and with him some of his descendants of his time.

**Keywords:** D. Jorge; Order of Avis; Order of Santiago; Portuguese Monarchy; Late Middle Ages

### **Luís Adão da FONSECA**

#### ***Political and strategic implications of the journey of Vasco da Gama (1497-1499)***

In this text, we present Vasco da Gama, a fundamental reference of the Portuguese maritime expansion in the transition from the Middle Ages to the Early Modern times. By analyzing the significance of the Treaty of Tordesillas, we seek to understand the diplomatic implications of his journey in 1497-1499, namely in the definition of a political and military strategy that articulates the Portuguese policy in the East with the requirements of the Iberian diplomacy.

**Keywords:** Vasco da Gama; maritime route; India; diplomatic relations between Portugal and Castile; Treaty of Tordesillas

**Joana LENCART**

***The Commanderies Book of the Order of Christ (1563).***

***Elements for understanding the work of Pero Álvares Seco***

The Commanderies Book of the Order of Christ fits in a large set of documents made by friar Pedro Álvares Seco, knight of the Order of Christ, that, by royal command, produced, along the 16th century, several works with the clear aim of perpetuating not only the spiritual and ecclesiastical memory as well as the administration and assets of the military order, incorporated to the Crown since king Manuel the 1<sup>st</sup>.

The commanderies existed since the Order of the Temple, from whom the Order of Christ inherited an extensive heritage. The *Ordination* of 1326 established thirty six commanderies, getting to eighty in the beginning of the reign of king Manuel the 1<sup>st</sup>. At the end of his reign, the commanderies uprose to more than four hundred and fifty.

This *Book* results from a charter of 16<sup>th</sup> November 1560, by which D. Catarina, regent during the minority of king Sebastian, dictates that a book should be made registering all the commanderies of the Order of Christ.

**Keywords:** Commanderies Book of the Order of Christ; friar Pedro Álvares Seco; New Commanderies; king Manuel the 1<sup>st</sup>; Pope Leo X

**Paula CARDONA**

***The evolution of retables in the Minho region between the 17<sup>th</sup> and the 18<sup>th</sup> centuries. Tradition and originality***

All over the districts located in the Alto Minho region, divided into two valleys – the Lima and the Minho valleys, wood carving is used on several kinds of equipment, namely altars, pulpits, organs, choir stalls, frontals, pelmets and varied pieces of furniture. Special mention goes to the most expressive of these applications – the carved retable. It is setting within the sacred space, scales and dimensions, design and decorative vocabulary adopted for some exemplars give it a privileged position within the art of carving. In this land, as also all over the country geographical, social, economic and cultural conditions have influenced this artistic expression, pointing out their character sometimes authentic and regional, other times more erudite and universal, and revealing the influence of the workshops settled in the urban centers of Porto, Braga and Barcelos. The association of all these aspects is the ground for the specificities of the retables produced in the Alto-Minho region through the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries.

**Keywords:** retable; Minho; evolution; permanencies; innovation

**João COSME**

***Patterns of Portuguese emigration to Pará (Brazil): 1886 -1900***

The fifties of the eighteen hundreds, in Pará, marked the passage of a regional economy characterized by farming and logging based on slave and indigenous labour to the culture of rubber made by free workers. This new outbreak had its heyday between 1870 and 1910.

This mobility can be considered an “emigration in two times” where at first people move to Lisbon and, subsequently, to Brazil. Lisbon had a very important functional centrality in this migration dynamics. After the migrants reached Pará, a very significant part of them paid a mobility commuting matrix; which means that they were repeatedly moving to Portugal.

The holding of this emigration is based on the solidarity that exists among people of the same town and/or county. It is also characterized by being mostly by male at a working age.

**Keywords:** Brazil; Pará; Portugal; Lisbon; emigration/immigration

**Carla Patricia Silva RIBEIRO**

***Tourism and the projection of Portuguese national life by António Ferro: the role of the contests***

The concern with tourism and its organization was more strongly felt in Portugal between the late nineteenth and early twentieth century, when the sector presented itself as a solution to the financial problems that the country was facing. Thus, the First Republic adopted a vision of tourism as an industry, conceived as a crucial economic activity for the country, a sector to be guided and defended by the state. In 1939, during the New State (Estado Novo), the supervision of tourism was transferred from the Ministry of Interior to the National Propaganda Bureau (Secretariado da Propaganda Nacional), directed by António Ferro. This article seeks to clarify Ferro’s vision of tourism and the role the sector had within the regime, as a political-ideological propaganda tool, by analyzing one of the Bureaus’s most widely used models: popular contests.

**Keywords:** António Ferro; National Propaganda Bureau; tourism; popular contests; national identity

**Teresa CIERCO**

**Renato Miguel TAVARES**

***The role of diplomacy in the extension of the continental shelves of Portugal and Spain***

Diplomacy represents a pacific approach in the relation between the states. It removes and search the mutual understand. The main instrument of diplomacy is the negotiation, what implies the constant adjustment of states relations. The article aims to analyze the role of diplomacy between Portugal and Spain concerning the extension claim of the continental shelves of both countries. Knowing that the projects in question claim an area that overlaps 10 000 km<sup>2</sup>, it is our purpose to identify what is in question, motivations and interests of both the countries, highlighting the role of diplomacy in resolving the problem. The article has as primary sources the Vienna Convention on Diplomatic Relations of 1961 and the United Nations Convention on the Law of the Sea of 1982, that defines and codifies concepts related with maritime issues, such as territorial sea, economic exclusive zone and continental shelf.

**Keywords:** diplomacy; sea; Portugal; Spain; continental shelves

**Belkis Maria da Fonseca OLIVEIRA**

**Ana LAGUÍA**

**Vasco Jorge Salazar SOARES**

**Juan Antonio MORIANO**

***Personal Values, the Theory of Planned Behavior and their influence on Entrepreneurial Intention of Portuguese university students***

Research on Entrepreneurship Intention has been very widespread in recent years. This article aims to analyze the relationship between variables Theory of Planned Behavior (TPB), the personal values and entrepreneurial intention in a college sample of northern Portugal. In this way it is intended to better understand the antecedents that influence the entrepreneurial intention. This study has involved a sample of 326 Portuguese university students. The results show us that there is a positive and significant correlation between the values individualistic stimulation and realization and entrepreneurial intention. There is also a positive and significant relationship between the attitude, subjective norm and self-efficacy and entrepreneurial intention. The values benevolence and compliance have a significant and negative relationship with entrepreneurial intention. It was concluded that the theory of planned behavior (TPB) has a great influence on the entrepreneurial intention of university students in Portugal and has a mediating effect on values.

**Keywords:** entrepreneurial education; values Schwartz; intention; self-efficacy; Theory of Planned Behavior





# Notícias



## **Seminários e Conferências Internacionais**

### **Seminário Imigração, Inclusão, Empreendedorismo e Desenvolvimento Local**

(Lisboa, 15 de julho de 2015)

A Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa acolheu o Seminário “Imigração, Inclusão, Empreendedorismo e Desenvolvimento Local”, realizado no âmbito do projeto *IParticipate – Immigrants Political Awareness Raising Through Instruments for Citizenship*, financiado pela Comissão Europeia e de que o CEPESE é a instituição de acolhimento em Portugal. O evento enquadrou-se nos objetivos do referido Projeto de melhorar e apoiar o processo de integração de nacionais de países terceiros através da sua participação no processo democrático a nível local. Nesse sentido, foram oradores, entre outros, Pedro Calado, presidente do Alto Comissariado para as Migrações; Jorge Gaspar, presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional; e João Palmeiro, presidente de Associação Portuguesa de Imprensa.

### **Congresso Internacional Empreendedorismo Migrante**

(Porto, 31 de julho e 1 de agosto de 2015)

O Congresso Internacional “Empreendedorismo Migrante”, realizado no âmbito do Projeto de Investigação *Empreendedorismo Emigrante Português em Andorra, Londres, Nice e Mônaco*, desenvolvido por uma equipa de investigadores do CEPESE, teve como principal objetivo partilhar e divulgar os resultados do referido Projeto, nomeadamente no que se refere à identificação de iniciativas de empreendedorismo de emigrantes portugueses, avaliando a sua inserção nos contextos socioeconómicos, culturais e políticos locais e comparando essa inserção nos diversos territórios em estudo. Pretendeu-se ainda com este evento, que teve lugar no Palacete Burmester (Sala CEPESE) e contou com a presença de reputados especialistas nacionais e estrangeiros, promover o debate científico no âmbito mais alargado das migrações e do empreendedorismo migrante.

## **V Encontro da Rede BRASPOR**

(Mértola, 5 a 8 de outubro de 2015)

O V Encontro da Rede BRASPOR – uma rede informal e aberta, de que o CEPESE é membro fundador, que visa fomentar a cooperação e a divulgação entre investigadores de várias áreas do saber que se dedicam ao estudo dos sistemas costeiros –, tal como os anteriores, privilegiou, como temática geral, as abordagens holísticas que contemplam enquanto conjunto o Meio e o Homem, que o explora e modifica. A temática específica abordada neste Encontro incidiu sobre *Entre Rios e Mares: um Património de Ambientes, História e Saberes*, reunindo para tal perto de três dezenas de especialistas, portugueses e brasileiros, das mais diversas instituições académicas. Tratou-se de uma organização conjunta do CEPESE, do IELT – Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), do CIMA – Centro de Investigação Marinha e Ambiental (Universidade do Algarve) e do CAM – Campo Arqueológico de Mértola.

## **VII Encontro Internacional sobre Ordens Militares**

(Palmela, Cine-Teatro S. João, 14-18 outubro de 2015)

Neste encontro sobre *Deus e o Rei. O Mundo das Ordens Militares*, organizado pelo Município de Palmela através do GEsOS – Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, participaram cinco investigadores do CEPESE, tendo dois deles coordenado a Secção IV – *As Ordens Militares e o Mar*.

## **Órdenes Militares y constucción de la sociedad occidental: cultura, religiosidad y desarrollo social de los espacios de frontera (siglos XII-XV)**

(Universidad Castilla La Mancha, Ciudad Real, 26-27 novembro de 2015)

Este colóquio internacional foi organizado pela Universidad de Castilla La Mancha no âmbito do Projeto *Military Orders and construction of Western Society: Culture, religiosity, gender and social developement in border areas (XII-XV centuries)*, estruturado em seis secções e contou com a participação de 22 investigadores, sendo três do CEPESE.

## **VIII Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval**

(Lisboa, FLUL e Câmara Municipal de Lisboa, 3-4 de dezembro de 2015)

Co-organização das VIII Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, subordinadas ao título *De ambos os lados do Estreito: a propósito de Ceuta*, organizadas pela Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais (SPEM) em colaboração com a Sociedad Española de Estudios Medievales (SEEM).

## Projetos de investigação

### **Diário do Governo Digital (1820-1910) – portal para o estudo e consulta do Jornal Oficial do Estado português**

O Projeto do CEPESE *Diário do Governo Digital (1820-1910) – portal para o estudo e consulta do Jornal Oficial do Estado português*, coordenado por Fernando de Sousa, apresentado à Fundação para a Ciência e a Tecnologia no mais recente concurso para projetos em todos os domínios científicos promovido pela referida instituição, mereceu a aprovação com classificação máxima por parte dos respetivos avaliadores internacionais. Este Projeto tem por objetivo digitalizar, converter em texto e disponibilizar numa plataforma digital de acesso livre todas as edições do jornal oficial do Estado português entre a Revolução Liberal de 1820 e o fim da Monarquia Constitucional, realizar o enquadramento histórico-documental e análise crítica e proceder a um estudo comparativo com alguns dos principais jornais oficiais estrangeiros. Ficará assim disponível a todos os investigadores e ao público em geral uma fonte da maior importância para o estudo do Portugal Contemporâneo, quer pela diversidade dos temas que aborda, quer por traduzir, na sua forma e conteúdos, a evolução sociopolítica do Estado português, quer ainda pela sua continuidade no tempo e pelo volume de informação que apresenta.

### **Cohesion building of multiethnic societies, 10<sup>th</sup>-21<sup>st</sup> century**

Este Projeto tem como objetivo a análise dos processos de coesão social em sociedades multiétnicas, entre os séculos X e XXI. Para o efeito, são estudados os casos dos países envolvidos no Projeto: Portugal, Espanha, Polónia, República Checa, Roménia, Hungria e Lituânia. O Projeto é financiado pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior da Polónia, através do Programa Nacional do Desenvolvimento das Humanidades, acordo n.º 0102/NPRH3/H12/82/2014 e executado pela Universidade de Wrocław entre 2014-2019, cujo investigador principal é o Professor Przemek Wiszewski. Neste Projeto participam os investigadores Paula Pinto Costa (responsável pela equipa portuguesa), Luís Adão da Fonseca, José Augusto Pizarro, Maria Cristina Pimenta, Mafalda Soares da Cunha e Pedro Cardim.

### **Military Orders and construction of Western Society: culture, religiosity, gender and social development in border areas (XII-XV centuries)**

Este Projeto visa o aprofundamento do estudo das ordens militares e o seu contributo para a construção da sociedade ocidental, nomeadamente nos espaços de fronteira, entre os séculos XII e XV. As instituições envolvidas, para além do CEPESE, são a Universidade do Porto, a Universidade de Castilla La Mancha, a Universidade Autónoma de Madrid; a Universidade de Haifa (Israel) e o Arquivo Histórico Nacional de Madrid. Trata-se de um projeto aprovado pelo MINECO (Ministerio de Economía y Competitividad) do Governo de Espanha, no âmbito dos Projetos I+D+i; Programa Estatal de Fomento da Investigação Científica e Técnica de Excelência (2014), Subprograma Estatal de Geração de Conhecimento (HAR2013-45350-P) em execução entre 2014 e 2016. O investigador principal é Francisco Gomez Ruiz da Universidade de Castilla La Mancha. Do CEPESE participam os seguintes investigadores: Paula Pinto Costa (coordenadora da participação portuguesa), Luís Adão da Fonseca e Maria Cristina Pimenta.

## Publicações

### **SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição Meireles (coord.) – *Os Presidentes do Parlamento Português. Volume III – Estado Novo (1935-1974)*. Lisboa: Assembleia da República, 2015.**

A presente obra insere-se no âmbito do projeto de investigação *Os Presidentes do Parlamento Português (1820-2015)*, desenvolvido pelo CEPESE e patrocinado pela Assembleia da República, com o objetivo de traçar o perfil biográfico dos presidentes das diversas Câmaras Parlamentares que existiram no nosso país desde a introdução do regime liberal, em 1820, até ao presente, de forma a melhor se conhecer a classe política do Portugal contemporâneo. Este volume em particular debruça-se sobre as onze personalidades que, na vigência do Estado Novo, presidiram à Assembleia Nacional e à Câmara Corporativa. A estabilidade cultivada pelo regime reflete-se também no extenso tempo no desempenho deste cargo: ao longo de cerca de 40 anos, apenas quatro personalidades presidiram à Assembleia Nacional, enquanto a Câmara Corporativa teve sete presidentes. Na sua maioria, foram personalidades de primeiro plano no quadro do Estado Novo, integrando o restrito círculo de confiança do presidente do Conselho de Ministros, aliás, na prática, por ele nomeados. À desejada estabilidade juntava-se o indispensável controlo de que um regime autoritário não podia abdicar, pese embora alguns não se tenham coibido de manifestar opiniões pontualmente divergentes e impresso ao desempenho das referidas funções traços distintivos de personalidade e formação. As suas biografias, agora publicadas, constituem assim contributos fundamentais para o entendimento de um longo e cada vez mais debatido período do século XX português.

### **BASTOS, Rosário – *O Baixo Vouga em Tempos Medievos. Do preâmbulo da monarquia aos finais do reinado de D. Dinis*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.**

Esta obra, da autoria de Rosário Bastos, investigadora do CEPESE, versa o estudo de uma zona costeira do Norte de Portugal, numa perspetiva que cruza o território, a população e a interação do homem com o meio. A evolução da linha de costa do Baixo Vouga entre os finais do século IX e 1325 foi profundamente dependente do crescimento de uma restinga arenosa, enraizada a sul de Espinho, que ao desenvolver-se de Norte para Sul, separou a costa do oceano e condicionou a emergente laguna de Aveiro. A este fator natural acresce outro, de ordem político-militar, plasmado na pacificação do território decorrente da tomada definitiva de Coimbra pelos cristãos, em 1064. Diretamente relacionados com as duas condicionantes expostas, e dependentes das mesmas, estiveram as variações dos níveis de ocupação e aproveitamento dos solos, a salicultura, as pescas, o comércio e a navegação. Temos, no presente caso, um exemplo evidente da forma como o meio condiciona as atividades humanas e, por outro lado, como estas intervêm na transformação desse mesmo meio, nomeadamente através do aumento ou diminuição do abastecimento sedimentar resultante da variação da pressão demográfica e consequente intensificação das atividades produtivas.

**SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles – *Agência Abreu – Uma Viagem de 175 Anos*. S.l.: Printer Portuguesa – Indústria Gráfica S.A.**

Este livro apresenta a história da Agência Abreu, fundada em 1840, um ano antes da Thomas Cook, o que faz dela a mais antiga agência de viagens não só de Portugal como do mundo. Foi fundada por Bernardo Luís Vieira de Abreu, um minhoto que estabeleceu uma casa de passagens e passaportes na cidade do Porto, a qual se desenvolveu com o fluxo migratório para o Brasil, se transformou nos meados do século XX numa creditada Agência de Turismo e nos anos 1970 se afirmou como a maior Organização de Viagens do país, numa lógica de expansão e internacionalização que lhe granjeou reconhecimento e prestígio nos mais diversos mercados, desde logo o Brasil. Sucessivamente dirigida por cinco gerações da família Abreu, esta empresa alcançou uma dimensão que nos primórdios da sua existência seria difícil vaticinar, contando ao presente com mais de um milhar de colaboradores distribuídos em duas centenas de instalações espalhadas pelo mundo, num percurso de pioneirismo, inovação e modernização.

## **Protocolos**

### **Museu do Abade de Baçal e Associação de Amigos do Museu do Abade de Baçal**

O CEPESE estabeleceu, em junho de 2015, um protocolo de colaboração com o Museu do Abade de Baçal e com a Associação de Amigos do Museu do Abade de Baçal, ambos sediados na cidade de Bragança, visando a colaboração técnica e científica entre as partes. Através deste documento, as três instituições envolvidas comprometem-se a apoiar-se mutuamente no desenvolvimento de ações conducentes à prossecução dos projetos de investigação que venham a ser desenvolvidos, nomeadamente na vertente do estudo, preservação e promoção do património cultural, material e imaterial do Nordeste português.

### **CoraNE – Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina**

Em julho de 2015, O CEPESE celebrou um protocolo de colaboração com a CoraNE – Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina – com a finalidade de estabelecer ações de colaboração técnica e científica tendo vista a realização conjunta de projetos nos domínios do património cultural, natural, turístico e de desenvolvimento da região da Raia Nordestina, visando ainda ações no âmbito da cooperação transfronteiriça.

## Outras notícias

### Instituto de Estudos Superiores de Fafe tornou-se sócio coletivo do CEPESE

O IESF – Instituto de Estudos Superiores de Fafe é o mais recente sócio coletivo do CEPESE. A adesão foi celebrada em junho de 2015 e visa a incorporação de colaboradores desta instituição de ensino superior nas linhas de investigação e projetos do CEPESE; a agregação mútua de colaboradores na constituição de grupos de trabalho; a colaboração na organização de conferências, seminários e outras atividades de divulgação científica de relevo e de interesse comum e a utilização de meios materiais e humanos para a realização de projetos científicos e atividades culturais e sociais de interesse para ambas as partes. Mais informações sobre o IESF e a sua oferta formativa em [www.iesf.pt](http://www.iesf.pt).

### Semana da Ciência e da Tecnologia 2015

Entre os dias 23 e 28 de novembro de 2015, no âmbito da Semana da Ciência e da Tecnologia, iniciativa do Programa Ciência Viva promovida pela Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, o CEPESE recebeu diversos grupos de estudantes do ensino superior, interessados em conhecer a atividade desenvolvida por um centro de investigação em Ciências Sociais e Humanas. Além de terem sido promovidos *workshops* sobre metodologias de investigação e sobre a apresentação e prossecução de projetos de investigação nessas áreas científicas, foram realizadas visitas guiadas às instalações do CEPESE e oferecidas a todos os participantes publicações editadas pelo nosso Centro.

### Criação do Observatório de Estudos Sociais e Económicos – OESE

O CEPESE, em colaboração como o ISLA – Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia – e a INOVAGAIA – Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de Vila Nova de Gaia – apresentaram publicamente, no dia 26 de novembro, o Portal OESE – Observatório de Estudos Sociais e Económicos. O OESE é um projeto de investigação baseado na recolha, organização, sistematização e divulgação de informação ao nível do concelho e das freguesias de Vila Nova de Gaia. O Observatório é suportado por um portal interativo, desenvolvido para se tornar um instrumento fundamental para o conhecimento da dinâmica económica, empresarial e social deste concelho.

### Apresentação do livro: SABATÉ, Flocel; FONSECA, Luís Adão (eds.) – *Catalonia and Portugal. The Iberian Peninsula from the periphery*. Berna: Peter Lang, 2015.

Co-organização das sessões de apresentação deste livro, em cuja edição o CEPESE participou:

Lisboa, 14 de outubro de 2015 – Academia Portuguesa da História com o título *A Análise comparativa da dimensão regional na Europa*, tendo sido oradores os Doutores António Costa Pinto (ICS, Universidade de Lisboa), Flocel Sabaté (Universidade de Lérida) e Luís Adão da Fonseca (Universidade do Porto e CEPESE).

Barcelona, 1 de dezembro de 2015 – Ateneo de Barcelona, tendo sido oradores os Doutores Carles Santacana (Universidade de Barcelona), Flocel Sabaté (Universidade de Lérida) e Luís Adão da Fonseca (Universidade do Porto e CEPESE).

### **Reunião anual da REDE Carmen – The Worldwide Medieval Network**

Entre 11 e 13 de setembro de 2015, teve lugar em Sarajevo (Bósnia Herzegovina) a reunião anual da REDE *Carmen – The Worldwide Medieval Network*. A organização ficou a cargo do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade de Eastern Sarajevo e do Goethe Institut (Sarajevo). O CEPESE fez-se representar por Maria Cristina Pimenta que participou numa Mesa Redonda subordinada ao tema *CARMEN as a COST Action*. O programa incluiu, entre outras ações de interesse, uma apresentação subordinada ao tema *Medieval Research in Bosnia and Hercegovina*, a cargo da Doutora Nada Zečević. Este tema de abertura serviu de ponto de partida para um debate mais alargado em torno da perspetiva local e regional no âmbito da *Memória e Identidade*, no qual tiveram lugar diversas intervenções e um debate final moderado por Gerhard Jaritz. Como sempre acontece, todos os participantes previamente inscritos tiveram oportunidade de representar as instituições a que pertencem no *Market Place*, uma iniciativa destinada a oferecer ao público um ambiente informal onde os estudiosos podem trocar informações, dar conhecimento das investigações realizadas e angariar parceiros para novos projetos no âmbito das Humanidades.

O *Executive Comitee* desta REDE apresentou-se a eleição e a representante do CEPESE foi reconduzida no *Core Comitee* para mais um biénio, tendo sido nomeada responsável pela implementação de *Parcerias Estratégicas*. A nova estrutura funcional da REDE pode ser consultada em <http://www.carmen-medieval.net/cz/contactcs.html>.



## **População e Sociedade – Objetivos e Perfil**

A revista *População e Sociedade*, editada pelo CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, em cujo *site* todos os volumes estão disponíveis online (<http://cepese.up.pt>), publicou-se desde 1995 com uma periodicidade anual e, a partir de 2015, semestralmente e em formato exclusivamente digital.

*População e Sociedade* é uma revista de História e Ciências Sociais, assumindo como objetivo principal a publicação de textos inéditos, de nível académico, nacionais e estrangeiros, em cinco línguas (português, inglês, espanhol, francês e italiano). Em consonância com os propósitos da missão científica do CEPESE e sua Unidade de Investigação, esta revista pretende criar um espaço de divulgação e debate relativos à produção dos seus investigadores, bem como das suas atividades e publicações.

Indexada nos sistemas internacionais de avaliação de periódicos científicos (ERIH, LATINDEX), esta revista pratica a arbitragem científica sob regime de anonimato, à qual submete todos os artigos a incluir nas duas secções – Dossier Temático e *Varia* – para as quais aceita colaborações nas condições referidas.

### **Instruções aos autores**

- a. A revista *População e Sociedade* aceita artigos inéditos que podem ser apresentados em língua estrangeira (castelhano, inglês, francês e italiano). Os artigos em português devem observar o novo acordo ortográfico. Sendo uma revista com arbitragem científica, a publicação dos trabalhos, após apreciação da sua Direção, está dependente dos pareceres de dois especialistas externos e/ou internos.
- b. Cada artigo deverá ter a dimensão máxima de 60 000 caracteres (espaços incluídos), espaçamento de 1,5; letra Times New Roman; corpo 12; margens 2,5 (superior e inferior) e 3 (esquerda e direita).
- c. Os quadros e gráficos devem ser elaborados em formato *Microsoft Word* e *Excel*, respetivamente, e não em formato de imagem. Devem ser enviados em ficheiros separados do texto, embora este deva conter a indicação do local da sua inserção.
- d. Os mapas e ilustrações devem ser enviados em formato de imagem (tiff, jpeg, com 300 dpis) em ficheiros separados do texto, embora este deva conter a indicação do local da sua inserção.
- e. Os quadros, gráficos, mapas e ilustrações devem estar identificados por ordem numérica (Exemplos: Gráfico n.º 1; Mapa n.º 3) seguidos de travessão e do título dos mesmos. Por baixo deve ser indicada a fonte em letra corpo 10.

- f. Quando as citações são superiores a 3 linhas de texto devem ser apresentadas sob a forma de citação recuada (letra corpo 11), entrada de 2,5 cm do resto do texto, com uma linha de espaçamento antes e depois da mesma.

O artigo deverá ser enviado para o endereço electrónico revista@cepese.pt

- g. Cada artigo deve ser acompanhado do título em inglês, de dois resumos, um na língua original e outro em inglês, entre 800 a 1000 caracteres (espaços incluídos) cada um, 5 palavras-chave (na língua original e em inglês) e identificação do autor (nome, e-mail, instituição, cargo/categoria e publicações recentes). As notas de rodapé devem ser identificadas por ordem numérica, sem ultrapassar 5 linhas cada. As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores
- i. Quaisquer imagens reproduzidas nos artigos são da responsabilidade do autor que deverá assegurar previamente a devida autorização.
- j. Visando-se a uniformidade nos princípios de citação documental e bibliográfica, deverão ser seguidos pelos autores os critérios que a seguir se apresentam

### **Critérios de citação documental e bibliográfica**

- a. Nas notas de rodapé, as citações e referências de autores e obras (monografias e artigos de publicações periódicas ou de obras coletivas) deverão referir o apelido do autor, em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a(s) página(s) a que a citação se reporta. Se houver menções a mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, elas serão identificadas por uma letra minúscula (a, b. . .) a seguir à data. Quando há mais do que um autor, os seus nomes devem estar separados por ponto e vírgula; quando o número de autores for superior a três, deve indicar-se o primeiro seguido de *et al.* (normas também aplicáveis à bibliografia). São exemplos:

SANTOS, 2006a: 75-76.

SANTOS; CRUZ; LOUSADA *et al.*, 2006: 104.

(Todas as citações em nota deverão seguir este critério, excluindo-se, assim, menções como: *op. cit.*; *ob.cit.*; *Idem*; *ibidem*).

- b. As citações de documentos deverão integrar todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da fonte. É exemplo:

Arquivo Nacional Torre do Tombo – *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fols. 3v-4.

- c. Na bibliografia, os livros devem ser citados consoante os exemplos:

SOUSA, Fernando de, 2006a – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE.

SOUSA, Fernando de, 2006b – *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*. Porto: Edições Afrontamento.

- d. Na bibliografia, os artigos em publicações periódicas devem ser citados consoante o exemplo:  
WILLIAMS, Andrew, 2004 – “The state after the new world order: liberal dreams and harsh realities”.  
*População e Sociedade*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, n.º 11, p. 27-42.
- e. Na bibliografia, os artigos em obras coletivas devem ser citados consoante o exemplo:  
MENEZES, Lená Medeiros de, 2006 – “Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)”, in MARTINS, Isménia Lima; SOUSA, Fernando de (org.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 86-117.
- f. Na bibliografia electrónica devem seguir-se os critérios atrás referidos (autor, data título, quando existam) seguidos do sítio onde está disponível na Internet e data de consulta entre parênteses retos, como é exemplo o seguinte artigo de publicação em série electrónica:  
WRIGHT, Robert E., 2000 – “Women and Finance in the Early National U. S.”. *Essays in History*, 42.  
Disponível em: <<http://etext.virginia.edu/journals/EH/EH42/Wright42.html>> [consult. 15 de abr. 2009].



## **População e Sociedade – Aims and Scope**

The journal *População e Sociedade*, published by CEPESE – Centre for the Study of Population, Economy and Society, which displays all volumes available online on its website (<http://cepese.up.pt>), was founded in 1995, since then published on an annual basis, and from 2015, every six months and exclusively digital format.

*População e Sociedade* is a scientific journal about History and related Social Sciences, having as main goal the publication of original papers of academic level, both Portuguese and foreigner, in five languages (Portuguese, English, Spanish, French and Italian). Furthermore, and following the principles of the scientific mission of CEPESE and its R&D Unit, this journal aims at creating a promotion and debate space for its researchers, as well as its activities and publications.

Indexed in the international systems of assessment of scientific journals (ERIH, LATINDEX), this magazine carries out a process of anonymous scientific peer review to which all articles to be included in Dossier Temático and *Varia*, are submitted. Contributions under the mentioned conditions are accepted.

### **Instructions for the authors**

- a. The journal *População e Sociedade* accepts original articles that can be submitted in foreign languages (Spanish, English, French and Italian). As this is a journal with scientific refereeing, the papers publication, first screened by the board of directors, depends on the opinion of two internal and/or external experts.
- b. Each article must have the maximum size of 60 000 characters (spaces included); 1.5 spacing; Times New Roman Font; size 12, margins 2,5 (up/down) and 3 (right/left)
- c. Tables and graphics must be drawn up, respectively, in *Microsoft Word* and *Excel* format and not in image format. They must be sent in files separated from the text, without forgetting to mention the exact place where they must be inserted.
- d. Maps and images must be sent in image format (tiff, jpeg, gif, etc), in files separated from the text. Once again, reference should be made to the exact place where they are to be inserted.
- e. Tables, graphics, maps and images must be numbered (Examples: Graphic nr. 1; Map nr. 3) followed by dash and their titles. Underneath, do not forget to indicate the source in font size 10.
- f. When the quotations are longer than 3 lines should be presented in the form of indented quote (letter size 11), 2.5 cm from the rest of the text entry, with spacing before and after it.

- g. The article must be sent to the following email: revista@cepese.pt.
- h. Each article must include its title in English, two abstracts, one in the original language and another one in English, 800/1000 characters (spaces included) each, 5 keywords (also in the original language and in English) and the identification of the author (name, institution, email address, last publications).
- i. Footnotes must be numbered and should not exceed 5 lines each.
- j. The contents of the articles are of the full responsibility of the authors.
- k. Any image reproduced in the articles is of the responsibility of the author who, beforehand, must ensure its due authorization.
- l. In order to keep the consistency of the principles of documentary and bibliographic reference the following criteria must be followed by the authors.

### Documental and bibliographic citation criteria

- a. Footnotes, quotes and references to authors and works (books and articles of periodic publications or inserted in collective works) must include the surname of the author in uppercase, year of the publication of the work and page(s) where the reference can be found. If there is more than a title of the the author in the same year, they should be identified by a lowercase letter (a, b. ...) following the date. When there is more than one author their names must be separated by a semicolon; when there are more than three authors, one must write the name of the first, followed by *et al.* (rules applicable to bibliography). For example:  
 SANTOS, 2006a: 75-76.  
 SANTOS, 2006a: 75-76.  
 SANTOS; CRUZ; LOUSADA *et al.*, 2006: 104.  
 (All references in footnote must follow this criteria, excluding notes such as: *op. cit.*; *ob.cit.*; *idem*; *Ibidem*).
- b. Quoting of documents must include all necessary elements for a thorough identification of the source.  
 For example:  
 Arquivo Nacional Torre do Tombo (TT) – *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fol. 3v.
- c. In the bibliography list, books must be referred as follows:  
 SOUSA, Fernando de, 2006a – *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*. Porto: CEPESE.  
 SOUSA, Fernando de, 2006b – *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*. Porto: Edições Afrontamento.

d. In the bibliography list, articles on periodic publications must be quoted as in the following example:

WILLIAMS, Andrew, 2004 – “The state after the new world order: liberal dreams and harsh realities”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, n.º 11, p. 27-42.

e. In the bibliography list, articles in collective works must be quoted according to this example:

MENEZES, Lená Medeiros de, 2006 – “Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)”, in MARTINS, Ismênia Lima; SOUSA, Fernando de (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 86-117.

f. In electronic bibliography the above-mentioned criteria must be followed (author, date, title, whenever possible), followed by the website where it is available on the internet and date of research between brackets.

For example:

WRIGHT, Robert E., 2000 – “Women and Finance in the Early National U. S.”. *Essays in History*, 42. Available in: <<http://etext.virginia.edu/journals/EH/EH42/Wright42.html>> [accessed on 15<sup>th</sup> April 2009].

## REFEREES 2014 E 2015

Alberto A. Herrero de la Fuente – Universidade de Valladolid  
Amândio Barros – Instituto Politécnico do Porto, CITCEM  
Ana Cristina Araújo – Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura  
Ana Paula Pires – Instituto de História Contemporânea  
Angel Rivero – Universidade Autónoma de Madrid  
António Barros Cardoso – Universidade do Porto  
António Resende de Oliveira – Universidade de Coimbra  
Armando Malheiro da Silva – Universidade do Porto  
Bruno Miguel Barbosa de Sousa – Instituto Politécnico do Cávado e Ave  
Carlota Santos – Universidade do Minho  
César Olivera Serrano – Instituto de História, CSIC  
Cristina Albuquerque – Universidade de Coimbra  
Cristina Donza Cancela – Universidade Federal do Pará  
Eduardo Pardo de Guevara y Valdés – Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento  
Elena Postigo Castellanos – Universidade Autónoma de Madrid  
Fernanda Olival – Universidade de Évora  
Fernanda Paula Sousa Maia – CEPSE  
Fernanda Ribeiro – Universidade do Porto  
Fernando Oliveira Tavares – Universidade Portucalense  
Filipa Ribeiro da Silva – International Institute of Social History, Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences  
Filipe Themudo Barata – Universidade de Évora  
Herminia Vasconcelos Vilar – Universidade de Évora  
Inés Caldéron Medina – Universidade das Ilhas Baleares  
Isabel Cristina Ferreira Fernandes – Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago- Município de Palmela, CIDEUS  
João Cosme – Universidade de Lisboa  
Joaquim da Costa Leite – Universidade de Aveiro  
Jorge Alves – Universidade do Porto  
Jorge Carvalho Arroteia – Universidade de Aveiro  
Laura Castro – Universidade Católica Portuguesa  
Lená Medeiros de Menezes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Luís Pacheco – Universidade Portucalense  
Mafalda Soares da Cunha – Universidade de Évora  
Margarida Garcez Ventura – Universidade de Lisboa

Margarida Marques – Universidade Nova de Lisboa  
Maria Cristina Cunha – Universidade do Porto, CITCEM  
Maria Helena da Cruz Coelho – Universidade de Coimbra  
Maria João Vaz – ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, CEHC-IUL  
Maria José Goulão Machado – Universidade do Porto  
Maria Leonor Barbosa Soares – Universidade do Porto  
Maria Luísa Malato – Universidade do Porto  
Mário Jorge Barroca – Universidade do Porto, CEAACP  
Natália Marinho Ferreira-Alves – Universidade do Porto  
Nuno Dias – Dinâmia’CET-IUL  
Philippe Josserand – Universidade de Nantes  
Rafael García Pérez – Universidade Santiago de Compostela  
Susana Serpa Silva – Universidade dos Açores  
Teresa Cierco – Universidade do Porto  
Teresa Nunes – Universidade de Lisboa  
Victor Pereira – Université de Pau et des Pays de l’Adour

## CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES DO CEPESE



### **População e Sociedade**

Revista do CEPESE  
23 números publicados.  
Conceição Meireles Pereira (diretora)  
CEPESE, 2013



*Alentejo. População e economia em finais de setecentos*  
Fernando de Sousa  
(coord. et alii)  
CEPESE, 2014



### **Colecção Economia e Sociedade**

*A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1835-1870)*  
Fernando de Sousa  
CEPESE, Ed. COSMOS  
2001



### **Colecção Militarium Ordinum Analecta**

17 números publicados, Volume n.º 17  
*Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar*  
Luís Adão da Fonseca (coord.)  
CEPESE, 2013



*A População Portuguesa no Século XIX*  
Teresa Rodrigues Veiga  
CEPESE, Edições Afrontamento  
2004



### **Colecção Os Portugueses no Mundo**

*A Comunidade Lusitana em Joanesburgo*  
Paulo Bessa  
CEPESE, Fronteira do Caos  
2009



*História da População Portuguesa*  
Teresa Rodrigues (coord.)  
CEPESE, Edições Afrontamento  
2008



*Migrações e Desenvolvimento*  
Maria Ortelinda Barros Gonçalves  
CEPESE, Fronteira do Caos  
2009



*A Emigração na Freguesia de Santo André da Campeã (1848-1900)*  
Celeste Castro  
CEPESE, Edições Afrontamento  
2010



*A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)*  
Fernando de Sousa (coord.)  
CEPESE, Fronteira do Caos  
2009



*As Relações Portugal-Brasil no século XX*  
 Fernando de Sousa; Paula Santos;  
 Paulo Amorim (coord.)  
 CEPESE, Fronteira do Caos  
 2010



*Laços de Sangue. Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil.*  
 José Sacchetta Ramos Mendes  
 CEPESE, Fronteira do Caos  
 2010



*O Investimento das Empresas Portuguesas no Brasil – Uma experiência de diplomacia económica?*  
 Catarina Mendes Leal  
 CEPESE, Fronteira do Caos  
 2012



*A Emigração do Distrito do Porto para o Brasil (1930-1945)*  
 Diogo Ferreira, Bruno Rodrigues, Paulo Amorim, Sílvia Braga  
 CEPESE, 2012



**Economia e Instituições**  
*A Economia da Corrupção nas Sociedades Desenvolvidas Contemporâneas*  
 Cristina de Abreu (coord.)  
 CEPESE, Fronteira do Caos  
 2011



**Relações Portugal-Espanha**

*Relações Portugal-Espanha: Cooperação e Identidade*  
 Conceição Meireles Pereira (coord.)  
 CEPESE, FRAH  
 2000



*Relações Portugal-Espanha: Uma História paralela, um destino comum?*  
 Conceição Meireles Pereira (coord.)  
 CEPESE, FRAH  
 2002



*Relações Portugal-Espanha: O Vale do Douro no Âmbito das Regiões Europeias*  
 Conceição Meireles Pereira (coord.)  
 CEPESE, Edições Afrontamento  
 2006



*Migrações Ibéricas: Memória e Processos de Desenvolvimento*  
*Polígonos, Revista de Geografia, n.º 20*  
 CEPESE, Universidades de León, Salamanca e Valladolid  
 2010



**Douro e Real Companhia Velha**

*Os Arquivos do Vinho em Gaia e Porto*  
 Fernando de Sousa (coord.)  
 CEPESE, 2000



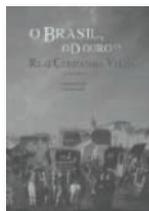
*Os Arquivos da Vinha e do Vinho no Douro*  
Fernando de Sousa (coord.)  
CEPESE, Edições Afrontamento  
2003



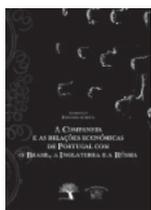
*A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*  
Fernando de Sousa (coord.)  
CEPESE, 2006



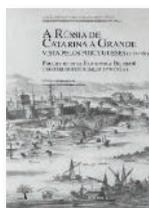
*O Vinho do Porto em Gaia & Companhia*  
Fernando de Sousa (coord.)  
CEPESE, Edições Afrontamento  
2005



*O Brasil, do Funchal à Real Companhia Velha*  
Fernando de Sousa e Conceição Pereira  
CEPESE, 2008



*A Companhia e as Relações económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*  
Fernando de Sousa (coord.)  
CEPESE, Edições Afrontamento  
2008



*A Rússia de Catarina a Grande vista pelos portugueses (1779-1781)*  
Fernando de Sousa (coord.)  
CEPESE, 2012

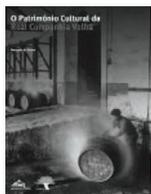


*O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro - Real Companhia Velha*  
Fernando de Sousa (coord.)  
CEPESE, 2003



**Arte e Património**

*Artistas e Artífices e a sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa*  
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)  
CEPESE, 2005



*O Património Cultural da Real Companhia Velha*  
Fernando de Sousa (coord.)  
CEPESE, 2004



*O Património Histórico-Cultural da região de Bragança-Zamora*  
Luís Alexandre Rodrigues (coord.)  
CEPESE, Edições Afrontamento  
2005



*Artistas e Artífices no Mundo de Expressão Portuguesa*  
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)  
CEPESE, 2008



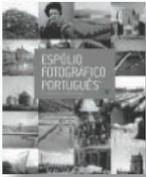
*A Encomenda. O Artista. A Obra*  
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)  
CEPESE, 2010



*Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal*  
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)  
CEPESE, 2008



*A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa*  
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)  
CEPESE, 2011



*Espólio Fotográfico Português*  
Fernando de Sousa (coord.)  
CEPESE, 2008



*João Baptista Ribeiro, 1790-1868*  
António Mourato  
CEPESE, Edições Afrontamento  
2011



*O Património Cultural da região de Bragança-Zamora*  
Fernando de Sousa (coord.)  
CEPESE, Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro  
2008



*Os Franciscanos no Mundo Português II. As Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco*  
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)  
CEPESE, 2012



*Os Franciscanos no Mundo Português: Artistas e Obras I*  
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)  
CEPESE, 2009



*Os Franciscanos no Mundo Português III. O Legado Franciscano*  
Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)  
CEPESE, 2013



**Emigração Portuguesa para o Brasil**

*Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*  
Ismênia de Lima Martins e Fernando de Sousa (org.)  
CEPESE, FAPERJ  
2006



*Entre Mares. O Brasil dos portugueses*  
Fernando de Sousa; Nazaré Sarges; Izilda Matos; Otaviano Vieira; Cristina Cancela (org.)  
CEPESE, Editora Paka.Tatu  
2010



*A Emigração Portuguesa para o Brasil*  
Fernando de Sousa; Ismênia Martins; Conceição Meireles (coord.)  
CEPESE, Edições Afrontamento  
2007



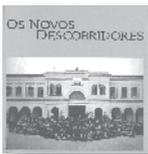
*Um Passaporte para a Terra Prometida*  
Fernando de Sousa, Ismênia Martins, Lená Menezes, Izilda Matos, Nazaré Sarges, Susana Silva (coord.)  
CEPESE, Fronteira do Caos  
2011



*Deslocamentos & Histórias: Os Portugueses*  
Izilda Matos; Fernando de Sousa; Alexandre Hecker (org.)  
CEPESE, EDUSC  
2008



*De Colonos a Imigrantes. I(Em)igração portuguesa para o Brasil*  
Fernando de Sousa (coord.)  
Alameda  
2013



*Os Novos Descobridores*  
Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira (org.)  
CEPESE, 2008



*Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul*  
Fernando de Sousa (coord. et alii)  
CEPESE, 2014



*Nas duas Margens: Os Portugueses no Brasil*  
Fernando de Sousa; Ismênia Martins; Izilda Matos (org.)  
CEPESE, Edições Afrontamento  
2009



*Cartas de Chamada. A dimensão familiar da emigração*  
Bráslina Silva  
CEPESE, 2014



**Relações Internacionais**

*Desafios da Democratização no Mundo Global*  
 Maria Raquel Freire (coord.)  
 CEPESE, Edições Afrontamento  
 2004



*Dicionário de Relações Internacionais (3.ª edição)*  
 Fernando de Sousa (coord.)  
 Pedro Mendes (coord.)  
 CEPESE, Edições Afrontamento  
 2014



*A Instituição de Asilo na União Europeia*  
 Teresa Cierco  
 CEPESE, Almedina  
 2010



**Publicações autónomas**

*Estudos e Ensaios em Homenagem a Eurico Figueiredo*  
 Isabel Babo Lança (coord.)  
 CEPESE, Edições Afrontamento  
 2005



*A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*  
 José Francisco Pavia (coord.)  
 CEPESE, Quid Juris?  
 2011



*História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*  
 Fernando de Sousa  
 CEPESE, Edições Afrontamento  
 2006



*Magrebe, Islamismo e a Relação Energética de Portugal*  
 Catarina Mendes Leal  
 CEPESE, Tribuna da História  
 2011



*A Morte na Região de Lisboa nos Princípios do Século XX*  
 Fernando Augusto de Figueiredo  
 CEPESE  
 2006



*Portugal e a Europa. Factores de Afastamento e Aproximação da Política Externa Portuguesa (1970-1978)*  
 Pedro Mendes  
 CEPESE, 2012



*Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*  
 Fernando de Sousa (coord.)  
 2 vols.  
 CEPESE, 2009



*Ibéria: Quinhentos/Quatrocentos. Duas décadas de Cátedra. Homenagem a Luís Adão da Fonseca*  
 Armando Luis de Carvalho Homem;  
 José Augusto Pizarro;  
 Paula Pinto Costa (ed.)  
 CEPESE, Livraria Civilização  
 2009



*O Estado em Portugal (séculos XII-XVI)*  
 Judite Gonçalves de Freitas  
 CEPESE, Alêtheia Editores  
 2011



*Moncorvo. Da Tradição à Modernidade*  
 Fernando de Sousa (coord.)  
 CEPESE, Edições Afrontamento  
 2009



*Identidade Nacional. Entre o discurso e a prática*  
 Maria de Fátima Amante (coord.)  
 CEPESE, Fronteira do Caos  
 2011



*Olhares sobre o Mercurio Portuguez, 1663-1667*  
 2 vols.  
 Eurico Gomes Dias (coord.)  
 Imprensa Nacional – Casa da Moeda, CEPESE  
 2010



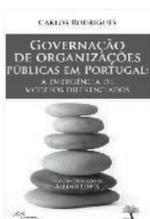
*Memórias de Bragança*  
 Fernando de Sousa (coord.)  
 CEPESE, Câmara Municipal de Bragança  
 2012



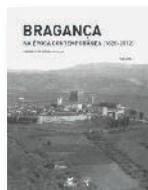
*A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património*  
 Fernando de Sousa (coord.)  
 Natália Marinho Ferreira-Alves (coord.)  
 CEPESE, 2011



*Os Paços do Concelho do Porto*  
 Fernando de Sousa (coord.)  
 Joaquim Ferreira-Alves (coord.)  
 CEPESE, 2012



*Governação de Organizações Públicas em Portugal: A Emergência de Modelos Diferenciados*  
 Carlos Rodrigues  
 CEPESE, Edições Pedago  
 2011



*Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)*  
 Fernando de Sousa (coord.)  
 CEPESE, Câmara Municipal de Bragança  
 2013



*Portugal e os seus Imigrantes – Perfis Socioeconómicos no início do séc. XXI*  
Paulo Oliveira  
CEPESE, 2013



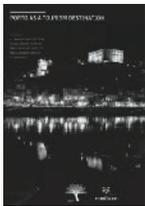
*Os Governos Cívicos de Portugal e a Estruturação Político-Administrativa do Estado no Ocidente*  
Fernando de Sousa (coord.)  
CEPESE, 2014



*Entre Portugal e a Galiza (Sécs. XI a XVII). Um olhar peninsular sobre uma região histórica*  
Luis Adão da Fonseca (coord.)  
CEPESE, Fronteira do Caos 2014



*Os Governos Cívicos de Portugal. História e Memória (1835-2011)*  
Fernando de Sousa (coord.)  
CEPESE, 2014



*Porto as a Tourism Destination*  
Alexandra Matos Ferreira  
(coord. et alii)  
CEPESE, Formalpress 2014



*Livro de Linhagens de Portugal*  
António Pestana de Vasconcelos  
CEPESE, 2014



*Envelhecimento e Saúde. Prioridades Políticas num Portugal em Mudança*  
Teresa Rodrigues e Maria do Rosário Martins (coord.)  
CEPESE, Instituto Hidrográfico 2014

## SÓCIOS FUNDADORES, SÓCIOS COLECTIVOS E PATRONOS DE HONRA DO CEPSE

### Sócios Fundadores

Universidade do Porto  
 Fundação Eng. António de Almeida



### Sócios Coletivos

ISMT – Instituto Superior Miguel Torga  
 ISVOUGA – Instituto Superior de Entre Douro e Vouga UNISLA  
 Universidade Lusófona do Porto  
 UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro Novo Banco  
 Fundação Manuel António da Mota  
 Real Companhia Velha



### Patronos de Honra

Câmara Municipal do Porto  
 Carnady – Comércio Internacional  
 Agência Abreu  
 Câmara Municipal de Gaia  
 Câmara Municipal de Bragança  
 Douro Azul  
 Fundação Dr. António Cupertino de Miranda Cordeiros Galeria  
 Vicaima



Fundação  
 Dr António  
 Cupertino  
 de Miranda



